



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS

NÚBIA GUEDES DE BARROS FERREIRA

“Até zerar” ou “Até morrer”: Etnografando memórias e o trabalho de egressas (os) do sistema prisional sob a luz dos Direitos Humanos na Secretaria de Administração Penitenciária (João Pessoa-PB)

João Pessoa-PB

Março de 2025

NÚBIA GUEDES DE BARROS FERREIRA

“Até zerar” ou “Até morrer”: Etnografando memórias e o trabalho de egressas (os) do sistema prisional sob a luz dos Direitos Humanos na Secretaria de Administração Penitenciária (João Pessoa-PB)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH- pela Universidade Federal da Paraíba em cumprimento das exigências para obtenção do grau de mestre em Direitos Humanos Cidadania e Políticas Públicas.

Orientadora: Dra. Luziana Ramalho Ribeiro

João Pessoa-PB

Março de 2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

F383a Ferreira, Nubia Guedes de Barros.

"Até zerar" ou "Até morrer" : etnografando memórias e o trabalho de egressas (os) do sistema prisional sob a luz dos Direitos Humanos na Secretaria de Administração Penitenciária (João Pessoa-PB) / Nubia Guedes de Barros Ferreira. - João Pessoa, 2025.

159 f. : il.

Orientação: Luziana Ramalho Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Direitos Humanos - Penitenciária. 2. Prisão - Memórias. 3. Crime - Memórias. 4. Relação de trabalho - Prisão. I. Ribeiro, Luziana Ramalho. II. Título.

UFPB/BC

CDU 347.2:343.81 (043)

Elaborado por ANNA REGINA DA SILVA RIBEIRO - CRB-15/24

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS



**ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO(A) MESTRANDO(A) NUBIA
GUEDES DE BARROS FERREIRA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS/CCHLA/UFPB**

Aos vinte e sete do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, realizou-se a sessão de defesa de Dissertação do(a) mestrando(a) Nubia Guedes de Barros Ferreira, matrícula 20231017548, intitulada: “Até zerar” ou “Até morrer”: Etnografando memórias e o trabalho de egressas (os) do sistema prisional sob a luz dos Direitos Humanos na Secretaria de Administração Penitenciária (João Pessoa-PB). Estavam presentes os professores doutores: Luziana Ramalho Ribeiro (Orientador(a), Gloria de Lourdes Freire Rabay (Examinador(a) interno(a), Adriano Azevedo Gomes de Leon (Examinador(a) externo(a) e Josilene Ribeiro De Oliveira (Examinador(a) externo(a). O(A) Professor(a) Luziana Ramalho Ribeiro, na qualidade de Orientador(a), declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente, em seguida passou a palavra a(o) mestrando(a) Nubia Guedes de Barros Ferreira, para que no prazo de trinta (30) minutos apresentasse a sua Dissertação. Após exposição oral apresentada pelo(a) mestrando(a), o(a) professor(a) Luziana Ramalho Ribeiro concedeu a palavra aos membros da Banca Examinadora para que procedessem à arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, o(a) mestrando(a) Nubia Guedes de Barros Ferreira respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. Prosseguindo, a sessão foi suspensa pela Orientador, que se reuniu secretamente, apenas com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer: A Banca Examinadora considerou a DISSERTAÇÃO: Aprovada e destaca contribuição que o estudo traz para a compreensão do sistema prisional.

A seguir, o(a) Orientador(a) apresentou o parecer da Banca Examinadora o(a) mestrando(a) Nubia Guedes de Barros Ferreira, bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora, e deu por encerrada a sessão. E, para constar eu, Herbert Henrique Barros Ribeiro, assistente em administração do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, lavrei a presente Ata. João Pessoa, 27 de março de 2025.

“(...) nossa memória (...). Prolonga o passado no presente, porque nossa ação disporá do porvir na exata proporção em que nossa percepção, avolumada pela memória, tiver contraído o passado (...)” (Bergson, 2006, p. 179).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o criador do universo.

Agradeço aos meus pais, Seu Paulo e Dona Ivanilda que foram responsáveis por minha formação enquanto pessoa.

Agradeço ao meu esposo, Kennedy, pela companhia de boa parte da vida.

Agradeço aos meus filhos, Lucas, Emanuel e Tiago, por vocês serem o amor que mais brilha em mim.

Agradeço a todos amigos que conquistei nesse curso. A Hiatanderson, em especial, que foi minha grande companhia nas aulas, nos cafés e na escuta.

Agradeço, de maneira especial, a minha orientadora, Dra. Luziana Ramalho. Você que acredita em meu trabalho, que é uma grande incentivadora, que gosta de minha pessoa. Você, Luziana, é um grande exemplo de ser humano. A universidade foi um encontro para um laço de amizade.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte de minha trajetória de vida. À escola pública devo toda minha formação e resistência.

Agradeço à escola pública que me possibilitou o conhecimento.

Agradeço a todos os meus interlocutores que me confiaram e narraram suas histórias de vida, motivo que me faz mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas por esta instituição. Vocês que são os grandes teóricos sobre os fenômenos sociais presentes neste trabalho. Obrigada!

RESUMO

A pesquisa objetiva a realização de uma etnografia na Secretaria de Administração Penitenciária do Estado da Paraíba – SEAP - com homens e mulheres imbricados no crime e na prisão. A etnografia imergiu ainda nas memórias a partir da experiência do vivido dos sujeitos de pesquisa, das lembranças de um passado que se presentifica nas práticas discursivas. Ainda, por meio da observação participante, no contato direto com os sujeitos de pesquisa, da cozinha aos corredores na divisão sexual do trabalho nessa secretaria, a etnografia se debruça nas interações e dinâmicas sociais dos sujeitos de pesquisa em uma relação de trabalho sob o lastro de uma pena. Este trabalho em Direitos Humanos se constrói consubstanciado com o diálogo dos saberes, em especial, com a Sociologia e com a Antropologia dentre outras fontes de saber dada à interdisciplinaridade dos Direitos Humanos. Aqui, em uma pesquisa “de baixo para cima” (Barth, 1972) trago histórias de vida e as percepções de pessoas laçadas pelo crime, lançadas na prisão e nas margens do trabalho sob o lastro de uma pena.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias. Prisão. Crime. Trabalho

ABSTRACT

The research aims to carry out an ethnography at the Penitentiary Administration Secretariat of the State of Paraíba - SEAP - with men and women involved in crime and prison. Ethnography also immersed itself in memories based on the lived experience of research subjects, memories of a past that is present in discursive practices. Furthermore, through participant observation, in direct contact with the research subjects, from the kitchen to the corridors in the sexual division of labor in this department, ethnography focuses on the interactions and social dynamics of the research subjects in a work relationship under the influence of a pity. This work in Human Rights is built on the dialogue of knowledge, in particular, with Sociology and Anthropology, among other sources of knowledge given to the interdisciplinarity of Human Rights. Here, in “bottom-up” research (Barth, 1972), I bring life stories and perceptions of people trapped by crime, thrown into prison and on the margins of work under the weight of a sentence.

KEYWORDS: Memories. Prison. Crime. Work

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Mortes de crianças e seus lugares de ocorrência.....	70
GRÁFICO 2: População Prisional no Brasil	114
GRÁFICO 3: População Prisional Masculina no Brasil.....	116
GRÁFICO 4: População Prisional Feminina no Brasil.....	116
GRÁFICO 5: Déficit de vagas em prisão.....	117

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1: Praça Aristides Lobo	35
Imagen 2: Avenida Beurapaire Rohan	36
Imagen 3: Cracolândia do centro da cidade de João Pessoa-PB	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
------------------	----

CAPÍTULO I

1 HISTÓRIAS DE VIDA: Da infância e da adolescência ao cárcere	19
1.1 O primeiro contato	20
1.2 Perscrutando o “disso”: a infância de Nena.....	22
1.3 “Braços curtos”: Explorando o Trabalho Infantil.....	23
1.4 A casa da maldição.....	24
1.5 “Um dia, eu vou entrar aqui”: Do desejo à frustração	30
1.6 A infância na escola: a marca da cor.....	32
1.7 Etnografando com Nena: a imersão na prisão.....	34
1.8 Na escuta de Rita: prisão, química e família.....	36
1.8.1 Rumo à Cracolândia	36
1.8.2 Medo do crack: “pedindo uma sentença para ficar” na cadeia.....	42
1.8.3 Ingressando nas drogas.....	45
1.8.4 “basta uma vez”: No caminho do crack	47
1.8.5 Mulher: as lembranças de uma Cracolândia.....	49
1.8.6 Crianças na Cracolândia	50
1.8.7 “A lombra”	51

CAPÍTULO II

2 NAS FRECHAS DAS COZINHAS AOS CRIMES E ÀS PRISÕES.....	54
2.1 Ingressando na Prisão Feminina: memórias do cárcere	56
2.2 Mulher de patrão: nas interfaces sociais da prisão da mulher.....	60
2.3 Discriminação na cadeia	61
2.4 Mutilação: da dor dilacerante à discriminação na busca de vida	64
2.5 “Direitos na Cadeia”: enunciações das prisioneiras libertas na cozinha	65
2.6 Regras e sanções de uma prisão de mulher: as normas estabelecidas de baixo.....	71
2.6 A visita: a perspectiva de um direito.....	74
2.7 Prisão: O que precisa para melhorar?	77
2.8 Ainda na prisão: a vazão das narrativas	79
2.9 “Roubar é bom, mas é muito ruim ser roubada”: vivenciando outras experiências .	81
2.10 Da cozinha às prisões masculinas: etnografia de vidas encarceradas	87
2.11 “Aqui, tem amor...”	99
2.11.1 Toc... toc... toc...: a batida do amor.....	100

CAPÍTULO III

3 ETNOGRAFANDO AS PERCEPÇÕES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E A RELAÇÃO DE TRABALHO	102
3.1 “Direitos humanos é muito forte e muito pesado (...)”	103
3.1 Direitos Humanos sob a perspectivas dos sujeitos de discurso	103
3.1.1 O castigo da chapa: a emergência dos direitos humanos	108
3.1.2 Direitos Humanos no presídio: um dia de “dar uma geral”	110
3.1.3 “(...) deitado de valete”: a superlotação carcerária das prisões.....	116

3.2 “(...) se for presa para a cadeia, vai fazer faxina (...): o trabalho na perspectiva prisional	121
3.2.1 “O Projeto”	124
3.2.2 Da cozinha, do banheiro ao conserto: a divisão sexual do trabalho na SEAP-PB	129
3.2.2.1. Do trabalho no banheiro: o corpo, o gênero e a competitividade	131
3.2.3 Horário de trabalho	138
3.2.4 “Tá uma mola grande, ninguém quer dá os direitos”: o trabalho x marcador social	139
3.2.5 O trabalho dos homens	141
3.2.6 Para além da faxina: percepções de habilidades	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS	153
ANEXOS	159
ANEXO A – Cozinha do 5º andar	159
ANEXO B- Fotografia da cozinha do 5º andar.....	159
ANEXO C – Elevador do quinto andar, vizinho à cozinha (passagem obrigatória de acesso à secretaria)	160
ANEXO D – escadaria do quinto andar (acesso ao quarto andar)	160

INTRODUÇÃO

A pesquisa objetiva a realização de uma etnografia na Secretaria de Administração Penitenciária do Estado da Paraíba – SEAP - com homens e mulheres em trabalho como requisito do cumprimento de pena. Na imersão do campo, as práticas discursivas fizeram emergir as lembranças de um passado que se presentificou nas memórias, de histórias de vida antes e posterior do crime e da prisão. Assim, os sujeitos de pesquisa, “(...) Reflexivamente, retomam o movimento da consciência que os constitui sujeitos, desbordando a estreiteza das situações vividas (...)” (Freire, 1987, p. 11), pois, “Os processos memorativos são relacionados a campo de significação na vida do sujeito que recorda” (Bosi, 1993, p. 277).

Nessa proposição, este trabalho tem por escopo a etnografia das memórias a partir da experiência do vivido dos sujeitos de pesquisa, das lembranças de um passado que se faz presente nas memórias. Ainda, por meio da observação participante, da cozinha aos corredores na divisão sexual do trabalho nessa secretaria, a etnografia se debruça nas interações e dinâmicas sociais dos sujeitos de pesquisa.

A SEAP-PB se encontra situada no conhecido Centro Administrativo Estadual, localizado na Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 2, no 4º Andar Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900. Neste trabalho, faço alusão de uma maneira geral à SEAP-PB, mas também realizei a etnografia no 5º andar, lugar em que se localiza a GESIPE – Gerência do Sistema Penitenciário- GESIPE, no entanto, refiro-me neste trabalho à secretaria referida, tendo em vista que a gerência mencionada consiste em um órgão pertencente à mesma [após a qualificação trarei dados mais específicos]. Ao narrar nesta pesquisa sobre os lugares em que estive naquela secretaria, quando me encontrava no 4º era o andar inerente à secretaria, ambiente em que se encontra a autoridade máxima; ao estar no 5º andar, estava na GESIPE. Nas cozinhas do 4º e do 5º andar foram os lugares em que este trabalho toma ênfase, sentadas naquelas cadeiras quebradas de plástico, brancas, sobrepostas umas às outras para aguentar um peso, etnografei grande parte desses dados. Sobre esses ambientes, trarei mais detalhes no capítulo III. Essa peça introdutória construir-se-á na proporção do caminhar da etnografia. Aqui, no momento, a pesquisa se dá com seis pessoas: Rita, Nena, Seu Everaldo, Seu Lourival, Seu Antônio e Marcos. A etnografia está em continuidade, aberta aos atores sociais desse sistema prisional, assim, em fase de acabamento.

No plano de estudo, não estava em meu imaginário realizar uma etnografia na Secretaria de Administração Penitenciária. De início, havia programado um estudo com mulheres em

liberdade condicional no Escritório Social de João Pessoa-PB. Nessa programação, obtive uns contatos telefônicos com uma senhora, secretária do chefe-geral daquela instituição, uma pessoa muito acessível, simpática e solícita. Por conseguinte, agendei um encontro com o chefe do órgão, fui bem recebida por ambos naquela instituição. Em relação ao coordenador, ele era iniciante na função, uma pessoa educada, mas pouco prática para a demanda de um pesquisador. Embora tendo sido bem tratada, pude perceber o quanto o mesmo era burocrático, senti uma impressão de insegurança sua, não queria me fechar o campo, mas a documentação que me requereu era para se resguardar de algo no futuro, mas era bem enfadonho escutar suas explicações em torno de se documentar para autorização de uma eventual pesquisa.

Ao passo que me solicitava documentos, sentia que a senhora, a secretária de uns 60 anos de idade, Ednalva, era uma pessoa mais prática, acostumada a receber pessoas para pesquisa, seu corpo não concordava com tudo que me solicitara. Sobre seus requerimentos, o que mais me impressionou foi pedir que eu mostrasse em algum setor as perguntas de minhas entrevistas, um questionário. Ali, observei o quanto de ceticismo à pesquisa, ainda a impressão de censura maquiada. Sobre o possível questionário, ardeu-me aos ouvidos, pois, na proposição de uma etnógrafa não me programo para perguntas, elas surgem a partir de minha interação com os sujeitos de pesquisa em campo.

Naquela tarde, pude perceber que aquele lugar não era interessante, embora havia observado que havia uma mulher oriunda da prisão que servia café, e que a observação participante não era tão interessante no interior do escritório. Não sou uma pessoa adepta à burocracia, mas sigo todos os trâmites. No entanto, percebi que a rigidez burocrática iria engessar de certa maneira esta pesquisa, assim, pensei em cooptar mulheres do “lado de fora”, esse lugar que tem sido minha estratégia etnográfica, assim, o fiz quando iniciei uma etnografia em 2018 e aguardava o trâmite do processo administrativo. E, no tempo de meu doutoramento em antropologia por esta instituição que foi marcado pela pandemia do Covid-19, eu estive no presídio feminino de mulheres da capital do lado de fora e conclui uma pesquisa.

Na minha trajetória acadêmica, etnografei a mesma prisão entre 2018 a 2022, o presídio feminino da capital, Maria Júlia Maranhão. Desta prisão, surge em 2018, meu primeiro trabalho com crianças, mas também com gestantes e mães, com as mulheres envoltas da prisão, intitulado Gestantes e crianças encarceradas: Etnografando o dia de visita da família no presídio Maria Júlia Maranhão (João Pessoa-PB). Nesse mesmo ano, ingresso no mestrado pelo PPGA-UFBB e, em 2020, concluo o mestrado com a dissertação intitulada: Maternidade compartilhada e crianças encarceradas: etnografando o dia de domingo em um presídio feminino. Ainda, em 2018, após concluir o bacharelado em Ciências Sociais, ingresso na Licenciatura em Ciências

Sociais. Nessa, apresento para conclusão um TCC intitulado: NECROMATERNIDADE: Da dor à resistência pelos afetos [bio]políticos em 2022; em 2020, ingresso no doutorado em antropologia por esse mesmo programa, defendendo a tese intitulada: LEI DE DROGAS: Etnografando o Encarceramento da Mulher na Prisão Feminina, Maria Júlia Maranhão (João Pessoa-PB).

Estudar com mulheres presas em regime fechado foi algo que emergiu de meu olhar inquieto enquanto oficiala de justiça. No tempo em que laborei na Comarca de Cabedelo-PB, cidade portuária, que faz parte da região metropolitana. Nessa cidade, no âmbito do órgão da justiça do lugar, observei um crescimento de número de prisão em relação à mulher. Sobre isso, não conseguia, na época, ter uma análise crítica, mas em minha mente surgia o seguinte: queria saber o porquê desse fenômeno em uma visão sociológica. Aqui, emergia algo intrínseco em mim: a curiosidade do saber. Recordo-me que pensava diferente das pessoas do fórum, desde os funcionários mais operacionais até dos chamados doutores, juízes e promotores. Houve um tempo que aquele imaginário social do direito me guiava. Contudo, a inquietação de um saber sociológico era latente. Nesse trajeto, o ingresso nas ciências sociais, por conseguinte, na antropologia, promoveu a minha inserção na pesquisa etnográfica.

Em um dia comum de trabalho na qualidade de oficiala de justiça, portando um ofício destinado ao secretário da SEAP, foi a oportunidade embrionária desta pesquisa. Ao ser recebida pela chefe de gabinete, Iraci, passamos a ter um breve diálogo, surgiu, então, uma conversa em torno de trabalhos acadêmicos. Nesse instante, a chefe referida diz-me: *“aqui, tem duas egressas que têm uma história muito interessante: uma delas pediu à juíza para ficar presa porque queria ficar com a sua mulher porque a mesma havia ajudado a sair do crack”*. Diante dessa história, interessei-me realizar um estudo nesse lugar, assim, fui instruída a ingressar com um pedido administrativo. Nessa tarde, já saí com um rol de documentos necessários a ser anexados ao pedido, documentos pessoais, também os referentes à orientadora, a exemplos de certidões criminais de polícia e de justiça. Com muita presteza, em poucos dias, meu processo administrativo requerendo pesquisar na SEAP foi deferido.

Conforme minha trajetória acadêmica, a antropologia consolida esse trajeto, esse aspecto delineia meu respeito à etnografia, assim, “ver, ouvir e escrever” (Oliveira, 1996) é minha tarefa de trabalho; ainda, as percepções, impressões e a intuição são condições que podem ou não aparecer em campo, mas, ao emergirem, elas devem ser consideradas. Etnografia “é a particularidade mais ínfima [...] que mantém aberta a rota do universal” (Dumont, 1992). Nesse diapasão, as teorias advindas desse estudo microssocial, “de baixo para cima” (Barth, 1992), nessa “constelação particular” (AB-Lughod, 2018, p. 193-226).

Sobre a pesquisa, o cerne que a motivou, em princípio, deu-se quando tive contato direto com prisioneiras em regime fechado no Presídio Feminino Maria Júlia Maranhão, conforme esclarecido. Não obstante esse contato, o *insight* que deu lastro a realizar um projeto em Direitos Humanos que viabilize a pesquisa com pessoas originárias da prisão, as denominadas no mundo jurídico de egressas, adveio da entrevista da psiquiatra Nise da Silveira, estudiosa que humanizou o tratamento da psiquiatria no Brasil. Ao ouvir que “*o egresso é que mais explica sobre o hospital psiquiátrico*”, ainda, “*que considero o problema do egresso um dos principais problemas da psiquiatria, pois deixam o hospital. Então, começa a grande tragédia do egresso da qual devemos nos preocupar*”. Dra. Nise da Silveira, de forma emocionada, que, também, emociona-nos com sua fala, pontua que a psiquiatria moderna é tão obscurantista quanto à velha psiquiatria, que, ao sair do hospital, “*o paciente cai na marginalidade e na mendicância, que essa situação tem que ser estudada de maneira humana, tem que ser modificada*”. Essa fala fez-me decidir em estudar com pessoas que saíram da prisão, assim, uma das maneiras de encontrá-las é no trabalho, ou melhor, na nova modalidade da pena: regime aberto ou liberdade condicional. Nesse contexto apresentado por essa elogiável psiquiatra nordestina, as experiências vivenciadas pelos prisioneiros dirigem-se para o mesmo destino social, pois, na concepção foucaultiana as prisões são similares aos hospitais psiquiátricos. De Nise da Silveira, partiu minha ideia de estudar com pessoas ‘fora da prisão’, mas atravessadas pela mesma, as chamadas presidiárias, pois são elas que mais entendem sobre os processos de aprisionamento. Nessa direção, este trabalho primará pelas falas dos sujeitos de pesquisa, pois parto da compreensão de que há “(...) algo de fundamental: a indignidade de falar pelos outros (...).” Nesse raciocínio, a teoria deve primar para que advenham os dados evocados (...) “por elas próprias” (Foucault, 2015, p. 133), as pessoas oriundas da prisão.

Nesta propositura, esta pesquisa etnográfica por meio do contato direto, da observação participante [no labor dos sujeitos de pesquisa na SEAP], das conversas informais, do caderno de campo, na escuta das histórias de vida, etnografando memórias encarceradas, delineando um trabalho em Direitos Humanos que se constrói consubstanciado com o diálogo dos saberes, em especial, com a Sociologia e com a Antropologia, pois, “Direitos Humanos é interdisciplinar” (Silveira, 2014, p. 147)

Por se tratar, também, de uma etnografia com mulheres que têm história de vida marcada pela prisão em regime fechado no presídio Maria Júlia Maranhão, observo, ainda, esse estudo como uma etnografia em continuidade, iniciada em 2018, uma etnografia longitudinal, razão pela qual dialogarei com os anos passados da etnografia. Sobre isso, passei a observar por meio

do contato direto com Nena e Rita, sujeitos de pesquisa. Nesse contato, as práticas discursivas fizeram emergir a prisão, mas também os crimes. Em todo tempo em que estive nesse estabelecimento prisional referido, não produzi tantos dados relativos aos crimes cometidos e aos detalhes do presídio feminino, também emergem as experiências vividas intramuros e extramuros da prisão. Estar com essas mulheres e homens em liberdade condicional me proporcionaram mais condições de ingressar na prisão por meio das memórias, da experiência do vivido, possibilitadas pelo ‘desencarceramento’.

A etnografia para o pesquisador consiste em uma espécie de bússola, ele não sabe o que o campo lhe reserva, ele age sobre o campo, mas também o campo exerce força sobre o mesmo. Aqui, a bússola que nos orienta e, como um instrumento que delineia o caminho, o pesquisador apenas segue. Nessa orientação instrumental, pela primeira vez, a bússola mostrou o caminho dos homens na pesquisa, de suas histórias de vida, em especial, as marcadas pelo crime, pela prisão e pela violência. Aqui, surgem algumas distinções de prisão masculina e feminina, dados etnográficos observados como macrossociais delineados na “constelação do particular” (Barth, 1972, AB-Lughod, 2018, p. 193-226). Em total obediência ao campo, embora resistisse e apontasse o tempo todo que minha pesquisa era com mulheres, Marcos, jovem negro de 28 anos, insiste de maneira sutil, mas persistente na participação e, assim, outros que fizeram questão de ingressar neste trabalho, delineando os trajetos que se configuraram em capítulos. Em campo, eu sou a “*doutora*”, aquela que está em busca da “*tese*”, pois “*tese*” significa pesquisa, e tem nota na concepção de Rita e de Nena. Mas “*doutor*” é todo aquele que se encontra naquela secretaria que não tem a condição de apenado. Percebi que chamar de “*doutor*” era uma distinção social, mas tem uma subserviência, ainda um marco que divide prisioneiro de não prisioneiro, o “*doutor*”.

Segundo Nena, “*essa tese é forte!*” porque “*tem química, tem prisão e tem história de amor*”. Nena disse que “*essa tese tem que valer 10 porque não dá entrevista a todo mundo, não*”. Aqui, observa-se meu estreitamento em campo. Ainda o quanto não adianta esses procedimentos formais e burocráticos acadêmicos, pois quem decide é o campo, são eles, os sujeitos de pesquisa. Nesse dia, expliquei que havia requerido este trabalho nas conformidades exigidas. Ato contínuo, Nena retruca: “*não é o processo, não adianta entrar se eu não quiser falar; eu só falo se eu quiser!*”. “A liberdade do depoimento deve ser respeitada a qualquer preço. É um problema sério de ética de pesquisa” (Bosi, 1993, p. 281).

Em campo, ainda sou observada como aquela que “*conhece a lei*”, uma forma de ver promovida pelas explicações que fiz a Nena sobre uma ação de inventário de uma casa, assim, a partir das explicações surgiram outras indagações sobre aspectos do direito de outros sujeitos

de pesquisa. Sobre isso, fiz como uma dádiva, pois, fazia questão de explicar, esse era um dos momentos de troca em campo. Ainda sobre como a pesquisa é percebida para além da “*tese*”, ainda consiste em “*uma reportagem*”, embora não tenha sido vista como repórter, mas como uma aluna que está entrevistando “*porque precisa de nós para tirar um dez*”, como pontua Rita; já, Nena, de vez em quando, diz às pessoas, de maneira entusiasta, que eu estou entrevistando-a para uma “*reportagem*”; Seu Everaldo entende que minha pesquisa se trata de um livro. Registro ainda que, neste trabalho, os sujeitos de pesquisa não têm nomes ou apelidos verídicos, embora fizeram questão de serem denominados pelos seus nomes e alcunhas reais. Contudo, por questão de ética, por se tratarem de pessoas que estão em cumprimento de pena com estreita ligação com o poder prisional, pensando em protegê-los, passei a utilizar nomes fictícios.

Neste trabalho etnográfico, lastro deste estudo em Direitos Humanos, os dados produzidos em campo se apresentam em três capítulos distribuídos respectivamente: no Capítulo I, intitulado HISTÓRIAS DE VIDA: Da infância e da adolescência, ao cárcere; debrucei-me nas memórias de Nena e de Rita, interlocutoras cujas histórias de vida foram o cerne da escolha do campo, na decisão da realização da etnografia na SEAP. Por meio das lembranças de seus trajetos de vida que têm reflexos no crime e no aprisionamento; no capítulo II, NAS FRECHAS DAS COZINHAS, AOS CRIMES E ÀS PRISÕES, discorri sobre os crimes cometidos pelos sujeitos de pesquisa, ainda sobre as experiências do vivido em torno do aprisionamento, violências e distinções apresentadas entre a prisão de mulheres e a prisão de homens; no Capítulo III, debruçar-me-ei nos aspectos ligados à percepção dos direitos humanos sob a perspectiva dos sujeitos de pesquisa imbricados ao aprisionamento, ainda trarei os fatos etnográficos inerentes ao trabalho como requisito da condição da pena “*até zerar*” ou “*até morrer*”.

CAPÍTULO I

1 HISTÓRIAS DE VIDA: Da infância e da adolescência ao cárcere

“essa tese é forte! Tem química, tem prisão e tem história de amor!” (Nena, 47 anos).

As narrativas neste texto são compreendidas como modo de organizar e simbolizar o vivido a partir dos cortes e das escolhas dos sujeitos de pesquisa. Neste capítulo, trarei algumas narrativas de história de vida de duas mulheres presas em liberdade condicional, Rita e Nena, minhas principais interlocutoras, como aponta Nena, “*as protagonistas*”. Emergem, na escrita, as falas, conversas informais que foram colhidas na cozinha do quinto andar da secretaria etnografada.

“Os discursos sociais atuantes no presente, quanto a situação da interação atual, constitui o olhar retrospectivo sobre o passado, o processo recordativo, as memórias que se apresentam e a forma em que se expressam na comunicação” (Rosenthal, 2014, p. 227). Tempo presente no momento em que narra “um passado que se faz presente na memória” (Bergson, 2009). “Tempo em que se torna humano na medida em que é articulado de maneira narrativa. A memória é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (Bosi, 1993, p. 281).

A narrativa é significativa na medida em que ela desenha os traços da experiência temporal” (Ricouer, 2007). Para Ricouer, “compreender melhor é narrar”, aponta José Reis (2006, p. 25). Aqui, emergem as narrativas de trabalhadoras da cozinha do quarto e do quinto andar da Secretaria de Administração Penitenciária da Paraíba, trabalho oriundo de um Projeto do Escritório Social desta cidade, trabalho como medida de ressocialização para o cumprimento da liberdade condicional.

Nesta escrita, fenômenos exsurgiram das falas dos atores sociais, categorias que não podem passar despercebidas, tendo em vista que são eventos que permeiam o sofrimento, mas também as potencialidades dos sujeitos de pesquisa em uma vida pretérita e presente imbricada à prisão. Nas práticas discursivas que se observam com mais verossimilhança por meio de suas narrativas que são “memórias” (Ricouer, 2007, p. 155), ingressamos na vida dos sujeitos de pesquisa por meio de um passado que se torna presente quando emerge na memória. Nesse instante, “[...] é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere vida” (Bergson, 2009, p. 170).

1.1 O primeiro contato

Conheci Nena na Secretaria de Administração Penitenciária não na qualidade de pesquisadora, pois estava a trabalho, na qualidade de oficiala de justiça, portava um ofício para ser entregue à autoridade dessa secretaria. Contudo, por saber que queria realizar um trabalho acadêmico com os sujeitos em liberdade condicional que laboram naquela secretaria, já pus meu olhar em atenção, pois aguardava o processo administrativo para autorização da pesquisa científica, autos que foi rapidamente deferido.

No dia em que estava a trabalho como anunciado, assim, que cheguei no corredor que dá acesso à SEAP, intui que Nena fosse uma mulher oriunda do sistema prisional, mas não quis chegar a lhe perguntar, achei inconveniente, aguardei com paciência. A veste que usava era simples e comum. Mas a intuição realmente mostrou-me um sujeito de pesquisa, Nena. Nesse dia, apenas sorri para a mesma, sendo correspondida com simpatia, fomos parar no quinto andar. Eu ia me dirigir à autoridade a que se destinava o ofício; ela, à cozinha.

Nena, apelido como é conhecida e chamada na secretaria, mulher negra, 47 anos, com obesidade mórbida, de voz macia, fala baixo. Ouvir e entender Nena é preciso escutar bem, ela não tem boa dicção, parece promovida pela estrutura da sua arcada dentária e da dificuldade de se fixar a sua pequena prótese dos dentes centrais, os únicos da arca superior. Nena se apresenta comumente com movimentos leves, até a forma de falar, tem fala mansa, branda e, às vezes, muito baixo o timbre de voz, mas, a primeira percepção era de que tinha uma personalidade forte.

A primeira vez que ingresso na infância dos sujeitos de pesquisa desde que faço trabalhos acadêmicos. Nena foi a minha primeira interlocutora adulta que imerge na infância para enunciar alguns fragmentos de vida e registrar nesta escrita. A pergunta que fiz foi direta no sentido de saber sobre sua infância. Logo, no segundo dia de nosso encontro, ela diz: “*Minha infância foi perfeita!*”. Na fala contínua, faz questão de pontuar isso: “*A minha infância foi boa, tinha pouco, mas era muito feliz. Nada, na minha família, fez com que eu tivesse entrado para o crime. Eu tive pai e mãe corretos, duas irmãs. Só quem se envolveu com o crime fui eu. Minha infância foi perfeita!*”, enfatiza.

Percebo que Nena pontua, de quando em vez, que só a mesma é imbricada ao mundo do crime, sendo enfática na questão de deixar claro de que sua família é correta, em especial, a sua mãe. Concluindo que “*lá em casa, na bandidagem, só tem eu; minha família é toda honesta,*

minha mãe principalmente”, Nena, em momento algum, se vitimiza em ter ingressado no mundo do crime.

Embora Nena aponte que “*lá em casa na bandidagem, só tem eu; minha família é toda honesta*”, faz revelações a respeito do passado de sua filha quando a mesma era adolescente. Informa que a filha se envolveu com o crime na adolescência. “*Foi droga! Ela foi para a Casa Educativa. Eu gostei que só, para ela ver que não vale a pena! E deu certo!*” Disse isso: “*eu entrei em contato com a assistente social para ela ficar presa. Ela passou três meses, talvez, se não tivesse ficado presa, teria voltado! “É forte, doutora, essa tese!”*”.

Sobre os seus pais, aponta que eles não tinham instrução. E sobre a sua instrução considera isso: “*A minha maior instrução quem me deu foi o mundo; as pessoas que eu convivia; convivia muito com político*” – faz referência a um vereador de sua cidade. O pai trabalhava na Prefeitura da cidade de Solânea, “*sabia ler um pouco*”. A “*mãe era dona de casa, sabia ler pouco também, menos que meu pai*”. Pergunto se as irmãs tiveram instrução, assim, responde que “*tiveram, mas eram burras, só foi sabida pra me roubar. As pestes!*”.

Sobre “*sabida pra me roubar*” trarei em outro momento da escrita, mas adianto que tem relação com um casebre situado na cidade natal da família, Solânea, imóvel que precisa ser inventariado e, sobre esses aspectos jurídicos que circundam a casa, minhas explicações sobre a ação de inventário refletem na relação, também na forma como sou concebida em campo.

O “*tinha pouco*” enunciado por Nena consiste em suas condições materiais, sua classe social pretérita e atual, a pobreza. Observamos que Nena traz à sua resposta a questão da criminalidade. É como deixasse claro, de início, na oportunidade de alguma desconfiança minha, que sua infância era algo que não se imbrica à sua condição social atual, uma pessoa que cumpriu pena em uma prisão, encontrando-se em liberdade condicional. Nesse encontro, eu não adentrei nessa “*infância perfeita*” pontuada pela mesma.

Em uma etnografia, muitas vezes, deparamo-nos com falas que se harmonizam; outras, não. Essas evidências não significam implicar contradições, mentiras. Obviamente, podem ocorrer de um sujeito de pesquisa trazer algo que não corresponda com aquilo vivenciado pelo mesmo. Contudo, é da percepção do etnógrafo que alguns aspectos apontados pelos sujeitos de pesquisa não correspondam à fala e à realidade experienciada. Mas também, é importante frisarmos que o estreitamento que pode haver na relação entre pesquisador e pesquisado baseada no respeito e na confiança propicia que as narrativas apareçam com detalhes concernentes às experiências do vivido.

1.2 Perscrutando o “disso”: a infância de Nena

“Eu acho que atrás disso, a infância mexe muito, né não?” (Nena)

A infância de Nena foi surgindo sem que eu perguntasse. Por isso, sou adepta à ferramenta tecnológica das conversas informais, por meio delas, emergiram relevantes fenômenos sociais quando estava realizando etnografias fora e dentro da prisão durante minha trajetória acadêmica. Nessas falas, possibilitam os fenômenos surgirem com espontaneidade, mas, volto a enfatizar, o estreitamento e a confiança são importantes para que as histórias de vida surjam, pois como venho ouvindo de Nena com determinada frequência: “*Se eu gostar, eu gosto! Em não sou obrigada a falar com alguém. Mostra esse estatuto aí pra ver se sou obrigada a falar com alguém!*”.

A infância de Nena foi aparecendo com episódios que, na realidade, tratam de violências bem corriqueiras no Brasil, que tem uma das mais formidáveis legislações de proteção à criança, O Estatuto da Criança e do Adolescente. Embora, em sua publicação, 13 de julho de 1990, Nena já não era mais criança. Tais fenômenos que serão narrados nos próximos parágrafos são frequentes, comuns e invisibilizados: a exploração do trabalho infantil e a exploração sexual.

As categorias trabalho infantil e exploração sexual foram apontadas pela narrativa da história de vida de Nena, conforme já pontuado. Assim, nesta escrita, em inteira consonância com a pesquisadora Ecléa Bosi (1993, p. 281) “A liberdade do depoimento deve ser respeitada a qualquer preço. É um problema sério de ética de pesquisa”. Nessa compreensão, “Se a memória é, não passividade, mas *forma organizadora*, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo e intelectual da sua experiência e da experiência do seu grupo” (Bosi, 1993, p. 283).

Nena disse que começou a vida sexual com 12 anos, ela diz que gostou e amou e não se arrepende, pois “*transar é uma coisa boa! Coisa boa da molesta, mas de graça! Oh coisa boa foi feito pro rico e pra pobre*”. Nesse momento, eu dei uma boa risada, pois Nena tem um jeito engraçado de falar, inclusive, com suas expressões corporais. Enfatiza o gosto pelo sexo, “*mas essa coisa de ter filho não gostava muito, não. “Muito trabalho, muita responsabilidade”*”, pois via as colegas que tinham filhos e não cuidavam, “*então, não queria ter filhos para ficar daquele jeito. Só quis dois e pronto!*”

Sobre os abusos sexuais sofridos na infância, o ingresso na prostituição, Nena diz isso: “*Não é fácil a vida na prostituição*”. Na Fala, expõe uma expressão de ojeriza no sentido dos

abusadores mais velhos, sempre fazendo menção seguinte: “*aqueles véri!*”. Ainda nas lembranças emerge isso: “*O véri deu uma dentada no meu rosto que a lágrima saiu dos olhos na mesma hora. Quer isso satanás? Para ser da prostituição tem que ter paciência com véri*”.

Segundo Nena, a paciência lhe faltou, pois imergiu no crime, tendo em vista que o “*nojo dos véri*” era imenso. Assim, quando lembra exprime as emoções inerentes à ojeriza que sentia ao ser tocada por esses homens, “*os véri*”.

1.3 “Braços curtos”: Explorando o Trabalho Infantil

A infância emergindo em conversas de amplos assuntos. Aqui, vem a criança do passado narrada por uma mulher em uma cozinha no pagamento da pena, a liberdade condicional. Exsurge, em primeiro plano, a violação dos direitos humanos, a violência da vida: a exploração do trabalho infantil.

Nena sentada na mesa, com aquela blusa de fundo azulado escuro, estampada com flores grandes em que o verde emerge, ingressa em uma conversa cujo cerne não era a infância, mas ela foi sobressalente nesse dia nesse encontro. Diz-me, então: “*(...) Sofri demais quando era criança. Vivi nas casas dos outros, não tive nem salário; era o que dava à minha mãe, alimentos. Aquelas pestes de interior querendo ser rica! Pra nós, eram!*”.

Nena continua narrar suas memórias inscritas na sua história de vida, nessa fase que costumamos romantizar: a infância. Sentadas, estávamos naquelas cadeiras brancas quebradas, remendadas com arame, sobrepostas umas às outras para que não caíssemos. Traz os acontecimentos da infância seguintes:

Eu tinha nove anos. Hoje em dia, o povo reclama da vida. Hoje, tem bolsa família! Eles – eventuais patrões- procuram na comunidade carente. A minha mãe, coitada! Três filhas. Na época, não tinha casa própria. Aí, dizem: “Deixa eu levar essa menina para me ajudar? Eu lhe ajudo com alguma coisa: feijão, 1 kg de farinha”. Isso é humilhação! (Nena, 2024).

Nesse momento em que atribui a melhoria de vida ao Bolsa Família, surge na conversa o Sr. Lourival, um ex-policial de 60 anos, preso em liberdade condicional, dizendo isso: “*a vida hoje é muito fácil*”. Assim que termina a fala, Nena retruca que “*antes, num tinha nem comida para dar a nós*”. Continua a fala, trazendo sua experiência do vivido, diz: “*Eu sempre fui explorada: um quilinho de cada coisa, aquela roupinha de chita, aquele sapato que, se dançasse, se abria todo; ficava uma boca de jacaré*”. Revela ainda que “*(...) No interior, é muita exploração! Ainda existe! Hoje, temos projeto que abrange entre aspas: o pão e leite, o sopão, o auxílio-aluguel, o vale-gás. O povo do interior gosta de parir, é um filho atrás do outro!*”.

A política pública do Bolsa família trazida à baila por Nena promoveu o surgimento de uma nova geração, “a “geração bolsa família”, que tem como características principais e distintivas a possibilidade de consumir alimentos, bens e serviços antes inacessíveis e a priorização da escola em detrimento do trabalho na vida da criança” (Pires e Jardim, 2014, p. 112). Tal política foi criada pelo governo federal em outubro de 2003, através da unificação de quatro benefícios anteriores (Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação), buscando melhor atender aos usuários, aumentando os valores monetários transferidos, melhorando a gestão e ampliando a efetividade do gasto social (Silva, 2007; Monnerat *et al.*, 2007).

Na descrição da violência, Nena lembra como exercia atividades domésticas aos nove anos de idade em uma casa de interior da Paraíba, Solânea, uma cidade que fica a 111 KM da capital. A sua patroa era professora em uma escola pública dessa cidade. Nena fala que “*foi um quebra-galho até chegar uma empregada adulta*”, mas, embora a mesma tivesse chegado na casa da família, ela ficara, pois não representava custo algum para seus patrões, apenas “*uns quilinhos de comida e umas roupas de chita*”.

Nena mais de uma vez fala com sarcasmo sobre as roupas que ganhava em duas épocas do ano, sendo: São João e Natal. A chita que se atém de forma sarcástica consiste em um “tecido ordinário de algodão estampado a cores”, conforme o Dicionário Aurélio. Assim, é essa terminologia ligada ao ordinário que a mesma faz emergir em tom crítico. Em minha trajetória de vida, sempre ouvi as pessoas falarem desdenhando tal tecido, haja vista ser inerente à classe pobre. O referido tecido ainda se usa na confecção de roupas juninas e também foram mesas e decoram cenários nesse tempo de festa. No entanto, a chita é um demarcador social de pobreza, mas também daquilo que é Jeca, do ser matuto.

No desencarceramento de suas memórias, Nena passa a narrar a exploração de trabalho, diz: “*Eu era pequena e meus braços eram curtos, não dava para limpar toda a prateleira de cerâmica. Eu não alcançava, não tinha escadinha e não podia subir na cadeira, as cadeiras eram chiques*”.

1.4 A casa da maldição

A exploração do trabalho consiste em uma experiência do vivido em três gerações da família de Nena. Passei a perceber que Nena conta a vida dela para os policiais penais, pois muitas narrativas que registrei, ela vivia a falar com aqueles funcionários da secretaria. As

gerações exploradas, surgem no seguinte: “*Essa casa era uma maldição porque minha avó, minha mãe; depois, eu. E, depois, essa governanta*”. Reporta-se à governanta de forma jocosa, pois como se tratava de uma “*empregada-adulta*” dava ordens à Nena, constituindo assim na “*empregada da empregada*”, como se via.

Pergunto a razão de assim se reportar à casa em que trabalhou na infância. Ato contínuo, responde isso: “*porque foram três gerações: minha avó, minha mãe e eu. Estranho, né? A senhora não acha, não? Minha avó criou os filhos dessas pragas. Eles trabalhavam e ela criou, minha avó se aposentou e, aí, veio a minha mãe*”. No fim da conversa, finaliza com sarcasmo, dizendo isso: “*Os ricos sem dinheiro! Do interior, que trabalha no estado. Há 40, 50 anos atrás eram os ricos da cidade*”.

Sobre “*porque foram três gerações: minha avó, minha mãe e eu*”, trago os versos de Conceição Evaristo (2008) para refletirmos sobre o destino social de mulheres negras, os trabalhos domésticos análogos à escravidão, constituindo um dos desdobramentos do processo de colonização,

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio.
 Ecoou lamentos. De uma infância perdida.
 A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo.
 A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta
 No fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos
 brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela.
 A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome.
 A voz de minha filha recorre todas as nossas vozes recolhe em si as vozes
 mudas caladas engasgadas nas gargantas.
 A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato.
 O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância
 o eco da vida-liberdade.

Historicamente, lugares e corpos são construídos socialmente, ambas construções se imbricam nesses processos históricos. A sociedade naturaliza o lugar do negro em favelas, morros, cortiços, mas ainda em prisões (Gonzales e Hasenbalg, 1982). Nessa mesma proposição, naturaliza as funções mais subalternas da sociedade, as piores remuneradas, insalubres, invisibilizadas. “*Os braços curtos*” de Nena que não conseguem alcançar toda a dimensão da prateleira é o início de uma criança-aprendiz no protótipo do trabalho análogo à escravidão.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE- Em 2022, o Brasil tinha 1,9 milhão de crianças e adolescentes com 5 a 17 anos de idade (ou 4,9% desse grupo etário) em situação de trabalho infantil. Esse contingente havia caído de 2,1 milhões (ou 5,2%) em 2016 para 1,8 milhão (ou 4,5%) em 2019, mas cresceu em 2022. Segundo os dados do referido órgão, a proporção de pretos ou pardos em trabalho infantil (66,3%) superava o

percentual desse grupo no total de crianças e adolescentes do país (58,8%). Já a proporção de brancos em trabalho infantil (33,0%) era inferior à sua participação (40,3%) no total de crianças e adolescentes.

“A exploração do trabalho infantil é uma fonte de violação de direitos humanos das crianças, a qual acarreta profundas mudanças na organização de suas vidas, principalmente quanto ao direito à educação, cultura e lazer” (Brito e Dias, 2023, p. 324). As autoras aludem que não devemos falar apenas de combate à exploração, como se já houvesse um mecanismo eficaz de eliminação total e rápida da exploração do trabalho infantil, mas propriamente de enfrentamento contínuo de um problema social concreto, que carece de políticas públicas eficazes e que requer ações estratégicas intersetoriais, pautadas numa educação em direitos humanos que propicie o empoderamento das famílias afetadas e das próprias crianças, pontuam. Assim, diante do fenômeno social analisado, pugnam pelo “reconhecimento de que se faz necessária a busca contínua por políticas públicas efetivas de proteção integral de crianças e às suas famílias, a fim de inibir a continuidade da exploração do trabalho infantil” (Brito e Dias, 2023, p. 373).

Em retorno às narrativas de Nena, ela que é uma pessoa que fala com sarcasmo, ironia e tem um viés crítico das situações vivenciadas, algo que venho observado como um traço seu, assim, vem se apresentando em nossos encontros. Sua fala pausada, mansa, com uma dicção que me dificulta, às vezes, entender as suas falas, algo que tenho imbricado à sua prótese que é apenas nos dentes frontais e ainda está com defeitos. Nesse encontro, faz as revelações seguintes:

Fui empregada numa casa, um quebra-galho, enquanto o pessoal arrumava uma empregada. Eu fiquei empregada da empregada, me davam apenas comida. A mulher apareceu para trabalhar, uma adulta. Eu como não era custo nenhum, então, fiquei na casa. A situação piorou porque eu era a empregada da empregada. É a governanta!

Percebo na fala de Nena que havia uma raiva dessa mulher, adulta que chegou para trabalhar na casa, assim, passando a ser a “empregada da empregada”, “a empregada-chefá” (fala com tom crítico). De maneira irônica, ao se reportar à “governanta” com essa mulher, remete que Nena, na realidade, era a mais subalterna desse trabalho, é como se transferisse a raiva em ser violentada à pessoa mais vulnerável da casa, pois, em uma relação de poder, essa adulta seria a pessoa mais viável a receber os vômitos de um estômago embrulhado de uma infância marcada pelas violações do seu direito de brincar e de conviver com a família e pela violência da exploração do trabalho infantil.

Na cozinha de minha casa, o meu ouvir me conduz à escuta antropológica, assim, onde quer que se encontre um cientista social, o que ouve, o que vê, o que sente, o que percebe é o indício de um possível fenômeno social.

Assim, para retratar a cara do Brasil no tocante à violência que acontece com as crianças, trago uma narrativa de uma mulher que foi uma criança violentada pela exploração do trabalho, desde seus nove anos de idade. Assim, semelhante à vida de Nena em relação ao trabalho infantil, é a história de Maria, uma mulher branca, de estatura baixa, que estar sempre a sorrir, de um bom humor incomensurável, que nasceu em uma cidade do interior da Paraíba. Trago parte ínfima de sua experiência do vivido, que, em nossa relação, sempre me conta uma coisa e outra. Ela que, entre idas e vindas, trabalhou com carteira assinada em minha casa durante uns três anos. Antes, desse contrato formal de trabalho, fazia faxinas duas vezes por semana, atualmente, voltara com essas mesmas condições, realizando suas atividades de faxina, pois não quer trabalhar como empregada doméstica, alegando que não quer perder o Bolsa Família, esse recurso que, na atualidade, se encontra em atraso.

Maria, mulher que rir, de uma alegria em constância, sempre brincando de suas condições, falava-me durante esses mais de dez anos que nos relacionamos: “*Dona Núbia, eu comecei a trabalhar que meu sonho era comer manteiga*”. Em tom de brincadeiras, esse sonho de comer manteiga traz muitos risos em minha casa, em especial, na cozinha. No entanto, ao conhecer a história de Nena, retirei o véu da brincadeira e passei a indagar a Maria sobre essa memória. Ato contínuo, Maria diz que “*era uma criança, cuidando de outra criança*”, que nesse sonho de começar a trabalhar para “*comer manteiga*”, ela chegou nesta casa aos 9 anos de idade, que, diferentemente de Nena, não recebia os “*quilinhos e as roupas de chita*”, mas “*trabalhava pela comida que comia*”. Assim, “*balançava a criança na cadeira de balanço a madrugada inteira*” enquanto os patrões dormiam e, “*de manhã, tinha que acordar cedo, pois tinha que arrumar a casa*”.

Na arrumação da casa, enquanto “*Nena não alcançava os braços no fim da prateleira, não tinha escadinha e não podia subir nas cadeiras chiques*”, Maria disse que subia em um banquinho para lavar os pratos. À noite, o patrão entrava no quarto dizendo que ia “*matar muriçocas*” e ela “*sentia aquele homem*” lhe tocar. Esse sonho acabara em reza, pois revela isso: “*um dia eu rezei muito para minha mãe vir me pegar. Aí, ela veio outro dia, mas a mulher não quis deixar, ficou chamando minha mãe de bruxa, mas, graças a Deus, minha mãe me levou*”.

Nena diz que, “*desde criança, eu sempre soube me defender*”. Assim, revela uma agência sua às violências sofridas na casa em que trabalhou, “a casa da maldição”. Agenciamento expresso nesse sentido: “eu sofri demais, mas dei meu jeito de ser expulsa! – Passando a descrever um pouco das atividades que fazia na casa, diz: “*eu apanhei lixo, varria, passava lustre nos móveis*”. Ainda revela que é uma pessoa que não gosta de injustiça, principalmente, com quem não sabe se defender. Sobre isso já havia me dito no que tange a alguns eventos na prisão, sempre se apresentando como uma conciliadora, mas é nítida que era respeitada, passando a impressão de liderança. Conta-me que “*Desde muito cedo, eu não sabia, mas tenho um senso de justiça em mim. Não era que eu era mau, eu não gostava que batessem em pessoas que não soubessem se defender*”. Mas ela que, desde criança, diz que sabe se defender, deu seu jeito de cessar com a violência do trabalho infantil vivenciado, revelando seu agenciamento na infância, assim, busca do passado presentificado na memória, na narrativa que segue:

A empregada lavou as sapatilhas de meu patrão, só ela lavava as sapatilhas. Ele era boy. Eu peguei a água sanitária e manchei todas. Eu queria que parecesse um acidente, mas ficou mostrando que não era. Então, a mulher me mandou para casa e chamou minha mãe. Pau!

Embora se sinta orgulhosa de não deixar que alguém faça injustiças e que fique sem se defender. Percebi, ao narrar, que sua memória trouxe um sentimento de remorso por se vingar, por ter tido dado um jeito de ir embora. Ao manchar as sapatilhas do patrão “boy”, ela foi para casa. E, como disse: “pau!”; por conseguinte, sua mãe lhe batera, mas o sentimento de remorso sobreveio porque esses “*quilinhos que os patrões davam à mãe*” fizeram falta em casa.

Com desdém à família dos patrões, fala em tom jocoso: “*a mulher bota mais enfeite na mesa do que comida. Na minha casa, é 1 kg de feijão. É os ricos sem dinheiro! Quando eu vou lá, não gosto nem de passar na porta*”. Volta a falar de seu agenciamento como criança “*empregada da empregada*”, diz: “*Meti água sanitária nas roupas, nas bermudas ciclistas – aquelas que usavam na época, que vinham até os joelhos – nas sapatilhas do patrão*”. Como desdobramento da ação, para além do “pau” que levou de sua mãe, aconteceu isso: “*Aí, minha mãe foi trabalhar e eu fiquei cuidando da casa e de minhas irmãs*”. Importante frisar que Nena é a mais velha das filhas.

Nena deu um jeito de sair da Casa da Maldição, aquela água sanitária não trouxera mudanças significativas, ela, criança, imerge em outra violência comum às crianças brasileiras: a exploração sexual infantil. Do trabalho infantil, ao nojo de quem a explorava sexualmente, o caminhar nas degradações, nas considerações seguintes: “*Aí, fui fazer programa. Aqueles véri,*

ui! (fala com nojo). Deu certo, não! Então, fui roubar". Eu acho que atrás disso, a infância mexe muito, né não?

Para Luziana Ribeiro Ramalho (2003, p.33), socióloga e pesquisadora em Direitos Humanos, “Na infância, a pobreza é um fato que poderá trazer consequências ao processo de socialização do sujeito devido à má alimentação, às condições de habitação, à inexistência de lazer. Obviamente, ser pobre não implica incorrer à imersão na criminalidade. A pobreza não pode ser criminalizada, mas o que aponta a autora é a realidade de que algumas crianças têm consequências que podem ser emblemáticas devido à ausência de recursos mínimos necessários. Na vida de Nena, a infância mexeu muito, conforme apontara.

No que concerne ao “*fui fazer programa*” narrado por Nena, aponta o fenômeno de abuso sexual infantil, que se dá quando ocorre algum contato sexual entre pessoa adulta e a criança ou adolescente, contato esse manifesto para satisfação do desejo sexual do adulto. O contato pode envolver atos “físico-genitais” de estimulação ou de manipulação das zonas erógenas, intercurso sexual completo ou não, contato oral-genital, uso sexual do ânus, envolvimento de criança/adolescente em jogos sexuais, exposição à pornografia; exposição verbal, que se refere a discussões abertas sobre atos sexuais, destinadas a despertar o interesse da criança, mensagens de texto ou telefonemas de conteúdo sexual, exposição intencional, e não natural, de criança/adolescente ao corpo nu de um adulto ou de partes dele, “espionagem” da nudez total ou parcial de uma criança por um adulto, geralmente a partir de um posto secreto de observação (Azevedo e Guerra, 2015).

No que tange ao mapa da violência sexual de crianças e de adolescentes, o Ministério da Saúde lançou boletim epidemiológico em 18 de maio de 2023 em evento realizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em comemoração ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O documento referido traz dados de violência sexual contra crianças e adolescentes. Em consonância com o mesmo, no período de 2015 a 2021, foram notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo 83.571 contra crianças e 119.377 contra adolescentes. De acordo com o registrado, os casos mais evidenciados no que tange à localidade da violência, apontam a residência das vítimas como sendo o local de ocorrência de 70,9% dos casos de violência sexual contra crianças de 0 a 9 anos de idade e de 63,4% dos casos contra adolescentes de 10 a 19 anos. Ressaltamos que, em conformidade com o boletim epidemiológico, os familiares e pessoas conhecidas das vítimas são responsáveis por 68% das agressões contra crianças e 58,4% das agressões contra adolescentes nessas faixas etárias (Brasil, 2023).

O abuso sexual intrafamiliar é um fenômeno multicausal que se coloca no cotidiano das famílias, é ordinário e não extraordinário, como faz crer o imaginário social. Sobre os números acima relacionados, é relevante salientar que o referido boletim epidemiológico não retrata a realidade fidedigna sobre a violência contra esses atores sociais, haja vista que a subnotificação consiste em um fenômeno que ofusca a realidade fática que excede as estatísticas oficiais do governo. Ainda sobre os dados relativos às crianças, importante frisarmos que, nessa fase de vida, a faixa etária pode ser um fator de dificuldade para fins de denúncia, uma vez que a criança, em especial, a criança pequena possui mais óbices que o adulto para reconhecer, por conseguinte, narrar a violência. Nesse cenário de obstáculos apresentados, a escola consiste em um viés de grande relevância à denúncia das violências cotidianas experienciadas pelas crianças e adolescentes.

Desde o início da etnografia, tentei ingressar na infância de Nena, ela foi direta e concisa no sentido de que sua infância tivera sido perfeita, assim, declinou-a. Mas, ao passar do tempo, nas conversas, a infância emerge, em especial, as violações experienciadas nesse tempo. Memórias encarceradas se pulverizam na exploração do trabalho infantil e na exploração sexual. Na contradição de uma “*infância perfeita*” que havia me pontuado, passo a indagar à mesma, interpelei no seguinte: você havia me dito que sua infância foi maravilhosa. Ela responde isso: “*porque eu não sabia que era explorada*”. *Eu era uma criança iludida. Ainda bem, né?*”

1.5 “Um dia, eu vou entrar aqui”: Do desejo à frustração

“Um dia eu entrei numa loja bem *chic* da minha cidade. Eu disse: “um dia eu vou entrar aqui””. Continua narrando suas memórias, diz o seguinte: “*Eu estudava. O prefeito com uma conversa; ele dava uma ordem [documento], pagava uma roupa; eu tinha 14 anos, mas disse que tinha 16 para pensar que eu tinha idade para votar*”.

Continua a fala sobre um desejo seu, esse seguinte: “Eu deslumbrada com uma bota. Eu escolhi tanto e encontrei o sapato que eu queria. Quando eu falo em ordem, a vendedora fala: “né aqui, não! Venha comigo!” Me levou pro fundo da loja. Olha aqui os tênis que o prefeito mandou doar. Era um Conga! – desdenha o modelo de sapato na sobressalência da decepção: “Quando eu decidi por uma bota Dakota, me deram um Conga!”.

Conga é um sapato popular na minha época de criança, usado por pessoas pobres, consistia em um modelo de sapato baixo, de tecido parecido uma lona, da cor azul marinho,

com a frente de borracha arredondada e de cor branca, ainda tinha cadarços da mesma cor do tecido. O sapato do tipo conga e a chita assumem uma proporção de indicadores de pobreza.

Neste trabalho, atravessando as memórias, narrando histórias de espaços, de pessoas, da cidade, as narrativas de minhas interlocutoras fizeram emergir lembranças de minha infância. O desejo de Nena em ter uma bota, me remeteu à lembrança do meu desejo de ter uma basqueteira, uma bota de tecido, cadarços e de cano alto, muito comum na marca *Al Star*. Lembranças surgidas na imersão do passado daquele que enuncia evocaram produções na memória de quem pesquisa. Eis o campo!

As memórias narradas por Nena fizeram lembrar do meu passado, como disse. Na minha adolescência, eu tinha uns doze anos, um tio me prometera uma basqueteira. Nessa época, era uma grande moda, principalmente, na minha escola que era uma escola pública referência nos jogos escolares de basquetebol. Eu não jogava basquete, mas intencionava a basqueteira. Então, esse desejo fez-me andar perdida até o trabalho de meu tio em um bairro tradicional da cidade, Jaguaribe. Marcou-me o sofrimento de estar perdida, mas acabei encontrando seu lugar de trabalho, uma repartição pública chamada CINEP, uma companhia com a finalidade de promover o desenvolvimento industrial do estado. Aqui, a pesquisadora sente a sensação do desejo de sua interlocutora, embora o imenso abismo social que nos separam, eu consegui compreender o desejo de sua “*bota Dakota*”, mas a minha basqueteira embora de aquisição sofrida, não me foi frustrada. Eu, uma menina branca, mesmo que pobre, tinha um tio funcionário público que me levou ao centro da loja e não “*pro fundo da loja*” como as crianças ‘beneficiadas’ pela “*ordem*” do prefeito na época em que Nena era estudante.

Ser levada para “*os fundos da loja*”, esse lugar tão correlato às casas grandes, “*os fundos*” são lugares destinados socialmente às pessoas negras, alijadas de direitos humanos e de cidadania. “*Os fundos*” eram o lugar destinados à ordem do prefeito da cidade. A “*ordem*” que Nena portava não dava ordem para seu desejo, mas ordenava o seu lugar: o não lugar. Aquele conga era o sapato mais adequado à menina preta, filha de pais de pouca instrução, que laborava na Casa da Maldição, na herança herdada pela avó e pela mãe, nessas mulheres que herdam da colonização a exploração do trabalho e o único pagamento em forma de alimento, pois, na concepção herdada não se tratam de pessoas, pois são meras vidas animais, assim, precisam de apenas uns “*quilinhos de comida*”, são as Marias de nosso país que já são violentadas desde a infância e os direitos humanos não lhe conceberam pois era preciso que fosse percebidas como humanas. Nesse diapasão, para quem é destinado socialmente às roupas de chita, a “*ordem*” legitima o uso do Conga.

1.6 A infância na escola: a marca da cor

O lugar que Nena mais sofreu preconceito racial foi na escola. Ela aponta que sofreu quando criança, mas não entendia. “Eu passei cinco anos sendo alvo de preconceito na escola, hoje, o povo chama de *bullying*. A minha escola era como se fosse. Eu morava numa casa de família, era a casa de uma professora, era a melhor escola de lá”. Continua a fala, diz:

Mas não era normal, não. As pragas quebravam as coisas e diziam que era eu. Se eu tinha uma mochila barata, os meninos jogavam pra cima. Eu chegava cedo, a escola era longe, ficava esperando quem ia abrir, aí, meu amigo entupiu o cadeado, quando a diretora chegou disse que era eu. E eu fui entender com um tempo que isso era racismo. Ele pegou o fósforo e entupiu o cadeado. Então, eu passei cinco anos na escola passando preconceito. Mas eu metia o cacete naquelas pestes. Aí, eu ficava de castigo porque eu era negra e filha de pobre! (Nena, 2024).

Ainda, narrando com seu jeito sarcástico, com um corpo de expressões jocosas, com aquela dicção emblemática dada à ausência de dentição e à sua velha prótese, diz que “(...) *Compraram uma roupinha bonitinha, uma meia calça e um sapato de verniz pra mim*” - rir com jocosidade no momento que narra. Ainda diz isso: “*É hoje que paga!*” – faz referência à vingança de ter, no momento em que era oradora, feito o discurso sobre “*sair desse inferno*”, a escola. No fim, pontua:

Eu não entendia o que era preconceito! Mas, hoje? Todo esse sofrimento foi falta de conhecimento de pessoas que lidavam com educação e, de mim mesma, que não sabia meus direitos. Até por que não tinha meus direitos. Eram tudo bem guardados, bem abafados, mas, hoje, eu sei, viu?

Pergunto se havia uma parte do seu corpo alvo de mangança, então, revela que era apenas a sua cor. O *bullying* que consiste em atos repetitivos de agressão a um sujeito social não aceito na escola, configurado na violência do racismo aos estudantes de cor negra ou de traços fenotípicos da raça referida, é recorrente em torno de uma “zoação”, “mangança” (Silva, 2023, p. 89). O racismo se encontra espalhado nas instituições, não apenas na escola. As práticas e interações sociais estão envolvidas de racismo, pois “o racismo é estrutural” (Almeida, 2019, p. 51). Nesse cenário, “é difícil ser negro no Brasil porque fora das situações de evidência, o cotidiano é sempre muito pesado” (Santos, 1983, p. 24).

“Os direitos humanos constituem uma ferramenta preciosa para se interpretar e criar uma realidade social numa dimensão humanizadora” (Dias, 2014, p. 107). “A Educação em Direitos Humanos entende que a escola deveria exercer um papel de humanização a partir da socialização e da construção de conhecimentos e de valores necessários à conquista do exercício pleno da cidadania” (Candau, 2000, p. 12). Destarte, a relevância de refletir os direitos humanos

nas práticas pedagógicas são grandes trajetos para se respeitar as diferenças, não as transformando em desigualdades sociais.

Nena lembra que tinha “*notas máximaaaa!*”. Revelando isso: “*Eu não aceitava nem um nove. Uma vez, veio nove vírgula nove. Aí, eu fui perguntar porque não foi um dez. No terceiro bimestre, eu já estava passada por média. Dava na cara mesmo! Eu gostava de estudar!*”. Nesse encontro, pergunto por que deixou de estudar, como resposta diz isso: “*Porque eu disse: mãe, vou namorar com quantos anos? Ela dizia com 18. Aí, com 18 ninguém me quer mais, não! Aí, fui namorar. Amizade, você finge que foi para escola, entendeu?*”

Continua a falar de sua infância no tempo em que estudava dizendo que “*tem a festinha de quem passa de ano, né? Aí, tem a oradora, não sei o quê, né? A pessoa que sabia ler melhor, sem gaguejar, a oradora. Botaram eu, mulher!*” - Dando continuidade a conversa, diz:

Aí, me mandaram roupa, fui bem chique. Aí, me deram um papel, eu disse: “eu já sei!”. Me deram um dia antes, um papel, pra me ficar. Aí, eu disse já sei; ela disse: “diga!”. Aí, eu disse. Mas na hora eu disse: “eu odeio essa escola desde o dia que eu cheguei. Eu quando cheguei aqui fui humilhada pela diretora, pela vice-diretora, pela professora, estou saindo desse inferno. Eu passei cinco anos sofrendo pra dizer isso agora, Tchau!!! Acabei a festa!

Quando cheguei em casa foi um pau, em não sabia onde apanhava tanto. Eu dizia: pode dar! Pode dar!

A fala de Nena diversa daquela que a diretora estabeleceria quando “*deram um papel*” consistia em um fala nos moldes da disciplina que controla os corpos. A escola representa espaço social que consiste em um “o que permite e o que proíbe essa ou aquela espécie de discurso” (Ricouer, 2007, p. 158). Nena agencia as regras da escola, motivada pelos rótulos e pelos apontamentos das ações que não eram de sua autoria. Mas o fato de ser “*preta e pobre*” era apontada como a menina que “*entupiu o cadeado*”, até perceber que tudo isso era “*racismo*”.

O estigma é a “síntese do indivíduo que é inabilitado para a aceitação social plena” e refere-se a “um atributo profundamente depreciativo” (Goffman, 1963, p. 8). O “*inferno*” trazido no discurso de Nena no dia da festa na escola é o inferno da segregação pelo racismo. A classe social também é considerável para causar abismos entre os atores sociais. Nena estudava em uma escola pública, mas, certamente, sua condição de pobreza era sobressalente aos outros estudantes, Nena era marcada por ser a “*empregada da empregada*” e por ter estado na prostituição.

As frustrações de Nena a levaram às considerações seguintes: “*Essas coisas, então decidi roubar*”. *Mas antes de “roubar”, diz: “Fui para a prostituição. Aqueles vêem fedorento. Não deu certo!*”. Nena sai da exploração do trabalho e inicia outra violação de direitos, pois,

“No primeiro programa, nem comeu e levou meu dinheiro (nesse momento, faz gestos de que o velho lhe tocara os seios)”. Emerge das memórias, isso: “Eu feliz com cinquenta reais. Aí, ele abriu minha mão e levou o meu dinheiro. Eu vi que programa não dava pra mim. Aí, depois, fui roubar”. Ainda acrescenta em seu diálogo que, “(...)Quando ia pra missa com minha mãe, eu jogava o dinheiro no chão; pegava para ela ver que eu estava achando, pois eu via as dificuldades”. Revela que dava o dinheiro à mãe, mas para não suscitar desconfiança da origem ilícita, agenciava fingindo.

1.7 Etnografando com Nena: a imersão na prisão

Presa em 2006 por latrocínio – roubo seguido de morte – aos 28 anos de idade. Ela que na época, tinha dois filhos pequenos, uma menina de cinco anos, Carolina e um menino de um ano de idade, Paulo Sérgio. Nena fez até o sétimo ano do fundamental, nascida em Solânea, era casada como um homem que “era bom”, mas “estava num casamento falido”, foi quando conheceu um jovem mais novo com 18 anos de idade.

Ela disse que foi uma paixão, que Rita, sua atual companheira, não gosta que fale desse homem, que foi ele que atirou na vítima no empreendimento, na “mola” – trabalho, que, no caso, foi a razão de ter ingressado pela primeira vez na prisão. Ela disse que essa antiga paixão “já está solto”, fazendo referência a estar livre da prisão e, atualmente, são amigos. Perguntei o que ser uma mulher no crime, então, me responde isso:

entrou no crime por ter oportunidades de conhecer pessoas que eram do mundo do crime, porque a mulher ama mais que o homem. É burra! Vai e precisa passar por uma situação grande; vai, se acha tão inteligente; mentira, é burra! Não tenho raiva, vidas foram destruídas, porque ele era jovem demais. Esse rapaz que me eu praticou o crime junto, ele me tratava bem. De todos, que eu já tive é o que Rita morre de ciúmes (Nena, 2024).

Ainda, faz considerações a respeito do seu ingresso no mundo da criminalidade, revelando que “saiu de casa, pois deixou o marido com os dois filhos”. Nena disse:

meu marido trabalhava, era marido bom. Eu tinha cartão de crédito na minha mão, casinha boa. O problema foi o álcool na vida dele. Eu fui burra, eu poderia ter edificado minha casa, poderia ter procurado ajuda para ele, pois eu conhecia vereador. Foi aí, minha grande burrice. A separação aconteceu, ele dormia e acordava bebo.

Percebe-se a naturalização de uma passividade das mulheres quando estão no mundo da criminalidade. Sobre isso, comumente, seu ingresso no crime costuma ser observado como uma consequência das ações de seus companheiros, imbricado ao homem. Tal direção de raciocínio, consiste em uma dominação masculina na formação de tal ideia, uma vez que, nesse

pensamento, a mulher se constrói em uma submissão, sem agência, apenas na reprodução dos comportamentos masculinos. Contrariamente, “Crime é coisa de mulher”, como aponta a antropóloga Luciana Ribeiro de Oliveira (2012). Há que se evidenciar que ligar a mulher ao crime por questão de amor consiste em romantizar o lugar da mulher na estrutura social. A estrutura social está sob a égide de regras androcêntricas, ditando quem tem atividade e passividade nas práticas e interações sociais.

Não obstante a construção social sobre essa passividade da mulher, inclusive, no crime, não significa que, embora a ideia central é ligar a mulher a um companheiro, sendo tal ideia permeada de dominação masculina conforme supracitado, não implica na verdade de que há casos em que a “*paixão*” foi considerável para tal ingresso. No que tange à Nena, observamos que embora evoque “*a paixão*” por esse homem dez anos mais novo, por mais que tenha largado os filhos pequenos, marido, casa, cartão de crédito, ela traz em suas narrativas que, desde criança, “*decidiu roubar*” quando os óbices da vida lhes assolaram por meio do trabalho infantil e da prostituição. Nena é enfática que foi preferível roubar a ter “*aqueles velhos nojentos em cima dela*”, conforme pontuou.

Nena “*decidiu roubar*”. Sobre isso, em cada crime, há condições específicas, individuais, de ações, e uma linha de interpretação, um processo emocional de seduções e compulsões. Contrariando a maneira positivista de análise do crime, tendo em vista que comprehende que os fatos históricos e sociais são relevantes à análise; acrescendo ainda que nenhuma teoria consegue explicar as formas heterogêneas da ação criminosa, levando a crer que não é possível falar de uma teoria geral do crime, assim, a cada caso, é preciso construir uma teoria para explicar o fato em particular, tais como: condição social e econômica, gênero, etnia, provocação do ofensor pela vítima, aponta Bandeira de Melo (2010).

“*Eu acho que atrás disso, a infância mexe muito, né não?*”, indaga-me. Nessa pergunta, comprehendi que queria meu ponto de vista, certamente, de uma mulher instruída que se encontrava naquela cozinha na qualidade de pesquisadora, de uma mulher com ligação ao conhecimento. A infância de Nena se encontra nesse trabalho uma vez que a mesma emergiu na etnografia. Ela que tem inteira compreensão de que realizo a pesquisa sobre seu trabalho na prisão, traz as narrativas da infância interligando-as às condições atuais: o labor na liberdade condicional. Em campo, o etnógrafo escreve o que os sujeitos de pesquisa lançam aos ouvidos que, quando escritos, são lançados não como ruídos, mas como verdadeira escuta. Nesse diapasão de história de vida presente e passada no que tange a Nena, ela que faz uma pergunta e, concomitantemente, imerge na própria resposta que “*a infância mexe muito*”.

1.8 Na escuta de Rita: prisão, química e família

Conheci Rita em um dia que estava a trabalho, fui levar um ofício àquela secretaria. Nesse dia, havia percebido sua presença no órgão. No primeiro dia, estava na cozinha que fica na lateral do elevador, no quinto andar do prédio do Centro Administrativo, situado no bairro tradicional da cidade, Jaguaribe. Por estar na cozinha, supus, imediatamente, que seria uma pessoa que tem história com o sistema prisional, como se diz na forma comum na sociedade, uma presidiária.

Rita, mulher branca, 46 anos, com rostos marcados por rugas profundas nas laterais das maçãs do rosto, dentes que faltam na região central, cabelos longos, usados sempre presos, mulher magra, tem cerca de 1, 60 cm de altura, se veste com roupas masculinas. Percebi que disfarçava os seios meio que os apertando em uma peça íntima, uma espécie de sutiã. Ainda, apresenta trejeitos masculinos na fala. Ela é sempre muito ágil, movimenta-se fácil com seu corpo magro, observei que transitava nos andares de forma rápida, serelepe, com a facilidade daquele corpo esguio. E, Rita é uma figura que inspira, à primeira vista, simpatia. Ela tem em seu vocabulário muitos jargões dos lugares sociais (De Certeau, 1996) em que habitou, de seus trajetos de vida: cadeia e cracolândia.

Rita fala que ela e sua mulher, Nena, “é *trinca*”. Explicando em seguida isso: “*lealdade*”. Ainda que tem que fazer “uma mola”, um trabalho para que viva bem com sua mulher. Nesse momento, fez referência a trabalho lícito. Mas no tocante à expressão, em outras idas a campo, percebi que “*mola*” é um termo que corresponde a trabalho de toda e qualquer natureza, seja lícito ou ilícito. Enfatizo que ao me narrar estava se referindo à licitude.

Nos nossos encontros na cozinha, percebo que Rita gostava de ser gravada, ela mudou o timbre da voz para que o áudio alcançasse sua fala. Rita quase que não fica na cozinha, trafega nos dois andares, o quarto e o quinto andar, em que funcionam a Secretaria de Administração Penitenciária deste estado.

1.8.1 Rumo à Cracolândia

“Morar, é narrar. Fomentar ou restaurar esta narratividade, é também uma tarefa de reabilitação” (De Certeau, 1996, p. 84). “*Aquela Praça do Comando Geral, que é mais conhecida como Praça da Gala, tem gente que tem trinta anos consumindo naquela praça, como é que não consegue acabar com aquilo? Porque dá dinheiro, a Cracolândia da praça*”, aponta.

Imagen 1 - Praça Aristides Lobo, com visão do Comando-Geral da Polícia Militar



Google Street View (2024)

A “*Praça da Gala*” ou “*Praça do Comando Geral*” referida por Rita se trata da Praça Aristides Lobo. Ao referir como “*Praça da Gala*”, eu já a identifiquei, pois é algo muito corriqueiro tal denominação jocosa na cidade. A referência que se faz dá-se por ser ponto de prostituição. Algumas vezes, já observei homens e mulheres com traços de uma relação que imbricava e sugeria o ato supramencionado.

Na minha infância, morei no centro da cidade, e costumava ir com minha mãe, Dona Ivanilda, naquelas lojas comerciais. “*Aquela Praça do Comando Geral*” marcaria minha vida de criança, pois era também conhecida por ser um lugar em que fotógrafos conhecidos como Vuco-vuco ou Lambe-Lambe, denominações imbricadas às fotografias 3x4. Naquele tempo, década de 70 e 80, as máquinas conhecidas por “*Lambe-Lambe*”, os profissionais enfiavam a cabeça em um pano de tecido preto, que ficava por trás da câmera fotográfica; o cliente se sentava num banco de madeira, de frente para a máquina. O profissional tinha em seus materiais pentes e espelhos para seus clientes se ajeitarem para uma boa foto. Nesse tempo, era onde as pessoas de camada popular retiravam suas fotografias para confecção de documentos. As minhas eram para as carteiras de estudante.

Imagen 2- Avenida Beurapaire Rohan¹



Fonte: Google Street View (2024)

Rita faz referência à “*Cracolândia do centro*”. Nesse espaço, eu, sem perceber, entrei nas ruas estreitas e estacionei meu carro. Um dia em que estava em diligência, trabalhando enquanto oficiala de justiça da cidade de Cabedelo-PB, cidade da região metropolitana, uma cidade portuária, fui nesse dia levar um ofício ao Comando-Geral. Assim, precisava estacionar para chegar ao destino. É muito complicado achar uma vaga de estacionamento no centro da cidade, em especial, pela manhã naquela adjacência, mas achei uma rua em que quase não havia carro, uma rua por trás da Avenida Beurapaire Rohan, avenida central, adjacente à “Praça do Comando”.

Nessa rua, tomei um susto, não sabia que era a Cracolândia. Assustei-me ao ser abordada por um usuário, embora nada me fizera, mas, ao bater no vidro do meu veículo, na porta do motorista a me pedir dinheiro. A sua aparência me chocara, sua roupa caía do corpo, e ele, numa atitude de subi-la, sem muita coordenação motora, puxava o calção para cima. Um corpo marcado pelas manchas que davam o aspecto de sujo. No cair e subir baixo, era o movimento daquele trapo de roupa naquele corpo marcado pelo crack. Não tinha dinheiro, mas retirei de minha bolsa uma barra de cereal e lhe dei, aceitando-a. Ao olhar para os lados, a pior visão que tive: uma criança que aparentava uns doze anos deitada naquele cenário sombrio. Naquele dia, compreendi o porquê de ter estacionado facilmente naquela rua que segue na imagem abaixo, a Cracolândia que emerge nas narrativas de Rita.

¹ Se pronuncia bôrreperroan, mas as pessoas da cidade mais antiga, a conhece pela B Rohan. A Cracolândia funciona por trás da avenida, em ruas estreitas e becos que compõem o lugar social.

Imagen 3- Cracolândia do centro da cidade de João Pessoa-PB



Fonte: Site MaisPB (2024)

Em busca de imagens da Cracolândia do centro da cidade de João Pessoa-PB, a única imagem que me reportou ao reconhecimento do lugar foi essa acima, encontrada na internet, oriunda da reportagem sobre a presença da polícia militar no controle social dos corpos, a biopolítica (Foucault, 2008) – controle da população de uma determinada região - na higienização social do lugar, o centro da cidade. “O território urbano torna-se o campo de batalha de uma contínua guerra espacial, que às vezes irrompe no espetáculo público de motins internos, escaramuças rituais com a polícia” (Bauman, 2013, p.22). Na reportagem, as narrativas no “salvar vidas”, no discurso que oculta o não dito: retirar do lugar, o feio, o sujo, o abjeto. Vejamos:

A Polícia Militar está ocupando desde as primeiras horas da manhã de ontem, quarta-feira (25), uma rua localizada no Bairro do Varadouro, em João Pessoa, identificada por Cracolândia, disputada por traficantes e viciados em drogas. Segundo o coronel Carlos Roberto Sena, comandante do 1º Batalhão, o ônibus instalado no local ficará definitivamente.

No primeiro dia da ‘ocupação’ cerca de vinte policiais percorreram toda a rua, entraram nos estreitos becos e conversaram com os moradores. Revistaram quem estava na rua, ainda chegaram a apreender cachimbos artesanais usados para fumar crack e avisaram que a Polícia Militar não sairá mais do local.

Na Rua Duarte Lima, que dá acesso a Cracolândia, foram instalados redutores de velocidade, inclusive, disse o coronel Sena, todos os veículos que trafegarem por aquela via que une as ruas Beaurepaire Rohan e a Maciel Pinheiro serão revistados, inclusive os ocupantes.

O objetivo da permanência de policiais naquela comunidade é reprimir o tráfico de drogas e, ao mesmo tempo conscientizar os moradores que a presença é essencial para a segurança deles e, principalmente para os pequenos comerciantes do local.

“Recebemos muitas denúncias de tráfico de droga nessa localidade, conversei com o comandante geral que apoiou nossa iniciativa e agora vamos ficar aqui, de forma permanente e com um único objetivo, salvar vidas”, revelou o coronel Sena (MaisPB, Cardoso Filho em 26 de outubro de 2017).

No que tange à presença da polícia na Cracolândia, anunciando o “*salvar vidas*”, trata-se da limpeza social do lugar habitado por corpos que são observados com abjeção. O vício na droga, conforme enunciou Nena, consiste em “*problema de saúde*”. Embora seja uma questão de saúde pública, há uma omissão do Estado [grupos elitistas, brancos e androcêntricos] em estratégias que levem as pessoas à procura de tratamento. Reporto-me à questão do uso do crack, sem levantar quaisquer discursos em torno de um conservadorismo moral. O que presenciei na Cracolândia no dia em que estacionei meu veículo foi corpos que anunciaiam a miséria humana, deitados em calçadas naquela rua estreita que se comunica com os becos por trás da Avenida B. Hoan, como é conhecida.

Sobre a imagem referida, observemos que o ônibus da polícia fica num ponto estratégico, em uma espécie de panóptico (Foucault, 2015) – lugar estratégico de vigilância de corpos nas prisões – O ônibus exerce nesse espaço, uma espécie de delegacia móvel, assumindo a estratégica posição de ficar estacionado na rua em que vi os usuários do crack, mas também defronte a um beco que são lugares que funcionam como o fluxo da Cracolândia.

Em uma etnografia de documentos por mim realizada no ano de 2017, cujos resultados foram discutidos em uma tese de doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia por esta instituição, observei muitos depoimentos dos policiais que efetivaram prisões em flagrante por encontrarem crack nos buracos dos tijolos dos casebres das casas nesses becos. Essa região foi central nas prisões em flagrante da maior parte dos 48 autos por mim etnografados, cujos depoimentos dos próprios policiais emergem a realidade socioeconômica da ‘clientela’ do aparelho de polícia e de justiça, sendo essa: “a miséria que vivem por lá” (Ferreira, 2023).

“O fato de que determinados corpos e sujeitos são removidos – por outros – do espaço emoldurado da lei, da proteção e da comoção supõe que ter condição de ser reconhecido como sujeito não é uma qualidade universal dos indivíduos”, aponta Taniele Rui (2021, p. 85). A autora aponta ainda que “questão do crack” no Brasil esteve intimamente conectado à percepção pública sobre a inferioridade/asquerosidade de sujeitos que, com seus corpos, gestos e atos parecem questionar o processo civilizador (Elias, 1994), adotando outras estéticas, valores e práticas sobre higiene, pudor e intimidade.

Na ritualística do consumo do crack, Rita informa que, “*na Cracolândia, quem usou cachimbo, dispensa a lata, porque o cachimbo é mais fácil de guardar, e de se livrar, que é pequenininho que a gente faz, e a lata é muito grande, fica muito exposta*”. Nesse dia, faz comparação do crack com drogas sintéticas, “*Não importa se é no cachimbo, se é na lata; é a mesma coisa, agora, chic é você pegar uma bala que é pura, aí, vou ver a senhora toda se*

desmanchando, vou ver a senhora toda cabeluda”. Acresce ainda que “*se a gente tomar um banho, no lugar dela baixar, ela aumenta, o tal do doce. Caro não é o cachimbo nem a pedra, caro é coca, docinho e bala, entendeu? Para a gente ficar agitado. Essas são as drogas do playboy*”.

“A cracolândia pode ser pensada como um espaço marcado pela sociabilidade direta de pessoas que se identificam com o território (uma localidade, mas também um território simbólico e existencial” (Adorno *et al*, 2013, p. 9). A Cracolândia é um espaço porque é um lugar praticado. “É um lugar a ordem (qualquer que ela seja) segundo a qual os elementos são distribuídos em relações de coexistência”. Assim, “Há espaço desde que se considere vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo (...) O espaço estaria em relação ao lugar da mesma forma que a palavra quando é pronunciada... Em suma, o espaço é um lugar praticado” (De Certeau, 1996, p. 172-173). Sobre o espaço habitado por Rita exsurge de sua memória isso:

O centro da cidade era movimento, o povo não dormia, depois do crack, mudou. A Rua da Areia era assim - bate nas mãos para dizer que era lotada. Eu morava numa pousada que tinha mais de 30 quartos, era 24 por 48 horas; hoje em dia, o dono faliu, porque os meninos começaram a roubar. Os homens desciam pra Rua da Areia, enquadravam e roubavam tudo, quem descia com uma mulher pra um programa nas pousadas, aí, os boys vinham e enquadravam; aí, isso foi matando o Centro, onde o crack chega deixa destruição. Antigamente, as lojas fechavam de seis horas da noite, hoje, você vai de quatro horas o Centro tá deserto. Hoje você vai para a Rua da Areia, é dois, três cabarés abertos, antigamente, era mais de trinta, você num via nem o chão da Rua da Areia de tão cheia.

O perfil dos homens que frequentam esses cabarés na Rua da Areia, eram “*muitos pais de família; os velhos que fazem empréstimos e vão pra lá; trabalhadores de firma quando recebiam dinheiro*”. Então, “*Quando os velhos saíam das pousadas, as comadres (mulheres de programa) davam a fita e diziam que tinham muito dinheiro*”, por conseguinte, “os meninos já enquadravam e tomavam tudo”. Nesse lugar, “*Hoje em dia, o Centro da cidade tá morto. Morreu! Ninguém vai mais pra Rua da Areia*”.

A linguagem de Rita é bem peculiar, ao falar de “*os meninos já enquadravam*” faz referência a assalto, trabalho ilícito que pode ser declinado por “*mola*”, mas como já pontuei; “*mola*” assume a amplitude do significado do trabalho em geral, ilícito ou lícito, mas também, com o passar do tempo no campo, observei que também concerne ao produto da “*mola*”, como aquilo que se angaria do crime.

1.8.2 Medo do crack: “pedindo uma sentença para ficar” na cadeia

O crack aparece como uma categoria em campo, pois é algo que marca a trajetória de vida de Rita, suas lembranças do passado, mas também delinea seu presente, no sentido de que o crack foi o mote de seu ingresso na prisão, mas também os desgastes das relações familiares, em especial, da supressão da maternidade de suas filhas.

Eu fiquei cinco anos presa, mas fiquei porque eu pedi a juíza, eu tinha onze entradas lá dentro, eu passava três meses na rua, seis meses lá; aí, depois, ia para rua; aí, eu traquinava na rua; aí, ia pra lá; aí como era pequenos furtos, 155, sem a gravidade, sem ameaça à vítima e nada, era só em loja, descuido, entendeu? Sem usar arma nenhuma, sem fazer vítima nenhuma, a vítima era a loja, não era as pessoas, então, esse era meu crime, e como o meu crime era brando, leve não tem sentença alta, porque era 155. Então, ela me dava quatro meses de castigo, me botava pra rua, mas teve um dia que não aguentei mais, pedi a ela para me dar uma sentença que fosse para eu ficar; se ela me soltar, ia voltar pro crack. Eu era dependente química, passei 15 anos aqui no Centro usando essa droga (Rita, 2024).

Sobre a sentença e a fuga do crack, Rita revela isso: “*Eu pedi uma sentença de seis anos, para eu me curar. Eu pensei de onze entradas, ela ia me dar muitos anos, mas ela não me deu, mas ela me deu só seis anos, passei cinco, porque eu quis ficar com ela [Nena] lá dentro*”. As “onze entradas” de Rita se referem à soma de processos criminais a cada prisão em flagrante que a mesma era pega, furtando nas lojas comerciais no Centro da cidade. A partir da primeira prisão, em um espaço de tempo não superior a cinco anos, é o que o ordenamento jurídico trata de reincidência, conforme o Código de Processo Penal (Brasil, 1941).

Ainda sobre sua permanência na prisão como fuga do vício, Rita revela que “*Todo mês a juíza ia lá, porque quem tá nos direitos; ela manda o alvará e bota pra rua. Todo mês ela dizia, Rita quer ir para casa hoje? Não, doutora, eu ainda não sou recuperada, não. Mas era mais por causa dela, de Nena*”, sobre essa relação de amor entre Rita e Nena, discorrerei em capítulo adiante.

Segundo Rita, “*Quem tem uma sentença de seis anos, não passa cinco anos, passa um e meio mais ou menos, e se você estudar ou trabalhar, passa um ano, mas quando ela dizia, Rita você quer ir embora hoje? Não, doutora, tenho medo de ter recaída*”.

O passado que se faz presente marca as relações de Rita, pois o crack delineou uma ausência inexorável em sua família, pois Rita vivia no Centro desta cidade, na chamada Cracolândia, tempo que durou 15 anos, e, às vezes, que não se encontrava era pela razão de estar presa no Maria Júlia Maranhão pelas práticas delitivas envoltas ao furto em lojas para que angariasse recurso para a manutenção de seu vício.

Sobre essa ausência apontada, Rita narra sua história de vida, diz: “*Quem criou minhas filhas quando eu entrei nessa droga forte, que é a pedra, foi minha mãe. Elas tinham oito anos; a do meio com quatro, e a mais nova com três; tudo a escadinha*”. Ainda sobre as lembranças emergidas na seguinte fala:

Eu não ia em casa. Eu tive três filhos criados pela minha mãe, graças a Deus! As meninas minhas são formadas; uma outra, não, mas vai voltar porque ela faz engenharia da computação na Estácio por causa da filha que teve agora. Foram criadas pela minha mãe, hoje, todo mérito de minhas filhas, não são meus, são da minha mãe, que eu pedi para ela criar e tirar perto de mim porque eu tava tomando uma droga muito pesada e eu não tinha mais psicológico pra elas. E, se eu tivesse arrastado as minhas filhas comigo, hoje, elas não seriam o que são hoje. Eu não abandonei elas, eu protegi elas de uma vida desgraçada que eu estava vivendo, que se eu tivesse arrastado elas três, ou elas tava lá [prisão] presa mais eu ou elas tava no crime porque eu só andava com pessoas que faziam crime. Entendeu? Eu tive que blindar minhas três meninas, tanto que eu passei 15 anos no centro sem ir em casa. A minha mãe mora no Valentina, passei 15 natal, 15 ano novo, 15 aniversário de minhas filhas. Quando eu dizia, hoje, eu vou pra casa o diabo atentava batendo na porta da pousada onde eu morava, um parceiro meu com dinheiro, no dia em que eu escolhi de ir pra casa, ele mandava só a fartura: “Bora, Rita, me ajuda pelo amor de Deus, eu não posso sair, porque eu fiz uma fáta [crime] aí, a polícia tá me procurando. Aí, já esqueci a família, por isso que foi quinze anos” (Rita, 2024).

Em um estudo etnográfico com usuários de crack na cidade de São Paulo, “As mulheres enfatizavam mais a existência de sucessivos fracassos, perdas de laços, relacionamentos, contaminações por HIV/Aids, separação da família, dos filhos” (Adorno *et al*, p. 8). Rita, embora a separação de suas filhas motivada pelo vício no submundo do crack, “porque só andava com bandido”, tem muita a satisfação de que elas deram certo na vida, tendo em vista a boa criação que sua mãe concedera às crianças. Nos relatos, Rita sente a honra de ter decidido por “*blindar as filhas*”, segue:

Aí, quando eu entrei na droga forte, eu pedi a minha mãe; eu não tinha condições psicológicas, e nem minha casa tinha mais condições de minhas filhas ficar; eu morava numa casa alugada e meus amigos quando metiam a mola, iam lá por casa, dividir, cortar, as drogas e eu não queria criar minhas filhas nesse ambiente; eu queria proteger elas, pelo menos, elas.

Para não se envolver com bandido, eu já vi, mãe lá dentro [prisão], criança que ia visitar e hoje tá lá, mãe e filho. Se eu não tivesse feito isso com minhas filhas, elas iam tá lá dentro mais eu porque crianças iam visitar a mãe, porque foi para a desgraça e arrastou até os filhos. Eu blindei minhas filhas, passei 15 anos no Centro, na Cracolândia, ninguém sabia que eu era mãe. Eu andava por tudo que era canto, na Rua da Areia, Pavilhão, Mercado Central, todo esse Centro eu andava a madrugada, ptodinha, passava quatro a cinco dias sem dormir.

Meus amigos iam pra minha casa, pra dividir as ideias e guardar as molas. Aí, num ia criar minhas filhas num ambiente desse, porque o tal do bandido tem uma lábia e é bonito. Se eu criar minhas filhas no meio desses porras, daqui a pouco, tão na porta de presídios visitando marido porque eu só andava com bandido. Se eu num tivesse feito isso, tava com quatro filhos na porta de presídio. Eu blindei minhas filhas!

A maternidade para Rita de álbum com fotos vazias durante quinze anos, quiçá ainda tenham páginas esvaziadas pelo crack e pela prisão pelo vício, as práticas delitivas para sua manutenção. Em conversa com Nena, comadre de Rita – assim se denomina quando é a companheira no sentido de esposa. Ela, na cozinha, me diz sobre um episódio que diz respeito à relação de Rita e as filhas, narra que estava solta e Rita estava aprisionada, assim, passou a pedir à uma das filhas de Rita recursos para levar alimentação, o jumbo (Godoi, 2015), as dádivas (Ferreira, 2018; Ferreira, 2020) e material de higiene para a mesma. Faz essas revelações: *“Eu disse para a filha dela: você que é uma médica sabe que o usuário químico é uma doença. Sua burra! Não se preocupe, eu peço a qualquer pessoa, mas, na sua porta, eu não bato mais, não. Estava pedindo alimentação e material de higiene pessoal”*.

Nesse dia, ao falar sobre não falar com as filhas de Rita, eu me recordei que a mesma havia dito que as filhas gostavam muito de Nena. Nesse momento, interpelei sobre o que Rita havia me dito. Então, me diz isso: *“não era por mim. Eu era um cano de escape!”*. Pergunto o que seria um cano de escape, responde: *“eu resolvi o problema delas: tirei a mãe da droga. Eu fiz o que elas não tiveram coragem, porque o abandono da família é muito pesado”*.

Ainda sobre a blindagem das filhas que Rita fez para que as mesmas não ingressassem nesse mundo da criminalidade em que Rita estava submersa, de maneira enfática, enuncia isso: *“Eu blindei minhas filhas de mim!”* - Na fala dá a possibilidade de sair do vício, pois *“Para você sair daí, você tem que se agarrar com Deus, porque só sai dali dentro do caixão. Euuento as meninas das antigas no dedo: Lolô, eu e Maira, e Bob e Maria da Faca. É difícil sair dali!”*

Na Cracolândia e no mundo do crime, *“Ninguém sabe que eu tenho três meninas, eu blindei minha família, se eu não tivesse feito isso, elas não tinham o que tem: uma é biomédica, um é elétrico, outra faz engenharia de computação na Estácio, mas ela teve criança, tá de licença-maternidade, mas vai volta”*. Nesse instante, pega o celular, abre o aplicativo do Wathsapp e me mostra falando isso: *“É essa aqui, olha!”* - mostra-me a foto de perfil da filha no celular – por essa imagem percebi que tem os cabelos longos negros igual aos seus.

A avó materna que *“teve todo o mérito”* em ter criado as netas, e, hoje, elas serem formadas nos cursos mencionados, conforme o reconhecimento de Rita. A sua mãe falecera quando estava aprisionada *“lá dentro”*. Sobre estar presa quando a sua mãe morrera, diz que *“deu muito desgosto porque, quando chegou em casa, a mãe não tava”*. Rita finaliza a fala com a lembrança: *“o sonho dela era me ver curada”*. A mãe de Rita que era uma mulher evangélica, *“tinha os joelhos com cicatrizes de tanto orar”*. Nos momentos de orações, *“colocava aqueles, relógios antigos para despertar de duas horas da manhã; passava horas*

com os joelhos e testa no chão, para nem o diabo escutar. A melhor oração é a mental, porque nem o diabo escuta, foi essas orações que salvou a minha vida”, acredita.

No que tange a “*(...) todo mérito de minhas filhas, não são meus, são da minha mãe, que eu pedi para ela criar (...)*”, “*(...)emerge a importância social, econômica e afetiva dessas avós maternas para as crianças, pois sem elas, as crianças circulariam alhures* (Ferreira, 2023, p.131). Sobre circulação dessas crianças ligadas aos pais presos, em especial, às mães presas, a não se observaram andanças, pois, são ínfimas, uma vez que, segundo os dados etnográficos, estar com a vó materna é estar em uma maternidade compartilhada porque “mãe e vó se confundem (Ferreira, 2020, p. 51). Assim, “*(...) pode-se dizer que a regulação da maternidade não termina ou começa em determinada geração ou recorte temporal. Ela atravessa gerações, também em um contínuo, em que filhos e netos funcionam como os pivôs dessas relações de cuidado que se estendem e se confundem*”, aponta a antropóloga e professora da Universidade de Brasília, Rosa Carneiro Giatti (2020). Por fim, “*as avós maternas têm grande participação na vida das crianças, constituindo a rede de apoio de suas filhas, as mães presidiárias*” (Ferreira e Pires, 2021, p. 368). No caso, em especial, de Rita que imergiu na prisão pelo crack, assim, envolta em uma prisão dupla.

1.8.3 Ingressando nas drogas

“Foi curtição com amigos, antigamente, chamava festinha americana, eu tinha 18, 17 anos. Eu comecei com álcool, passei para a maconha, aí, passei para a droga química: o pó, a pedra, entendeu?”

Rita continua a narrar fazendo revelações a respeito das consequências de ter sido uma usuária de drogas, consequência para além de seu aprisionamento no Maria Júlia Maranhão, pois faz tais observações: “*Aí, você desbaratina; você esquece de amar a família; você esquece de amar a si próprio; você vira um escravo dela. Eu fui escrava do crack 15 anos nesse centro da cidade*”. O mote do crime emerge das narrativas de Rita, pois o vício que a aprisiona lança-a nos paredões do cárcere. Assim, “*os furtos eram para manter meu vício porque eu usava todo dia, eu furtava em todas as lojas que eu pudesse entrar*”.

Pergunto a Rita se o seu corpo anunciava ser uma usuária de crack às pessoas das lojas em que praticava seus delitos. Em seguida, responde-me isso: “mas não dava para ser discriminada porque eu entrava becada [elegante]. Eu entrava como uma cliente, entendeu?”.

Ela conta seu *modus operandi* para suas práticas furtivas, diz: “*Quando eu ia, eu não ia drogada. Primeiro, eu metia a mola na cara, sem usar nada. Aí, depois que eu conseguia o dinheiro, que eu fumasse, poderia me dar dez mil que eu não saía de dentro daquela pousada, porque a viagem era que a polícia ia me pegar na rua ou a minha família ia me ver*”.

Em diálogo, fiz a Rita a pergunta sobre se recebera ajuda do Estado. Assim, sua resposta reverbera a total ausência de ajuda, a omissão de um órgão público revela-se em sua resposta de quem lhe efetivou auxílio:

Tem sim, grupos evangélicos que vão dar comida a gente de noite no centro da cidade; tem clínica no Conde, mas a gente tem que ter força de vontade. Eu não queria! Eles chamavam para quem quiser ir para essa clínica, eles vinham de microônibus, mas dois ou três iam. A Igreja Cidade Viva tem esse projeto lá no Conde, de graça, mas não adianta ir sem ter vontade, se for para agradar mãe e filho, você tem recaída quando sair de lá.

Ao escutar seus relatos, em especial, “*se for para agradar mãe e filho, você tem recaída quando sair de lá*”, nesse instante da narrativa, recordei-me da atual Lei de nº 13.840 publicada em 5 de Junho de 2019, proposta pelo senador do partido político, PODEMOS, o senador Styvenson Valentim, lei essa sancionada pelo atual presidente da república da época, Jair Messias Bolsonaro, um governo marcado por desmantelamentos de projetos sociais. Sobre a internação involuntária, melhor denominada, compulsória, a lei traz o seguinte:

Art. 23. O tratamento do usuário ou dependente de drogas deverá ser ordenado em uma rede de atenção à saúde, com prioridade para as modalidades de tratamento ambulatorial, incluindo excepcionalmente formas de internação em unidades de saúde e hospitais gerais nos termos de normas dispostas pela União e articuladas com os serviços de assistência social e em etapas que permitam:

II - internação involuntária: aquela que se dá, sem o consentimento do dependente, a pedido de familiar ou do responsável legal ou, na absoluta falta deste, de servidor público da área de saúde, da assistência social ou dos órgãos públicos integrantes do Sisnstad, com exceção de servidores da área de segurança pública, que constate a existência de motivos que justifiquem a medida. (grifo meu)

§ 5º A internação involuntária:

I - deve ser realizada após a formalização da decisão por médico responsável;

II - será indicada depois da avaliação sobre o tipo de droga utilizada, o padrão de uso e na hipótese comprovada da impossibilidade de utilização de outras alternativas terapêuticas previstas na rede de atenção à saúde;

III - perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável;

IV - a família ou o representante legal poderá, a qualquer tempo, requerer ao médico a interrupção do tratamento (Brasil, 2019).

Ora, a internação compulsória positivada na lei referida vai de encontro à experiência do vivido de Rita. Se para Foucault (2014) para se compreender a prisão é necessário ouvir o preso; para se compreender o fenômeno da cura da droga é necessário ouvir o usuário. Observo na internação involuntária, um controle social dos corpos, a força do Estado, elite branca, rica

e masculina, e a medicina a serviço do poder, assim, bem delineada no saber a serviço de poder tão bem explanado no pensamento foucaultiano.

Em um estudo etnográfico realizado entre maio de 2011 e junho de 2012 na região em que funcionava a antiga rodoviária de São Paulo, um baixo meretrício daquela região, uma espécie de Cracolândia como a apontada por Rita em relação à Cracolândia do Centro de João Pessoa-PB, “os resultados de campo mostram que estamos lidando com questões muito mais complexas como acusação, exclusão e encarceramento de uma parte da população de cidadãos”, pois os autores consideram que “a opressão de uma parcela significativa de jovens e adultos jovens brasileiros que passam a ser destituídos de direitos e pensados como seres que devam ser retirados da visibilidade das ruas e trancados em instituições” (Adorno *et al*, 2013, p. 5). Para os autores,

O uso de um produto como o crack, se insere como alternativa contemporânea do mercado das drogas de grande adaptabilidade a um mercado com vendedores/consumidores pulverizados e com potencial de redução de custo final em função de sua expansão em escala. Além disso, ele possibilita alternativa de riscos mais reduzidos em relação à droga injetável vem responder a uma lógica de tornar visíveis como consumidores uma parcela da população segregada e marginalizada institucionalmente, seja por seu pertencimento aos circuitos de trânsito e moradia nas ruas; seja pela sua condição de trabalhar nas franjas entre os legalismos e os ilegalismos urbanos, e assim tornar-se também usuária do sistema prisional (Adorno *et al*, 2013, p. 11).

Entre os ilegalismos apontados acima, Rita tinha “*onze entradas lá dentro, (...) passava três meses na rua, seis meses lá*”. A história de vida de Rita em relação à prisão está iminentemente imbricada ao vício do crack, assim, Rita se encontrou imersa em uma dupla prisão.

1.8.4 “*basta uma vez*”: No caminho do crack

Rita disse que faz tempo que não usa o crack. Diz que “*tem que evitar, evitar as companhias que você andava, evitar o ambiente que você frequentava, evitar o álcool*”. Rita descreve como se inicia o vício a partir de sua experiência do vivido. Nesse trajeto,

Você começa com a cerveja, uma, dois, três, quatro, aí, quando você tá embriagada, você já quer fumar, aí, você já volta pra fumar pedra. O álcool é um caminho a outro tipo de droga. Então, o álcool é meu pior inimigo. Se eu beber, eu tenho recaída, eu sei disso, por isso que evito álcool. Você tem que evitar, não existe eu vou tomar só essa cerveja, vou fumar só essa pedra, depois que você tomou a primeira cerveja, se você tiver mil reais no bolso, você gasta de cachaça, aí, a cachaça vai puxar aquela outra droga que você usava.

Eu dormia pensando na droga. Começando assim, festinha, uma cervejinha, fumando, depois, uma pedra; foi em festinha de amiga, adolescente, eu tinha 14 anos pra 15 quando comecei a pegar maconha; foi nas festinhas americanas, essas que as

mulheres levam a comida e os homens a bebida, que eu peguei em bomba, aquela juventude, rebelde.

Na passagem acima Rita diz que “*evita o álcool*”; ainda considera que, “*para sair das drogas, é preciso força de vontade; se a pessoa se internar para agradar a mãe, volta, e a recaída é peia! Assim, se a pessoa fumava 10 cigarros por dia; ele fuma, 25*”. Nesse caso, “*o que precisa é de força de vontade!*” Sobre a motivação que foi relevante para a sua saída do crack, revela isso:

quando minha filha foi pro presídio para me mostrar o exame do ENEM; que ela passou em oitavo lugar pra ser biomédica; eu botei meu joelho no chão da cadeia e disse: Deus, nunca mais eu boto essa droga na minha boca, pra eu num envergonhar a minha filha, porque ela me deu o maior presente do mundo; ela tinha tudo pra ser, pra viver no mundo do crime, só que quando eu entrei no crack, eu avisei a minha mãe: eu não tenho condições psicológicas de criar as minha filhas. Aí, minha mãe disse: “que satanás você tá usando, Rita?” Ela sabia que eu fumava maconha. Eu respondi: mãe, é pior que a maconha cinqüenta mil vezes. Aí, ela foi com meu irmão, pegou as coisas das minhas filhas tudinho porque eu já tava fazendo parceria com os meninos, eu ia fazer fita.

Para se viciar, “*basta uma pedra*”, conclui. O álcool consiste em uma ameaça ao retorno no uso da droga. Nesse cenário de receio de retornar ao vício, Rita diz que mudar de ambiente, não andar nos antigos lugares, ainda a “amizade” que vem sendo apontada como o mote principal do ingresso dessas pessoas em liberdade condicional no crime. Como disse Nena, sobre a sua participação em uma palestra na secretaria: “*que não queria ter ido, mas precisava dizer um desaforo a uma apenada, então, acabara gostando de ter ido, pois aprendeu muito, em especial, que “tem que mudar de ambiente, também de rever esses amigos”*”.

As lembranças de Rita sobre as suas experiências que afetaram negativamente fazem compreender que “*o álcool é seu maior inimigo*”. Nesse passado que se faz presente na memória, há uma percepção de fatores que propiciaram uma vida árdua imersa na prisão dupla: o crack e o cárcere. A experiência do vivido a conduz à percepção das causas inerentes ao ingresso no vício e na prisão, causas que se imbricam com consequências. Assim, consideramos que

A verdade é que, se uma percepção evoca uma lembrança, é para que as circunstâncias que precederam e acompanharam a situação passada e seguiram-se a ela lancem alguma luz sobre a situação atual e mostrem como sair dela. [...] em suma, o que importa saber para compreender o presente e antecipar o porvir (Bergson, 2009, p. 81)

Na percepção de Rita sobre o que lhe produz o bem ou o mal, uma vez que teme o crack, por conseguinte, a prisão. Receio esse que ainda traz medo de ter uma crise de ansiedade dada à abstinência, percebido em campo pela necessidade de ter em seus bolsos dois comprimidos de Rivotril. Ora, se como uma forma de conter esses efeitos, “a médica passou um comprimido

de manhã; outro, à noite”, assim, ter em seus bolsos da calça jeans dois comprimidos, remete ao receio, à precaução. Nessa conjuntura de lembranças dos desdobramentos da ausência do crack; memória que faz Rita ser uma mulher que tem precaução por ter medo; assim, “(...) a percepção evoca uma lembrança (...) o que importa saber para compreender o presente e antecipar o porvir” (Bergson, 2009, p.81).

1.8.5 Mulher: as lembranças de uma Cracolândia

Ainda traz histórias de mulheres que se envolvem no crack de maneira indireta, pois a cracolândia produz uma rede de relações para além dos atores sociais usuários, pois há quem vende, há presença de agentes do Estado, há pessoas ligadas à religião, pesquisadores dentre todas as sociabilidades que movimentam a dinâmica de um território. Assim, observamos nesse aspecto seguinte:

Eu já tive exemplos de amigos que usavam, quando acabavam o dinheiro, quando o dinheiro acabava começava a comprar fiado, pá... pá...; os boy quando ia cobrar, eles deixavam as esposas no poder dos meninos que vendiam e iam atrás do dinheiro, como uma garantia, se eu não voltar, a esposa tava empenhada, como garantia do dinheiro. Nesse instante em que narra, Nena entra na conversa, diz: é um triste! Eu deixava ele se lascar! A mulher oprimida dentro de uma casa com mais de dez homens, até o marido chegar com dinheiro. Ele podia chegar com dois ou três dias, mas só saía quando o marido chegasse. De tal dia e de tal hora você não chegar; a gente vai cobrar dela, entendeu? (Rita e Nena, 2024).

No que concerne à “*a esposa tava empenhada como garantia do dinheiro*”, tal prática, às vezes, é observada nos presídios masculinos, em que “mães e mulheres” pagam dívidas com relações sexuais, conforme relato de um policial penal, Clístenes Adamilton.

Sobre ser mulher na Cracolândia Rita diz isso: “*Se você for mole, você vira uma escrava do traficante, para vender, pra encaixar; vira uma escrava pra tudo*”. Aponta ainda que “*Ele sabe que a gente vai fumar aquela ideia, aí, bota na mão de nós, porque ele sabe que a gente vai vender, porque se a gente não meter a mola (trabalho), a gente vai pagar com a vida*”.

Sobre encaixar a droga, observo que é algo comum às práticas na prisão, pois, na etnografia que realizei no Maria Júlia Maranhão, apontei que “as mulheres que carregam consigo as drogas, elas se entendem por “encaixadeiras”, sobretudo, por carregarem a droga dentro de sua genitália” (Ferreira, 2020, p. 34). Surgem da memória de Rita histórias de mulheres naquele espaço social, a cracolândia, episódios eivados de violência, assim:

Tem abuso sexual, existe, bicho que chega assim, já perdi amigas minhas que foi estuprada dentro de pousada, estrangulada, entendeu? Porque ali elas vendida. Os meninos diziam: bora eu tou com dinheiro, vou comprar; aí, comprava as drogas das meninas, ficavam depois na abstinência, estupravam,

matavam e circulavam o resto das mercadorias. Perdi uma amiga minha que ela foi estuprada, esquartejada, amarrada num lençol, botada num carro de mão e jogada no lixo do Mercado Central, porque ela não quis comprar a pedra onde ela fez o programa, ela foi comprar a pedra noutro lugar. Aí, disseram souberam, aí, quando ela desceu, os meninos mataram, esquartejaram e jogaram pro lado onde ela comprou a pedra.

Sobre as experiências vivenciadas, Rita recorda que “estava sentada, aí, veio uma mulher com um pau de quatro quinas”. Nesse dia, Rita se defendeu – faz gesto com a mão direita sobre o rosto, aquele que na perícia se chama reflexo de defesa - Rita me mostra onde o pau batera em seu corpo, pois, nesse reflexo que fez para se proteger, o pau pegou em seu pulso - lugar em que tem uma cicatriz profunda. Passa a narrar e, com seu corpo magro e esguio, faz gestos com as pernas de como se defendeu: “*Eu dei-lhe assim; ela caiu e soltou o pau; eu dei-lhe umas palmadas nela. Era pra eu morrer, era pra eu morrer; ela levantando tese que eu tinha roubado mercadoria*”. Rita disse que ia morrer porque roubar mercadoria – droga – é uma maneira de ser morta pelos traficantes do lugar. Em sua defesa, sai e procura o chefe que comanda “a mola” do lugar. Diz isso: “*Aí, fui provar a minha inocência pra eu não morrer; fui procurar o gerente da boca. Eu disse: se fulano viu eu mexendo na mercadoria, por que não foi chamar o senhor? Aí, ele disse: “tem sentido”. Olha, roubar mercadoria e caboeta não se cria em canto nenhum, não. E a morte é cruel*”, aponta Rita.

Na cidade, “viver nas ruas consumindo crack implica estar sujeito a abusos, violações e violências de muitos tipos (arquitetônicas, simbólicas, físicas e políticas), perpetradas por atores variados (cidadãos, traficantes de drogas, policiais, agentes de políticas públicas, etc.), aponta a etnógrafa, Rui Taniele (2021, p. 85 -107).

1.8.6 Crianças na Cracolândia

Direciono à Rita uma pergunta sobre a presença de criança na Cracolândia do centro da cidade, afirmando a existência, pois “Tem menino de 12 anos; tem menino que nasceu na rua”. Rita narra uma história de uma mulher que conheceu naquele lugar em que costumava usar drogas. Emerge de suas narrativas:

tenho uma amiga que o apelido é Índia, toda vez que engravidou, deixa as crianças no hospital. A último filho que teve, quando ela fugiu da maternidade Frei Damião, eu vi India cheia de sangue, eu disse: Índia, e o bebê? Já era o quarto menino que ela deixava na maternidade, teve uma mulher que ajudou dando roupa porque essa mulher queria adotar uma criança. Aí, quando essa mulher foi procurar, ela já estava com a bolsa do bebê.

Tem umas que dá aos bichos que vende a droga, quando uns seguram é porque quer criar a criança. Tem traficante que cria filho de quem é viciado no crack, troca. E ele

sabe se não segurar; abandona mesmo. Agora, teve dois filhos da Índia que a mãe do pai das crianças foi buscar.

Ainda sobre os filhos de usuárias da Cracolândia, Rita traz as experiências que presenciou no tocante à distribuição dessas crianças, diz que “Tem uns que dá os filhos, têm uns que vende”. Na narrativa da ritualística que envolve as crianças, Rita simula as conversas que escutou nos espaços atravessados pelo crack, assim: “*Aí, Oh mulher já que tu num vai criar, então, me dê. Troca, troca. Teve uma que já tava na quarta filha, e deixava na Frei Damião* (maternidade)”, acrescenta.

Rita, para mostrar a potencialidade do vício que o crack promove, traz a informação de que “*já viu pai de família fazer programa com uma mulher e ter curiosidade e fumar uma pedra*”. Assim, para fins de vislumbrar a potencialidade do crack, conclui: “*basta uma vez!*”. Ainda recorda de um servidor público de status, um policial federal, na Cracolândia do Centro da cidade, ao aludir o seguinte: “*Eu vi PF noiado, eu fumava mais ele. Ele tinha uma paranóia: tinha medo de fumar só. Ele gastava em uma semana R\$ 10.000,00, R\$ 15.000,00*”. A percepção que tive sobre a “*paranóia*” do “*PF*” era que fumar acompanhado por Rita lhe daria uma sensação de segurança, pois Rita é uma conhecedora da localidade, certamente, querida, pois Rita tem traços carismáticos que carrega consigo, aspecto que observo em nosso contato e na maneira como é percebida na SEAP.

1.8.7 “A lombra”

Segundo Rita, o crack promove vários tipos de alucinação, “*cada um que tem a sua*”. Dentre as alucinações seguintes apontadas: “*tem gente que vê bicho; que escuta a voz do pai, da mãe; que vê gente andando no telhado*”. Assim, “*tem várias lombras, cada um tinha a sua. A minha era de não sair do quarto porque eu tinha medo, por isso que eu só usava quando eu arrumava dinheiro pra me internar*”. Sobre o internamento a que faz alusão, explica isso:

internar, digo assim, ficar vários dias fumando sem precisar sair, porque depois que eu fumava eu não conseguia fazer mais nada; se eu precisasse de alguma coisa, eu mandava comprar pra mim; eu achava se eu saísse daquele ambiente, minha mãe ia me vê, a minha família ia me vê, ia me arrastar. Aí, eu não saía daquele ambiente, só depois que a lombra passava. Depois que eu comprava e acabava, aí, eu relaxava, aí, eu saía.

A “*lombra*” de Rita era acreditar que sua família estava no quarto da pousada daquela região do Centro, lugar onde a mesma costuma “*se internar*”. Rita, comumente, ouvia a voz de sua mãe, chamando-a, também tinha “*a lombra*” de que a polícia estava lhe perseguinto.

A alucinação de uma pessoa que usa crack é sempre a sensação do medo, entendeu? Tem gente que tem lombra que escuta voz. Tem gente que quando ia pra pousada sozinha, escutava a voz de mulher, escutava a voz dos homens sem ter nada, entendeu? Via bicho onde não tinha (nesse momento, simula pegar inexistente no piso); ficava catando no chão o que não perdeu, ficava destelhando a casa pensando que tinha alguma coisa em cima, esse é o delírio do crack, você usando de dois a três dias sem dormir, entendeu? Eu já tive um delírio e também um apagão; o delírio foi quatro dias sem dormir e pra, pra. Lá, no beco onde fumava, existia um barracão onde um homem fazia sorvete, a gente chamava ele de sorveteiro. Aí, ele chegava cedo de cinco da manhã, eu tava louca, alucinada, daquele modelo, eu alucinei que ele era um matador, aí, eu comecei a pular o muro. Aí, ele mesmo chamou os meninos pra avisar: “olha, Rita surtou quando me viu, ele achou que eu ia no mato fino pra matar ela”. Aí, os caras disseram: “Pô, meu irmão, é porque ela tá quatro dias pernoitada”. Ele falou que foi de repente, ela tava na minha calçada, tu sabe que eu num ligo, né? Quando eu cheguei com o carro, ela já ia pulando. Aí, o pessoal veio me buscar, os boy levou minha cumadi (companheira), não era Nena, não. Eu disse pros meninos, vocês me garantem seu eu sair? Eles disseram: garanto! – ao falar, Marcos interrompe dizendo isso: Já aconteceu comigo, mas foi com cocaína.

Fui pra pousada Santa Rosa, tive outras alucinações: escutei a voz da minha mãe todinha, dizendo: “eu quero ela, eu quero ela”, Minha mãe nunca foi nessa pousada, mas eu estava escutando a voz dela. Aí, eu fui pra ver, aí, foi quando ela me deu um Rivotril pra eu tomar.

Em campo, “(...) escrevemos com sensações (...) e escrevemos sensações” (Deleuze & Guatarri, 2012, p. 196). Ao narrar a passagem seguinte: “*escutei a voz da minha mãe todinha, dizendo: “eu quero ela, eu quero ela”*”, a sensação que tive que, nesse instante, seu inconsciente pedia ajuda, um socorro a alguém que se constrói socialmente como muito especial, a mãe. Por fim, “*a lombra da pedra são segundos, segundos, aí, você já quer mais, uns dez segundos; aí, você quer de novo*”, enfatiza. E para ter “lombras” é preciso “*mercadoria boa; tem umas que, quando eles vão fazer, não acertam o ponto, aí, não lombra; aí, a gente não compra; é boa quando lombra*”.

Nesse dia, que me narra suas “lombras”, retira dois pequenos comprimidos do bolso, e me explica: Doutora, esses comprimidos fazem parte de meu tratamento; a psiquiatra me disse que é para eu tomar um de manhã; outro, à noite. Os comprimidos se tratavam do Rivotril. A impressão que me dera foi de que andava no bolso, pois temia alguma crise proveniente da abstinência, pois os trazia para o trabalho na secretaria.

O vício consiste em uma “*questão de saúde*” como comprehende Nena. “Nós podemos nos drogar repetindo situações, não necessariamente pela introdução de uma substância química, mas por meio de rituais” (Guatarri, 1985). Sobre as drogas, “não podemos verdadeiramente delimitar quais são as atitudes sociais que dizem respeito à droga se não pudermos nos situar nesse imenso empreendimento de normalização, de repetição, de programação dos indivíduos”, aponta Guatarri (1985). Para fins de conhecimento, “as drogas vão desde a heroína até os lipídeos, o açúcar” (Guatarri, 1985), sexo, pornografia, os ritos de compras em demasia no mercado, nos shoppings. Para o autor, o vício é tudo que se repete.

Obviamente, a depender do contexto e do tipo de droga, as consequências assumem algumas especificidades.

“*A química*” que faz essa “tese forte” como pontuada por Nena, refere-se ao consumo e a repetição do crack, portanto, ao vício. “Da cervejinha, ao crack”; “da Cracolândia à prisão”, essas são as memórias evocadas por Rita e por sua companheira, Nena. Da memória, à percepção de um passado que se presentifica nas narrativas e faz se proteger do porvir, assim, “evitar o álcool”, ou “mudar de ambientes”, “rever outros amigos”, pois a memória imerge na dor da miséria da prisão, e, cada vez, que Rita e Nena enxugam o chão, lavam o banheiro, lavam os pratos dos policiais da secretaria compreendem que é por evitar “um porvir”, o retorno à prisão, pois o trabalho mesmo que se escorando o peso do corpo na pia, é para que evite o portão de chapa do isolamento, o calor, a comida que tem que ser engolida como remédio.

Etnografei neste capítulo as memórias, as lembranças que emergiram como espécie de mote no ingresso ao crime, o empurrão no trajeto ao Maria Júlia Maranhão, prisão feminina da capital. Nas narrativas de Nena, exsurgiram as violências aos direitos de sua humanidade sob o corolário do trabalho infantil e do abuso sexual; para Rita, emergiu o crack como o laço que lança à prisão e suprime a maternidade promovendo o esvaziamento de um álbum de vida, também a dor de sua mãe não a ter visto curada. Aqui, nessa “tese forte”, por ter “*química, prisão e amor*” como anuncia Nena, ainda tem potencialidades de vida.

No capítulo seguinte, apresentarei outras histórias de vida advindas das narrativas, das lembranças que surgiram dos prisioneiros em liberdade condicional, desta feita, focadas em fenômenos mais atrelados ao crime e à prisão. O campo revela outra cozinha, a do quarto andar, assim, não mais estarei apenas no quinto andar.

O campo aponta outros espaços, por conseguinte, outros sujeitos de pesquisa. Nesta etnografia, ingressam outros atores sociais que não planejei trabalhar, os homens em liberdade condicional. Neste trabalho etnográfico sob a lente dos direitos humanos, o campo é o meu guia. Eu apenas escrevo o que vi, ouvi. Escuto as minhas impressões, percepções. “Os processos memorativos são relacionados a campo de significação na vida do sujeito que recorda” (Ecléa Bosi, 1993, p. 277), busquei transcrevê-los. Escrevo a teoria advinda do contato com os sujeitos de pesquisa, “de baixo para cima” (Barth, 1972), buscando uma horizontalidade, respeitando vidas, saberes distintos, olhando nos olhos; buscando extrair o véu de criminosos em busca da compreensão dos fenômenos sociais, mas ainda, a compreensão do humano imerso em processo de violência.

A seguir, a mudança em campo, conforme anunciei: o ingresso dos homens na etnografia. Eles também querem contar suas histórias. Sem pedir licença, sutilmente,

ingressam, pois eles também fazem parte do campo. Da cozinha, à prisão masculina. A seguir, os sujeitos de pesquisa se imbricam no crime e na prisão por meio de suas histórias em meio ao trabalho como requisito de uma pena: a liberdade condicional.

Crime e prisões nas frestas das cozinhas delineiam o próximo capítulo.

CAPÍTULO II

2 NAS FRECHAS DAS COZINHAS AOS CRIMES E ÀS PRISÕES

“O objetivo da etnografia é o de descrever as vidas das pessoas que não nós mesmos, com uma precisão e uma afiada sensibilidade através da observação detalhada e da experiência de primeira mão” (Ingold, 2015, p. 1). Nessa direção, “(...) Etnógrafos descrevem, principalmente por meio da escrita, como as pessoas em algum lugar e tempo percebem o mundo e como eles atuam nele (*op.cit.* p. 22)”. A etnografia, portanto, “(...) é uma prática por direito - uma prática de descrição verbal (*op. cit* p. 20). Nessa proposição, esse trabalho se consubstancia em um estudo realizado com pessoas que são atravessadas pelo crime, pela prisão e pela pena no trabalho.

Desde de 2018, ingressei no presídio para fazer uma etnografia com mulheres presas em regime fechado. Desta pesquisa, trouxe dados etnográficos e levantei os aspectos gerais sobre prisão a partir do contato direto com os sujeitos de pesquisa. Estive lá e fiz um trabalho com, mas não ouvi os relatos sobre os crimes, em especial, com aspectos de violência. Ainda trouxe algumas diferenças entre prisões de homens e de mulheres relatadas pelas mães de prisioneiros, às vezes, aquelas que tinham experiência em ambas prisões pela visitação da filha e do filho.

Nesta pesquisa, um aspecto que me vem chamando a atenção é o contato com o crime por meio das memórias e pelas práticas discursivas dos prisioneiros em liberdade condicional, em especial, dos homens. Aqui, tenho sentido afetação das descrições dos crimes de alguns homens, pois estive de fato em uma prisão com aquelas mulheres no Maria Júlia Maranhão, mas não tive contato mais direto com mulheres com crimes eivados de violência, pois o crime de minhas interlocutoras era basicamente o tráfico de drogas, um crime que prescinde de prática violenta.

Emerge de minha observação que, em cozinhas situadas em andares distintos de uma secretaria, foi quando mais ingressei na prisão: o meu ouvir. As memórias que são presentificadas com as narrativas me fizeram imergir e, às vezes, visualizar em meu imaginário

a cena, como se estivesse na leitura de um livro que descreve uma passagem textual. Confesso que o fato de narrativas serem em torno de uma violência naturalizada, causando-me, em alguns momentos, sentimentos que não consigo definir nesse instante, tive medo disso: da banalidade da violência do ser humano. Obviamente, sabemos que a violência existe, li várias das suas maneiras, nas denúncias dos processos criminais com que tive contato no trabalho na cidade de Cabedelo-PB, às vezes, a ponto de me perturbar por algum tempo, com mortes de pessoas jovens, a exemplo de um rapaz que foi morto e em sua boca foi colocado capim. Nesse tempo, atendia a sua irmã bastante jovem no balcão daquela Vara Única da Comarca de Cabedelo. Ela comparecia para perguntar se aquele “menor” que matara seu irmão tinha sido preso. No atendimento, percebi a sua angústia pela humilhação da existência do capim em “*mataram meu irmão e colocaram capim na boca dele*”, então, esse caso me marcou, pois, vi as imagens; anos após, o outro jovem acusado pela morte foi morto naquela cidade. Por mais que eu lesse, escutar por meio das narrativas de quem vivenciou e, às vezes, praticou é uma experiência um tanto reflexiva. Embora, em alguns momentos, as narrativas me impressionaram, é válido registrar que a minha relação com todos sujeitos de pesquisa é de grande aceitação em campo, e me sinto bem na presença dos mesmos, eles me afetam com suas histórias de vida, mas eles me fazem rir e me ensinam muito sobre um mundo às margens da sociedade.

O que mudou então? O ingresso dos homens no campo. Foram eles que mais me relataram crimes com detalhes de crueldade, os acontecimentos que vivenciaram nas celas dos presídios masculinos, em especial, desta capital. Mas também, aqui, trago experiência de prisões de outros estados, a exemplo de São Paulo, em Pinheiro, lugar em que Seu Antônio, homem negro, de 70 anos de idade, cabelos e barba meio agrisalhadas, nascido na cidade de Pirpirituba-PB, cumpriu parte de sua pena, ainda trabalhou durante 50 anos como segurança em instituições seguintes: “no *Banco do Brasil*”, “*banco do estado*”, “*Mercantil de São Paulo*”. Seu Antônio, perceptivelmente, não é visto como “*bandido*” pelos seus pares, pois não é “*ladrão*” e “*matou porque defendeu a família*”, como enunciam seus pares. Seu Antônio, “*que ama a polícia*”, cumpriu parte de uma de suas penas por cinco homicídios, ele que teve experiência nas prisões paulistanas faz questão de mencionar que são prisões melhores que as da Paraíba porque as de São Paulo “*têm mais respeito*”, faz referência aos presos que se respeitam mais. Seu Antônio que teve experiência em tirar pena lá e cá, motivadas por homicídios que cometera; três na Paraíba, dois na cidade de São Paulo, todos alegando legítima defesa de outrem; sendo o primeiro de sua esposa, vítima de abusos de um vizinho em Santa Rita-PB; em São Paulo, matou dois jovens que agrediram seu filho, após, matou dois homens que tentaram abusar de sua filha de 14 anos.

2.1 Ingressando na Prisão Feminina: memórias do cárcere

O que é uma prisão? – indagação que toma um lastro em um diálogo na cozinha. De início, indago a Nena. Ato contínuo, ela que me indaga no lugar de uma resposta. Olhando em meus olhos, pergunta-me: “*o que é um ovo?*” – Nesse momento, apenas me calo e olhamos uma para outra. Em resposta à sua própria questão, explica o que “*é um ovo*”, diz: “*um ovo é nada, mas eu e minhas colegas queríamos tanto comer um ovo*”. Nessa direção, podemos estabelecer que, dentre tantas coisas, prisão é escassez, mas também desejos que atravessam as demandas da falta.

A cadeia “*é um inferno na terra. Você tem que morar com 18 mentes diferentes em um quarto; a maioria é mulheres de rua, sem educação; puxam brigas. Eu não gosto de brigar, não; gosto de discutir*”. Nena diz-me o seguinte: “*na cadeia, aprendi direitos e deveres*”. No presídio, “*as regras de lá, o horário. Na sua casa, você toma café na hora que quiser*”. E, sobre os direitos, pontua: “*direito de não me bater, de não me gritar. Eu estou pagando o que devo a justiça. A agente tá para fazer a minha segurança. Têm pessoas que saem de casa e vem descontar. Um dia, ela [a policial] me perguntou o que é ética? Respondi isso: o que você não tem!*”. Sobre essa fala, pontua, minuciosamente, o seguinte: “*eu tive uma vida antes do crime. Eu disse a ela: “tenha ética, a gente fala com a senhora tão direitinho, mas a senhora não tem ética”*”. Informa ainda que, “*às vezes, elas invadem a cela à procura do ilícito*”, “*a ideia*”, como pontua Rita.

Nesse dia, fala de vida de prisioneiro e de prisioneira, diz isso: “*os homens são mais organizados e mais unidos; a mulher tem despeito uma da outra. Na cela, os homens não falam de algum caso*” [faz referência a ilícitos, droga escondida, por exemplo]. Em seguida, indago se os homens não falam por medo. Responde-me isso: “*não é medo! A mulher entrega até a mãe de Pantanha, algumas*”.

Desde a minha infância, criança nordestina, sempre escutei essa linguagem “*mãe de Pantanha*”, percebi que sempre foi usada de forma pejorativa, mas não sabia a que se referia tal terminologia. “*A mãe de Pantanha*” é uma bruxa que oferece aos homens duas noites de prazer: na primeira, ela materializa a mulher dos sonhos eróticos do freguês; na segunda noite, o homem “fica” com ela mesma. Mas o que mais marca na lenda é porque ela tem a genitália dentada.

Pergunto quem tem prisão mais sofrida, se homem ou mulher, responde: “*a mulher sofre mais porque eles abandonam, os homens abandonam; a mulher foi lá, segue sozinha e eles estão com outra*”. Nena fala que não se relacionou com uma mulher na prisão, disse que ficou

“sete anos só”. Mas, horas após dito isso, Rita esclarece que ela tinha outra mulher, mas que, quando a sua mulher foi embora, que recebera um alvará de soltura; Rita, que era sua amiga passou a ser sua companheira, sua mulher.

Ao indagar a Rita sobre a prisão, ela não me responde, mas me interpela no sentido de que eu esclareça a que prisão eu me refiro. Nesse instante, pergunta-me isso: “*qual delas? O crack ou a cadeia?*” Ao perguntar, em minha mente, estava me referindo à prisão, mas me atentei à pergunta, pois a maneira que me interpelara, já me revelara que o vício pelo crack consistiu em um aprisionamento para Rita, algo temível, pois o cárcere e o crime foram consequências, foram as prisões secundárias de um grande mal: o vício em droga.

Para Rita a cadeia “era bom” porque a prisão representava a fuga da prisão, assim, queria permanecer mais um tempo aprisionada no cárcere do Estado, pois o preferia a estar na prisão do Centro da cidade, a Cracolândia, lugar em que ficou aprisionada “15 natais”. Então, Rita já não mais suportava a prisão do crack, passando a pedir à juíza, às vezes, que a mesma estava em inspeção no Maria Júlia Maranhão, passando a suplicar o seguinte: “(...) *teve um dia que não aguentei mais, pedi a ela para me dar uma sentença que fosse para eu ficar; se ela me soltar, ia voltar pro crack*”.

Perguntei a Nena o que era ser uma mãe e estar presa, responde isso: “*quem sofre são os filhos. Ninguém cria como a mãe, ninguém ama como a mãe. Na prisão, eu tinha auxílio reclusão e dava para meus filhos*”. Nesse momento, entra um policial penal vestido a caráter, com toda aquela roupagem de trabalho, e diz: “*vê minha gordinha!*”. Pus os olhos naquilo que estava mostrando a Nena, percebi que era uma imagem de um corpo humano, uma figura de uma anatomia interna do corpo, com destaque ao estômago. A impressão é de que veio ver do que se tratava minha presença, apenas fiquei quieta, não o cumprimentei, pois ali eu estava sentada há horas. Ele ingressa na cozinha sem cumprimentar, indo direto à Nena. Nesse momento, recuei o telefone, pois estava com gravador ligado.

Em retorno ao diálogo, Nena passa uma mensagem de que tinha pulso firme na prisão, no Maria Júlia Maranhão. Fala que, embora foi discriminada por ser do interior, ela se garantiu naquela interação social. Pergunto como ela foi liderando, ela diz que “*chega olhando o movimento. Na prisão tem umas amizades ruins*”. Diz que ser “*forte é você se dar mais*”. Diz que sofreu muito por não ser da capital, “*sou do interior, sou das brenhas. Achavam que eu ia ficar debaixo de ordem. Ordem, não!*”. Em conversa contínua, a indaguei pelo perfil de liderança como se dá na prisão, respondendo-me que há “*o perfil da maldade e o perfil da ajuda*”, assim, dá-se a liderança na visão de Nena.

Ao falar das citadas modalidades em que se formam a liderança, passo a indagar o seguinte: O que seria ajudar na prisão? Em seguida, responde-me: “*dar droga, cigarro, comida*”. Já no que tange à modalidade de liderança sob a maldade “*é gostar de pegar o que é da outra, o que não é delas*”. Nesse momento, diz-me isso: “*já vi gente inventar que a outra tava devendo. Eu não tinha medo, dei pisa em gente, queria me roubar. Eu dei porque eu não tenho medo. Eu porque vim do interior, interior é só uma cidade*”.

Esse aspecto evocado no que tange à figura de líder na cadeia fazia com que Nena fosse procurada para resoluções de conflitos nos intramuros e extramuros da prisão, revela que foi procurada por um homem do crime para agredir sua esposa por motivos de traição, diz que “*As mulheres de patrão já chegam viçando, atrás de sapatão. Depois, elas fazem as pazes com eles*”. “*Patrão*” consiste em traficante que tem poder de liderança, e ser “*mulher de patrão*” consiste em status social na prisão, reflexo dos privilégios nas favelas. Nena diz que, um dia, um “*patrão*” lhe fez um pedido: “*quero que você dé uma pisa na minha mulher porque ela me colocou cangaia*”. Nesse dia, se negara em atender o pedido, pois alegara que não iria “*arranjar um B.O*” - linguagem vulgar que se refere a documento policial, Boletim de Ocorrência - que não bate em ninguém, fala que passou a protegê-la. Observo que Nena sempre vem se apresentando com esse senso de justiça.

A liderança de Nena ainda advém de uma autodefesa por ser desdenhada pelo fato de ter nascido “*nas brenhas*”, “*ser do interior*”, conforme apontara, mas ainda por “*ver muitas covardias com as pessoas*”. Relata-me isso: “*nunca bati em ninguém, eu tinha filhos. A liderança veio de ver muitas covardias*”. Ainda, acresce que “*as mais ruins*” moravam com ela-referência às suas companheiras de cela. E, sobre o esclarecimento de quem seriam “*as mais ruins*”, explica-me isso: “*são aquelas pessoas que são usuárias, que se cortam, as que abalam a grade, queimam os colchões. Aquilo ali é stress, querem a droga e não têm. Aí, queimam o colchão, aí, a polícia vai, aí você vai perder seu celular por causa delas*”.

Desde que realizei etnografias com mulheres imbricadas ao sistema prisional, foi a primeira vez que ouço a questão do estigma por ser “*do interior*”, como pontua Nena. No entanto, assim que ouvi evocar o preconceito sobre a sua origem, recordei-me de imediato da entrevista do sociólogo Pierre Bourdieu concedida à Maria Andreia Loyola, professora de antropologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), entrevista exibida no Canal UTV, canal da universidade mencionada, exibida em dezembro de 2000. Nesse diálogo, Pierre Bourdieu faz emergir as diferenças de ser um “*não parisiense*”, assim, para não se dar como exemplo, embora seja um originário do interior da França, nascido em 1930, na cidade Bearn. Para não citar a si mesmo, traz a história de vida de Georges Canguilhem, filósofo e médico

que terá uma grande influência sobre Michel Foucault. Em entrevista, faz emergir peculiaridades em torno do “*ser do interior*” no que se refere ao seguinte:

Há uma predisposição ligada à trajetória que não tem nada de étnica, talvez características, tradições, um jeito de falar, um tom de voz. Para não falar de mim, Canguilhem, um dos meus mestres que admirava muito, quando falava, dava a impressão de ira, e os alunos parisienses ficavam horrorizados. Ele falava de um jeito forte, ele dizia coisas terríveis aos alunos, ele era pouco parisiense. Parte de sua maneira de falar e de ser vem do Sudoeste. Isso é típico de uma certa forma de ser (...) (Bourdieu, 2000)

https://www.youtube.com/results?search_query=entrevista+pierre+bordieu+pt+parte+1.

A “(...) a impressão de ira (...)” ou mesmo “o jeito forte (...), assim como parte de sua maneira de falar e de ser (...)” consistem no *habitus* (Bourdieu, 1983), categoria desenvolvida pelo próprio autor. O *habitus* consiste em

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Bourdieu, 1983, p. 65).

Para o sociólogo Loïc Waquant (2017, p. 38), “o *habitus* fornece ao mesmo tempo um princípio de sociação e de individuação: socialização porque as nossas categorias vindas de juízos e de ação, vinda da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos às condições e aos condicionamentos similares (...). Nena, em sua trajetória de vida, faz emergir em seus trejeitos, em sua linguagem corporal os enunciados de uma mulher imersa em um passado na cidade do interior da Paraíba, Solânea.

Sobre o *habitus*, na minha infância, tinha grandes estranhamentos quando passava férias na casa de meus avós maternos em um sítio do município de Teixeira, alto sertão da Paraíba, percebia que aquelas crianças falavam diferente de mim. Um dia, fui chamada atenção por uma menina do campo que me apontou uma certa antipatia pelo meu jeito de falar, como se quisera ser diferente do grupo. No entanto, éramos crianças, mas crianças que eram marcadas por diversas trajetórias de vida delineadas por diferentes *habitus* (Bourdieu, 1983).

Nesse tempo, percebia o quanto minha fala era diferente, não apenas meus vocábulos delineando uma criança com mais recurso intelectivo, pois, embora fosse de classe pobre, eu era urbana, e o estranhamento era pelo dito sotaque sertanejo, hoje, alvo de estigma seguinte: “o falar arrastado”, modo como sempre somos lembrados. Sobre isso, percebi um preconceito à minha pessoa enquanto já adulta, quando falava em um telefone em uma loja do Shopping de Florianópolis, houve momento que pensei que os olhares da vendedora sobre mim, era como

suspeita de furto, mas, após percebi que foi a fala que marcara a diferença. Ali, eu era “*do interior*” na concepção delineada por Nena, um interior chamado Nordeste.

Em retorno ao meu diálogo com Nena, ela faz questão de pontuar suas interações na prisão, narrando o seguinte: “*Eu disse a uma: se um dia você quiser me furar, enfie até o cabo, porque se você não empurra e eu tiro de dentro de mim, eu pego no seu pescoço*”. A princípio, a sensação que me deu é que Nena é uma pessoa destemida, percebia, a todo instante, que quer me passar essa pessoa de coragem com aspecto de liderança. Mas Nena disse que “*Nena morreu na prisão!*”, pois, “*lá, eu vendia droga, usava droga, eu liderava uma equipe. De lá, eu mandava dinheiro para minha casa; o resto, eu dividia na cela. Eu não juntava dinheiro, eu usufruía nela mesma [na prisão]*”.

Continua narrando que, “*Lá, chip entra no bolo, na manteiga; celular, dentro do ventilador, dentro da tv. Já, as drogas vêm pela encaixadeira. Lá você tem muitos dias que você não faz nada*”. Na fala, deu entender que o tempo não utilizado é usado para fazer as ilícitudes na prisão. E, sobre “*a encaixadeira*” apontada pela mesma, em uma etnografia que realizei no tempo na prisão onde cumprira parte de sua pena, “os dados apontaram que elas, as mulheres que carregam consigo a drogas, elas se entendem por “*encaixadeiras*”, sobretudo, ao carregarem a droga dentro de sua genitália” (Ferreira, 2020, p.34).

Nena fala de uma inimizade com uma mulher que liderava na prisão, mas que depois ficaram amigas, ao dizer isso: “*Hoje, a gente é amiga, não pode virar inimiga, pois, eu vim para uma cadeia, não vim para morrer. Nela, eu vim para sair, para voltar*”. Disse ainda que dava carteira de cigarro para as colegas de cela, que pagava dívida de R\$ 10,00 com faxina, “*até banana podre, eu recebo, porque a gente come com açúcar. Se tiver treta é força!*” - Faz referência às brigas e ao combate de conflitos. Ela se mostra essa mulher de “força” embora pensassem e a tratassesem como uma fraca de interior, de gente “*das brenhas*”, como aponta.

2.2 Mulher de patrão: nas interfaces sociais da prisão da mulher

Em retorno à questão da mulher de patrão, Nena me explica que “*patrão é dono da casa*”. Assim, do espaço social que, em caso, consiste no domínio da favela e da prisão, como apontado acima. Ela inicia uma conversa sobre uma suposta colega de cela, uma recém-chegada na prisão, assim, faz referência:

chegou uma toda lipada, deram um chute na boca do estômago dela que ela caiu no chão. Lá, o dinheiro não serve, o seu dinheiro é seu, não é meu. Aí, a gente tem uma consideração à mulher de fulano, mas a consideração vai pelo fulano e a tua que tá lá que chegasse, tu vai criar, pra ver se considera. Eu é assim! Eu é assim! Eu disse: eu não tenho preço! O cara é dependendo do zero. Aí, chega essa mulher, mulher de patrão.

Aí, o patrão manda recado: “oi, Nena, minha mulher chegou aí, quero celular, carregador. Aí, ela já chega procurando advogado”.

Havia uma que vivia me mandando presente. Mulher isso é pago? Se for pago, eu não tenho dinheiro para pagar isso, não. Ela responde: “não, mulher, meu marido tá mandando pra tu de presente. Aí, tudo bem, tô devendo, né, tudo bem, pela consideração! Ela mora numa cela longe da minha porque ela era sentenciada e eu era provisória, então, diferenciada (Nena, 2024).

Nena traz categorias que ainda não havia observadas na prisão, fala sobre “*a maloqueira*”, dizendo que é aquela mulher presa “*que não tem nada: não tem uma cama, não tá comendo nada. As que têm as coisas chamam de Patricinha*”. Nessa direção, as camadas sociais na prisão feminina estão compostas por “*mulher de patrão*” – aquela que o marido manda no mundo do crime e da prisão; “*a Patricinha*” – “*a lipada*”, a que tem procedimentos estéticos revelando a distinção social; “*a maloqueira*”, aquela que tem privações extremas na cadeia.

Nas narrativas que revelam as camadas sociais na prisão, também fazem revelações sobre o aspecto de liderança de Nena, narra isso: “*Depois de um mês, o rapaz me ligou e disse: “oi, Nena, eu tou sabendo que tu vai dar uma pisa na minha mulher, a mulher de fulano teve um bate-boca. Aí, ela disse eu sou mulher de fulano, não vou te dar um pau porque sou lipada*”.

Nesse instante, questionei a existência de telefone, diz-me isso: “*Ah nunca me faltou telefone na cadeia, não!*” – Ela ainda informa que “*dinheiro no presídio não serve para mulher de vergonha*”. Suscita a seguinte reflexão: “*Como você é uma pessoa de linha de frente e se vende?*” Pergunto, em seguida, se a mesma era linha de frente, então, afirma que sim. Por ser “*linha de frente*”, a “*lipada chegou lá e disse: “Nena, a fulana disse que ia bater em mim e eu tô lipada”* - fala com sarcasmo. “*Aí, eu disse: chama fulana aqui*”. Passa a narrar a violência ocorrida na prisão, revelando isso: “*A trombadinha deu um chute que ela caiu na cama. Ela se sentia porque era a mulher de facção. Eu disse ao marido dela, você sabe a mulher que você tem, ninguém tá tirando onda com sua mulher, agora sua mulher gosta de dizer as coisas às pessoas. Aqui dentro, seu dinheiro vale não*”.

Pergunto o que vale, responde que, na sua época, o que mais valia era a palavra, o respeito, a consideração. Perguntei ainda se essas condições eram válidas entre as presas e os funcionários, assim, disse: “*não, é só entre nós, presos*”.

2.3 Discriminação na cadeia

Nena anuncia que, quando alguém tem preconceito em relação à sua pessoa, diz que identifica na hora. “*Os que olham para a gente diferente, olha como gente, a gente se esquece que usa farda porque eles olham pra gente sem humilhar, sem nada; aí, isso conquista*”.

Acresce

ainda que “(...) a forma de falar, o jeito que escuta você. Tem umas que a gente diz: doutora, ela responde: “ahhhhhhhhhhhhh!”. Mas tem outras que diz: “agora, não posso, não, mas depois eu venho aí””. Na fala, vai simulando como se comportava na prisão nos pedidos realizados às policiais penais, nessa maneira: “*Doutora, queria falar com a psicóloga, com o dentista, ela atende e responde bem, aquelas que gritaram, numa rebelião tão lascada porque a gente lembra*”. Faz questão de pontuar que há “*umas que querem destratar você. A gente tá lá, a gente tá pagando a justiça, nós não devemos nada a eles, nós devemos a justiça e estamos pagando. E devemos sim, o respeito, porque eles trabalham lá, mas se a gente tem que tratar com respeito, eles também têm que respeitar*”.

Nena aponta que as ações preconceituosas são realizadas por algumas policiais na prisão, mas, “*não todas, mas algumas têm prazer de jogar a grade na sua cara, de nos trancar. Foi tanto que um dia eu disse: “calma, hoje você está nos trancando assim. No dia de minha saída, você vai abrir todos os portões com todas as chaves”*”. Ela ainda diz que, na cadeia, “*tem medo assim: umas policiais são mais espertas para pegar coisas ilícitas; outras, são mais calmas, mas medo a gente não tem, ao contrário, elas têm medo da gente*”.

No tocante à discriminação, explica que a ação se dá “*porque elas acham que a gente não tem jeito. Aí, quer humilhar, vem com os problemas de casa, aí, vem descontar na gente, só que a gente nota, aí, a gente diz assim: “não fez amor ontem, não, foi mulher?”*”. Ela, com aquele jeito expressivo de linguagem corporal, diz que

é direitos e deveres! Eu tou no meu canto, eu tou calada, você vem mexer comigo?! Nós também temos problemas, nós temos muito mais: a gente não sabe onde está o filho, mãe perde o filho, morre na rua e ela está na cadeia. Então, a gente tem muito mais problemas do que elas. E elas têm os pequenininhos, e ainda vem pra nós, minha filha?! Cuide do seu! (Nena, 2024)

“(...) a gente não sabe onde está o filho, mãe perde o filho, morre na rua e ela está na cadeia (...)” faz-me imergir na compreensão do sofrer da maternidade atravessada pela prisão, como me apontou Ariane, mulher negra de 23 anos em um tempo em que tivemos contato em 2020 ao aduzir que, “*quando a gente é mãe, a gente tira duas cadeias*”. E, tirar “*duas cadeias*” é “*porque a cabeça [filho] está lá fora*” (Ferreira, 2020, p. 37). Assim, “(...) as ausências que impedem as mulheres presas de participar dos pequenos e grandes momentos da vida de filhas e filhos, netos e netas, pais e avós, têm um peso crescente ao longo do tempo, constituindo parte da violência cotidiana vivida durante e após o cárcere (...)” (De Oliveira, 2022, p. 197). Nessa direção, para que a dor da ausência do convívio social seja mitigada “(...) é indispensável o reencontro sem interrupção, para subsistir as abjeções elaboradas por práticas ocultas do sistema prisional, (...) fortalecer o elo mãe e filho (...)” (Ferreira e Pires, 2021, p.368).

A expressão do corpo de Nena na expressão dos problemas de mulheres detentas e mulheres policiais, chega a estalar os dedos, ao narrar dando a ideia de hierarquia de problemas entre as mesmas, mulheres presas e policiais penais. Continua a falar isso: “*Já vem de casa, tá levando chifre, fica de plantão, de plantão; o marido na rua, e elas levando chifre, aí, fica frustrada e vem descontar na gente*”. No que tange à frustração apontada que “*vem descontar na gente*”, Nena apresenta um fenômeno social categorizado pelo antropólogo René de Girard (2004) no que se refere ao “bode expiatório”, assim, para o autor “as vítimas são escolhidas não por causa de crimes que lhes são atribuídos, mas de suas marcas vitimárias, de tudo aquilo que sugere sua afinidade culpável com a crise”.

Nessa direção, “o sentido da operação é o de lançar sobre as vítimas a responsabilidade desta crise e de agir sobre elas destruindo tais vítimas ou não menos expulsando-as da comunidade que elas “poluem”” (Girard, 2004, p. 33). Nesse diapasão, Luziana Ramalho (2011, p. 146) aponta que, em consonância com o pensamento girardiano, ““a escolha da vítima a ser rechaçada” são buscadas nas metáforas da “própria natureza” em que as diferenças que aponte para a fraqueza suscita a perseguição dos predadores”. Ramalho (2011, p.214) acresce ainda que “os bodes expiatórios” estão nos sinais, cheiram cola, usam crack, pedem, (...) eles não são vistos como gente. Logo merecem morrer”, assim, analisa o pensamento macrossocial. E sobre as violências instauradas na sociedade que constituem um “bode expiatório” para sacrifícios nas crises geradas no âmbito social, “(...) os direitos humanos são a tentativa de controlar a violência e sua reciprocidade. Os sujeitos começam a compreender a violência desenfreada que instauram” (Leis, 2002, p. 125).

Nena ainda faz emergir a dominação masculina (Bourdieu, 2002) ao aduzir que a mulher policial que “*fica de plantão (...), o marido na rua, e elas levando chifre*”. A sociedade marcada pelo machismo estrutural reflexo de uma sociedade patriarcal diferencia, padroniza comportamentos pautados pelo gênero, delineia papéis sociais para os diferentes constructos: homem e mulher. A prisão é um microcosmo da sociedade, consiste em um espaço social eivado da dominação masculina. Aqui, observamos como um espectro que rastreia esses dados macrossociais: as prisioneiras são abandonadas pelos homens (Ferreira (2020), De Oliveira (2021)) e as policiais que ficam de plantão “*ficam levando chifre*” como aponta Nena.

Na sociedade eivada pela dominação masculina, cujas regras sociais giram em torno dos interesses do homem, a traição e o abandono são características marcantes dos comportamentos do homem, consistem em comportamentos facilmente aceitáveis, naturalizados aos atores sociais enquadrados pelo gênero, reflexo dos papéis sociais moldados pela sua genitália, assim,

a sociedade se constitui como androcêntrica e falocêntrica. Aqui, na fala apresentada, prisioneiras e policiais se igualam pela condição feminina (Beauvoir, 1995).

2.4 Mutilação: da dor dilacerante à discriminação na busca de vida

No que tange “às *mais ruins*” evidenciadas por Nena, sendo também “*aquelas que se cortam*”, em 2020, em tempos da pandemia, quando estava realizando uma etnografia no Maria Júlia Maranhão, soube por meio de um policial penal, Giuliano, um homem branco de 46 anos na época, informou-me que as mulheres se automutilavam, cortando-se com giletes e tampas de lápis, produzindo cortes em seus membros superiores e inferiores.

Em um dia na cozinha, estávamos naquelas cadeiras quebradas, sobrepostas umas às outras para que possam suportar um corpo humano, Nena com aquela voz mansa, pausada, espontaneamente, traz para o diálogo o assunto mutilação de mulheres na prisão. Nesse dia, pega meu grampo de cabelo, tipo bico de pato, de cor rosa e lilás, passando a me contar com o grampo na mão, utilizando-o para fins de demonstração, diz-me: “*tá vendo isso aqui? Ele serviu para cabelo, separar mexa, mas teve um dia que uma menina se ligou que aqui tem um ferro, aí, ela desmontou e começo a se mutilar*”. Pergunto o que acontece quando elas se mutilam, responde que se o corte for profundo, leva para o médico”. Nena diz “*que elas se mutilam por conta de safadeza, para se mostrar. Por que elas não dão na goela, se quiser não viver, por que não dar no canto certo, não dá aqui?*”, nesse momento, passa meu grampo no pescoço para indicar um canto fatal na mutilação. Ainda diz que fala para as colegas que se automutilam, “*minha filha, se corte aí, que eu estou assistindo televisão*”. Nesse momento pergunto se tem TV, disse que, “*na época, tinha*”.

A automutilação aparecera quando já estava no fim da etnografia no tempo de meu doutoramento, não tive nenhum contato com as mulheres mutiladas, mas discorri sobre a mutilação com os policiais penais, com a enfermeira, a psicóloga, a assistente social e com algumas mães de presas. Percebi que havia uma discriminação em relação às mulheres que se automutilavam, houve uma profissional ligada à área da saúde que de forma grosseira disse: “*elas querem dar o seu showzinho*”, assim, pontuava por diversas vezes, seria equivalente ao “*se mostrar*” que emerge da fala de Nena.

Não obstante, os “*showzinhos*” ou o “*se mostrar*” a mutilação me ficara bem consolidada como uma forma paradoxalmente ligada à vida, um episódio catártico da dor que dilacera a pele em busca de vida, um agenciamento à reificação dos corpos, da supressão da maternidade. “Sobre a automutilação, embora vista como forma de “chamar atenção”, de “um

showzinho” por alguma funcionária da instituição, observo como uma “cura da morte” em harmonia com Le Breton (2010)” (Ferreira, 2023, p. 231). Nessa análise, com o conjunto de dados etnográficos produzidos, a mutilação é uma característica inerente à prisão feminina, não tendo informações desse evento nas prisões masculinas desta cidade. Ainda, restara consolidado que a mutilação é subnotificada nos dados do sistema prisional, mas pode ser observada pela categoria curativos, e um dos dados mais interessantes levantados foram relativos ao ócio na prisão, pois as mulheres que tinham algum ofício na prisão, a saber: trabalho na cozinha, na limpeza e higiene do lugar, mas também no privilegiado Castelo de Bonecas, elas não têm históricos de mutilação.

2.5 “Direitos na Cadeia”: enunciações das prisioneiras libertas na cozinha

Rita com sua forma bem peculiar de se expressar, marcada por uma linguagem de riqueza dos espaços sociais da experiência do vivido, do seu ser no mundo, é a interlocutora que faz mais emergir vocábulos ligados a um mundo em que esta pesquisadora e os atores sociais em torno da academia, geralmente, não fazem parte. A linguagem advinda de sua fala consiste em um sistema de disposições que configuram em o *habitus* (Bourdieu, 1983).

Na escuta, Rita inicia a falar sobre alguns direitos na prisão feminina no tempo em que cumpriu pena por onze passagens de furto, meio que fomentava o uso do crack. Assim, com aquele jeito simpático, de uma figura querida naquela secretaria, diz-me: “*ter um mergulhão, aquele ferro que esquenta água, e a comida da família*” são direitos na prisão revelados por Rita. “*A comida da família*” aquela levada no presídio nas quartas-feiras e nos dias de visita da família, antes da pandemia, no dia de domingo, foi observada como “dádiva” (Ferreira, 2018; Ferreira, 2020) em etnografias realizadas na prisão em que Rita cumpriu parte de sua pena, pois a outra parte, cumpre atualmente na cozinha e nos demais lugares que constituem a SEAP. “*A comida da família*” faz parte do “Jumbo”, “um pacote volumoso com roupas, artigo de higiene e alimentos levado ao encarcerado” (Godoi, 2010, p. 9). Para o sociólogo Rafael Godói, os jumbos nas prisões masculinas de São Paulo são montados com excesso de mantimentos, pois as famílias daqueles que enviam os jumbos pensam na possibilidade de que haja prisioneiros que não recebam visitas ou que as famílias não tragam os jumbos (Godoi, 2010).

“*A comida da família a gente comia a semana todinha, mas por causa de traquinagem, foi acochando, acochando*”. Rita esclarece que “*traquinagem é colocar as coisas na comida*” – faz referência à entrada de material ilícito. Nesse dia, informa que as prisioneiras foram perdendo as regalias seguintes:

televisão é regalia; uma comida melhorzinha da rua, é regalia. O estado manda lá a comida pra gente; sanduicheira, televisão, panelinha de comer; a família traz uma verdurinha, a gente vai dando uma melhoradinha. Isso tudo é regalia! Aí, a gente foi perdendo devido ao trabalho que a gente foi dando ao sistema. Aí, como ele educava nós? Acochava nós, tirando nossas regalias (Rita, 2024).

Segundo Rita, o sistema castiga “*acochando*”, termo de sinonímia correlata a encurvando, a comprimindo, a encolhendo. Observo que Rita culpabiliza a si própria, mas também às demais prisioneiras que fizeram “*traquinagem*”, uma maneira de violar algumas regras do sistema, da prisão. Rita normaliza o “*acochar*”, o castigo do sistema, esse que já está inserido na maneira de gerir a pena. O “*sistema*” apontado por Rita consiste em si mesmo, a essência da racionalidade do Estado: “*acochar*”, encolher o que já se encontra encurvado, lançado às margens da sociedade, morto socialmente aos pés daqueles que gozam de cidadania, os privilegiados, a elite cidadã. Em “*Acochava nós, tirando nossas regalias*”, emergem a culpabilização da vítima e a naturalização do castigo. Rita e suas companheiras de cela constituem os “*bodes expiatórios*” (Girard, 2004, p. 33) que são usadas para as catarses críticas do sistema prisional.

Uma tarde, ingressando naquele pátio ventilado que dá para as secretarias que compõem o aparelho burocrático do estado da Paraíba. Ao chegar no elevador, esperei abrir para ir ao quinto andar, lugar em que Nena costuma ficar na cozinha. Na abertura do elevador, Rita sai de forma rápida, mostrando pressa, cumprimenta-me com alegria. Nesse dia, estava indo ao dentista em Mangabeira. Ela diz: “*Nena tá lá em cima!*”, parecendo justificar que sua saída iria ser suprida na pesquisa pela presença de sua companheira. Sobre a ida ao dentista no bairro de Mangabeira, o bairro mais populoso da capital, caracterizado por um mercado diversificado de bens e serviços, Rita estava destinada ao bairro, objetivando colocar uma prótese dentária, pois, seus dentes se alternavam em espaços vazios em sua boca. E, Nena também iria fazer o mesmo tratamento, sendo pago por meio de uma cotinha pelos servidores da secretaria, os policiais penais, revelando, dessa maneira, o quanto são queridas no lugar.

“O Estado em ato” (Fonseca e Scalco, 2015, p. 21) faz-nos observar por meio das ações de seus agentes que não há ações no sistema prisional inteiramente desumanas, pois existem ações que fazem o bem daqueles que se encontram encarcerados, pois a “*cotinha*” que os servidores da SEAP fizeram para que Nena e Rita fizessem tratamento dentário particular, mas também como elenquei na etnografia do Maria Júlia Maranhão quando fizeram uma cotinha de R\$ 70,00 para a compra de medicação para o bebê, André, na época, com sete meses de idade (Ferreira, 2022). Nesse movimento, faz-nos observar que o Estado está nas ações de seus agentes, não podemos nem devemos reificar o Estado, pois, considero-o antropomorfo, ele age

matando, mas também abraça e cuida em algumas ocasiões, ele é humano, mas também desumano em consonância com as condutas de seus agentes.

Já, em relação à prótese prometida a Nena, ela diz isso: “*eu sou abusada!*” Continua enfatizando isso: “*eu não quero prótese de estado ou de prefeitura, não. Feiúra por feiúra, deixe eu com a minha velhinha quebrada*”. Desde o início, observei a precariedade de sua prótese, inclusive, tenho dificuldade, às vezes, de entender o que fala devido à sua dicção e associei à sua prótese, mas também à singularidade da formação de sua arcada dentária. Atualmente, até a data desta escrita, não vi Nena com a nova prótese, mas, no que se refere à Rita, anda rindo à toa, pois, está de prótese dentária nova. Aovê-la, a elogiei, então passou a sorrir largamente enquanto se olhava no espelho do banheiro do 4º andar daquela secretaria. Percebi que Rita está de bem com sua autoestima, aspecto ligado à prótese, pois havia muitos espaços em sua boca, nos dentes da arcada superior.

A percepção de que o Estado em sua omissão com os corpos precarizados, omissão verificada pela falta de verbas e de serviços, de ações de inclusão social. Quando esse Estado faz sorrir, como assim aconteceu com Rita, de bem com sua autoestima devido ao tratamento dentário, foi uma ação que partiu de “*uma cotinha*”, surgiu de um ato de solidariedade de servidores públicos, dos policiais penais, esses que são desvalorizados pelo Estado, tendo qualidade de trabalho precarizada, ainda salários desvalorizados. São eles o último do sistema prisional, que se enrijece na invisibilidade do sistema, mas que emergem em atitudes que são elogiáveis trazendo um sorriso na boca de Rita e saúde para o bebê, André. É preciso etnografar as ações dos agentes porque assim se delineia uma etnografia do Estado.

No dia em que encontrei Rita indo a Mangabeira para iniciar seu tratamento dentário, ao colocar meus pés na cozinha, vejo Nena comendo uma coxinha de frango da grande, já engolida pela metade. Perguntei se era o seu almoço, responde que a comida estava ruim. “*A comida é dada pela secretaria, geralmente, é arroz, macarrão, carne moída; hoje, era galinha assada, mas a comida estava ruim*”. Ainda, faz a seguinte consideração: “*eu gosto de comer o meu!*” As memórias do passado encarcerado emergem naquele instante, passa a falar isso: “*eu comi tanto tempo de cadeia, comendo lavagem. Na verdade, engolia!*”

Ao ouvir a metáfora da “*lavagem*” nas considerações de Nena sobre a comida da prisão, de imediato, as minhas memórias sobressaíram sobre um momento em que tive com a avó de Yasmim, uma menina negra de três anos de idade, que visitava a mãe presa na época em que iniciei a etnografia no presídio da capital em 2018, assim, recordei que Dona Mariana, mulher negra, gorda, de 46 anos de idade, em momento de almoço, proferiu-me o seguinte: “*um dia*

serviram arroz com fígado azedo; aqui, dão comida como se fosse pra porco” (Ferreira, 2018, p. 63).

Em minha infância, ainda emerge da memória, minhas férias no sítio de meus avós maternos situado no município de Teixeira-PB, lá, eu tive contato com “*lavagem*”, pois, minha avó criava porcos dentre alguns animais, e ela juntava todas as sobras de comida junto com a água suja da bacia que restara da higienização dos pratos, uma mistura de restos de comida, sabão que eram acumulados em um caldeirão de alumínio, era isso a “*comida dos porcos*”, a “*lavagem*”. Sobre isso, ainda recordo de uma passagem de tempo, em que um amigo meu, oficial de justiça, me falara com lágrimas nos olhos, isso: “*Núbia, eu não me aguentei, quando passei naquele corredor, as comidas nas quentinhos estavam podres, elas fediam*”. A passagem contada pelo amigo, foi relativa à sua diligência de um dia a trabalho no Presídio do Róger da capital, uma prisão masculina que foi palco de muitas chacinas nesta cidade. Essa conversa me marcará, não sei em que ano se dera, mas faz quase vinte anos, eu ainda não tinha sequer noção de que voltaria a estudar, muito menos ser uma pesquisadora em prisão.

Aqui, “a lavagem” enunciada por Nena, “*o dão comida que nem pra porcos*”, as lavagens dos porcos que minha avó pedia que eu colocasse naqueles tachos na minha infância, e as narrativas do amigo oficial de justiça se organizam em torno da desumanização, da precarização de vida. Ainda, emerge a crítica do papel fragilizado ou ausente dos Direitos Humanos em presídios, momento em que veremos mais adiante. O que nos faz pensar que Direitos Humanos não alcançam os considerados não humanos, não refletem naqueles que em que a “*comida (...) é que nem pra porcos*”. Precisamos ser críticos, inclusive, com aquilo em que estamos imersos, os Direitos Humanos devem angariar mais que espaços acadêmicos, devem ser uma práxis observada na vida dos “indesejáveis” (Agier, 2008).

Ainda sobre “as regalias” apresentadas por Rita, “*antigamente, o pavilhão era aberto o dia todinho, hoje, não é mais, por causa de confusão, de briga. Aí, fechou o pavilhão, só tem banho de sol uma hora, entendeu? A visita de nós era andar o pátio todinho, mas devido às nossas traquinagens, ficou só um quadrado para nossa visita*”. Ainda, como desdobramento, “*ficou o banho de sol de cinco às seis da manhã, depois a gente ficava tudo presa. Isso tudo nós perdemos!*”, enuncia.

Ao transcrever essa mensagem do caderno de campo para este capítulo, apenas agora observo a racionalidade que está por trás de “*um banho de sol de cinco às seis da manhã*”, pois para quem sabe um mínimo sobre ambiente prisional, em especial, o Maria Júlia Maranhão, o calor das celas e o barulho das prisioneiras, além de doenças ligadas ao sono face a dor do encarceramento, a exemplo da ruptura dos vínculos com os filhos, as crianças pequenas em

especial, nesta prisão não se dorme. Aliás, não dormir direito consiste em um dado macrossocial sobre prisão, fato que faz compreensível “*o querendo colocar as coisas pra dentro*”, a exemplos de “*75 g de maconha e 1.000 comprimidos de Rivotril, que, lá, a gente vendia por R\$ 5,00 reais cada um*”, assim apontado por Rita.

Na fala, Rita continua a justificar as perdas de regalias causadas pelos pares, “*a gente dando trabalho, querendo colocar as coisas pra dentro. Como não machucar nós? Elas sabiam onde mexia*”. Nesse momento, Nena, ingressa na conversa, explicando o “*machucar nós*” referido por Rita, diz: “*sem espancamento*”. Não é supressão de regalias como pensa Rita na maneira reducionista, ainda culpável. É mais, é “*acochar*” para “*machucar mexendo*” nos afetos.

Em “ficou só um quadrado para nossa visita”, emergiu em minha memória o cenário em que observei a visita da família entre 2018 até o início da pandemia do Covid-19, tempo em que cessou meu ingresso naquela unidade prisional. Sou conhecedora da área, vi os lençóis que eram estendidos no chão e, neles, debruçavam-se as dádivas [jumbos], ficavam as crianças, avós e as mulheres prisioneiras. Nesse “*quadrado*” aludido por Rita, tive a percepção de uma senzala, pois era a sensação que emergiu ao estar lá naqueles dias de domingo, dia de visita da família. No que tange ao “*Como não machucar nós? Elas sabiam onde mexia*”, assim, é nos afetos que o “*sistema acocha*” de uma maneira “*sem espancamento*” na proibição de visita como castigo ou o “*gancho*” (Lago, p.10, 2019).

Para Godoi (2015), a visita seria um dos principais “*vasos comunicantes*” da prisão, por isso, o controle dos corpos e as restrições sobre os mesmos consistem em uma racionalidade lógica do sistema penitencial. “*O sistema prisional prende mais que corpos, prende os afetos*” (Ferreira, 2023, p. 27). O sistema tem a logística de espancar sem deixar marcas nos corpos, mas na alma, o espancar é “*acochar*” os afetos, o sistema sabe como “*machucar nós*”, Rita indica. Sobre isso, Seu Everaldo, homem que rir com a boca, puxando-a para o lado, pelo canto, tem uma ótima dentição, 62 anos de idade, de cor branca, cabelos grisalhos, um pouco calvo também aponta o “*acochar*”, pois diz que, na cadeia, “*(...) Agora é que sofre*”. Assim, seu Everaldo faz a comparação que a cadeia está mais rígida, diz: “*acocharam a cadeia. Antes, podia levar as namoradas. Se fosse visitar era só dar o nome. Hoje, tem que ser casado ou ter união estável*”, aponta as burocracias como sistema de rigidez. “*A gente sofre desde a prisão e da soltura*”, disse seu Everaldo. Já, Seu Lourival fala isso: “*se tiver filho é que sofre!*”

E, na soltura, Ser Everaldo disse que ficou desorientado, pois passara quase trinta anos preso, ficou sem sentido, procurando para onde ir, andou de ônibus e não sabia como se comportar, “*não sabia puxar aquele fio que pede parada ao motorista, a sorte foi a amiga que*

foi lhe buscar. Mas foi gostoso, fiquei desorientado, sem saber para onde ir. Vou pra onde? Onde que eu vou?” Nesse instante, Nena diz: “*não sabe, mas vai!*” – Na passagem, “*(...) Vou pra onde?*”, “*Onde que eu vou?*” remete a característica do abandono da família ao preso, e muitas das amizades que fazem são aquelas encontradas na prisão, de familiares de outros companheiros de cela, às vezes, chegando a viver maritalmente com pessoas que foram atravessadas pelo sistema prisional, familiar ou custodiado.

Nena aponta o castigo da proibição da visita como um dos piores castigo na prisão. O que vem primeiro na cabeça sobre as coisas ruins agora, pergunto, Nena diz: “*ficar de castigo!*” Assim, passa a elucidar as coisas ruins na prisão: “*O isolado, sem a comida da casa, você vê sua família chegar e não ser visitada. O certo é avisar a família que está isolada, mas não avisam. Então, você ver sua mãe fazer três ou quatro horas de viagem para, quando chegar, sair*”. A mãe de Nena sempre a visitava, vinha da cidade de Solânea, um interior do estado a 111 KM de distância de João Pessoa-PB. Assim, ela “*tirou cadeia*” porque a visitava nos tempos em que esteve presa.

Pergunto ainda se o castigo às mulheres presas é uma forma de castigar a família, assim, responde que “*é, mas não são todos os agentes que assim fazem, mas tem outros que gostam, acham que a família é igual. Eu um dia cheguei e disse: “olha, lá em casa na bandidagem só tem eu; minha família é toda honesta, minha mãe principalmente”*”. Continua a narrar um questionamento de sua mãe na prisão no seguinte: “*Minha mãe disse: “eu não levo nada pra ela, não. O que ela arranja é aqui mesmo”*”, fazendo referência aos celulares, às drogas, às coisas de natureza proibidas no lugar. Revela ainda que sua mãe lhe dera um tapa na cara porque a diretora foi dizer que Nena dava muito trabalho, e ela queria que a filha ficasse quieta que era para sair da prisão. Termina o diálogo assim: “*Mamãe morreu eu estava presa. Não fui para o enterro, não quis ir. Mas, logo no início, quando ela estava doente, eu pedi para ir ver, lá em Mamanguape, mas elas não me deixaram ir*”. Mamanguape é uma cidade muito próxima a João Pessoa-PB, chega-se, nesse lugar, aproximadamente em uma hora de viagem de carro.

Sobre a doença da mãe, uma fase em que estava no hospital internada em uma unidade de tratamento intensivo (U.T.I) fala o seguinte: “*Liguei para minha irmã e disse: se mamãe morrer não avise aqui, não. Você vai avisar para essa pessoa, aí, dei o número a ela*” - referência a uma colega de cela. “*Aí, passa uns dias, a assistente social passa a me chamar, eu disse: é o quê mulher? Não estava muito pra conversa, não. Perdi tudo em minha vida*”. Então, a assistente social disse: “*é porque eu vi no perfil da sua irmã um luto, eu ligo para ela, mas ela não atende. Eu disse: nem vai atender*”. Em seguida, “*ela pergunta por quê? Porque eu disse se ela atendesse a senhora, ela ia se ver comigo*”. Acresce ainda a compreensão seguinte

sobre o não deferimento do pedido para visitação da mãe nos momentos na UTI, diz: “*Ela era para ter ajudado a ver minha mãe, porque ela já fez isso por outras pessoas. Aí, eu disse então, minha irmã lhe bloqueou, a senhora está bloqueada. Eu não queria ir para o enterro, eu queria ver minha mãe viva. Mas quando essa mulher foi ver esse perfil, minha mãe já estava enterrada*”.

O que é sentir isso? - Pergunto a Nena sobre não ter tido a oportunidade de visitar a mãe em seus momentos de partida. Em resposta diz que “*A impotência de não estar perto, todo dia eu tinha a visita dela. Todo dia ela naquele lugar, na UTI. Ela me disse fique quieta que quando eu morrer eu não quero que você esteja presa. É horrível perder a mãe naquele lugar!*” – faz referência a estar presa.

Nena, por todas essas experiências negativas, não quer mais entrar no crime, revela que a maioria das presas voltam a reincidir no crime porque continua no vício, com as amizades, nos mesmos locais. “*Para sair, você tem que querer, não tem que querer mais. Não falta convite, mas aí agradeço, mas digo que não quero mais*”. *E o filho é a segurança de não querer mais*”, esclarece.

2.6 Regras e sanções de uma prisão de mulher: as normas estabelecidas de baixo

“*A gente não aceita quem mata mãe, mata pai, mata filho, que permite que os machos molestem as crianças*”, enuncia, Rita. Aqui, exsurgem algumas regras não admitidas por quem comete crimes cujas vítimas são essas mencionadas. Se assim o fizer, são consideradas “*almas sebosas*”, pois o cerne não é o matar, mas a vítima, a ligação de parentesco, em especial, os laços de sangue.

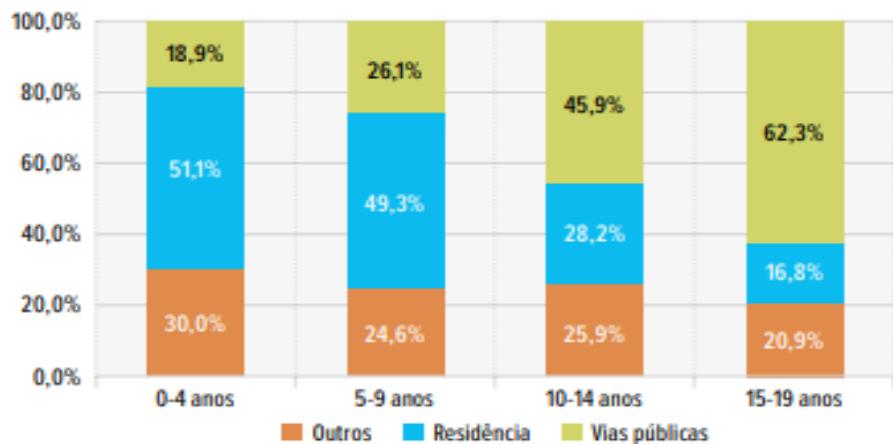
Sobre a referida ligação, “o sangue puxa”, pois o sangue se constitui como fator fundamental no elo dos laços familiares conforme observou a antropóloga Cláudia Fonseca em um estudo etnográfico realizado com família da classe popular na cidade de Porto Alegre- RS. Assim, no “sangue puxa” emerge “a ideia de que o laço entre um indivíduo e seus parentes consanguíneos não depende de um ato voluntário; ele existe como algo dado, independente das contingências” (Fonseca, p.11-43, 2006).

Rita me fala que “*(...) tinha uma companheira lá [prisão], Rosa, que matou a filha porque não teve paciência porque ela tinha Síndrome de Dow, ainda costurou a boca da criança*”. A criança é um ser social vulnerável, assim, consiste em uma minoria social. Nesse raciocínio, é bastante violada de seus direitos sendo violentada em todos os espaços sociais, em

especial, na família. Observemos o gráfico que retrata as mortes de crianças e seus lugares de ocorrência:

Gráfico nº 1- mortes de crianças e seus lugares de ocorrência

**% de vítimas de MVI por faixa etária, por tipo de local da ocorrência
Brasil (2021-2023)**



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

De acordo com o gráfico, observamos que as mortes em sua grande maioria em relação às crianças são ocorridas na residência. O lugar implica que são os membros da família que mais violentam crianças na faixa etária de 0 a 12 anos de idade. Já, no que tange à adolescência, as vias públicas passam a tomar o cenário do lugar em que ocorrem mais mortes, remetendo-nos à necropolítica (Mbembe, 2016), pois muitos destes adolescentes são mortos em periferias pela simples razão: a cor da pele, preta.

Rita, nesse nosso encontro, passa a narrar várias lembranças de histórias de vida de companheiras de cela, trajetórias de crimes não admissíveis pelas regras morais da prisão, em especial, do cárcere para mulher. Nesse dia, diz-me isso: “*No Valentina, uma mãe viciou um filho de cinco anos no crack, era Madalena*”. Assim, relata-me isso: “*Um dia, eu fui na casa dela fumar uma pedra, quando cheguei lá, vi uma fumacinha subindo no ar, saindo por trás do sofá, escutei um barulho, era o barulho da pedra, ele [a criança] aprendeu a fumar com a mãe*”. Rita continua, diz: “*Quando olhei, ele tinha o jeito: era o fósforo no pé, com a latinha da pequena. Nessa hora, eu dei uma carreira tão grande, só fazia gritar: meu irmão, a criança tá fumando aqui. Se a polícia vê!*”, sai correndo em direção à rua.

Em “(...)*ele tinha o jeito (...)*”, Rita se refere ao modo de fumar a pedra, se reconhecendo nos trejeitos da criança em se comportar como um usuário de crack na reprodução

do comportamento da mãe e do seu companheiro, crescendo, se socializando em uma casa em que “fumar pedra” faz parte da dinâmica do cotidiano. Sobre a mãe da criança que se esconde por trás do sofá para repetir as práticas adultas cotidianas, os desdobramentos causaram a prisão dos adultos da casa, tendo em vista que, “*um dia desceu [foi para a prisão] ela e o marido dela*”. Sobre o “*desceu*” consiste mais que uma prisão em flagrante, consiste em um grande receio de pessoas que são presas pela polícia no aspecto seguinte: “*descer para o presídio*”. Nas prisões em flagrante, as pessoas são levadas às delegacias de competência inerentes ao crime, se crimes contra o patrimônio, se crimes contra a vida, se crimes ligados à violência doméstica. Em minha vida profissional, enquanto oficial de justiça da Comarca de Cabedelo-PB, pude perceber o receio que atravessava os presos e as suas famílias sobre a ameaça da transferência da delegacia para os presídios, o “*desceu*”.

Rita aponta que a punição “*lá no presídio da mãe que permitiu a criança fumar pedra de crack, ela tinha que fazer a faxina de todo mundo e lavava as roupas de vinte mulheres da cela*”. Ainda passa a narrar que essa mãe que deu droga a criança foi punida pelas mulheres da cela, também, porque “*levou umas lapadas de toalha molhada, pois a gente molha porque fica mais pesada, dói mais*”. Ainda, outra maneira punitiva fez com que essa mãe tomasse “*coquetéis de água sanitária, Pinho Sol (marca de desinfetante), sabão em pó, detergente, tudo de material de limpeza*”. Nesse momento, mostra uma garrafa de plástico de 1 litro de refrigerante para que eu observasse a capacidade em litros do coquetel tomado. Para finalizar, Rita diz que “*todo mundo da cela tem que dá uma lapada, quem não for, apanha, porque é como se tivesse fechando com o errado*”.

Para Raoni e Koury (2017, p.4), “As expectativas morais criadas na conformação do vínculo social são avançadas por estratégias de controle de si e do outro, bem como por práticas punitivas de envergonhamento e amedrontamento do outro”, apontam. Sobre os códigos morais, Rita é enfática para informar sobre o que não se admite em uma prisão de mulher, por exemplos: “*uma safada que o padrasto da criança pediu uma prova de amor. Aí, ela perguntou o que ele queria; ele disse: “deixe eu penetrar na sua menina de 9 meses”*”. Rita aponta que o fato se deu no tempo da pandemia, então, “*a menina morreu na hora, saiu estourando todos os órgãos, ficou igual a uma galinha aberta*”. Nesse momento em que narra, retira o seu celular do bolso e me mostra o vídeo de sua neta com idade aproximada da criança vitimada a fim de que eu vislumbrasse a inocência e a estrutura do corpo de uma criança de nove meses e a incapacidade de ser penetrada.

Ao observar, por meio de um vídeo em seu celular, a neta que estava em um sofá se alimentando, disse-me o seguinte: “*eu não tou cuidando dela porque tenho esse trabalho aqui*,

porque eu preciso desse trabalho para a pena”. Nesse momento, imaginei a dificuldade de uma mulher apenada cuidar de crianças pequenas enquanto cumprem pena. Sobre esses aspectos relativos ao tempo trabalhado na condição de cumprimento da reprimenda, explanarei no próximo capítulo.

Nesse dia, nosso diálogo foi interrompido, pois entrou na cozinha uma senhora, uma funcionária com uma garrafa térmica na mão e pediu para que Rita levasse água quente no setor de Recursos Humanos. Rita é muito solícita, observo que tem o prazer de servir aqueles “doutores”, todos os funcionários da secretaria.

2.6 A visita: a perspectiva de um direito

Sobre a visita da família, Nena me surpreende em falar que “*não gostava da visita*”, ao me dizer isso foi de encontro aos dados etnográficos que foram construídos de 2018 a 2022, pois observei a visita como potência de vida, ainda, como a única humanização da pena na prisão (Ferreira, 2018; Ferreira, 2020; Ferreira, 2022). Ratifico que a visita consolidou essa percepção, pois veio das mulheres aprisionadas e ainda observei com dado macrossocial, não restrito apenas às prisões de mulheres, mas também às relativas aos homens. Não obstante, toda potencialidade trazida pela visita social na prisão, em especial, à penitenciária Maria Júlia Maranhão, prisão etnografada, é relevante a observação de Nena, isso aponta que nós, humanos, temos diferentes percepções sobre um mesmo aspecto observado.

Para Nena, contrariamente, do que percebi na grande parte das mulheres da prisão, a visita era uma afetação negativa, pois trazia tristeza (Spinoza, 2005). A tristeza produzida não era pelo encontro, mas pela saída de sua mãe, em especial, de seu filho pequeno, naquela época, com um ano e sete meses de idade. Assim, faz a revelação daquilo que produzia tristeza na visita: “*não gostava da visita porque ficava triste, porque eles vão embora. Num dia, meu menino de um ano e sete meses, ele me pegou na hora de sair, no portão; ele me puxou pela mão* [no instante em que narra, toca na minha mão, imitando a criança]. *Aquilo me matou!*”, traz da memória.

Sobre a visita continua a narrar o seguinte: “*todo dia a senhora diz que está perto, mas nunca sai*”, lembra as interpelações dos filhos. Ver o sofrimento dos filhos era a razão de não gostar da visita. Embora, apontou esse aspecto, nesse dia, nossa última parte da conversa, dizendo-me: “*minha mãe tirou onze anos de cadeia comigo!*”. Já estava em pé, havia me levantado daquelas duas cadeiras sobrepostas, mas, voltei a pedir que me explicasse o que significava a “*mãe ter tirado onze anos de cadeia*”, assim, com um olhar meio que longe, disse-

me: “onze anos de visita”, pois “(...) *A minha mãe tirou onze anos de cadeia comigo, ela que me visitava, uma vez por mês, quando dava pra vir. Depois de onze anos, ela faleceu*”.

Aqui, está o papel da mulher na prisão, as mulheres da família de presos, sejam em prisões feminina ou masculina, é a mulher que vem sendo atravessada pela prisão, são elas que levam a comida, negociam em motins com policiais, são elas que cuidam dos filhos, em especial, quando são as avós maternas (Ferreira, 2018; Ferreira, 2020; Ferreira, 2022). Sobre mulheres que “*tiram cadeia*” não foi apenas a mãe de Nena que tirou onze anos de cadeia para visitar a filha. Um dia, na cozinha, conversando com Marcos, ele me revelou isso: “*minha mulher tirou cadeia comigo*”, uma referência ao apoio que a mesma lhe dera enquanto esteve na prisão.

Sobre “*o tirar cadeia comigo*”, Marcos também me revelou que sua esposa assim o fez. Nesse dia, percebi que Marcos estava meio triste, pois se separou da mulher, falou bastante bem da mesma, tecendo elogios, no sentido de que era uma mulher boa, diz isso: “*não tenho o que falar dela. Ela tirou minha cadeia todinha. Ela foi a minha primeira mulher, e eu, o primeiro homem dela*”. Continua a falar dando as razões de sua tristeza naquele momento, diz isso: “*Ela descobriu uma traição com uma reeducanda*”, uma jovem que fica no piso térreo da secretaria, pessoa com sua mesma condição, uma apenada. Nesse instante, Nena entra na conversa e diz: “*Ela é casada com o macho dela. Ela mostrou aquelas fotos no celular mostrando a chininha*” – referência que faz à vulva da mulher. Nesse momento, faz gesto unindo os dois polegares e os seus dois dedos indicadores para explicar o seu enunciado. Confesso que foi a primeira vez que ouvi em minha vida a expressão referida por Nena, assim, ato contínuo, passei a ter a curiosidade de pesquisar no dicionário que “*chininha*” significa “um objeto pequeno e insignificante”. Assim, termo relativo ao signo da genitália da mulher, esse construto social, o segundo sexo no sentido posto por Beauvoir (1985), a posição da mulher em um mundo falocêntrico – mundo em que o pênis tem expressão de poder, expresso de diversas formas, inclusive, pelas armas; à mulher, resta-lhe a insignificância da “*chininha*”.

Rita me conta que Marcos, aquele que ela designa por “Oreia”, maneira jocosa de apelidar pelo fato de ter as orelhas como conchas projetadas para a frente. Nesse dia, estávamos no interior do banheiro feminino, fui conversar enquanto limpava o chão diversas vezes devido a um vazamento na pia e no sanitário de um dos compartimentos que compõem esse lugar. No momento que Marcos passa no corredor para pegar o material de consertar a encanação, Rita diz a mim e a uma servidora, isso:

Oreia abandonou a mulher que tirou cadeia com ele. Ela se levantava de 3 horas da manhã para fazer comida e levar na cadeia pra ele no dia da visita. A mulher com três

meninos, um no braço, um pequeno arrastando e o outro na barriga. Ela tirou cadeia com ele. E Marcos traiu ela com a melhor amiga dela (Rita, setembro de 2024).

Antes de me contar, já tinha conhecimento que Marcos se separou de sua esposa, ainda que ela tinha “*tirado cadeia com ele*”, conforme me falou naquela cozinha. Ness dia, Nena havia me falado que ele tinha traído a mulher com uma apenada daquela secretaria, nas suas mesmas condições: trabalhando como cumprimento de pena. Nesse dia, perguntei a Marcos e ele me falou que sua mulher achou conversas no celular. Que, nesse dia, havia deixado o celular em uma oficina de moto de um conhecido, havia o esquecido nesse lugar, e como era conhecido, o dono da oficina deixou o celular na casa de Marcos, momento oportuno para que sua mulher descobrisse seus casos extraconjogais.

Marcos, de cabeça baixa, admite seus erros e disse-me: “*ela tirou cadeia comigo*”. Desde que faço etnografias em prisão, pela primeira vez escutei o termo “*tirar cadeia comigo*”, geralmente, consiste em um companheiro de cela. “*Tirar cadeia comigo*” consiste em ser leal, ser visitado durante alguém da família estar encarcerado. Os dados macrossociais revelam a partir de estudos de campo ou etnografias que são elas, as mulheres, que “*tiram cadeia*” com o outro, mesmo estando do lado de fora. Nessa direção, a cadeia é intramuros e extramuros.

Ainda sobre “*o tirar cadeia*”, Seu Antônio revela que sua mulher, Dona Severina, olhou para o mesmo e disse: “*olha filho, você nunca se encontre só; onde você estiver, estamos juntos, estou com você. Você foi um pai de família exemplar, excelente, pobre, mas honrado, nós nunca comemos um pão roubado seu*”. Nesse momento, ele me diz: “*Eu fui um dono de casa, tudo que eu ganhava era para minha família, para dentro de casa, adoro minha família. Eu tenho isso que aprendi de meus pais: meu filho, nunca roube*”. Ainda me diz: “*a senhora, doutora, pode viajar e me deixar um prédio com ouro dentro, quando a senhora chegar vai estar do mesmo jeito*”. Seu Antônio, nesse dia, em que me revelou o amor à família, lacrimejou os olhos, enquanto me relatava, segurava forte em meu braço, falou olhando nos meus olhos, era mínimo o espaço entre nós, segurando as lágrimas enquanto sua mão me imprimia força, nesse momento, senti minhas emoções aflorarem, pois o vi por meio de seus sentimentos, aquele homem com traços de meu avô materno.

Ele que não é visto como um homem fora da lei naquele lugar, que tem filhos, vários netos e bisnetos, emerge, em campo, como um verdadeiro patriarca, cuja violência tangencia uma reprodução social eivada de masculinidade em defesa daquilo que mais ama: a família. Seu Toinho, como Nena o designa, “*ama a polícia porque ela prende porque está no papel dela*”, ainda acresce o seguinte: “*eu estou preso porque errei, se eu não tivesse errado, eu não teria sido preso nunca. O cabra tem raiva da polícia, a polícia tem culpa, não*”. Aqui, só

corrobora com a primeira impressão que tive de Seu Antônio, em ser um policial, uma leitura que fiz no mesmo, ali, emergiu o seu “*habitus*” (Bourdieu, 1983), os cinquenta anos de segurança privada acompanham seu Antônio mesmo enquanto um preso, da mesma maneira se dá em seu Lourival, ex-policial da Polícia Militar da Paraíba.

Segundo a antropóloga Natália Lago (2019), são as mulheres que em sua maioria visitam esposos e filhos privados de liberdade. A autora aponta que elas são parte crucial na conformação da prisão extramuros, pois, “(...) As relações que as “mulheres de preso” estabelecem com seus familiares, produzidas e mediadas pela prisão, demandam que elas atravessem as fronteiras prisionais para abastecer os presos com alimentos, roupas, cuidados e informações” (Lago, 2019). A autora faz menção de que “gênero é central para entender esses trânsitos e também as regulações que operam nas relações entre administração prisional, pessoas presas e seus familiares”.

2.7 Prisão: O que precisa para melhorar?

Michel Foucault nos ensina algo de fundamental: “a indignidade de falar pelos outros (...) que a teoria exigia que as pessoas a quem ela concerne falassem por elas próprias” (Foucault, 2015, p. 133). Por coadunar com esse raciocínio do autor, considero que os trabalhos devem ser realizados de “baixo para cima” (Barth, 1972). Observo que os órgãos as instituições de justiça tomam decisões de cima para baixo, em uma hierarquia delineada de um poder hierárquico sobre as prisões. E, não observo que o preso é ouvido para as efetivas mudanças no sistema prisional, pois se o mesmo é invisível também é inaudível. Por assim conceber a ideia focaultiana, passei a indagar a Nena o que é necessário para melhorar a prisão. Por conseguinte, responde-me isso:

Tratar com mais humanidade, reciclar mais os agentes, reciclar mais as pessoas, porque você vai lidar com vidas. E muitas vão achando que você vai lidar com bicho. Você só recupera alguém, se você tá ali e vai ajudar aquela vida. Eu mesma, se olhar pra mim, eu conheço, me diminuindo em alguma situação, isso aí faz a gente se revoltar, e você tem mais ideia de coisa errada. Eu já dei peito em polícia (Nena, 2004).

O que é dá peito em polícia? “*Dar peito por alguém é não deixar aquela pessoa, ninguém toca naquela pessoa, fiz por uma polícia, por ela ser boa, nos tratar como gente, tirei ela do meio de um B.O, porque ela nos olhava como pessoas, a gente nota*”. Nena continua a falar das relações entre polícia e presidiárias, dizendo que “(...) *A maioria são treinadas para bater, para jogar spray de pimenta, para gritar*”. Em sua fundamentação como requisitos de melhorias da prisão comprehende que

Tem que ter um acompanhamento para eles verem, que essas pessoas que passaram em concursos não vão lidar com bichos, vão lidar com vidas, com pessoas, com mães, com filhas. Pronto, é isso! Revolta, viu? Isso revolta! Aí, no que lhe revolta, a bandidagem cresce entre você, é difícil recuperação. Eu passei uma época para me recuperar, foi difícil! (Nena, 2024)

Nesse momento, entra Lourival, um senhor magro, pardo, cabelos grisalhos, meio ralos, alto, de aproximadamente, 1,90 m, discreto, calado, o “*que jurou a pátria*”, segundo Nena, fala por ser um ex-policial e está cumprindo pena, “*igual a mim*”, assevera Nena. Ao entrar, pega no rodo com um pano envolto no mesmo, como se fosse limpar o chão ou enxugar alguma parte do piso daquela secretaria. Ainda, entra no recinto brincando com Nena. Ao sair, perguntei à Nena se ele era um policial penal, pois já o vira bebendo café sentado na cozinha, lendo jornal, com uma blusa de algodão preta, vestimenta próxima às vestimentas dos policiais penais, faltando-lhes apenas os distintivos. Ao responder, Nena diz isso: “*esse aí, é pior que eu! Eu pelo menos não jurei a pátria*” Ao falar desse juramento, contou-me que ele era um policial e se envolveu com o crime, sendo “*pior que eu*” porque vestia farda, tinha uma ligação com o Estado, era “*policia, mas praticou crime!*”, conforme acentua.

No Brasil, em datas recentes, casos ligados à tortura tomaram o cenário midiático, a exemplo de um policial rodoviário federal, Ronaldo Bandeira, que em um curso preparatório para concursos, ministrou técnicas de tortura com “*spray de pimenta*”, esse referido por Nena. O policial ensinava como utilizar dentro de uma viatura, assim, as cenas tomaram uma dimensão midiática grande, viralizaram. Na cena dizia: “*o que a polícia faz? Abre um pouquinho, pega o spray de pimenta e taca! A pessoa fica mansinha!*”²

No Estado de Sergipe, em dezembro de 2022, três policiais federais foram acusados de matar um homem negro, Genival, em uma abordagem policial sob a alegação de que o mesmo estava sem capacete. A vítima que tinha problemas mentais, estava de volta do supermercado com umas pequenas compras em mãos a poucos metros de sua residência. Genival foi morto na viatura da polícia, lugar em que fora fechado com uma granada de gás, e embora pedisse socorro, seus gritos não foram escutados pelos ouvidos inexoráveis dos agentes do Estado, sendo meros ruídos advindos de um corpo preto, aquele predisposto “bode expiatório” (Girard, 2004). Naquela BR serpentina, a necropolítica (Mbembe, 2016) instada a eliminar mais um “corpo indesejável” (Agier, 2008) marcado para morrer nas teias e tramas organizadas pelo Estado por meio do seu instrumento: a polícia.

² AGENCIA BRASIL. **Ministro da Justiça suspende policial que ensinou tortura em curso.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/ministro-da-justica-suspende-policial-que-ensinou-tortura-em-curso>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

Nena aponta a solução: “*essas pessoas que passam em concursos não vão lidar com bichos, vão lidar com vidas, pessoas (...)*”. Ainda, trago para pensarmos que nem “*bichos*” estão na mira da necropolítica. Nesse país, pessoas negras tomam a dimensão de não humanos, de coisas, reificadas e esvaziadas de quaisquer sentimentos, seus gritos são inexoráveis, sua dor é um espetáculo da morte que regozija aos olhos de quem mata e de quem vê. Os direitos humanos têm que atravessar o véu construído com tecidos sociais impermeáveis em determinadas instituições, construídos nesse atributo por um Estado que abraça alguns cidadãos e escarra seus “*refugos humanos*” (Bauman, 1999). Genival morto na viatura era uma vida precarizada, observado com suspeição, pois suspeita é a cor da sua pele, assim, ingressara na mira da polícia. A pele de Genival lhe enquadrara em um âmbito: das pessoas perigosas. Assim, corpos e lugares são construídos socialmente como de inimigos, de pessoas perigosas. Nessa direção, a construção dos corpos perigosos faz-nos observar que

Assim é que a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial, teve enormes consequências para a história subsequente do nosso país. Este é, por exemplo, um dos fundamentos teóricos da estratégia de atuação da polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX. A polícia age a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros (Chalhoub, 2017, p. 26).

A população em audiência evoca seu gozo ao assistir os cenários de violência, cujas vítimas são “*bodes expiatórios*” (Girard, 2004), marcadas por uma sociedade enquanto “*indesejáveis*” (Agier, 2008), que têm “*cidadania mutilada, subalternizada (...)*” (Santos, 1993, p. 24). As pessoas que assistem às cenas de violência têm o prazer, no enquadramento da tela de TV ou de seus celulares, na violência que está intrínseca em si, a “*violência intestina*” (Semèlin, 2009).

2.8 Ainda na prisão: a vazão das narrativas

Nena diz que havia colega de cela que roubava no presídio, “*que roubava um perfume, um óleo. Aí, quem comprava o povo metia o pau*”. Pergunto à mesma, nesse dia, se entrava droga. E quem responde é Rita, assim, responde isso: “*hoje em dia, acabou, né? Sujou geral, pois as meninas das antigas não tão mais. Antigamente, era 400 mulheres, hoje em dia, é 200, dormiam até no chão*”. Essa fala foi uma das falas do início da pesquisa, mas, com um tempo, Rita me contara que ela própria já teve maconha e comprimidos controlados que vendia no presídio. Nesse momento que me narra, pergunto se poderia escrever sobre esse fato, assim, aponta de maneira positiva, autorizando-me o registro.

Sobre o fato ligado ao número de mulheres, da suposta diminuição, interpela-a a fim de compreender a razão da diminuição, assim, passa a explicar isso: “*começou fazer aqueles mutirões de justiça; aí, a pessoa que tá no direito, mas não tem advogado. Lá tem hoje cartório, psicólogo, atendimento a dentista. Hoje, tem! No meu tempo tinha, não!*”, pontua, Rita. Nesse instante, ingressa um policial penal na cozinha, ela o chama de chefe. Nesse momento, Nena diz: “*Opa, doutor!*” E, sem sequer lhe perguntar, já vai explicando que assim o chama “*porque aqui é uma tribo*”, fala sarcasticamente sobre a terminologia chefe. “*Eu chamo assim de chefe pra ninguém ficar com raiva... kkkkk*”, fala com sátira. Sobre o tratamento, desde o início já havia observado como os presidiários que lá se encontram e se dirigem aos funcionários públicos da secretaria, todos são chamados de doutores e doutoras, e a percepção é a subserviência que tem um preso nos âmbitos de trabalho, assim, observo.

Ainda sobre o ingresso das drogas na prisão, Nena diz: “*(...) Naquela época, não tinha scanner. Mas scanner não adianta nada. Para que serve o céu estrelado? Muros. Jogando no céu estrelado, sempre tem alguém para pegar. Agora, tem que confiar*”. Sobre esse evento, passo a indagar se quem pega, pega por ordem e por medo, ela diz que “*não, faz para ganhar. Na cadeia, nunca queira nada de graça, não tem nada de graça. Pague agora! Porque se acontecer uma desavença para não jogar na sua cara. Se disser, vou dizer: “eu paguei!” Isso aí eu aprendi com algumas pessoas, eu observava, pois, se fez com ela, faz comigo!*”, esclarece.

Nena aponta falhas no sistema prisional por mais que haja a presença do scanner. O que na realidade faz observar são os agenciamentos humanos no âmbito prisional, os devires (Deleuze & Guatarri, 2012). A prisão é lugar de dor e sofrimento, mas também de devires, de resistência, de agenciamentos, ainda, são “as formas de organização próprias ao *socius*” (Guatarri, 2019, p. 35). Não há poder sem confrontamentos, e a maneira dos grupos subalternos furar o muro do poder é por meio dos agenciamentos.

Nena relata ainda mudanças na prisão feminina, marcadas por restrições e escassez, pontuando isso: “*eu vi algumas meninas que saíram, tava sem nada mesmo. Até a comida diminuiu para a família levar, antigamente, era os Tupperwares – marca de produtos plásticos - desses tamanhos*”. Na fala pontua ainda que “*A família levava a comida e comia com elas, mas, hoje em dia, o Sistema Penitenciário não dá o que a mulher precisa*”. Assim, passo a indagar isso: o que a mulher precisa? “*Pelo menos de oito em oito dias comer alguma comida de casa*”, responde-me.

Sobre a prisão, Seu Antônio, entende que esse lugar ele não deseja ao seu pior inimigo. Ele que é contra rebelião, que “*moraria cem anos, mas não faria rebelião, porque só piora, porque tem medo de apanhar da polícia*” embora demonstre muito respeito, até faço essa

analogia à questão de ter *habitus* (Bourdieu, 1983) similares a um policial por ter sido 50 anos segurança privada de instituições bancárias. As rebeliões são castigadas com a proibição da visita, do Sedex (comida, cigarro que vem de fora, enviados pela família). Que na prisão masculina já viu até preso fumando raspa do cabo de vassoura, também teia de aranha, pois as rebeliões passam a ser punidas com a escassez devido o interdito das dádivas que vêm da família, a saber: o jumbo (Godoi, 2015), o sedex (Seu Antônio, 2024).

Para seu Antônio, para melhorar a prisão, “(...) tem cela que cabe dez pessoas, eles botam 30, 40, tem que se deitar de valete (de lado). A gente chama a praia porque é deitado no chão, deitado num colchãozinho ou num papelão. Quem colocar o pé primeiro na cadeia é o mais velho, podem chegar juntos dois, aquele que colocar o pé primeiro é o mais velho”. Ser o mais velho tem hierarquia conforme a fala de seu Antônio, por exemplo, ao desocupar uma cama, quem terá direito será aquele que colocou o pé primeiro, assim, sucessivamente.

2.9 “Roubar é bom, mas é muito ruim ser roubada”: vivenciando outras experiências

“*Minha irmã é sabida pra me roubar*”, pontua, Nena. Aqui, a trama da casa de Solânea, imóvel que foi comprado pelo marido de Nena, mas que, por ser um alcóolatra, ela decidiu colocar o nome da casa para seus pais, pois, em sua fala, revela o receio teve de ver os pais desamparados, sem lar. Mas a estratégia trouxe prejuízos não apenas para a mesma, pois, caso estivesse no nome do marido, o falecido, ela seria herdeira, mas também seus dois filhos. No entanto, ao registrar a casa comprada pelo marido no nome dos pais, Nena passa ter uma parte da herança como filha, mas também suas duas irmãs.

Uma de suas irmãs faz questão pela herança; a outra, não. Isso causa uma revolta em Nena, ela é enfática o quanto é “*ruim ser roubada*”. Diz isso: “*É ruim ser roubada pela própria família. Eu passei pedindo a Deus que tirasse aquilo de mim*”, referência à vontade de matar a irmã que está fazendo questão por parte da herança da casa. Nena revela uma vontade de vingança, essa: “*Eu pensei em pegar uma dinamite, uma granada e jogar na casa dela. Deus me ajudou, ninguém na terra tira essa força de mim!*”. Pontuando isso: “*Horrível tirar o que é seu! Eu senti o que era roubar. Roubar é bom, mas ser roubada, não!*”. Sobre o evento da casa, continuar as narrativas seguintes: *Um dia, eu vou perguntar a ela: por quê? - Eu não desejo cadeia a ninguém, prefiro desejar a morte. Ela quis a cadeia para mim. Ela queria ficar com tudo! Preso não vale nada! A outra não queria mexer*, faz referência à irmã que mora no Rio de Janeiro.

Depois que passei a explicar a Nena sobre o inventário da casa, observei que os presos me pedem esclarecimentos sobre questões ligadas a direito. Teve um preso, Everaldo, homem branco, cabelos grisalhos, estatura mediana, com dentes de aparência saudável, ele conhecido por “Oitenta” pelo fato de ter sido sentenciado a 115 anos de prisão, e “Oitenta” é o apelido correlato ao tempo que precisa tirar trabalhando em liberdade condicional. O inventário da casa de Nena e minhas eventuais explicações sobre a ação, fizeram com que alguns desses ‘trabalhadores’, os presos na secretaria passassem a me fazer perguntas sobre suas vidas em relação aos seus direitos. Seu Everaldo quis informações sobre possíveis direitos alegando que vivera maritalmente com uma mulher e ela tinha muitos bens, umas terras indígenas. Assim, minhas explicações incorrem também na maneira que estou sendo vista, “*uma pessoa que entende a lei*”.

Em retorno ao assunto prisão, pergunto a Nena se tem medo de ser presa novamente. Ela responde-me fazendo referência ao problema da casa que sua irmã quer “*roubar*”, o casebre de Solânea-PB. Fala que tem medo de ser presa de novo, diz isso: “*Tenho, passei por uma essa semana passada, quase. Meu pai morreu agora há pouco, faz uns três meses, essa casa que meu pai morava era minha. Aí, uma irmã minha, safada, que queria ser honesta, ela queria tomar, né!*”. Continua a narrar isso:

Aí, porque, logo no início, eu coloquei a minha casa no nome da minha mãe, porque aqui enquanto minha mãe e meu pai forem vivos, eu não mexo. Eu moro até debaixo de um pé de pau, pago aluguel, mas não mexo. Isso foi anos e anos, hoje, eu moro de aluguel, mesmo eu ganhando um pouquinho, eu vou fazendo uma coisa ou outra. Aí, minha irmã me dizia que tinha parte da casa. Aí, eu esqueci que devo a justiça. Num tem problema. Eu disse que eu ia dá uma pisa até ela dizer o que tinha lá, aí, ela botou uma protetiva. Eu ia estourá-la, a minha sorte é que eu fugi, eu não disse a ninguém. Mas não deu certo, não! Ela ia apanhar, até ela me provar (Nena, setembro de 2024).

No assunto da casa, Rita entra na conversa, diz: “*ela (irmã) foi covarde! Quando ela (Nena) foi pra aquele lugar (prisão), disse: “eu vou botar a casa no nome de pai e de mãe pra Chicão (ex-marido de Nena) não vender, mas vocês sabem que vocês não têm nada aqui. Quando Deus levar pai e mãe, vocês não têm nada aqui!”*”. Com efeito, de proprietária, Nena passou a ser uma mera herdeira, ainda prejudicara os filhos querendo favorecer seus pais, pois seus filhos que seriam, atualmente, eventuais herdeiros do pai, de Chicão, não estão na herança da casa por serem netos. Rita finaliza a conversa com as seguintes considerações: “*Ela confiou nas irmãs, mas infelizmente as irmãs foram covardes. Ela tá sendo roubada! Porque ela quer assinar se der dinheiro a ela também*”.

E, sobre o valor da casa, “é baratinho, é interior, mulher”. Rita diz que “*a casa é de interior e que nenhuma das duas irmãs pagam aluguel, e ela [Nena] só tem essa casinha, e a*

despesas delas lá num é nem a metade da despesa de Nena aqui em João Pessoa. Ainda, revela que elas pagam aluguel de R\$ 650,00, com R\$ 80,00 de luz e R\$ 100,00 de água, “dá quase mil que a gente paga de aluguel, e elas fazendo isso. Sabe o que é isso? De boca...”, faz referência à falta de documentar o tratado com as irmãs. Em seguida, Nena entra na conversa e diz: “eu sabia lá que ela era pilantra!”. Rita volta a intervir na conversa, diz: “Não é direito de seu pai, não! Essa casa é a nossa liberdade de sair do aluguel, doutora! O sonho de nós é sair do aluguel, eu pago quase mil reais, doutora, entendeu?”. Continua de forma indignada a falar que “*O problema é que as irmãs dela tão dando uma de doida agora. Elas não têm um real na casa, num gastaram nada, o benefício que o pai dela fez foi com o dinheiro da aposentadoria. As irmãs dela não veem o lado dela, não! São sugadoras!*”. Nesse momento, emergem as memórias sobre a estada de Nena na prisão, Rita diz que “*As irmãs num tão nem aí se ela paga aluguel, se tá caro. Elas visitaram ela na cadeia quando a gente tinha condições de dar dinheiro para eles virem, quando não, pararam de vir. Covarde, pilantra, é uma disgrama!*”

Ainda na trama da casa, Nena enuncia uma intriga, pois, “*Com essa aí que eu fui dar uma pisa, eu num falo não, eu falo com a outra, a do Rio de Janeiro. Eu tou perdendo, mas eu me levanto! Eu sou guerreira! Roubar é bom, mas ser roubado é ruim! E quando você é roubada pelo sangue?*” - Ainda revela que a irmã também se intrigara, pois, “*Ela disse que não fala mais comigo*”. Então, ela disse: “*tu rouba e se intriga?*”

Pergunto se a família teme por ela ter sido uma pessoa que se envolveu com a criminalidade? Ela diz que “*eles sabem que eu tenho coragem, mas eu sou muito família*”. E ser família é “*Cuidar, não deixar faltar nada. Desde de criança, eu sempre fui muito família com essa, ela era menor, não deixava ninguém bater nela*”. Embora Nena sentira medo de voltar à prisão pois por causa da casa diz: “*Eu mato, eu não mato; eu esfolo*”, tendo em vista que sua irmã vendeu a parte por 30.000,00, mas não era de sua vontade. Ela que teve vontade de fazer uma coisa errada: “*Ir lá e arrancar a cabeça dela*”. Mas Nena orou a Deus, pois diz-me: “*Fui para Deus, me deu orientação, sabedoria para tirar aquela coisa dentro de mim, porque foi eu quem comprou para minha mãe morar. Eu não sabia que era tão ruim ser roubada, eu só sentia alegria do roubo. Eu sinto a dor do roubo, nunca mais roubo ninguém*”. Revela que o cunhado, marido da irmã intrigada, “*botou dinheiro na conta antes de assinar, eu poderia ter roubado,*

mas eu prometi a Deus”. Sobre isso, disse: “*Eu liguei e disse: não se preocupe, não. Eu não sou covarde igual a vocês. Eu tinha feito um voto com Deus. Não sei se é coisa de Deus ou da pessoa mesmo. Se eu fosse aquela pessoa de lá [prisão], ele não via R\$ 10,00. Eu evolui sem saber!*”, conclui.

Ainda, a trama da casa de Solânea é mediada pelo tio de Nena, percebi em um dia que atendera o telefone na cozinha quando estávamos conversando com Seu Lourival, Nena atende o telefone na frente de todos, não havia como não ouvir o teor da conversa, também não deu sequer brechas de que teria problemas de que eu e seu Lourival ouvíssemos. Era seu tio, dando uma ideia de conciliação sobre o evento da irmã e da casa do interior. Escuto, nesse dia, dizer isso ao tio: “*eu até aceitei o roubo*” – faz referência a aceitação de que a irmã quer parte da casa sem ser herdeira de fato, apenas de direito.

No que tange ao gosto do roubar, pois, conforme Nena, “*Roubar é bom, mas ser roubado é ruim*”, seu Everaldo estava com uma namorada na cidade, em um bairro que mora, e passou um jovem de moto e deu voz de assalto e levou o celular deles, então, disse-me que “*era muito ruim ser roubado*”. Nesse instante, Marcos que é sentenciado por assalto disse que nunca foi roubado. Seu Everaldo, algumas vezes, disse-me que não lucrou nada com “a bandidagem” pois a sua situação da atualidade é prova de que não soube escutar seus pais, mas, por ter curiosidade em conhecer o crime ingressara no submundo da criminalidade. Seu Everaldo faz emergir as benesses do crime, “*a vida boa que teve*”, os lugares que frequentou e os produtos que consumiu, a exemplos de boa bebida, boa comida e o acesso às mulheres pagas para uma relação, mulheres na prostituição.

Seu Everaldo disse que um dia tinha uma bolsa, tipo mala, cheia de dinheiro roubado, que andava em um opala [produto de um roubo], “*carro de rico, na época, mandava a dona do cabaré fechar*”. Ele fala que ingressou no cabaré com mais quatro amigos do submundo do crime, ordenando isso para a administradora da casa noturna:

Bote todo mundo para fora, eu quero alugar até meu dinheiro se acabar; corriam as putas tudim: dez, quinze mulheres; os machos sai tudim. Sabe como vai ser a festa? Todo mundo nu. A festa do ladrão! Eu chegava como fazendeiro, com o chapeuzão; os outros que tavam no carro, eu dizia que era meus empregados. Quando o dinheiro acabava, a gente já saía roubando.

Ao me contar, conclui: “*Eu não tenho o que falar da bandidagem, eu arranjei muito dinheiro*”. Ao dizer isso, Marcos, o Oreia, faz as considerações de que hoje não consegue nem entrar com o salário que recebe nos lugares que frequentou com ostentação de muito dinheiro que teve dos assaltos que fez. A sensação é que tanto Marcos quanto Seu Everaldo têm saudades do que o dinheiro do crime promovia, “*a vida boa*”, para ambos, em especial, promovia

“mulheres”, essas que constituem o sonho de vida de Seu Everaldo, pois, ao indagar sobre o sonho, ele me responde isso: “mulher”, motivado pela seguinte razão: “mulher é a melhor coisa do mundo”. Continua a emergir de suas memórias eventos que o dinheiro lhe proporcionara, diz-me: “Um dia tomando uma, chegava os meninos mendigos, eu pagava o almoço deles, o dono do restaurante mandava ir embora, eu disse: “eu tou pagando, eles vão se sentar e almoçar aqui”. Depois, eles [as crianças] me abraçavam, eu dizia: “sai daqui, porque eu sou ladrão também””. Nesse momento em que me narra sobre a bela atitude, dar comida para as crianças e incluí-las socialmente ao permitir sentar na mesa de um restaurante, observei que Seu Everaldo embora revele tantas ações violentas, já assassinou pessoas, por homicídio e por latrocínio, ele revela um aspecto de humanidade, de bondade. E, tão quanto Seu Everaldo, Seu Antônio, um homem que trabalhou a vida inteira de segurança, que tem cinco mortes em suas costas, como diz o ditado policial, jurídico e midiático, ele tem atos nobres revelados em campo, pois disse que era amado pela vizinhança, que tem uns amigos que eram moradores de rua, que moravam “debaixo de uma lona e a mulher estava com três dias de resguardo”, faz referência à fase puerperal. Ele disse que colocou esse casal e filhos dentro de casa, após, mandou “construir uma casinha num terreno de lado de sua casa”, faz revelações de que, quando “menino quebrava braço, mulher botava pra parir” ele colocava no carro para o hospital e nunca “pediu a gasolina”. E, quando ele se mudou do lugar, o vizinho que recebeu dele amparo em sua casa no tempo em que morara na rua disse: “Bigode, vai embora? Onde Bigode for eu vou atrás” – Bigode era como era conhecido na comunidade.

Confesso que, às vezes, ele me afeta com suas narrativas, considero uma pessoa simpática, de feições bonitas, ainda mantém uma boa aparência para quem viveu o sofrimento de quase trinta anos de prisão fechada, ainda, o sofrimento de um ex-presidiário. Ele com um sorriso bonito, um trejeito na boca para o lado, aparenta ser calmo, pacato, mas carrega um passado eivado de violência. Às vezes, se dirige à minha pessoa e diz: *o que é isso? É um livro? Eu tenho história para lhe contar que você faz dez livros!*” – faz referência ao meu caderno de campo quando escrevo. Respondi-lhe: “é não, mas pode virar!”.

E, se Seu Everaldo andou “*de opala*”, fechou um cabaré performando com um chapeuzão um fazendeiro e seus comparsas, seus empregados, Marcos também usufruiu “*da bandidagem*”, dos produtos do crime. Na cozinha, passa a narrar sobre seu passado, das histórias advindas da memória, diz-me: “(...) um roubo é um vício. O bandido só para quando é preso, quando quer mudar de vida ou quando morre. É viciante, doutora!”. Nesse instante em que narra, Nena, comumente, ingressa na conversa e pergunta a Marcos: “*o que era viciante,*

para roubar?” Marcos responde isso: “*assalto!*”. Continua a falar sobre as circunstâncias envoltas ao crime dizendo que “*(...) É muito difícil passar com um salário mínimo. Na prisão, você passa as dificuldades e não quer voltar mais*”.

Nesse dia, Marcos olha para mim e diz: “*na prisão, tem perseguição!*”. Ao falar das dificuldades na prisão, Nena, de imediato aconselha isso a Marcos, diz: “*fala das humilhações*”. Entendi que seria a pesquisa uma oportunidade para possíveis denúncias. E que Nena estaria encorajando a Marcos a me narrar algum evento recente. E a minha impressão se consolidara, pois Marcos passou a me contar sobre um evento que lhe acontecera ao ir no presídio masculino recentemente, narra o seguinte:

Que, ao chegar nesse estabelecimento, o guarda perguntou pelo seu celular. Ele diz que mostrou que estava com o celular, disse: “olhe doutor, estou com meu celular”, então, mostrou o visor. Ato contínuo, mandou que andasse em direção à cela do isolamento, determinou que ficasse de “zorba”. Marcos teve que pedir interferência do diretor do Projeto, pois era um homem em liberdade condicional, e estava na cela do isolado, ainda o chamaram para falar pelas grades, então, ao encostar na mesma, foi puxado abruptamente pela cabeça, fato que “ficou desse tamanho” a sua cara, referindo-se à inchação causada pela violência. Mas foi retirado e lhe foi perguntado “se queria botar para frente” – ingressar com denúncia. Mas Marcos disse que não. Ao me falar percebi o receio do “botar para frente”, certamente, ainda a questão de que “o botar para a frente” se esvai em corporativismo, aliás, não seria Marcos que deveria “botar para a frente”, mas a própria instituição como ato de dever (Marcos, 2024).

O relato acima consiste em mais que relato, configura uma denúncia. Obviamente, não se espera “*botar pra frente*” da vítima que se encontra adstrita sob o poder, “*o botar para frente*” consiste em um dever, mas, não se verifica sequer nas estatísticas e relatórios do Sisdepen algo correlato à violência policial nas unidades. O fato ocorrido foi recente ao dia em que conversamos, esse evento fez-me compulsar os relatórios mais atuais do Sistema Penitenciário Brasileiro.

Passei, então, a verificar os relatórios mais recentes, referentes ao período janeiro a junho de 2024, da Secretaria Nacional de Políticas Penais, 16º Ciclo Sisdepen em que há registros dos óbitos ocorridos em celas físicas no país, relativo a todas as prisões com exceção do sistema penitenciário federal, pois não foram registrados os seus quantitativos. Assim, na soma de mortos entre presos homens e mulheres, o cenário consiste no seguinte: 1064 mortes em celas físicas, registradas da seguinte maneira: 747 motivadas por saúde no Brasil, e, na Paraíba, 18; 100 mortes no país por motivos criminais, na Paraíba, 1 – aqui, não há registro de quem é a autoria do crime; 84 suicídios no Brasil, sendo que, na Paraíba, 3; 101 mortes no país por causa desconhecida, na Paraíba, registradas 6 (Sidespen, 16º Ciclo, Brasília, 2024). Ainda sobre os dados acima, devemos problematizar as subnotificações do sistema sobre tais mortes,

ainda como tais mortes são classificadas pela causa, a exemplo de suicídios e de acidentes que são categorias que podem maquiar a realidade social em torno dessas mortes nas celas da prisão.

Sobre os produtos da “bandidagem”, Marcos aponta que “*tinha duas motos, uma casa na sapata*” – referência ao alicerce da casa em construção – “*Vendi; perdi animal: vaca, cavalo*”. Esses bens mencionados por Marcos são denominados na esfera do direito como produtos do crime. Assim, não são os bens que foram tomados de propriedade de outrem, mas são frutos daquilo que se gera por quaisquer condutas de ilicitudes ligadas ao crime contra patrimônio. Nesse momento na cozinha, eles mencionam de forma sarcástica sobre os ganhos de Seu Everaldo, brincam, dizendo que o mesmo só levou do crime “*quatro dentes quebrados*”. Observo que eles sempre estão a mexer com o outro, brincam, fazem zoação uns com os outros, mas sempre envolvendo seus crimes.

Ainda sobre o produto do crime, Marcos narra que mobiliou uma casa todinha em Mangabeira – maior bairro popular da capital. Comprou todos móveis de uma vez, não restara sequer algo velho, nem tapetes foram aproveitados. O gerente da loja disse que ia levar após, ele disse que ia comprar os móveis todos e pagar o frete, assim, nesse dia, gastara dezoito mil reais. “*A casa ficou cheirando a novo*”, enuncia.

Marcos quando menciona influências que sofria de alguém da prisão quando estava na rua, refere-se a “*esses derrotas*”, pois, por tais influências, voltara brevemente à prisão depois de sua soltura, passando apenas 15 dias solto, sendo preso novamente porque alguém “*passou uma fita*”, assim, realizou outro assalto. No presídio, alguém passou uma dica para roubar “*os colombianos que alugavam moto na cidade, que era uma boa, pois não podiam fazer B.O*” – a alusão a fazer B.O, o conhecido e generalizado pelo povo, refere-se ao Boletim de Ocorrência, constituindo um mero registro de ocorrência na esfera policial. O fato da facilidade de assaltar os “colombianos” dá-se pela sua não legalização de ingresso no país, foi a ideia que passara as narrativas.

2.10 Da cozinha às prisões masculinas: etnografia de vidas encarceradas

Converso hoje com seu Lourival, o ex-policial, “aquele que jurou a pátria” como aponta Nena. Ele disse que está na SEAP há oito anos, que está “*tentando se aposentar porque já contribuiu para a previdência durante 25 anos*”, o tempo que tinha de estado”. Seu Lourival está tentando se aposentar com dois salários-mínimos. Nesse dia, disse-me que seu Everaldo, que cumpre pena trabalhando, deve tentar pela idade porque nunca pagou a previdência.

Seu Everaldo, jocosamente chamado de “*Oitenta*”, apelido relativo ao tempo que precisa trabalhar para pagar a pena sentenciada pelo Estado, como já disse. Aponta que “(...)*Quando a cadeia acaba, nós não tem mais trabalho!*”. Pergunto isso: o senhor vai ficar até quando? “*Até morrer*”, responde-me. Ele que está há muito tempo na SEAP, que tirou 29 anos de cadeia, sua pena contabiliza 115 anos. Pergunto em que foi enquadrado, então, responde-me assim: “*em latrocínio, no 121 e no 129*”. O primeiro crime, o latrocínio consiste em roubo seguido de morte; o 121 é aquele cuja tipificação no Código Penal Brasileiro é relativa ao homicídio; o 129, agressão grave.

Quando me refiro a tanto tempo que precisa ainda trabalhar, oitenta anos, a chamada liberdade condicional, ele diz: “*pior é tirar cadeia!*”. Seu Everaldo tem 62 anos de idade, precisaria viver 142 anos para quitar a sua dívida com o poder judiciário. Ele, nesse dia, faz alusão dos lugares em que estivera preso, lugares seguintes: “*Passei pelo Róger, Máxima e Jacarapé*” – essa última é chamada pelo nome do lugar, mas se trata da PB1. “*Ali, é muita fome e muita peia!*”, enfatiza. Sobre o tempo a ser retirado para quitar com seu débito com a justiça, observo que “*o até morrer*” não está proporcional ao Seu Everaldo, pois seu Antônio tem 70 anos de idade e tem bastante tempo que deve passar trabalhando em liberdade condicional, pois tem mais de 40 anos de condenação pelos homicídios de sua autoria. Ele que já tem dez anos na SEAP vai ficar lá “*até zerar*” como disse Rita – faz referência ao tempo que resta para completar a pena.

Pergunto, nesse momento, naquela cozinha, estávamos, eu, Rita, Nena, Lourival e Seu Everaldo, não sei em que andar nos encontrávamos, lanço a pergunta seguinte: quem sofre mais a mulher ou o homem na cadeia? Rita responde na frente de todos: “*mil vezes pior, é o homem! Porque na cadeia de homem é matando o outro*”. Aqui, vai se delineando as diferenças de uma prisão feminina e masculina, pois, desde que faço etnografia no Maria Júlia Maranhão, único presídio feminino da capital, desconheço histórias relativas às mortes de mulheres aprisionadas.

Em retorno à prisão masculina, em especial, a de PB1, ele faz revelações seguintes: “*no Jacarapé, era um vasilhame de Coca-cola com dois litros de água para dividir com 12 homens*”. Cada cela havia, em sua época, 12 homens e eles davam dois litros de água por dia para o consumo do dia por cela. Nessa divisão, resulta em 0,16 ml de água por homem. Eu em toda minha vida não ouvi falar sobre esses eventos na prisão feminina. Falta-me palavra agora!

Nessa narrativa, Seu Everaldo conta na frente do policial penal, nesse momento, fiquei constrangida, fechei o caderno de campo, evitei escrever. Depois, estávamos a sós na cozinha e perguntei isso: O senhor não tem receio de falar na frente do policial? Disse que não, que era

um homem livre, estava na condicional. Emerge da memória de Seu Everaldo questões ligadas a várias gestões que passara nas distintas prisões que “*tirou cadeia*”, como chamam. “*Teve uma gestão que passou três anos só humilhação, a metade da comida era jogada no mato. Se pegasse um preso fumando maconha passava 2 ou 3 horas no pau*”. Continua dizendo que, “*Um dia, uma rebelião começou só por causa da humilhação. O agente chegou e chamou o preso, chamando pelo vulgo, o apelido, o preso lá calado, e ele chamando*”. Ato contínuo, “*o preso disse o senhor está chamando fulano de tal?* O preso fala seu nome completo. Aí, ele disse: “*sou eu*”. O agente disse: “*só por que você não respondeu, vai ficar todo mundo de castigo, sem visita*”. Como desdobramento, “*houve a rebelião*”.

O castigo da falta da visita foi algo em que me debrucei na prisão das mulheres, evoquei como um dado macrossocial, inerente a todas as prisões. Aqui, ““um erra, todos pagam”, sobre “todos por um” como expressão e finalidade do castigo, observamos que frustrar a visita social da família ou o trabalho como elementos cruciais na humanização da pena constitui o objetivo do sistema prisional” (Ferreira, 2023, p. 113). Proibir a visita é aplicar “o gancho” (Lago, 2019) que consiste em “uma proibição temporária de realizar visita (Lago, 2019, p. 10), sendo “um termo utilizado para a punição estabelecida pela direção prisional à visitante que alegadamente descumpriu regra da unidade” (Lago, 2019, p. 46). A proibição da visita consiste na racionalidade do sistema para adornar a dor e o sofrimento do preso.

Nesse 0,16 ml de água por homem, “*fome e peia*” na prisão apontado por Seu Everaldo, o Oitenta, “(...) Reduzir alguém a pão e água ... isso são coisas que nos ensinam quando somos crianças. A prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral” (Foucault, 2015, p. 134). Sobre o pão e água, Seu Everaldo se viu pior que a passagem textual, pois o 0,16 ml por dia não pode sequer configurar que estava preso com água. A残酷ness atravessa as prisões masculinas, um ponto que vem se distinguindo da prisão feminina em que etnografei durante minha história acadêmica.

“*Humilhação é mexer com a família*”, aponta, Seu Everaldo. Ainda comprehende que “*a pior gestão é a realizada por um policial*”, faz referência a administração de prisões. Nesse momento da fala, Nena interpela, diz: “*Polícia não sabe trabalhar com pessoas*”. Seu Everaldo retruca: “*polícia coloca para matar o outro*”. Já, no Presídio Maria Júlia Maranhão, “*elas não batem em nós e não manda bater*”, diz Nena, fazendo referência a diferença de prisão feminina e masculina.

Na prisão masculina, nas rebeliões passadas por Seu Everaldo, “era furando e matando, faziam drogado, não era de cara limpa”. Pergunto o que sentiu? “*Nada, a gente só se preparava só para peia quando a polícia chegava*”. Nesse momento, Nena rir com o corpo e diz: “*para gente é uma festa, né Everaldo?*” – Ele revela que os primeiros a serem furados eram os estupradores.

Seu Everaldo quando me via, vinha em minha direção, como se quisesse que suas memórias na prisão fossem registradas em meu caderno de campo. Assim que me vê, diz: “*uma noite, morava numa cela. Se reuniu oito, torou um todinho: perna, braço, cabeça*”. Pergunto a motivação, responde isso: “*guerra na rua*”. Perguntei outra vez, se ele não se perturba com essas memórias, responde friamente que não. Observo que faz questão de me contar as partes violentas que disse ter visto, mas recordo que na primeira vez que conversamos disse que “*matou e furou muita gente*”, estava se referindo a quatro rebeliões que já passara em prisão. “*Sobre torar um todinho*”, matar um preso na cela da prisão, Marcos também tem eventos que narram sobre morte na cadeia, diz-me que usou muita cocaína, passou o dia todo usando, dando uma ideia de que precisar usar a droga para aguentar ver aquele cenário de atrocidades, pois

uns cabras tinham matado um num sábado, deram coquetel pra um beber; o outro, foi de faca. Aí, na cela onde eu morava, vizinha que era um lado só ímpar; outro, só par. Na cela vizinha, tinha três cabras amarrado pra morrer. Na cela que eu tava, tinha um também marcado pra morrer, mas ninguém sabia quem era (Marcos, 2024).

Nesse evento preparatório para a morte, Marcos fala que eles fazem um trançado para amarrar o pares na cela, eles desfiam sacolas de plásticos, fazem uma trança de fios desfiados dessas sacolas, “*a Teresa, uma peça construída para morte que “fica mais resistente que corda”*”, afirma. Diz ainda que fazer “*a Teresa dá muito trabalho, faz fio por fio, você tem que cortar igual uma rabada de pipa*”. Alega que tem que amarrar essas pessoas para morrer com a Teresa. Na cela dele, ele botou na mente que era o mesmo que iria morrer, tendo em vista que já sabia que alguém iria morrer em sua cela, além dos três presos amarrados à morte com Teresa na cela vizinha. Marcos disse que teve que usar cocaína, que teve medo, que não conseguia dormir porque “*naquele lugar, tem mil pessoas que não gosta de você, mas vai ter pessoas que vai se identificar e vai falar alguma coisa pra você*”.

E ainda sobre as mortes, são aspectos que tangenciam uma distinção entre as prisões masculinas e femininas na Paraíba, pois esses eventos inerentes às atrocidades de “torar um todinho” só observo como dados ligados à cadeia masculina, ainda, a “naturalidade” em ter corpos torados em sacos plásticos pretos guardados em banheiros enquanto a suas companheiras tomam banho no dia de visita íntima, corpos que depois são lançados nos corredores depois que

a visita vai embora. Essas narrativas ligadas à extrema violência perfazem um cenário muito comum em prisões masculinas, um dado macrossocial.

“Reclusos com experiência prévia de privação de liberdade e registros criminais mais longos tendem a ser mais agressivos, propensos a intimidar outros presos e têm maior probabilidade de cometerem uma série de infrações durante da sua reclusão” (De Azevedo, 2020, p. 9). A violência ocorrida nas celas do presídio masculino assume a espetacularização da morte, aquela “*que, para nós, é uma festa*”, como pontua Nena. “A agressividade física, o exibicionismo do desafio corporal, o poder sobre a vontade dos outros e a indiferença em relação às vítimas, que servem apenas para “contar vantagens”, são valores fortemente conectados (...) com a concepção de masculinidade (Machado, 2001, p. 22)”. Nessa dinâmica,

O território urbano torna-se o campo de batalha de uma contínua guerra espacial, que às vezes irrompe no espetáculo público de motins internos, (...) Os habitantes desprezados e despojados de poder das áreas pressionadas e implacavelmente usurpadas respondem com ações agressivas próprias; tentam instalar nas fronteiras de seus guetos seus próprios avisos de “não ultrapasse” (Bauman, 1999. p. 22).

Esses avisos de mortes e de rebeliões vêm através de “*Catatau*”, a carta que transita na prisão, assim, sendo conhecida nos presídios de mulheres e de homens. Em minhas anteriores etnografias, cartas e bilhetes apareceram como agenciamentos, mas também como símbolos de afetos, uma resistência à coisificação e à mortificação das subjetividades no interior da prisão (Ferreira, 2018 e Ferreira 2022). Aqui, pela primeira vez, escuto sobre “*o Catatau*”, esse que traz mensagens entre as celas, mas também do extramuros da prisão. O catatau nas celas da Paraíba chega em “*garrafinhas*”, uma maneira dos presos se comunicarem. Seu Antônio relembrou do “*Catatau*” que chegava em sapatos que transitavam os corredores das celas da prisão de São Paulo, chamado de Táxi. E, para avisar que vai indo o “catatau”, eles dizem: “salve!”; outros respondem: “salve!”

Nas memórias dos motins na cadeia, Seu Everaldo disse que “*houve uma fuga em Jacarapé, não sei o ano, foi embora mais de cem pessoas e eu no meio, eu saí a pé para o Recife; de dia, dormia; de noite caminhava*”. Diz que passou a ser perseguido pela polícia, que ela o achou num engenho que vendia inhame. “*A polícia ia me dá uma lapada, ainda levei. Mas eu disse: “sou preso de justiça!”* Nesse momento, o delegado disse: “*para, para, leve ele para o hospital*”. Pela primeira vez observo um privilégio em ser um “*prisioneiro de justiça*”, ou seja, um que fugou em uma unidade prisional. Começo a perguntar o que diferencia um preso de justiça, por conseguinte, responde-me isso: “*ninguém toca nele, só se a justiça mandar; os outros a polícia pega*”. Nesse instante, mostra seus dedos lesados por uma faca que segurara em uma briga, mas que em um dia a polícia também violentou a sua mão esquerda.

Pela primeira vez, eu ouvi que há esse privilégio “em ser preso de justiça”, a impressão é de que ele está registrado, mas seria uma fácil vítima a se perder no mundo, nas lapadas se não fosse do interesse do Estado a sua captura. Dizer que era “*um preso de justiça*” foi uma estratégia de defesa, um agenciamento de Everaldo, algo que mostra que o mesmo aprendera com a experiência do vivido. A impressão que a polícia não pode tratar “*o preso de justiça*” de maneira igual a um preso de fato, pois esse último pode nem sequer ingressar na estatística de preso, mas fazer parte do cenário da “necropolítica” (Mbembe, 2016). Becker (2008, p. 11) aponta que “a polícia precisa valer sua função à sociedade, “...as pessoas frequentemente não denunciavam crimes, e a polícia muitas vezes “ajustava” os números para mostrar ao público, às companhias de seguro e aos políticos que estava fazendo um bom trabalho”.

A estatística faz parte da engrenagem da esfera estatal, ela revela aquilo que se quer mostrar para o mundo, já, as subnotificações, a depender do caso, é de grande interesse para o cenário político e administrativo do governo, do poder público, números são moldáveis e são facilmente construídos. Certamente, o Estado precisa registrar a captura de Seu Everaldo para fins de não revelar a inoperância do sistema prisional e de justiça, mas também, é preciso que Seu Everaldo esteja na composição das estatísticas de preso, pois, será um fomento para o capitalismo do sistema punitivo estatal, são essas percepções que tenho sobre a necessidade de trazê-lo de volta ao sistema, a experiência do vivido fez cessar a violência do delegado, ambas as experiências, a de Everaldo e da própria autoridade policial.

Sobre os dedos de Seu Everaldo têm uma espécie de protuberância óssea nas junções, entre suas falanges dos dedos da mão esquerda, sendo bastante visível quando nos mostra a palma da mão. Ele, ao me mostrar passa a trazer de suas memórias o passado que marcara seu corpo, diz-me isso: “*Eu levei uma facada dentro de casa*”. Assim, fala que um vizinho foi lhe atacar, então, enfrentando-o “*com as mãos, ele saiu com a faca e eu encarei, quando a gente leva uma facada, dá logo sede. Meu pai me socorreu, quando meu pai saiu de perto do médico, eu disse: “eu tou muito doido”*”. O médico disse: “*eu percebi”*”. Continua as lembranças: “*Eu cheirava, tomava cachaça e comprimido, é o mesmo efeito de rupinol, bebia e dizia: “vou matar e não lembra”*”. Na minha casa e na minha cidade ninguém sabia”.

Ainda sobre as lembranças que emergiram em sua memória, Seu Everaldo me interpela no seguinte: “*Tem uma coisa que a senhora não me perguntou ainda?*” Eu disse: o quê? Responde isso: “*Sobre a lombra das drogas. Eu experimentei de tudo, a melhor é a maconha. A maconha não faz você roubar, matar, só dá sono e fome. Agora, rupinol, cocaína e pedra fazem coisa que você duvida*”. Continua a fazer as considerações seguintes com base na sua experiência do vivido com as drogas:

quem falar mal da maconha não conhece droga. A maconha é melhor do que cachaça! Quem falar mal da maconha é mentira, pior do que a maconha é a cachaça, e não é proibida. Quando você fuma maconha; fica medroso; o pó dá coragem, é igual a cachaça. O pó e a bebida você não tem medo de nada. A maconha é um calmante. A lombra da pedra, você fica procurando no chão o que não perdeu [imita alguém buscando algo no vazio do chão]. Pode botar a mulher que for, se cheirar pó, você brocha! – uma maneira vulgar sobre a falta de ereção no pênis. Você pode tomar o que tomar, a lombra do pó você vai ficar agitado, de boa de roubar, é a cocaína Everaldo, 2024).

Seu Everaldo passa a falar de um momento de uma de suas prisões, diz: “*Quando eu rodei por assalto [ser preso], o policial quebrou a minha mão*”. Nesse instante, Nena rir e diz: “*mão de ladrão*”. Continua falando que “*o cara que me furou, eu matei ele de um murro. Quando eu era jovem, meu pai era muito conhecido na cidade, aí, usou de seus prestígios, o juiz me chamou e me disse: “não queira mexer com a polícia, não”*”.

Seu Everaldo passa a narrar suas ações no crime, mas também adverte que há coisas que levará consigo, diz isso: “*Tem coisa que eu num disse a ninguém, nem à justiça, vou enterrar comigo. Se souberem...*”. Nesse instante, Nena entra na conversa, dá uma risadinha sarcástica e diz: “*se soubesse tudo, tu ia ter 500 anos de prisão!*” Nesse dia, pergunto a Seu Everaldo se ele se arrependeu de algum crime, ele diz: “*o de Mamanguape*” - fazendo referência a uma cidade do interior da Paraíba. Continua dizendo isso: “*uma pessoa me deu uma fita*” – indicação para roubar. Assim, disse: “*Fulano saiu de casa de quatro horas da manhã, e ele já vendeu o gado, já vendeu. Só que na hora que veio com a grana não foi o dono, foi o pião, aí, ele morreu, pois reagiu, então, morreu de graça*”. Conclui ainda que “*ladrão não sai de casa pronto para matar, não; sai para roubar, agora, quem não querer viver, reaja*”. Ainda revela que em grupo criminoso, aquele que “*nunca roubou é um perigo, quando é primário a gente não dá arma, já com medo de matar alguém*”.

Embora revele esse medo, Seu Everaldo responde por assalto seguido de morte, o art. 157 do CPB, não obstante seja necessário o que execute a morte, para ser incursão nesse crime é necessário ter a ciência do roubo e o resultado advenha uma morte, todos estarão incursão no crime. Continuando seus relatos de sua vida pregressa, fala: “*Eu fiz um assalto num ônibus, entrei para dentro do canavial; o meu parceiro ficou na porta, eu dei uma geral. Duas mulheres deram na minha cara e não entregaram as bolsas delas, mandei meu parceiro subir, ele foi lá e apanhou também*”. Nesse instante, Nena diz: “*eu tenho uma dessas para contar*”. Passa a narrar isso: “*Um dia, meu amigo mascarado foi roubar uma velha, ela tirou a máscara dele e disse que onde visse ele, reconhecia, ainda mandou ele trabalhar*”. Seu Everaldo diz: “*tenho mais medo de mulher na vida, elas são umas danadas!*”

Seu Everaldo revela que “*tinha um parceiro que quando não matava ninguém, ele matava os animais. As cenas que eu via dele, ele danava a faca sem ninguém fazer nada. Que cara perverso!*”. Nesse momento, Nena diz: “*é um psicopata!*”. Continua a narrativa revelando isso:

Na cidade em que a gente morava era tudo gente de bem. E mais, minha família tinha posse. Em Itabaiana matei um e furei um cabo de polícia. Ele tava mijando no meio da rua, ele passava o dia todinho em Itabaiana, botava o negócio para fora e ficava mijando. À noite, fui para o baile, peguei o punhal. Ele tirou a bicha [pênis] e mijou na frente de todo mundo, eu nem esperei ele mijar, tome faca, dei umas três facadas. O juiz disse, você tá certo, você nem tá errado, não. Cuidado que a família é grande, era pra ter matado.

Seu Everaldo me delineia uma mudança em campo no que tange aos relatos que ouvia na prisão feminina, a Maria Júlia Maranhão. Durante todo meu contato com aquelas mulheres presas, era ínfima a quantidade da escuta ligada a crimes e a violência. Percebo que aquelas mulheres em sua grande maioria, cerca de 70% cumprem pena ou estão aguardando julgamento pelo crime de tráfico de drogas, crime que prescinde de violência. Na etnografia na SEAP, a entrada dos homens, realizada por eles próprios, pois seus corpos expressavam positivamente o ingresso na pesquisa, fez emergir a violência nas narrativas, às vezes, causando-me afetação negativa em campo. Dentre os sujeitos de pesquisa que mais me relatara crimes na prisão, foi Seu Everaldo, dizendo-me com muita espontaneidade: “*agente mata o outro, fura o outro, começa pelos tarados*” – faz referência às ações comuns na rebelião. Ele que disse que passara por quatro rebeliões, sendo especialista na fuga. E, “*a terceira deu certo, colocamos armas e até granada*”, considera.

Nesse dia na cozinha, disseram-me, por unanimidade, que quem motiva as rebeliões são as gestões, principalmente, pela humilhação que se faz ao preso e à sua família. Percebo que são mais intolerantes à humilhação em relação aos seus afetos, esses são inegociáveis, a família consiste em algo sagrado para os presos. Sobre isso, Seu Lourival disse-me: “*eu conheço os dois lados, fui policial e fui preso*”, ele concorda com os demais e aponta que as gestões rígidas são os motes das rebeliões, em especial, o desrespeito à família do preso.

Seu Lourival é um dos meus sujeitos de pesquisa que menos fica à vontade nas respostas, é o mais calado na pesquisa, associo a ser um “*homem que jurou a pátria*”, um ex-policial como apontado por Nena, ele que está a trabalhar como condição da pena pelo crime ligado a roubo de veículos. Ele diz-me que, realmente, administração da prisão de forma rígida faz com que motive as rebeliões, entende que “*não pode ser apertado nem folgado a maneira de gerir*”. Nena diz que “*um policial para evitar esses problemas deve trabalhar honestamente e nem*

mexer com nós, pois quem apanha lembra, quem bate, esquece. Escreva isso aí que quem ver vai entender!"

Na conversa, nesse dia, estavam cinco apenados, Seu Everaldo diz: “*olha o que arranjei pra mim! E não venha me dizer que é falta de condições financeiras. Eu não precisava fazer disso*”. Passa a explicar que o crime não tem muito a ver, em seu caso, com questões financeiras, com a condição da pobreza. Explica-me o seguinte: “*Meu pai tinha um parque, 10 casas de aluguel e ainda uma oficina de carpintaria. Eu tive uma infância boa. Eram sete filhos, só eu era assim. Foi amizade*”. Ainda me revela que tinha muita curiosidade na prática de crime, assim, na correlação curiosidade e amizade foram campos férteis para o ingresso na criminalidade. Seu Everaldo diz que “*Essa malandragem vem da pessoa! Vem de você! Você num vê pessoas ricas que matam o pai, matam a mãe?*” - Fala fundamentando que o crime não está ligado à condição da pobreza.

De igual maneira, sobre o ingresso no crime relativo à curiosidade, Marcos também considera que ingressou no crime porque tinha curiosidade de saber como era roubar, “*tinha curiosidade de saber como era uma prisão*”, ele que cumpre pena em regime de liberdade condicional por ter sido condenado por assalto. Os sujeitos de pesquisa são quase por unanimidade sentenciados por assalto, com exceção de Rita que teve condenação por furto, esse crime patrimonial que não se utiliza de violência. Sobre os motes do ingresso levantados neste trabalho, a curiosidade ao crime tem uma maior sobressalência nas falas dos sujeitos de pesquisa, seguida da categoria amizade, essa que se junta e se mistura com o álcool e o uso da cocaína, em especial. Para Marcos, as grandes razões para o ingresso na criminalidade são essas seguintes por ele enumeradas:

1. *A criminalidade é um conjunto de coisas que leva você à bandidagem. A pobreza é uma, você é casado, chega em casa e não tem nenhum pão e não tem com o que arrumar;*
2. *A bebida é outra coisa que influi muito, primeiro, porque eu queria; segundo, a cachaça. Eu não tenho coragem, eu encho a cara de cachaça e de droga e vem a coragem* (Marcos, 2024).

Ao enunciar as motivações supracitadas por Marcos, nesse momento, ao ouvir, Seu Everaldo diz: “*Para mim, o verdadeiro ladrão é o que rouba sem está drogado. Olha, agora, eu tenho vinte anos na rua, eu não peguei nenhum pirulito de ninguém, eu tenho o suficiente para viver. Agora, Se não tem emprego, qual é a sentença, doutora? É roubar de novo*”.

Observemos que na fala de Seu Everaldo roubar toma a dimensão de uma “*sentença*”, assim como colocara. Mas, não de um crime, havendo uma inversão que apenas no momento da escrita percebo-a. Ao aduzir o roubo enquanto sentença, é porque o crime constitui a falta de emprego consoante as suas observações.

Wacquant (2009) aponta que as prisões brasileiras são “campos de concentração para pobres” e que mais se assemelham a empresas públicas de “depósito industrial de dejetos sociais” do que instituições que servem para alguma função penalógica. O Estado conduz o processo de que Wacquant (2009) vai chamar de “Criminalização da Pobreza” em que o Estado neoliberal desloca a responsabilidade do indivíduo aos problemas sociais dos domínios econômicos e sociais para o domínio criminal e penal.

Bandeira de Melo (2010) aponta o pensamento de Katz (1988) no sentido de que é necessário considerar as seguintes possibilidades do ganho do crime como resultado da observação ou análise do fenômeno: a satisfação físico-psíquica e o ganho material. O crime exerce um apelo sedutor, uma excitação e, algumas vezes, um sentido de virtude e justiça, além de também remeter à dor. Acresce ainda a compreensão de cada crime, há condições específicas, individuais, de ações, e uma linha de interpretação, um processo emocional de seduções e compulsões. Em conformidade com seu entendimento, nenhuma teoria consegue explicar as formas heterogêneas da ação criminosa, levando a crer que não é possível falar de uma teoria geral do crime, assim, a cada caso, é preciso construir uma teoria para explicar o fato em particular, tais como: condição social e econômica, gênero, etnia, provação do ofensor pela vítima, esclarece Bandeira Melo (2010).

Seu Everaldo passa a narrar suas astúcias com os produtos do crime, em especial, dos roubos que fazia, disse que entrou porque “*tinha curiosidade de saber sobre essa vida, aí, eu comecei a roubar. Meus pais queriam que eu estudasse, eu pensei que eles queriam meu mal, mas eles queriam meu bem, depois que eu caí na cadeia, é que eu vim me tocar*”. Na fala, acresce que “(...) *Eles queriam que eu fosse gente! Eu respondia: e eu sou um bicho?*”. Nena entra na conversa e diz: “*minha mãe apostou em mim, das três filhas, eu era a mais inteligente. Eu não fiz um médio, mas fiz um fundamental muito pesado*”.

Sobre a negativa da pobreza no ingresso do crime, Marcos entra na conversa e diz: “*Né porque é pobre, não. Entra pelas amizades*”, aponta. Marcos é o mais jovem dos apenados que transita naqueles corredores do quarto e do quinto andar da SEAP, esse jovem negro de 28 anos de idade, que se chegara lentamente, se escorando na pia, lavando xícaras e copos, com curiosidade na minha presença e no contato com Rita e com Nena, passei, então, a perceber que estava querendo participar, assim, Marcos abre os caminhos da pesquisa para os homens, por conseguinte, para as diferenças de dinâmicas nas prisões masculina e feminina.

“*Em defesa da família*”, Seu Antônio responde judicialmente por algumas mortes. Aovê-lo pela primeira vez naquela cozinha do 5º andar, uma figura de um senhor muito simpático, tive dificuldade, a princípio, de identificar se era um dos apenados do trabalho, pois, tão quanto

tive desconfiança de que o mesmo poderia ser um velho policial, assim como o tive com Seu Lourival, observei um *habitus* (Bourdieu, 1983) de policial em seu Antônio. Mas, na dúvida, eu sempre a retirava perguntando a Nena. Ao perguntar a Nena, ela disse que ele estava cumprindo pena igualmente a ela. Mas a leitura do *habitus* que eu fizera sobre o mesmo a ponto de identificar como um policial, o contato direto com o mesmo, em especial, as nossas conversas esclareceram, ele que já se apresenta sem sequer perguntar, faz menção sobre seu histórico de trabalho, pois diz que trabalho como segurança privada durante 50 sendo segurança em bancos diversos em cidades distintas. Observo que a apresentação, a priori, faz com que não o confunda com um “bandido”, pois ele diz logo: “*adoro a polícia!*”. É esse segurança que tem *habitus* de policial, pois é treinado o corpo e a mente para comportamentos similares: combater o inimigo do patrimônio da elite.

Seu Antônio, sem sequer indagado, começa a falar do seu ingresso na prisão, assim, traz das memórias a narrativa de uma ação de um “*conhecido*” em relação à sua esposa, diz-me o seguinte: “*o cara arrombou minha janela, deitou na minha cama, deu uma gravata na minha esposa, forço ela ir pra cozinha, sentou numa cadeira, ela sentou noutra, deitou a cabeça no colo dela e ela chorando; e ele alisando o queixo dela, tentou rasgar a blusa dela*”, ao narrar ela disse: “*Respire o sangue de Jesus no Calvário, num faça isso comigo, não*”! O “*conhecido*” exigiu isso da esposa: “*não diga a ele, se disser eu mato ele e mato as crianças*”. Disse que esse “*conhecido*” não conseguiu estuprar a esposa. “*Mas, no outro dia, foi de novo. Então, eu dei três tiros na cabeça mais três facadas. Aí, no outro dia, fui embora para São Paulo*”. Na época, fala que o delegado Jurandi Pereira e Enoque Pelágio, um repórter sensacionalista de rádio popular, de programa policial, esse que recordo bastante em minha infância, pois esse repórter era ouvido muito em minha casa, cujo programa tinha uma música de entrada com letra seguinte: “*sangue, sangue, sangue, veja só esse jornal é o maior bang, bang (...)*”. Eles, o delegado e o repórter policial disseram que “*você fez o que tinha que ser feito*”. O delegado disse: “*ele não merece ser punido, não. Mande seu Antônio se apresentar e ser ouvido e liberado em nome da lei*”.

Seu Antônio quando chegou em São Paulo comprou uma casa toda na laje, montou uma segurança para ele, vigiava os lugares de moto, colocou ainda um pequeno comércio que servia almoço e janta, mobiliou toda a casa. E, vizinho teve uma aniversário. “Aí, foi convidado, na festa, um cara deu um murro no meu filho; meu filho ficou estirado, estirado mesmo”. Seu Antônio nesse momento disse: “*num bata no meu filho, não*”, em resposta o agressor disse: “*vou matar seu filho agora mesmo, quebrar o pescoço e jogar dentro do poço*”. Seu Antônio disse que “*já tinha o poço encostado*”. Nesse instante, sua esposa colocou a mão na cabeça e

disse: “Vai deixar matar o nosso filho?”. Ato contínuo, “acertei no dedo” [atirou]. Em seguida, narra que o agressor do filho ao cair no chão, o colega “veio pra cima, então, eu derrubei os dois”. Por conseguinte, deixa todo comércio montado e casa na laje mobiliada. Ele e a família deixaram tudo, saíram “só com a roupa do couro”.

Seu Antônio e a família voltam novamente para Santa Rita -PB, desta feita, para morar na casa de sua genitora, haja vista que passa a ser procurado em São Paulo por “*ter derrubado os dois*” jovens, além do crime de Santa Rita-PB do “conhecido” que queria estuprar sua esposa. Ao retornar para casa da mãe, depois de dois anos, “dois caras partiram pra cima de minha filha de 14 anos para querer estuprar; sentei o dedo de novo, um caiu perto da casa de minha mãe, o outro no portão”. Após, o crime dos homens que queriam estuprar a filha de Seu Antônio, ele retorna para São Paulo e lá é preso pelos crimes dos dois jovens supostos agressores do filho, pois os crimes do agressor da esposa e da filha são crimes cuja competência de julgamento é da cidade de Santa Rita-PB. Os crimes relativos aos cinco homicídios resultaram na soma de 40 anos de prisão que foram cumpridos parte em uma prisão em São Paulo, outra parte em João Pessoa- PB, que está em continuidade no trabalho enquanto cumprimento de pena na SEAP.

Seu Antônio revela uma regra muito perigosa de ser quebrada na prisão masculina: “*abanar a mão na cara do outro*”. Esse gesto significa: “*não quero mais saber de você*”. Acresce ainda que “*esse gesto significa que estou desejando tudo de ruim, toda qualidade de nome, desprezando a pessoa*”. Nesse momento, Marcos entra na conversa e confirma que esse gesto significa desprezo, é um gesto que será rebatido com violência. “*E, aquele que der o primeiro murro, o primeiro tapa, vai apanhar tanto*”, diz Seu Antônio.

Na cadeia de São Paulo, “*tem irmão, tem o batismo. Por exemplo, se adoece o preso, o irmão, é aquele que ajuda*”. Assim, “*quando chega um preso coloca ele sentado e passa a fazer pergunta: “você fez o quê? Num pode mentir, não. Pode mentir para polícia, se mentir pra nós, tá lascado”. Quem faz isso é o irmão. Agora, tem o piloto, quem é que manda em tudo, o geral. Vamos supor, vai virar hoje a cadeia*” [rebelião]. Seu Antônio explica que a rebelião só acontece em torno de benefícios: “*um remédio, por uma comida melhor*”, ainda pelo respeito à família, como esclarece Marcos. Por fim, segundo Seu Antônio, “*Os irmãos têm disciplina na cadeia, têm respeito. Se um adoeceu e os cabras batem na grade, vem o irmão e manda calar, só quem pode gritar é quem manda: o irmão e o piloto*”.

2.11 “Aqui, tem amor...”

Do caos, nascem os Meios e os Ritmos (Deleuze & Guatarri, 2012)

Segundo Nena, “*essa tese (...) é vida real completa!*”. Nesse momento, Rita se vira em nossa direção e começa a falar também, diz: “*porque a tese tem história de amor, fala de química (crack), fala do dia a dia verdadeiro dentro do cárcere, história real*”. Rita, lavando os pratos, aumenta a voz no intento de alcançar a gravação em meu celular, dizendo isso: “*essa história é do resgate de uma ex-viciada em crack*”, assim, faz referência do amor entre ambas.

Iniciei essa pesquisa na SEAP porque me interessei no campo que tem amor ligado à uma história de resgate de uma viciada em crack, conforme pontuei na introdução deste trabalho. Aqui, emerge as potencialidades do ser humano em meio às atrocidades da prisão. No cárcere, há agruras, mas há “afetos que não são sentimentos, são devires que transbordam aquele que passa por eles” (Deleuze, 2017, p. 175).

Rita é a primeira a revelar seus sentimentos em relação à Nena, é ela que mais fala sobre o mesmo, ainda que aparenta ser mais carinhosa em campo, a exemplo: “*amor, você já almoçou?*” – Sobre o relacionamento das duas, foi algo que foi se construindo aos poucos na prisão. Rita que tinha muitas namoradas, quase uma por cela como menciona Nena. E, dentre tantos ingressos de Rita no Maria Júlia Maranhão, um dia em um retorno ao cárcere, emerge o amor da relação de amizade. Nena diz: “*Rapaz, quando ela voltou a gente era amiga, entendeu? Ela quis voltar por causa do crack, mas também por amor*”. Sobre o retorno de Rita à prisão, disse que ficou feliz porque ela não queria ficar sozinha lá, mas ela disse à Rita: “*meu amor, na hora que você quiser, você pode ir*”. Nesse instante, Rita que a tudo escutava naquela cozinha, se vira da pia de prato e diz: “*Mas eu que não quis deixar na covardia, a inveja pra cima dela era grande. Inveja porque ela era inteligente, aí, incomodava*”. Nesse momento, Nena interpela dizendo o seguinte: “*incomodava porque eu era do interior e não da capital, pensava porque eu era do interior e queriam montar*”. Ato seguinte, Rita diz: “*ao contrário, ela que era do interior, mas tinha mais moral que gente da capital*”. Emerge, desse amor, uma razão que o lastreia: a admiração por Nena, em especial, por esse viés de liderança, um traço que deixa surgir em suas falas. Nesse dia, Rita disse confessa que se apaixonou por Nena, “*primeiro, ela sempre foi minha amiga, sempre fechamos juntas. Aí, a mulher dela foi embora da prisão, então, eu fiquei com ela*”. Fechar juntas consiste em lealdade.

2.11.1 Toc... toc... toc...: a batida do amor

Em um determinado dia, na prisão feminina da capital, Rita que trabalhava solta naqueles corredores do Maria Júlia Maranhão, recebeu uma ordem da diretora da época: “*Rita, a juíza vem hoje, vá tirar uns cocos, porque ela gosta de água de coco*”. Nesse momento, um policial penal é designado para acompanhar Rita do lado de fora em busca dos cocos para a juíza. Para retirada dos frutos no coqueiro na área externa da instituição, Rita precisava de algumas ferramentas, assim, disse:

eu entrei na cozinha, peguei o facão, o carro de mão, fui com o agente lá pra fora. Eu fui tirar os cachos de coco, ele não prestou atenção e não me acompanhou e fechou o portão distraído. Quando olhei, disse: “oxente cadê o guarda?” Fiquei mais de vinte minutos lá fora. Se eu quisesse ganhar pinote, eu tinha ganho, só que eu pensei nela [Nena]. Como é que eu vou visitar minha mulher? Ainda passou na minha mente: “meu irmão, a minha oportunidade de fugir!” Aí, eu lembrei dela. Se eu eu fugir, num vou poder ver ela, num vou poder nem deixar uma feira aqui na frente. Aí, tirei dois cachos de coco, botei no carro de mão e bati no portão: toc.. toc.. toc.. (bate no armário da cozinha simulando). Aí, o bicho [o agente] disse: “Meu!!!! esqueci Rita lá fora. A diretora escutou e disse: “você esqueceu quem? Pois dê graças a Deus porque Rita não fugiu porque Nena tá aí dentro” (Rita, 2024).

Nesse instante, Rita disse: “*foi mesmo doutora, quando eu senti que eu tava só doutora, pensei em fugir, mas meu amor está aí dentro. Aí, eu nem ia poder visitar ela nem deixar as coisas dela; aí, eu resolvi bater o portão e entrar*”. Sobre isso, diz: “*levei até nome de comédia porque as meninas disseram: “se me esquecessem um minuto eu iria embora, esqueceram Rita quase meia hora, Rita bateu o portão”*” - “*(...) mas eu bati por amor*”. Rita teve a oportunidade de ter fugido da prisão, mas, assim, não o fez, por conta disso “*virou comédia*”.

Rita disse que foi muito criticada pelas colegas em cela, ela escutava com frequência: “*se fosse eu que tivesse uma chance dessa, só queria um minuto*”. Rita retrucou dizendo o seguinte às colegas de cela: “*mas podia esquecer até uma hora, eu ia bater o portão e entrar. Lá tem uma pessoa lá dentro e precisa de mim. Eu não sou covarde, vou fechar com ela até o final, por isso que eu sou comédia mesmo, mas a minha mulher sozinha eu num deixo, não*”, impõe-se no momento da mangação.

O amor de Rita e de Nena “é trinca” – “*Trincar é uma lealdade, é tipo assim como o padre disse: “na alegria, na tristeza, na saúde, na doença, na riqueza, na pobreza e na cadeia”*”. Isso que é o amor!”. Pergunto quanto tempo estão juntas? Rita me responde isso: “*10 anos, dez anos nessa mola, passei cinco anos na cadeia por causa dela, mas não me arrependo. Eu faria tudo de novo!*” – O amor e o medo do crack fizeram com que Rita pedisse à juíza que lhe desse mais tempo de cadeia na sentença, pois os crimes que estava incursa, o furto, não tem pena

longa, embora Rita tenha um grande histórico de reincidência, 11 passagens no Maria Júlia Maranhão, reflexo do vício em crack. Na trinca, emerge um amor com lealdade, pois

Quem tem uma sentença de seis anos, não passa cinco anos, passa um e meio mais ou menos. Se você estudar ou trabalhar, passa um ano, mas, quando a juíza perguntava: “Rita, você quer ir embora hoje? Não, doutora, tenho medo de ter recaída. Eu não queria deixar Nena só porque faltava cinco anos para a semi-aberta dela chegar e eu ficava esperando a semi-aberta dela chegar. Aí, a dela chegou, e ela saiu com quinze dias. Eu juntei o útil ao agradável, também ela me ajudou, encontrei uma mulher, pois todas que eu encontrava nunca me ajudou a sair dessa vida [crack], mas, ela, não; ela pegou na minha mão, ela foi o meu porto seguro. E eu já era amiga dela, mas se eu não tivesse me relacionado com ela, e ter amado ela como até hoje eu amo, eu acho que eu estaria na droga. Mas, graças a Deus, pelo amor que eu senti por ela, eu me segurei mais anos ainda, ela me deu mais força ainda e, quando eu saí, só no pensamento de meter a mola [trabalho] para a gente ter o nosso cantinho, pra gente não ir pra casa de ninguém (Rita, 2024).

Rita diz ainda que suas famílias se dão bem. “*Minhas filhas gostam dela porque foi através dela que eu saí do crack, eu já me envolvi com outras mulheres, nenhuma delas fez isso, ao contrário, botava eu pra fumar mais. Eu só arrumava usuária. Com ela, não. Ela me puxou do buraco, é por isso que minhas filhas gostam muito dela*”. Nesse instante, Nena diz: “*Quando você apostá, você pode sair, você consegue*”. Nena disse que teve momento que pensou que Rita não fosse sair do crack na saída dela da prisão. Então, disse à mesma: “*olhe, se você for pro Centro, a gente termina, vá direto pra casa de sua família porque eu sei que lá não tem droga*”. Sobre isso, Rita disse: “*minha família gosta dela porque, depois de 15 anos, eu entrando e saindo, eu num ia nem pra casa, eu avisava a minha mãe: “eu já saí, eu tou na rua”. Tinha 15 anos de vício dessa droga horrível!*”. Rita teme o crack, percebo, anda com dois comprimidos passados pela médica, o Rivotril, para que não tenha um surto de abstinência, mas há um grande esforço de sua parte, pois, “*Esforçamo-nos por fazer com que se realize tudo aquilo que imaginamos levar à alegria; esforçamo-nos, por outro lado, por afastar ou destruir tudo aquilo que a isso se opõe, ou seja, tudo aquilo que imaginamos levar à tristeza*” (Spinoza, [1677], 2005, p. 114).

Na prisão, “*Tem mulher que fica com outra, é só carência, tem alguma coisinha, aí já encosta nela, mas, depois que sai, já era*”. Mas, como apontou-me Jaciara, uma mulher negra, de 31 anos de idade, presa por tráfico de drogas, há mulheres que se relacionam na prisão, mas algumas “levam esse amor para a vida inteira” (Ferreira, 2022, p. 148). Para Paixão (2022, p. 82-95), “*A solidariedade e a vinculação afetiva sustentam os arranjos familiares no contexto prisional. Criam-se vínculos socioafetivos (...) estratégias acrescidas das relações sociais, afetivas e sexuais possibilitam para algumas mulheres momentos de “paz e tranquilidade”*”. Embora Nena, comunicara a Rita que “*sua praia era homem*” e que, se um dia

se separasse da mesma, voltaria à sua praia, de fato, o amor é contingencial, ele aconteceu nas agruras do cárcere, o amor entre Rita e Nena nasceu do caos da prisão, gerando meios e ritmos.

“O amor é a alegria acompanhada da ideia de uma causa exterior” (Spinoza, [1667] 2005, p. 325). Nena inscreve essa causa, externalizando-a em sua pele. A prisão é dor, é sofrimento, mas tem suas potencialidades que se inscrevem nas relações sociais e afetivas, inscrevem-se na pele. “Os afetos atravessam o corpo como flechas, são armas de guerra” (Deleuze & Guatarri, 2012, p. 59). Amar é um ato de resistência!

No próximo capítulo, discorrerei sobre os direitos humanos sob à ótica dos sujeitos de pesquisa a partir de suas experiências do vivido na prisão, mas também trarei dados etnográficos advindos da relação de trabalho dos interlocutores a partir de meu contato direto, de minha observação participante no “ver, ouvir e escrever” (Oliveira, 1996) do limpar, do consertar na SEAP, ainda, das entrevistas que realizarei com os burocratas do Estado em suas práticas e rationalidades discursivas imbricadas ao trabalho como pré-requisito da liberdade condicional, do regime aberto, da pena penitenciária “até morrer” ou “até zerar”.

CAPÍTULO III

3 ETNOGRAFANDO AS PERCEPÇÕES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E A RELAÇÃO DE TRABALHO

Neste capítulo, discorrerei a percepção dos direitos humanos e a relação de trabalho na Secretaria de Administração Penitenciária do Estado da Paraíba a partir da experiência do vivido dos sujeitos de pesquisa. A fim de etnografar a percepção referida, embora considerando que, a partir da minha maneira de caminhar em campo, não busquei planejar perguntas específicas observando roteiros metodológicos clássicos, semiestrururados de entrevista, mas permiti que as questões surgissem com espontaneidade por meio da interação com os participantes.

3.1 “Direitos humanos é muito forte e muito pesado (...)"

Parte desse capítulo nasce de uma pergunta direcionada, sendo a seguinte: O que são direitos humanos? – Realizei a indagação nesse sentido tendo em vista que se este trabalho advém de um Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, cujo cerne se debruça na extensão do conhecimento sobre os mesmos, são eles, os vulneráveis pesquisados, alijados de cidadania, que têm total autoridade de entendimento do que são direitos humanos, mesmo que essa compreensão possa estar sob a égide de uma violação desses direitos, de uma ausência ou do seu não usufruto, mesmo que tais direitos sejam sentidos pela falta de dignidade humana que assola a pele, construindo marcadores sociais da diferença refletidos na prisão.

Concernente às relações de trabalho realizado na SEAP-PB, construí esse texto por meio de observação participante, pois o contato direto, o estar na secretaria junto com esses egressos e egressas da prisão, promoveu a observação de como as atividades são sexualmente distribuídas, a divisão sexual do trabalho. Nas cozinhas do quarto e do quinto andar, nos banheiros pude perceber como o gênero delineia as atividades de trabalho, anunciando uma administração pública reproduzora de papéis sociais. O trabalho consiste na razão de ser da permanência desses egressos da prisão naquele lugar mais hierárquico do sistema prisional, a SEAP, lugar de onde as decisões de cima para baixo atravessam a vida de prisioneiros dentro e fora dos muros das prisões, mas também de seus familiares.

3.1 Direitos Humanos sob a perspectivas dos sujeitos de discurso

Neste espaço, não buscarei os conceitos prontos dos direitos humanos, também não intento compreendê-los por dimensões ou por linhas, classificação ou divisão, mas por um viés apresentado pelo campo ou, melhor, pelos sujeitos de pesquisa, conforme pontuei. O olhar, a percepção de quem pode falar, como disse. E, conforme nos aponta Foucault (2015, p. 214), “no caso da prisão, não haveria sentido em limitarmo-nos aos discursos formulados sobre a prisão (...). Nesse raciocínio, não haveria igual sentido nos atrelarmos aos discursos elaborados sobre os direitos humanos, pois, em alguns momentos, “*direitos humanos é muito forte e pesado (...)*” como nos ensina Marcos.

Neste trabalho, direitos humanos são mais que direitos, são verbos que se materializam em substantivos próprios, tomam a dimensão humana, assim, assumem uma personificação. Aqui, direitos humanos “é o Homem de Brasília” ou aqueles que vêm na prisão após o “vazar

da informação”, “*aquele que fecha com o diretor*”, aquele que presencia “*tudo muito bom e bonitinho*”, aquele que, ao vir, fazem “*uma geral*”, cuja chegada vem sob uma ameaça: “*Eles vêm, mas vocês, ficam!*”. Em campo, ouvi e escrevi. Aqui, tentarei trazer as falas dos sujeitos de pesquisa e sujeitos de discursos, esses que, em grande parte, são enfáticos em exemplificar direitos humanos, em especial, a partir das violências cotidianas sofridas.

“Em anos recentes, a escrita da história e da antropologia tem recebido forte influência das análises literárias das narrativas” (Das, 2011, p. 9-41). Observo que os estudos dos direitos humanos devam primar pelas narrativas dos sujeitos do discurso, conforme venho pontuado. A prisão e o crime que emergiram das práticas discursivas dos sujeitos de pesquisa não devem ser compreendidos apenas pelo reflexo de um passado, tendo em vista que ambos estão constantemente mediados pela maneira em que tais sujeitos estão imersos em um mundo habitado no presente. As relações de trabalho que ligam os mesmos ao cumprimento de uma penalidade promovem uma percepção do que vem a ser direitos humanos não pelo gozo desses direitos, mas pela ausência nas práticas cotidianas vivenciadas na prisão ou até mesmo antes dela, experienciadas na infância e na adolescência, a exemplo de Nena e de Rita, cujas trajetórias de vida em um tempo passado as unem numa vida que, na atualidade, se potencializa pelos laços afetivos. A união produzida em uma relação de afeto que agencia histórias de vida marcada por dor e sofrimento. Aqui, os direitos humanos se escrevem sob a produção das narrativas de pessoas atravessadas pela prisão. Nessa direção, podemos evocar que direitos humanos são percebidos pelos sujeitos do discurso por meio da compreensão da violação desses direitos, definir por meio da ausência é mais que definir, é sentir a falta desses direitos e da produção da dor e do sofrimento.

Em campo, Seu Everaldo narra mortes violentas nas prisões em que vivenciou. Perguntei ao mesmo, se não havia a presença dos Direitos Humanos nessas prisões. Ele disse o seguinte: “*que não tem direitos humanos, não! Direitos humanos entram só pra conversar*”. Nessa hora, Rita diz isso: “*a igreja católica é melhor*”, assim, faz uma comparação aos direitos humanos. Nesse instante, Nena ingressa na conversa e diz: “*a pastoral carcerária faz muito pelo preso*”.

Ainda sobre a percepção dos direitos humanos, Seu Everaldo com seu jeito de falar muito direto, diz o que significa direitos humanos para o mesmo, expressa o seguinte: “*direitos humanos, para mim, é nada! Eu nunca vi ele resolver nada. Só comidinha, todo mês o presidente manda a pacoteira!*” – fez referência aos gastos, salários, sem resultados. “*Fui preso, nunca os Direitos Humanos falou comigo, nem chegou perto de mim*”. Nesse momento, ainda acresce isso: “*Eu vi o povo falando. Eu nunca vi nem povo, nem direito!*”.

Em “(...) *Eu nunca vi ele resolver nada*” e em “(...) *nunca os Direitos Humanos falou comigo, nem chegou perto de mim (...)*”, observamos que os direitos humanos passam a ser personificados, uma ideação de pessoa, de humano. Direitos por si próprios têm uma abstração, mas aqui, embora não usufruídos ou desconhecidos porque não chegam perto, consoante aponta Seu Everaldo, eles assumem uma materialidade humana.

Seu Everaldo continua narrando que passou “*vinte e nove anos trancado*”, que, embora apresente ter ficado tanto tempo em regime fechado, não teve a oportunidade de “*falar*” com os direitos humanos, mas é enfático em reconhecer que a Pastoral Carcerária tem importância na defesa dos direitos dos presos. Nessa passagem seguinte, podemos observar: “*Agora, a Pastoral faz alguma coisa por nós, mas Direitos Humanos? Direitos Humanos quando chega lá se junta logo com o diretor, você não pode dizer o que tá passando. Mas se for a igreja católica, a pastoral!*”

Observamos nas falas trazidas por Seu Everaldo, ratificadas na compreensão de Nena e de Rita sobre a importância da Pastoral Carcerária à frente das demandas dos prisioneiros implicam mais que um reconhecimento de suas atividades, de seu trabalho, mas também implicam em reconhecer um vazio de presença dos direitos humanos na vida desses sujeitos encarcerados. Em minhas etnografias realizadas em entre 2018 a 2022 não observei a presença dos direitos humanos na prisão feminina Maria Júlia Maranhão. Importante registrar que estive no interior desse estabelecimento prisional nos dias de domingo, dia da visita da família, um dia não tão utilizado para trabalho, mas ouvi uma fala de uma mulher presa, Ariane, mulher negra de 23 anos de idade, que a direção do presídio ofertara uma festa do dia das mães, promovendo concurso daquela mãe mais bonita, ofertando um book de fotos, promessa que trouxe frustração para a mesma, que tirou fotos com seu filho, André, na época, com sete meses de idade, que teve indignação porque queria as fotos impressas para poder guardar, mas foram prometidas em um “*pen-drive*”, odiando a ideia, pois não sabia e não tinha instrumento para utilizá-lo, assim, motivo de sua raiva passou a entender a ‘dádiva’ ou o evento dessa seguinte maneira: “*só deu porque os direitos humanos vieram pra gente não dizer que aqui estava sem colchão*” (Ferreira, 2020, p. 68).

Sobre o evento, não utilizei as fotos por questão de ética aos sujeitos de pesquisa, embora essas fotos estejam publicizadas na internet na página da SEAP, fotos lindas, profissionais, em que as mulheres estavam bem vestidas e maquiadas e a criança negra com vestes brancas em uma carrocinha. Sobre o *book*, havia outras mulheres indignadas pela falta da dádiva da direção da prisão, pois se sentiram usadas para silenciar a falta de colchões. No

fim desse enredo, nem *book*, nem *pen-drive*, mas o silêncio e a indignação por parte das mulheres da cela 15, cela das gestantes e lactantes da unidade prisional.

Sob a Pastoral Carcerária, um processo denunciando à Corregedoria de Justiça da Paraíba a omissão de socorro, motivada pela demora, dos dirigentes do presídio Maria Júlia Maranhão em socorrer uma criança pequena que estava em uma cela com sua mãe prisioneira. A criança tinha alguma comorbidade de nascimento. Em um dia, estava com muita febre, “*vomitando, espumando que nem um cachorro*”, segundo as narrativas da mãe presente na denúncia. O tardar do socorro, embora as investidas da mãe, da urgência dada às convulsões da criança, “*(...) do espumar que nem cachorro*”, resultou no óbito. Eis as narrativas escritas pela “*Pastoral*” em trabalho reconhecido por Seu Everaldo, Rita e Nena.

Em retorno aos sujeitos de pesquisa, naquele dia em que Seu Everaldo apresentava sua falta de contato com os direitos humanos, Seu Ademar, um senhor branco, de aproximadamente 70 anos, vestido de farda de policial penal, perguntou a mim o que são Direitos Humanos, em seguida, passei a dar-lhe algumas explicações. Argumentei que tais direitos serviriam para a polícia, lugar que tem muito suicídio, adoecimento mental, foram o centro de meus argumentos. Preferi dar-lhe explicações em torno da polícia, para tentar desconstruir uma possível pecha em torno desses direitos atrelados a bandidos. Nesse momento, Nena intervém a fim de complementar meu raciocínio, diz isso: “*inclusive morte, porque eles estão se matando mais do que a gente!*” Por fim, a explicação de Nena foi mais direta e suscinta que a minha narrativa em tentar ser didática para explicar o que seriam direitos humanos àquele velho policial. Ela de maneira veemente diz: “*Direitos Humanos é onde tem sofrimento!*”, explica.

Nena costuma ser irônica em suas respostas, a expressão corporal que emite em suas respostas nos leva a compreender o dito e o não dito pela mesma. No entanto, nessa percepção dada por resposta do que vem a ser direitos humanos, ela não quis ironizar, falou de maneira séria. Acredito que quis simplificar meus argumentos. Aqui, Nena foi taxativa e segura em resumir que “*Direitos Humanos é onde tem sofrimento*”. Harmonizo com a percepção de Nena, obviamente, o lugar de ação dos direitos humanos é o lugar do sofrimento promovido pelas violências e violações de direitos, do infringir da dignidade da pessoa humana. No entanto, embora Nena pontue nesse viés, observamos pela fala de Seu Everaldo a lacuna dos direitos humanos na prisão, o vazio, pois prisão é lugar de sofrimento e se “*Direitos Humanos é onde tem sofrimento*”, como pontua Nena, eles, os direitos humanos deveriam ter chegado perto de seu Everaldo, pois quando esteve preso não teve contato com os mesmos, pois disse isso: “*Eu nunca vi nem povo, nem direito*”. Em seguida, Rita entra na conversa e passa a explicar o que são direitos humanos sob sua ótica, fala o seguinte:

Direitos Humanos é como uma pessoa que tirou cadeia e precisa de uma assistência na rua e, também, lá pra dentro também. Lá dentro, antigamente, tinha o castigo de chapa, também a gente não tinha atendimento odontológico, não tinha médico, se a gente sentisse uma dor, a gente tinha que se virar por lá mesmo; a gente lutou para as mulher de nós entrar, a gente teve que fazer protesto, contratar advogado, assinatura de tudinho porque a gente achava injusto os homens terem visita íntima, mas a gente que é casada com mulher, elas não podia entrar para ter visita íntima, elas só podiam deixar a comida de nós na porta. Aí, a gente foi conversando com a juíza da execução, a gente foi, debateu, ela [juíza] disse: “realmente, vocês tão certa! Os direitos são iguais. Se eles têm visita porque comprova que são casados. Rita disse à juíza: se a senhora quiser a gente faz a união estável” (Rita, 2024).

Rita ainda explica que para fazer a união estável na prisão, “*a gente marca com a nossa visita ou então vai para assistente social; a assistente fala com o cartório; o cartório manda um trabalhador dele vir com um livro. A família paga porque o cartório é particular*”, argumenta. *Observemos que* a pergunta sobre o que são Direitos Humanos fez surgir diversas maneiras de direitos ou exemplos de suprimir as necessidades das mulheres na prisão, conforme o enunciado de Rita. A percepção de Rita sobre os direitos humanos lastreia a explicação de direitos que são violados ou daqueles não ofertados como a questão do direito de visita íntima. Na prisão feminina, a falta de visita íntima para a maioria das presas consiste em um dado macrossocial, ou seja, inerente à prisão feminina. Sobre a união estável evocada por Rita, importante registrar uma entrevista que fiz com a assistente social do presídio feminino da capital, Cleide Santos, uma senhora de mais quase 60 anos de idade, durante a pandemia do Covid-19, momento em que a sexualidade das mulheres surge em sua fala seguinte:

O cadastro é realizado em relação aos companheiros, pede-se certidão de casamento. Se não for casado, mas tiver filhos em comum, aceita a certidão de nascimento, revela a assistente social. Diz ainda que a “união estável tem que ser registrada em cartório. Elas trocam muito de companheiro!” E sobre a visita íntima revela o seguinte: “a visita íntima é muito pouca. São pouquíssimas as mulheres que recebem visita. A maioria dos companheiros delas está presa em presídios. Se muito der, dá 10 mulheres visitadas em um universo de 200 presas”, acrescenta (Ferreira, 2023, p. 121).

Na fala de Cleide, assistente social, a união estável toma uma dimensão refletida na sexualidade das mulheres prisioneiras, essas que, segundo Jaciara, mulher negra de 31 anos, no tempo da pandemia, que estava presa por tráfico de drogas, alegava que não tinha visita íntima porque seu companheiro estava preso pelo mesmo crime, informa que apenas 10% da população carcerária daquelas mulheres tem visita íntima e a razão se baseia no abandono pelos companheiros, por serem mulheres de homens que também se encontram presos ou porque eles estão mortos, executados no submundo do crime (Ferreira, 2023). Já, na fala de Rita, que cumpriu pena no mesmo presídio em que Cleide é assistente social, a união estável evocada toma mais que uma dimensão do ponto de vista da sexualidade, toma uma dimensão de um direito, um direito humano. Conforme pontuei, a percepção dos direitos humanos apontada

pelos sujeitos de pesquisa foi observada pela enumeração dos direitos suprimidos no sistema prisional. Nessa direção, a partir da experiência do vivido, eles sentem na pele os direitos humanos pela falta, mas têm a compreensão de que eles existem, os direitos humanos, mesmo que não cheguem perto nem falem com os presos, conforme apontou Seu Everaldo.

“O encarceramento de um membro de uma família implica não apenas a ausência desse ente, mas também a presença da prisão, que reestrutura as relações e atravessa as dinâmicas cotidianas” (Lago, 2019). O comprovante da união estável feito pelo cartório como aponta Rita e também a assistente social, não é um procedimento comum apenas nas prisões femininas, mas também nas prisões masculinas. “Nos casos em que as mulheres visitam companheiros, é necessário apresentar um documento que comprove o relacionamento – certidão de casamento ou *declaração de amásia*, um tipo de comprovante de relacionamento estável” (Lago, 2019). A autora ainda argumenta que os trabalhos realizados em prisões que observam questões de ordem afetiva, “de relacionamentos amorosos ou familiares e de redes transnacionais que atravessam a vivência prisional de mulheres indicam que a prisão vem sendo cada vez mais debatida considerando gênero e sexualidade”. Embora o debate venha tomando uma dimensão crescente, “(...) Em comparação com as questões de raça e classe, os problemas de gênero e sexualidade são menos visíveis, mais naturalizados e menos politizados” (Lago e Zamboni, 2017, p. 74).

No que se refere a “*eles estão se matando*”, o adoecimento de policiais apontado por Nena, a taxa de suicídio entre policiais civis e militares da ativa cresceu 26,2% em 2023 em comparação ao ano anterior e se transformou na maior causa das mortes de policiais no Brasil, superando as que se dão em confrontos, seja durante o serviço ou na folga, informa a professora e pesquisadora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP, Marina Rezende Bazon (2024). Segundo a pesquisadora, o suicídio de policiais é quase oito vezes maior do que entre a população em geral. “Os policiais estão em constante contato com vários fatores de estresse, como mazelas e contradições sociais, extrema violência, sobrecarga e condições precárias de trabalho, que criam um cenário difícil para esse profissional” (Bazon, 2024).

3.1.1 O castigo da chapa: a emergência dos direitos humanos

Rita foi a primeira informante que cita o castigo da chapa em alusão às respostas sobre a sua percepção do que vem a ser direitos humanos. Nessa direção, aponta sobre o tempo em que cumpriu pena no Presídio Maria Júlia Maranhão, dizendo o seguinte:

(...) Tinha a chapa fechada, o castigo. A gente entrava naquela cela, só tinha uma portinha onde passava o comer; a gente passava, 20 dias, 30 dias. A cela era escura, a gente não sabia se era de dia, se era de noite, a gente ficava desorientada até com o tempo e a comida era só café, lanche, almoço, lanche e mais nada. Aí, quando veio esse ministro de Brasília com a comissão de Direitos Humanos, a gente falou: “olhe doutor, aqui tem um isolado que nem um animal irracional consegue viver” (Rita, 2024).

“Esse ministro de Direitos Humanos” apontado por Rita, mas também por Nena, não consegui por meio de suas memórias a designação de nome ou do tempo, o marcante foi a sua presença no que diz respeito ao desdobramento do “castigo da chapa”, esse mais conhecido como “isolado”, lugar na prisão ligado ao castigo entre os castigos, comum em prisões femininas e masculinas. Nesse dia, Rita ainda continua a narrar o passado, dizendo que “a gente teve que desabafar”. Rita disse que acredita muito nos Direitos Humanos porque “ganhou muito benefício depois da visita desse ministro”.

Rita evoca da memória o tempo da visita desse “ministro”, assim esclarece que foi em 2008 a visita dele. Diz que “é tanto que, quando ele foi lá, ele pediu a diretora para entrar na cela da chapa, aí, quando ele ficou dentro, a diretora fechou a porta”. Ao requerer ingressar na chapa para experimentar, assim, foi realizado o pedido. No entanto, “em dois segundos, ele bateu e disse: “socorro! Isso é desumano. Pode derrubar agora! Isso não existe! Como é que uma pessoa consegue passar dez dias, vinte dias? Isso não existe!”, relembra Rita.

Ela ao narrar de maneira redundante, volta a dizer-me: “Ele não aguentou passar um minuto, mandou trancar. Ele mandou Dona Clotilde [diretora do presídio] trancar. Com menos de um minuto, ele pediu socorro e disse que era desumano”. Continua a dizer sobre o evento da visita e do ingresso do “ministro” na chapa: “Ser humano nenhum consegue sobreviver aqui, não. Isso não existe! Pode derrubar!” Sobre os desdobramentos desse ingresso na chapa, agora, “o isolado tem quatro camas, um banheiro com janelão e tela, com grade normal, sem ser chapa batida, com ventilação. Melhorou mil por cento porque era um quartinho, um quadradozinho, um banheiro. Tinha energia, mas até sete horas da noite; depois, desligava”.

E, sobre o fornecimento de água e energia na cela da chapa, Rita conta que esses serviços estão sob a discricionariedade da direção, pois “A água, de manhã, quem abria era ela; a gente enchia um balde porque nem sempre tinha água. Era coisa de bicho! Aliás, nem um bicho que é irracional conseguia morar ali”. De maneira repetida, passa a fazer um resumo das conquistas dos direitos, esses que foram aludidos ao ser indagada, faz a seguinte sinopse:

conseguimos a visita de nossa esposa; conseguimos também tirar as gestantes que mora na cela de nós, porque, muitas vezes, na hora da briga, a gente tinha que subir as gestantes na cama para não se machucar, e as crianças novinha, aí, a gente falou com a juíza, então, ela fez a cela 15. Lá tem televisão, sanduicheira, tudo que um bebê e uma mulher de resguardo precisa; quem fez foi Berenice Dias [juíza da Vara de Execução Penal da capital]. O projeto de Bonecas também, o Castelinho de Boneca.

Berenice Dias faz de tudo para melhorar nossa situação, de tudo mesmo, é tanto que ela fez a cela 15 com a saída por fora do pavilhão. Ela isolou as crianças e as grávidas de nós, pois uma cadeia uma hora tá bem, outra hora do nada, um stress a gente começa a brigar (Rita, 2024).

A cela 15, cela destinada a gestantes e lactantes, consiste em lugar muito conhecido por mim. Lá, foi um dos espaços da prisão em que fiz a pesquisa com mulheres em regime fechado. Há uma ideação de que consiste em um lugar de privilégio. Sobre isso, observo pela presença da TV, de mesa e cadeira, até de uma poltrona estilo cadeira do papai. Entre 2018 a 2022, ela era uma cela insalubre, devido ao calor causticante, em especial, por ter a porta voltada para frente do campo de futebol ou “*por fora do pavilhão*” como descreve Rita. Esse lugar em que foi colocado a porta faz com que o sol ingresse na cela, promovendo o “*inferno porque o calor já tem*”, deixando o menino “*igual a um pimentão*”; ainda, “*é o lugar onde o comer vem por último*” (Ferreira, 2018; Ferreira, 2020 e Ferreira, 2023).

3.1.2 Direitos Humanos no presídio: um dia de “dar uma geral”

Os direitos humanos emergem da compreensão de Marcos naquela cozinha do quinto andar. Ele que gosta de participar da pesquisa, que abriu as portas para que os homens ingressassem neste trabalho. Ele que é sempre interrompido por Rita, mas também que a interrompe quando fala, mas que ela se impõe posicionando o corpo em autoridade na vez da fala, mas também pelo tom. Marcos fala isso sobre direitos humanos: “*Doutora, presídio existe Direitos Humanos, mas muitas coisas não são mostradas, não!*”. Rita, ingressa novamente, passa a explicar a que se refere a fala de Marcos, diz-me: “*a diretora quando sabe que vem a visita acorda as prisioneiras na cela de quatro horas da manhã para dar um grau na cela*”; acresce ainda que “*até dedetização, teve*”. Nesse momento, Marcos tenta atravessar a fala de Rita, observei sobre isso que Rita sempre se posicionara no sentido de não deixar ninguém atravessar a sua fala quando ela está dialogando comigo. Houve um dia de ter chamando Marcos a atenção.

Ao chegar a vez de Marcos, ele diz o seguinte: “*doutora, os direitos humanos têm que focar nessa parte: muita gente sentenciada, muito tempo e não tem um advogado; já era para estar na rua*”. Continua narrando que “*quando os direitos humanos vêm, a direção manda fazer comida boa para os presos*”. Nesse momento, Rita atravessa a fala de Marcos, diz: “*por isso, que eles têm que chegar de surpresa*” Rita passa a problematizar o seguinte: “*pergunta como é que um diretor sabe que vai ter uma inspeção? Como é que ela sabe que tem que ser de surpresa?*” Ela indaga, mas ela mesma responde, diz: “*É gente dos direitos humanos que já dá*

um toque a ela”. Nesse instante, Mateus tenta entrar na fala, mas Rita o interrompe e o silencia, dizendo novamente isso:

(...) uma vez, Dona Clotilde (diretora do presídio) nos accordou quatro horas da manhã para a gente dar uma geral na cozinha, deixar as panelas brilhando por causa que os direitos humanos vinha. Aí, a gente disse: “por que o senhor num vem caladinho sem dizer a ninguém, de surpresa? No dia que ele foi de manhã, era cuscuz com ovo. Olhe, sabe por que a gente tá comendo cuscuz com ovo no café da manhã? É porque o senhor tá aqui, mas, amanhã, vai ser do mesmo jeito: vai ser dois pão e dois dedo de café; mas tem isso porque ela [diretora] soube que os direitos humanos vai visitar aqui. Venha todo dia para a gente comer cuscuz de manhã! E no almoço, nesse dia? Foi feijoada. Venha todo dia, doutor, para a gente passar bem! (Rita, 2024).

Na passagem do texto, observamos que “*quando os direitos humanos vêm*”, a comida sai da dimensão da “*lavagem*” para algo digno do humano. As falas centradas no avisar da ocorrência da futura inspeção ou visita dos direitos humanos, traz para esses direitos ou para esses integrantes, já que os direitos humanos aqui passaram por uma personificação, um descrédito, pois há uma ideia em torno do “*fecha com o diretor*”, uma espécie de contribuição para que propicie “*o dar o grau*”, “*a geral*”, limpando o território para ofuscar as possíveis denúncias, “*até por que eles [os direitos humanos] vão; vocês, ficam*”.

Empolgados em contar suas narrativas, Rita, mais uma vez interrompe Marcos no momento de sua fala, pois ele estava narrando isso: “*eles escolhem quem vai falar*”, pontua Marcos. Então, Rita atravessa e diz: “*não, não é assim, não! Sabe o que ele [o ministro] fez?* Ele disse a diretora: “*você pode sair para eu conversar com as meninas a sós?*” Continua a contar que “*ele botou ela para vazar do pavilhão. Meu irmão! o Homem de Brasília!* A diretora disse: “*o senhor se sente seguro aqui?*”, ele responde isso: “*sim, não se preocupe, não. Eu quero falar com as detentas sozinho*”. Então, “*ela vazou, então, a gente meteu o pau!*”, esclarece que as prisioneiras expuseram suas reclamações.

Rita enuncia uma ameaça quando as inspeções ocorrem, diz que “*(...) antes do Homem de Brasília chegar, a diretora disse: “cuidado! O Homem de Brasília está aí, o chefe de direitos humanos, se lembrem que ele vai embora e vocês ficam”*”. Rita conclui que a ação da diretora consiste em uma ameaça, mas que ela e as amigas do cárcere continuaram com as queixas, pois naquele tempo, a prisioneiras disseram sobre a visita o seguinte: “*é hoje que a casa dela cai; é hoje que a gente derruba aquele isolado!*”

Marcos volta a narrar sobre o isolado, agora, não se direciona mais à minha pessoa, mas tenta interagir com a colega de trabalho, trocando experiências sobre seus aprisionamentos em torno do “*castigo da chapa*”, diz isso: “*eu não sei como foi você Rita, mas no masculino, assim que eu entrei na cadeia com cinco dias me botaram no isolado. Eu passei trinta dias. Quando*

eu entrei na cela, acharam coisa errada. Ninguém sabia o que era dia, ninguém sabia o que era noite”. Continua a descrever sobre esse lugar, narrando o seguinte:

O chão era de brita, não é piso batido, não; é brita de laje. Você não consegue dormir, de qualquer lado que você dormir, vai ficar marca. Como castigo deram 15 dias no isolado, “nesse canto que tem três metros quadrado, tem 32 dois homens; 15 dormia deitado; 17 ficava em pé”. Quando chegou em quatorze dias, o castigo ia acabar, então, teve um menino que falou: não doutor, amanhã vai chegar o dia de nós voltar pra cela e acabou e já chegou 15 dias”. Então, o policial disse: “só por que você perguntou, então, é mais 15 dias”. Quando chegou os trinta dias de isolado que eu saí, quase que eu desmaiaava com o sol batendo no meu rosto. Eu verde, dava para ver minhas veias de tão branco que eu tava (Marcos, 2024).

Na fala de Marcos podemos observar que se desorientar com o tempo é comum no castigo do isolado entre prisões masculinas e femininas, pois foi um aspecto que emergiu da fala de Rita, mas, no masculino se observa algo mais cruel no sentido da lotação da cela do castigo, ainda pela aspereza do piso constituído por brita. Para quem não é conhecedor do que seja brita, consiste em pedras pontiagudas de concreto quebrado. Ao escrever, pensei que a brita tem o caráter de algo espinhoso e, espinhos no caminho consistem em ideia de castigo, algo bem presente em nossa socialização ocidental. As britas aos presos consistem no castigo do espinho. Cristo foi crucificado e nele foi colocada uma coroa de espinhos, machucando seu rosto, como podemos ver na passagem bíblica: “Tiraram-lhe as vestes e puseram nele um manto vermelho; fizeram uma coroa de espinhos e a colocaram em sua cabeça” (Mateus 27:28-29). As pessoas de uma maneira geral, sejam elitizadas ou desprovidas de recursos têm sede de castigar os “bodes expiatórios” (Semèllin, 2009), cada grupo social elege seus mais fragilizados para canalizarem a violência intestina.

Mateus continua a fala e diz-me: “*Essas coisas de Direitos Humanos existe, mas tipo, tem umas mortes lá, então, eles [policiais] dizia: “olhe as famílias tá aí, os direitos humanos tá aí, mas se vocês ficarem prejudicando nós, vai sobrar pra vocês aqui”*”. Continua a narrar isso: “*(...) eles não chegavam conversando, não; chegavam atirando dentro da cela. Havia uma ameaça: “eles vão, mas vocês fica!”*” - A ameaça narrada por Rita e por Marcos vem de maneira repetitiva, pois consiste na ênfase que emerge de suas narrativas.

Rita fala para trabalhar em Direitos Humanos no presídio têm que “*chegar sem avisar e perceber as falhas que tem dentro do sistema. A população carcerária, tem muita gente; tem gente que faz rodízio, tá lotado demais, tem gente que dorme até no banheiro*”. Já, Marcos, no impulso da conversa, passa a dizer que tem que fiscalizar, pois “*tem gente com HIV, com tuberculose. Ali, vive tudo coletivo dentro, às vezes, você entra sem nenhuma doença, mas o companheiro tem uma doença*”. Ainda, acresce que viu muita gente morrendo lá com pneumonia por causa da frieza na noite. “*De dia é quente, terrível, 24 horas o ventilador ligado;*

a água é na hora que eles quer; se não tiver água para beber, você só vai beber na hora que eles ligar. De dia é quente; de noite, é frio, que você pega pneumonia; ainda tem que fiscalizar na alimentação”, pontua.

Lourival diz que “*direitos humanos é a defesa do cidadão; todo cidadão tem direito à lei, à liberdade; é para tratar as pessoas melhor, de forma mais humana*”. Ainda quando fazia alusão às suas percepções sobre tais direitos, Nena vem e interrompe Seu Lourival, dizendo isso: “*agora, vou perguntar, o que os direitos humanos fez pelo senhor? A pergunta que não quer calar!*”. Em resposta, diz: “*rapaz, eu não vou dizer que os direitos humanos fizeram nada porque eu nunca fui atrás dos direitos humanos, mas que eu já vi muita gente ser defendida pelos direitos humanos*”. Seu Antônio, ingressa na conversa dando suas considerações sobre direitos humanos. Não consegui cooptar sua fala de uma maneira mais límpida, devido ao barulho dos pratos na cozinha, pois, nesse instante, algum deles lavavam os pratos na pia, barulhos de porcelanas retiraram a qualidade do áudio, mas ficou mais sedimentado que Seu Antônio falara que os direitos humanos podem até aparecerem despercebidos, sem ser notados no estabelecimento, mas as melhorias vêm.

Seu Lourival disse que “*melhora e ajuda*” o mesmo encontrou em pessoas que gostam de ajudar: “*pessoas da igreja, pessoas que seguem religião evangélica*”. Ele disse que “*conseguem até advogado para defender a pessoa*”. Sobre o trabalho dos direitos humanos, ele reconhece que viu pessoas serem presas injustamente e “*os direitos humanos foram lá e entraram com advogado e conseguiram provar que o cara tava irregular lá, e conseguiu a liberdade*”. Acrescenta que o povo da segurança pública não gosta dos direitos humanos porque “*eles acham que a defesa dos presos, de que tá preso, então, não deve ter defesa nenhuma. Tem que pagar!*”. Continua a dizer sobre isso que o preso já está pagando, conclui dizendo o seguinte: “*direitos humanos, todo mundo tem esses direitos!*”.

Nesse dia, passo a perguntar se houve mudança em sua percepção sobre os direitos humanos, tendo em vista que o mesmo experienciou os dois lados da moeda: policial e preso. Ele, em resposta, diz isso: “*a minha forma de ver hoje é diferente de quando eu era policial. Eu acho porque eu mudei nesse ponto e foi um ponto positivo pra mim que os outros não têm. Por quê? Porque eu passei pelos dois lados e eu sei que um dos lados é mais injusto para com o outro*”. Insisto em desenvolver a percepção dele quando desenvolvia a atividade policial, diz-me: “*eu era em cima do muro, sempre fiquei na minha, mas também nunca passei por cima do direito das pessoas; nunca gostei de espancar ninguém. Cada um faça sua parte!*” Passo a perguntar a sua nova percepção na sua condição de um egresso da prisão, em seguida, responde-me: “*do outro lado, eu não vi os direitos humanos*”, esclarece.

Na passagem da fala de Seu Lourival, “*o povo da segurança pública não gosta dos direitos humanos porque eles acham que a defesa dos presos, de que tá preso, então, não deve ter defesa nenhuma, tem que pagar*”, observamos os processos de estigma que sofrem os direitos humanos. Ao mencionar que os direitos humanos não são bem vistos pelo “*povo da segurança pública (...)*” não se restringe apenas a esse “*povo*”, pois é algo mais amplo, são pessoas de uma maneira geral, ricas ou pobres, pretas ou brancas, é algo muito disseminado esse não gostar de direitos humanos porque “*defendem bandidos*”, assim, como são concebidos os direitos acima. Sobre esse rótulo, observamos que

O tema dos Direitos Humanos, hoje, permanece prejudicado pela manipulação da opinião pública, no sentido de associar direitos humanos com a bandidagem, com a criminalidade. É uma deturpação. Portanto, é voluntária, ou seja, há interesses poderosos por trás dessa associação deturpadora. Somos uma sociedade profundamente marcada pelas desigualdades sociais de toda sorte, e além disso, somos a sociedade que tem a maior distância entre os extremos, a base e o topo da pirâmide socioeconômica. Então, é por isso que se dá, nos meios de comunicação de massa, ênfase especial à violência associada à pobreza, à ignorância e à miséria. É o medo dos de baixo - que, um dia, podem se revoltar - que motiva os de cima a manterem o estigma sobre a ideia de direitos humanos (Habenhorst, 2016, p. 5).

Essa deturpação é assumida de maneira escancarada realizada pelos meios de comunicação. Os discursos midiáticos interligam os direitos humanos ao criminoso. Ora, os direitos humanos estão para os grupos invisibilizados e para defender todas as pessoas que sofrem violência e violações de sua dignidade humana, o que acontece é que “a face do outro que exige de nós uma resposta ética, parece então que as normas que determinariam quem é e quem não é humano nos chegam sob uma forma visual. Essas normas atuam para mostrar um rosto e para apagar esse rosto” (Butler, 2017, p. 114). Nessa direção, “*o criminoso*” não deve ser passível de usufruir dos direitos humanos, pois não gozam desse requisito fundamental: ser humano. Assim, por ser um “*indesejável*” (Agier, 2008) não podem possuir as mesmas prerrogativas de um cidadão, esse que se encontra inserido no grupo dos privilegiados desse país.

Por fim, “*essa palavra direitos humanos é muito forte e pesado porque, querendo ou não, quem tá lá dentro [prisão] vê que tem esses direitos*”. Ao aduzir ser “*(...) muito forte e pesado (...)*” os direitos humanos, Marcos quis pontuar que as pessoas presas quando sofrem as violências no âmbito da prisão sabem que têm direitos a um tratamento mais dignamente humano. Restou-me claro “*o peso*” de não usufruir dos direitos humanos que tomam a dimensão de dignidade humana, mas que são sentidos pela falta, como venho pontuando. Sobre esse aspecto, consiste em um paradoxo, sentir o valor de algo não sentido, mas saber de sua

existência. É a realidade do conhecimento que se torna pesado, a consciência de saber que existe um direito, mas não chega, em especial, “*não chega perto (...)*”, que “*(...) não falou com (...)*”, conforme anunciou Seu Everaldo.

Sobre o exposto pelos sujeitos de pesquisa, pode-se argumentar que os direitos humanos apareceram na vida de parte de alguns deles, a exemplo de Nena e de Rita como em um grande evento: a vinda do “*Homem de Brasília*”. Alguns deles, não “*falam com os direitos humanos*”, pois, esses não chegaram perto, como já pontuado. Embora surgira das falas as ideias em torno de direitos humanos ausentes ou até mesmo omissos, pois “*fecha com o diretor*” como enunciado, mas existiram em algum momento, “*a melhora vem*”, como aludiu Seu Antônio. No entanto, os direitos humanos foram evidenciados em momento extraordinário, a exemplo de rebelião ou da vinda do referido homem da capital federal.

Os direitos humanos têm que sair do âmbito dos eventos extraordinários, eles têm que alçar o ordinário no sentido de ser comum a sua presença nos ambientes em que dor e sofrimento sejam a lógica da existência do lugar, a exemplo da prisão. Ainda, têm que ser observados no cotidiano, nas dinâmicas e interações sociais nos lugares em que se encontram imersos os grupos alijados de cidadania, os subalternos.

A importância de se ter uma lei que observe direitos ligados à dignidade humana é incontestável, mas a existência da mesma não garante o exercício desses direitos. Para fins ilustrativos, na Constituição Federal de 1988, em especial, no Art. 5º XLVII preconiza o seguinte: “não haverá penas: “*(...) cruéis*”. Não obstante a previsão que proíbe penas consideradas cruéis, no Brasil, estar preso em regime fechado é cumprir uma pena cruel. Ainda, no “Art. 5º, XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado; XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral (...”). Não precisa esforço para compreender os aspectos que contrariam as previsões legais supracitadas. Não há ressocialização do preso no sistema prisional brasileiro, contrariamente, há um sistema de deterioração de corpos, de subjetividades, de vidas. Ainda sobre as contradições legais, o Art. 88 da Lei de Execução Penal, a conhecida LEP, Lei de nº 7210/84, reza o seguinte: “O condenado será alojado em cela individual que conterá dormitório, aparelho sanitário e lavatório”. Sobre isso, não precisa de delongas para registrar o quão a lei é inócuia, tendo em vista a realidade social brasileira relativa à população carcerária, uma vez que “*presos precisam ficar de valete*” como apontou seu Antônio, pois “*ficar de valete*” é ficar deitado na lateral enquanto alguns ficam em pé no revezamento para dormir no chão da prisão, inclusive, do banheiro da cela.

Ainda sobre as determinações preconizadas pela Lei de Execução Penal, o artigo 88 aponta a obrigatoriedade imposta pela lei sobre as celas nas prisões. Assim, “São requisitos básicos da unidade celular: a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana; b) área mínima de seis metros quadrados (cela individual).

3.1.3 “(...) *deitado de valete*”: a superlotação carcerária das prisões

Sobre a população carcerária no país, observemos que os gráficos a seguir trazem os números de presos distribuídos em prisões masculinas e femininas, ainda, o déficit de vagas consoante os dados estatísticos do Sistema Penitenciário Nacional, tais números condizem com a prisão em regime fechado, por conseguinte, preso em cela.

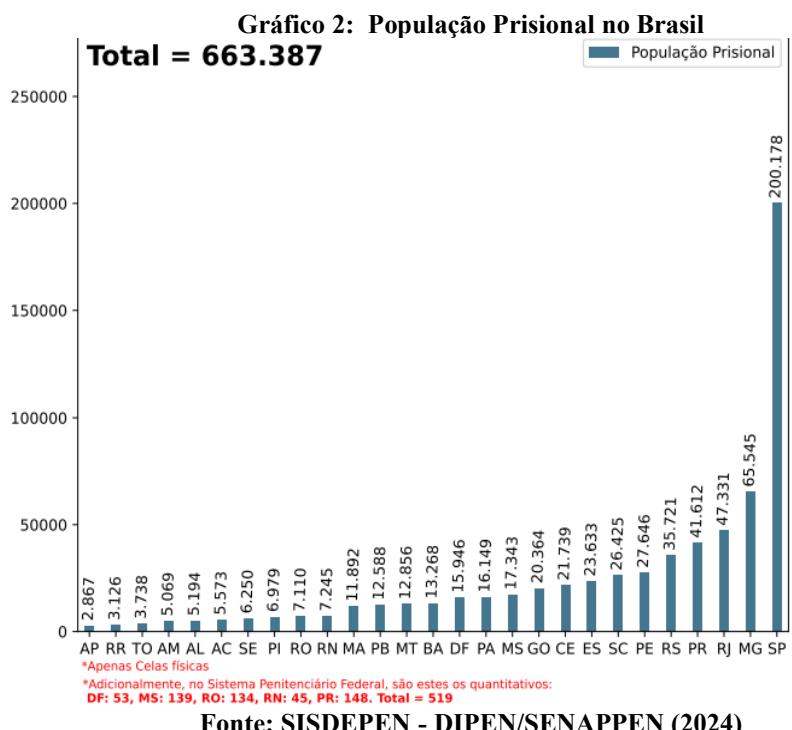
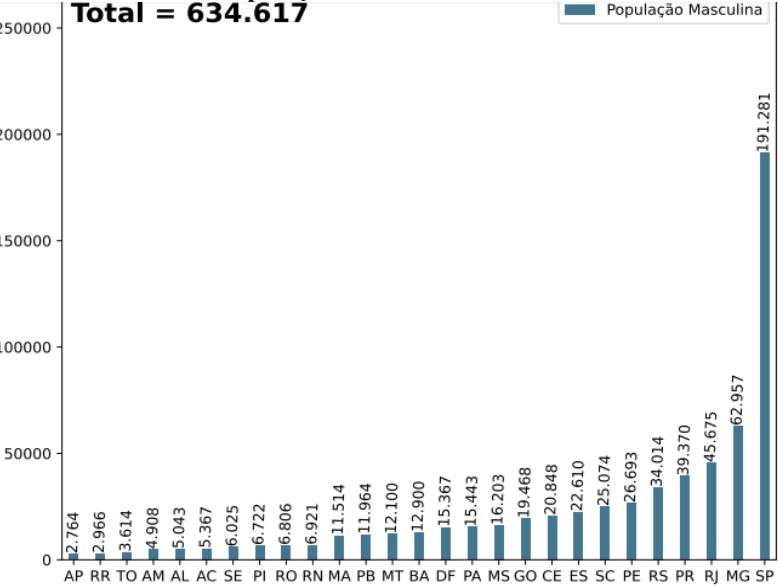


Gráfico 3: População Prisional Masculina no Brasil

Total = 634.617



*Apenas Celas físicas

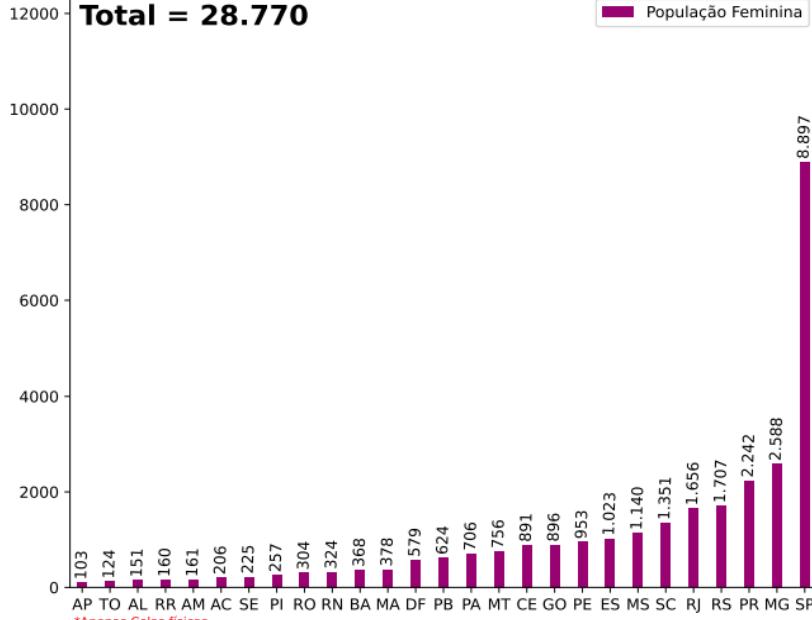
*Adicionalmente, no Sistema Penitenciário Federal, são estes os quantitativos:

DF: 53, MS: 139, RO: 134, RN: 45, PR: 148. Total = 519

Fonte: SISDEPEN - DIPEN/SENAPPEN (2024, p.13)

Gráfico 4: População Prisional Feminina no Brasil

Total = 28.770



*Apenas Celas físicas

*Sem quantitativos no Sistema Penitenciário Federal

Fonte: SISDEPEN - DIPEN/SENAPPEN (2024, p.14)



Observamos a partir dos gráficos anteriores o quanto vulneráveis e ineficazes são as diretrizes da legislação brasileira, ainda, o quanto esses números mostram as violações dos direitos humanos nas prisões. O que está por traz desse déficit de vagas em presídios sejam masculinos ou femininos é a racionalidade de um sistema prisional e de justiça que operam para o encarceramento em massa. Sobre isso, não devemos nos concentrar nesse “déficit”, tendo em vista que o que não está dito é a racionalidade da dor e do sofrimento que são os pilares do sistema prisional.

Para refletirmos a superpopulação carcerária no Brasil, tomo por base a etnografia de sentenças criminais com mulheres atravessadas pelo sistema de polícia e de justiça que realizei na única Vara de Entorpecentes da Capital, lugar em que fiz análise sociológica em 48 processos criminais em que ficou consubstanciada a prisão banal de mulheres construídas como traficantes por portarem drogas em quantidade ínfima, a exemplo de 0,1 g de cocaína em matéria de crack. Desses 48 processos criminais, apenas um deles havia consolidação de organização criminosa, os demais se enquadravam em pequenos portes de drogas, cujos baculejos foram feitos pela polícia em zona de periferia. Nessa análise, a Lei de Drogas, Lei nº 11.343/2006 foi observada como dispositivo de poder, uma biopolítica (Foucault, 2008) para higienização social, um viés da necropolítica (Mbembe, 2016).

No que diz respeito ainda à superpopulação carcerária, Polyana Lima (2024) aponta que é importante a humanização da justiça criminal à valorização dos direitos humanos e na promoção da justiça social. Ainda, faz acrescer que a humanização nesses ambientes não só

preserva a dignidade dos indivíduos privados da sua liberdade, mas também tem um papel direto na segurança e no bem-estar da sociedade na totalidade, promove a reintegração e diminui a probabilidade de reincidência criminal, esclarece. No que se refere ao aprisionamento, importante refletirmos sobre

o sistema prisional e o sistema de justiça criminal se retroalimentam: por um lado os juízes têm contribuído para o encarceramento em massa, por outro, o poder executivo, por meio das unidades prisionais, não tem sequer condições de manter física e financeiramente o mínimo disposto nas leis vigentes, violando os direitos humanos. O resultado dessa diáde é um grande déficit de vagas no sistema prisional, cuja superlotação inviabiliza grande parte das ações das políticas públicas existentes, gerando iniquidades e vulnerabilizando a população prisional (Soares Filho e Bueno, 2016, p. 2003).

Ainda, “(...) a reincidência criminal, fenômeno ligado à falta de política pública voltada para o egresso do sistema prisional e ao estigma social sobre o “ex-presidiário”, é outro fator que contribui para a superlotação do sistema prisional” (Soares Filho e Bueno, 2016, p. 1999-2010). Sobre os diferentes aspectos apontados como descaso do sistema prisional, em especial, sobre a superpopulação carcerária, observo que não se reduz simplesmente ao déficit de vagas no sistema, pois ampliar tais vagas implica na materialização de ausência de políticas públicas para uma inserção ou reinserção do indivíduo na sociedade. Há mais que isso, há um projeto que se maquia nas políticas prisionais de interesses de um grupo minoritário elitista que tem cor, classe, raça e também é heteronormativo. A prisão é lugar de depositar corpos dissidentes de um sistema econômico-político-social que se alonga na história desse país e que se ‘moderniza’ nos instrumentos tecnológicos que marcam os corpos, atravessando-os pelos tornozelos, demarcando-os pelo controle que capilariza as diferentes maneiras dos tragos amargos dos processos de colonização. É preciso mais que a pastoral, é preciso direitos humanos!

A Pastoral apontada por Nena e por seu Everaldo em resposta sobre a percepção dos direitos humanos, aduz a ausência dos direitos humanos na prisão a partir da experiência do vivido no cárcere. As respostas sobre o que vem a ser direitos humanos, obviamente, foram respondidas pelo tempo marcado pelo cárcere. Se para Nena, “*direitos humanos é para onde tem sofrimento*”, tais direitos humanos deveriam ser mais ativos nas unidades prisionais desse país. A superpopulação carcerária consiste em um problema tão visível que resta estabelecido que não houve ainda nesse país um projeto ou uma ação de baixo para cima de atores sociais em torno dos direitos humanos em relação ao sofrimento de pessoas aprisionadas. Como disse Seu Antônio que “*quando vai ver, algo mudou*” no tocante à presença dos direitos humanos, mostra-nos uma ação dos atores sociais em defesa dos direitos humanos, mas delinea a ideia

de uma ação tímida, uma ação que não provoca mudanças cruciais nas mazelas do sistema prisional. Não obstante, a timidez, há casos relevantes, a exemplo da vinda do “*Homem de Brasília*” que mandou a diretora do Presídio Maria Júlia Maranhão colocar abaixo “*isolado*” por ser desumano. Mas é necessário mais, é preciso os direitos humanos “*chegarem sem avisar*”, “*deixarem de fechar com o diretor*”, é preciso comparecerem mais que a pastoral.

As considerações obtidas pela vivência dos sujeitos de pesquisa nas suas narrativas, conduz-nos a observar a ausência de ações constantes, com mais assiduidade e também mais profundidade em relação aos direitos humanos. Nessa direção, a falta de políticas públicas é um dado sobre esses atores sociais aprisionados. Há dados que não se escrevem mas que se inscrevem tacitamente que órgãos públicos ligados ao desenvolvimento humano, cidadania e política pública não apresentam trabalhos para mudança da realidade prisional brasileira, consistem em mera razão de ser, dando a impressão que existem para legitimar um viés social desse ser abstrato e genérico que chamamos de Estado, mas que, na realidade, é a elite privilegiada desse país, que faz a camada da população mais pobre e desprivilegiada reproduzir socialmente as regras, normas, códigos de seus interesses incomuns. Aqui, as estruturantes sociais: família, igreja, escola e a mídia, tomam grande importância na formação de um imaginário social.

Neste trabalho, direitos humanos tomam a dimensão antropomorfa, assim, tem características humanas, conforme observamos no “homem de Brasília”; ainda, têm ações ou omissões, a exemplo de conluio com a direção do estabelecimento prisional, como apontado por Rita. Nessa direção, os direitos humanos devem ser etnografados, pois é necessário cooptar as ações ou omissões de seus representantes no lugar de sofrimento a fim de que compreendamos a sua presença na vida dos vitimados das violações de direitos ou de sua ausência que tornam tais direitos “muito pesados”.

Por fim, as percepções trazidas pelo contato, mas também pelo não contato dos sujeitos de pesquisa com os direitos humanos nos apontam que as violações sofridas não foram apenas na esfera da prisão, pois, a partir da história de vida desses atores sociais, por meio de suas memórias, observamos dor e sofrimento causados pela violação de direitos, por violências propriamente ditas, a exemplo do trabalho infantil na vida de Nena, da falta de política pública para tratamento da doença pelo vício do crack na vida de Rita, dentre outras violações. Observamos ainda que as violências não se resumem em grandes eventos no sistema prisional, a exemplo dos corpos exterminados, pois, as violências estão, sobretudo, na esfera do cotidiano, naquilo que se delineia por ordinário no sentido de comum, assim, as violações de direitos humanos na prisão se dão na “*mosca na comida*”, “*na barata na comida*”, “*na lavagem*” servida

como alimento, “*em dois litros de água*” para uma cela de quase vinte homens beber, “*em peia e fome*”, “*no isolado*”, “*na brita*”, “*no valete*”. Não obstante tudo isso, há agenciamentos na prisão, há empoderamento, há liderança, há irmandade, “*o salve*”, “*o catatau*”, sobretudo, há “*amor que é trinca*”, a “*música*”, a “*carta*”.

Prisão é lugar de paradoxos, há mãos que batem, há mãos que aliviam, a exemplo de policiais penais que são humanos, que se agrupam para aliviar algum sofrimento, a exemplo de compra de medicamentos, de passear com o bebê que fica preso o dia inteiro na cela das lactantes (Ferreira, 2020), de tirar as algemas para a mãe que está em depressão não ver o filho algemado (Ferreira, 2023). A mão que mata, também morre, pois os policiais constituem grande parte das estatísticas de trabalhadores que adoecem mentalmente, que se suicidam, que sofrem com os mais baixos salários pagos pela administração pública, que não têm qualidade de trabalho, assim, tais fatores deságua em um duplo adoecimento de uma polícia que mata, que se mata, mas também que morre. Como disse Nena: “*direitos humanos é onde tem sofrimento!*”. Nessa direção, os direitos humanos se posicionem na defesa dos que sofrem. Necessita-se de direitos humanos onde houver a dor e o sofrimento causados pelas violações de direito, pois a falta ou a ínfima presença desses direitos fazem com que direitos humanos se tornem “*fortes e pesados*”, conforme apontara Marcos, pois a consciência de que os direitos humanos existem, mas estão no plano da abstração é pesado demais para o ser no mundo.

3.2 “*(...) se for presa para a cadeia, vai fazer faxina (...)*”: o trabalho na perspectiva prisional

Esta secção resulta do mote da relação entre os sujeitos de pesquisa, é pelo trabalho que se encontram na SEAP-PB por consequências do crime e da prisão. No tocante à Nena e à Rita, ambas já se conheciam conforme evidenciado ao longo desta escrita, suas relações são entrelaçadas no cumprimento de uma pena em uma mesma prisão feminina, sobretudo, em um romance, uma relação de amor nascida na prisão, como já pontuado. Aqui, entre os diversos sujeitos de pesquisa há um convívio que não se separa por gênero a exemplo de presos e presas em distintos estabelecimentos prisionais, mas as funções na SEAP são delineadas por tal categoria, algo que não está escrito, no entanto, é percebido por meio da execução de tarefas, aspecto que se delineará ao longo deste capítulo.

Aqui, a relação de trabalho está lastreada na licitude, pois trabalho dessa natureza ou até mesmo configurado na ilicitude trata-se de “*mola*”, como disse Rita. Na relação entre os sujeitos

de pesquisa, “*mola*”, enquanto um trabalho lícito, atrela-se à condição da pena, um pré-requisito para se encontrar em liberdade que, nas condições desses sujeitos, denomina-se liberdade condicional.

A etnografia concernente ao trabalho desses egressos se resulta da observação-participante, pois, por meio dessa técnica, “(...) busca descrever a vida tal como é vivida e experimentada por um povo, em um lugar específico e em um tempo determinado” (Ingold, 2017, p.222). Estando lá, no trabalho desses atores sociais, vi varrer, limpar o chão; vi lavar os pratos; vi fazer e levar o café nas seções daquela secretaria; vi consertar a encanação; vi o apanhar do lixo; vi organizar os carros no estacionamento; ouvi os ruídos dos pratos a ponto de atrapalhar na minha escuta em alguns momentos.

Eu vi, ouvi e escrevi parte do trabalho desses egressos na SEAP-PB. Ainda escutei as explicações de Rita a funcionários do lugar por estar parada por alguns minutos contando a mim as suas histórias de vida. Recordo-me que, às vezes que conversávamos, comumente, dava satisfação ao passar alguém no corredor, momento em que dizia isso: “*a doutora precisa de mim pra tirar dez*”. Aqui, essa passagem fez-me perceber que não era sobre mim o enunciado, mas a satisfação dada a qualquer funcionário por ser subalterna, pois, qualquer funcionário do lugar, por distinção, tem conotação de chefe, pois, todo aquele que não é presidiário é “*chefe*” ou “*doutor*”, como foi consolidado na fala de Nena. Sobre isso, é mais que distinção social, é saber estar em seu lugar, aquele reservado àquele que se origina da prisão, o egresso.

Neste trajeto, abordarei comportamentos e a divisão sexual do trabalho por mim observados nos espaços que compõem aquela secretaria, em especial, nas cozinhas do quarto e do quinto andar. No labor, a cozinha e o banheiro são os espaços em que mais emergiram como lugar de trabalho dos egressos, aspectos que nos conduz à uma reflexividade sob a luz da história, em especial, no marco da escravidão.

Neste texto, adentrarei na Lei de Execução Penal, Lei de nº 7810/84, uma vez que a mesma regula as normas sobre o trabalho desses sujeitos de pesquisa, os chamados apenados. Nesta lei referida, seu capítulo III trata exclusivamente sobre o trabalho de pessoas ligadas à prisão. Assim, o Art. 28 que dá início ao tema, diz: “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”.

Ainda, importante o registro de um dos parágrafos deste artigo que consolida a seguinte regra: “§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho”. Em outros termos, resta claro que quem concede trabalho ao egresso não se obriga ao pagamento de direitos a exemplos de férias, décimo terceiro, horas extras, dentre tantos. Daqui, fica consubstanciado o quanto o Estado, esse ser abstrato e generalizado, que é

representante e representado por uma elite branca, androcêntrica e rica que se pulveriza nos âmbitos da administração pública, paga uma “*mão-de-obra*” barata aos egressos do sistema prisional, como anunciado por Nena. Tal elite não se adequa apenas aos privilégios do poder público, mas também, na esfera privada, do dito “mercado” [aquele formado pela mesma elite acima descrita], distintos e entrelaçados lugares em que se verifica a distinção do trabalho de um apenado a um trabalho de um indivíduo qualquer, aquele que se distingue por não ter a mácula do crime, a pecha da prisão.

A norma escancara essa distinção entre trabalho, dando-nos a compreensão de que um ator social que não tem antecedente criminal, seu labor por mais que não esteja protegido pelas normas jurídicas de uma maneira fática, mas estão passíveis para tal. No entanto, ao se tratar do trabalho de egresso, não tem a configuração reducionista de um mero trabalho, pois também é parte da pena, a penitência final. Não obstante tais considerações, a análise desse tema tem por base um estudo antropológico, assim, serão os sujeitos de pesquisa que versarão sob o trabalho a partir de suas próprias percepções. Nesse diapasão, o trabalho ou a “*mola*”, “*projeto*” ou “*as portas para o céu*” exercem diferentes dimensões nos olhares desses atores sociais que trabalham na condição de egressos do sistema, que necessitam desse trabalho “*até zerar*” ou “*até morrer*”.

Os sujeitos de pesquisa sob o contexto em que se encontram são privilegiados em relação ao trabalho envolto em um status de presidiário. Embora estejam no lugar mais próximo ao poder, ao comando do controle dos corpos aprisionados pelo sistema judicial e penitenciário, o trabalho aqui tem configuração de status, servir café para o representante geral da SEAP é “*preciso estar bem vestida*”, dá distinção social em relação aos demais ‘trabalhadores’, aos egressos do sistema, dá orgulho como presenciamos em Rita, que precisa chegar antes de todos, em especial, antes do chefe, pois precisa estar lá para fazer o café do secretário da Administração Penitenciária, aspecto que foi esclarecido com muito orgulho naquilo que faz. Rita por servir a alta cúpula do lugar, revela que tem jeito para o labor, ainda, por ser pessoa de confiança. Como tenho apresentado nesta escrita, Rita é muito carismática, cativa e percebo que é querida por grande parte das pessoas daquele lugar, ainda dos ‘trabalhadores’, Rita é a mais dedicada ao trabalho sob minha percepção.

3.2.1 “O Projeto”

Nena fala que “*conheceu um projeto*” e que, por meio desse “*projeto, conseguiu um emprego*”, fazendo referência às suas atividades laborais na SEAP-PB, e que “*decidiu que não queria mais essa vida*”, referência que faz ao mundo da criminalidade. Aduz que “*todas as portas que estão abertas é o crime*”, mas o “*Projeto me deu vida nova. Aí, você escolhe ou a prisão ou o trabalho. Eu decidi viver dentro da sociedade, mesmo com preconceito. Eu trabalho, pago meu aluguel, vou à restaurante que pessoas que não são do crime também vão*”. Sobre esse aspecto, Rita aponta o seguinte: “*o projeto é para uma segunda chance de nós. Hoje em dia, são mínimas as dificuldades*”.

A chance apontada por Rita é a oportunidade que o trabalho dá no sentido de não ingressar mais na vida do crime, entrar no “*Projeto*” é “*uma segunda chance*” na vida, então, não condensa apenas um caráter de labor, mas também de ressocialização, de porta para o mundo da licitude, oportunidade de estar em sociedade, foram as impressões obtidas da fala de Rita. No que tange às “*mínimas dificuldades*”, devemos pontuar que o que resta consolidado nesse enunciado é a importância dada ao “*Projeto*”, à existência do mesmo que antes não se observara, pois, as dificuldades de ingressar em um trabalho para servir na administração pública ou privada para pessoas com a pecha de presidiária é um dado sedimentado. Assim, não são mínimas as dificuldades, mas a importância do Projeto na vida de Rita, de Nena e demais sujeitos de pesquisa as diminuem bastante, fato que o torna de grande relevância na vida dos mesmos.

Marcos traz sua percepção sobre o trabalho/*Projeto* nas circunstâncias em que se encontram, diz: “*só não cheguei a morar na rua. Saí com a tornozeleira no pé, não consegui emprego de jeito maneira. Na hora, me deu vontade de assaltar, não vou mentir para a senhora. Mas o Espírito Santo, mas Deus abriu as portas*”.

Na fala de Nena, o “*Projeto*” assume a sinônima de trabalho, pois esses sujeitos de pesquisa que se encontram laborando no lugar foram inclusos por meio do “*Projeto*” que, na realidade, trata-se do Escritório Social situado na Avenida Diogo Velho, nº 180, Centro de João Pessoa-PB. A referida unidade foi inaugurada nesse estado em 28 de agosto de 2020, administrada pela Secretaria da Administração Penitenciária e do Desenvolvimento Humano. Sobre esse escritório, Nena, às vezes, confunde o lugar, não sabendo se posicionar sobre o mesmo, pois o termo “*Projeto*” assume uma conotação referente ao trabalho, mas também ao lugar refletido pelo mesmo, o Escritório Social. Sobre isso, houve um dia em que

conversávamos na cozinha do quinto andar, a mesma fazia referência ao “*Projeto*”, mas não conseguia, naquela ocasião, dar mais detalhes. Instantes após, percebi que fez referência à uma rua situada no centro da cidade.

No nosso contato, houve algumas perguntas minhas, mas a conversa fluiu daquilo que Nena queria falar, por conseguinte, volta novamente a falar sobre o “*Projeto*”, fazendo questão de pontuar a importância do mesmo para a vida de pessoas em sua situação. Passei, então, a lhe perguntar sobre que projeto estava se referindo, queria o nome, mas, perceptivelmente, ela não sabia nominar o projeto, mas respondeu-me pela localização geográfica seguinte: “*aquele da Diogo Velho*”. Por meio dessa indicação, eu como nasci e me criei nesta cidade, percebi a que projeto ela se referia, é o Escritório Social, um órgão do executivo com parceria com o poder judiciário para fins de ressocialização – uso os termos formais das referidas instituições. Ainda, sobre o projeto, ao se referir à localização, responde ainda que “*a ressocialização com as colegas. É de Dra. Anne Polyana*”, fazendo referência à chefe desse Escritório na época de sua entrada. Sobre a pessoa indicada em sua fala, observo que se refere com carinho pelo trabalho e pela maneira respeitosa em que a “*Dra. Anne Polyana*” manteve em sua interação. Ainda, Nena começa a me explicar que “*os órgãos têm que ter pelo menos dois por cento que dar emprego. É obrigatório! É lei!*”, pontua.

Nena, embora, não lhe fora perguntado nada sobre o trabalho ou “*Projeto*”, mas, nesse dia, assim como pontuei, direcionava todo diálogo, não deixando que eu adentrasse em algum outro aspecto, passa a enfatizar que “*esse projeto, ele dá a oportunidade de emprego, porque você quando sai, vai arranjar um emprego numa loja*”. Para explicar a importância desse “*Projeto*” na vida do egresso, olha para mim e me indaga o seguinte: “quando bota seu CPF, quem vai confiar?” – Aqui, faz emergir a questão da discriminação à pessoa pela mancha do crime. Ato contínuo, passa a explicar o seguinte: “*Esse projeto nos coloca no trabalho, na sociedade, nos coloca para trabalhar na Cagepa [Companhia de Água e de Esgoto do estado], nos coloca para trabalhar na escola, em qualquer lugar porque tem uma cota que o Estado conseguiu essa lei*”, esclarece. O “*Projeto*” foi o carro-chefe do diálogo, foi logo no início em que passamos a conversar. Por trazer tanto esse assunto nesse dia, passo a interrogar Nena nesse sentido: Onde estaria você sem esse projeto? – Por resposta, diz-me isso: “*Hoje, eu nem sei, mas eu estaria na minha casa no interior, pois eu saí muito mentalizada que não queria mais o mundo do crime. Não queria mais!*”

Perguntei ainda se a mesma se sentia segura no sentido de não querer mais a vida do crime. Ela que está trabalhando a cinco anos na SEAP-PB, responde-me que sim. E sobre isso, indaguei-a o motivo que causa essa segurança, por conseguinte, diz-me isso: “*porque foi muito*

sofrimento”. Sobre a experiência do vivido de Nena, busco suas percepções no sentido de um dado numérico básico, fazendo a seguinte indagação: De dez mulheres que você conhece, quantas voltaram para o crime? Responde-me isso: “*Sete!*”. Em seguida, passa a dar-me explicações seguintes:

(...) porque elas acham difícil! O que a gente ganha num mês aqui, elas ganham em um dia, dois dias. Aí, elas querem aquele glamour. A gente o que recebe aqui no mês, aquela quantia e quando recebe vai pagar seu aluguel, sua água, sua internet, uma prestaçãozinha de alguma coisa que você tenha comprado. Então, muitas delas não têm a capacidade de querer esperar os trinta dias para receber o que você ganha em dois dias. Tem que querer mudar! A vontade é sua! Ninguém muda ninguém! - Uma vez a diretora disse a mim: “Eita, eu mudei Nena! Eu disse: Diretora, você não me mudou, não. Eu que quis mudar! Todos os castigos que passei, tudo que perdi. A vontade tem que vir de mim! (Nena, 2024)

Nas palavras de Nena, observamos os diversos motes que apresenta para a reincidência no crime, questões ligadas à necessidade financeira, mas também ao status social que o crime pode promover ao indivíduo como aponta a questão ligada “*ao glamour*”. Observar a motivação do crime pela ótica exclusivamente da pobreza do ator social é um tanto reducionista, ainda periga a reprodução social da criminalização da pobreza. Aqui, conforme já identificamos a motivação é multifacetada, até a curiosidade pode fundamentar o ingresso nesse mundo, como pontuado por Marcos, esse que tinha curiosidade de saber como era uma prisão.

Nena ainda aponta o sofrimento como mote de não mais querer praticar crimes, mas também recordo que me contou que há em sua vida uma grande razão para uma fundamental mudança, fazendo alusão à existência de seu filho, ficando evidenciada a afetividade que tem ao mesmo, pois ambos se dão muito bem, esclarece. Nena tem apoio do filho oriundo de uma relação que evidencia bons afetos, pontua com frequência. O trabalho para Nena também refletiu sofrimento no sentido de que não houve uma comunicação que acreditava precisar, pois o sentimento deu-se pela ausência da explicação de como fazer o trabalho, esclarece.

Nena faz menção ao Projeto, lugar de “*meter a mola*”, pois “*é trabalhar, como agora a gente tá trabalhando*”, diz o seguinte: “*hoje em dia, volta quem quer porque agora esse projeto da ressocialização, dá emprego como apoio para nós*” – Faz referência ao retorno do mundo do crime. Sobre o retorno deliberado de quem quer reincidir no crime, Nena e Rita observam a importância de ter um trabalho para o não retorno à criminalidade, aspecto também apontado por Marcos que embora entrara no mundo do crime porque “*tinha curiosidade de saber como era o crime e como era a cadeia*”, ele pontua que ver as crianças precisarem de alimento e o pai não ter o que dar, a vontade de voltar ao crime emerge no indivíduo.

E sobre esse trabalho originado do Projeto, pergunto à Rita se tem fase para ir embora, por conseguinte, responde que sim, sendo as fases as seguintes: “*quando zera*” – tempo de

trabalho inerente ao cômputo do tempo restante da pena. E, se a pena é muita ou se o apenado tem uma idade que provavelmente não tenha tempo de vida suficiente à fase “quando zera”, então, o trabalho é “*até morrer*”, a exemplo de Oitenta, que teve uma condenação que ultrapassa cem anos e, agora, com 62 anos de idade, não terá matematicamente vida suficiente para finalizar sua pena, devendo trabalhar “*até morrer*”.

Sobre o trabalho na SEAP-PB, direcionei-me às companheiras de vida e de labor, Rita e Nena, perguntando o seguinte: Vocês sabem que vão sair daqui? “*Sabemos*”. Nena diz isso: “*Eu vou demorar, né? Minha cadeia é altaaaaaaaaaaaa! Vai dar tempo de me aposentar!*” – Nesse dia, no instante em que fala sobre o trabalho que desempenham enquanto penalidade, Nena fala isso: “*Eu quero ter minha casinha. Rita vai sair mais rápido, mas Rita, ela faz faxina em Bessa, na casa dos funcionários. E o povo sabe que ela é do sistema prisional*”. Observamos que a vontade de ter “*a casinha*” se atrela na resposta ligada ao trabalho, como se esse bem pudesse ser possível de ser conquistado com os frutos de suas atividades. A consciência de que Rita sairá mais rápido, pois sua pena é comparavelmente pequena em relação aos demais, tendo em vista que foi condenada por furto, sendo os demais por outros crimes patrimoniais com envolvimento de morte, além de outros que se somam à pena, faz observar que Rita perderá o vínculo com a instituição, com o Projeto, pois sua pena está próxima a ser consolidada. Nessa proposição, o “*até zerar*” para esses atores sociais não tem aspecto negativo, pois embora recebam apenas um salário-mínimo sem mais direitos trabalhistas, as condições em que se encontram fazem dos mesmos privilegiados.

Nena aponta um trabalho extra desempenhado por Rita nos dias de folga nessa passagem ao aduzir isso: “*Eles levam ela daqui! Mas pagam por fora! Ela faz faxina em pousada na frente do mar, porque sabe da limpeza dela, ela foi indicada por gente daqui*” – Nessa informação, observamos o quanto Rita conquistou a confiança e o afeto de pessoas do lugar, dos policiais penais. Embora, a maior parte de ex-presidiários não consigam realizar tarefas de trabalho em lugares privados, tendo em vista o preconceito e a não confiança, Rita se encontra em sentido diverso, pois é convidada pelos servidores do lugar, como pontuado.

O trabalho dá um sentido à vida do apenado, uma maior dignidade de vida. Sobre isso, Nena diz o seguinte: “*hoje em dia, eu sou mais comer o meu cuscuz com ovo do meu suor*”, aponta. Nena que sempre tem um tom mais crítico da situação, não significando que os demais sujeitos de pesquisa não o tenham, mas é ela que se faz mais visível com o seu sarcasmo, lido neste trabalho como uma conscientização crítica, até um agenciamento sob o lastro de sua ironia, diz-me isso: “*Tou no meu horário de almoço, eu não sou escrava, quando nasci a princesa Isabel já tinha me libertado!*”. De maneira sarcástica, Nena se reconhece enquanto

negra, a “*princesa Isabel*” assume em seu enunciado o racismo presente nas relações. “(...) *o tinha me libertando*” não aduz ao não racismo, mas a consciência de Nena de seus direitos, a exemplo de estar descansando em sua hora de almoço.

Ainda com seu tom crítico aponta isso: “*Rita que faz tudo*”. Ao ouvir, fiz indagação sobre esse “*tudo*” se ela possivelmente fazia por medo. Em seguida, satiriza a companheira, dizendo isso: “*é uma escrava branca!*”. Ainda para complementar a distinção entre ambas, diz o seguinte: “*se eu chegar atrasada 15 minutos, eu sou chamada atenção. Direitos e deveres! Não faço café nem pro Papa!*” Nesse instante, a percepção foi de que Nena critica Rita por ser solícita demais no trabalho, característica por mim percebida, pois observei que a mesma limpa incessantemente o chão, limpando o que já está limpo, que a mesma com aquele corpo esguio, corre de lá para cá, em especial, nas subidas das escadarias do quarto e do quinto andar, dando satisfação a todos, ainda, mostrando o orgulho de servir café para a cúpula do setor, lugar que só as pessoas de confiabilidade podem migrar.

Nena diz que se acontecer alguma coisa com a mesma, ela vai para Samuca, pois diz: “*Eh, minha filha! Se você não se der valor, quem vai dar?*” – “Samuca” apontado por Nena consiste em um apresentador de uma rede de TV local, um programa sensacionalista que, costumeiramente, professa discurso de ódio às pessoas que cometem crimes. Ao falar nesse apresentador, veio-me a contradição em pensamento sobre que tal programa tem propositura estruturante ao cometimento de práticas discursivas racistas e sexistas.

No momento que indicou o referido apresentador com um possível defensor de direitos de pessoas pobres, retruquei falando que esses tipos de programas não falam mal do poder. Ao fazer isso, Nena me disse: “*eu vou ao vivo. Tu pensa que eu sou de bastidores?*” Se Nena não é “*de bastidores*”, a mídia tem seus interesses que, em grande parte, se reservam e se alocam nos bastidores, pois há um construto de verdades realizado pelas práticas discursivas midiáticas sobre os corpos, em especial, sobre corpos específicos atravessados pelos marcadores sociais seguintes: raça, classe e gênero. Aqui, soma-se aos marcadores que atravessam o corpo de Nena, a pecha causada pela prisão, uma presidiária. Nessa direção,

O corpo é onde encontramos uma variedade de perspectivas que podem ou não ser as nossas. O modo como sou apreendido, e como sou mantido, depende fundamentalmente das redes sociais e políticas em que esse corpo vive, de como sou considerado e tratado, de como essa consideração e esse tratamento possibilitam essa vida ou não tornam essa vida vivível (Butler, 2017, p. 85).

Contrariamente ao que imagina Nena, programas e ‘jornalistas’ a exemplo do que apontara promovem violência por meio de discurso, inclusive, muitas vezes incitam práticas de

vendetas, vingança da população às pessoas que se enquadram nos moldes de Nena, pessoa atravessada pelo crime e pela prisão.

3.2.2 Da cozinha, do banheiro ao conserto: a divisão sexual do trabalho na SEAP-PB

A SEAP-PB tem duas cozinhas situadas no quarto e quinto andar daquele prédio. A maior parte desta etnografia foi realizada na cozinha do quinto andar, lugar em que Nena costuma se encontrar. Ainda, vem os homens, mas o que mais frequenta é seu Lourival. Após, perceber a minha presença em relação a pesquisa, Marcos passou a frequentar a cozinha do quinto andar, foi a minha percepção. No que se refere à cozinha do quarto andar, lugar em que Rita pode ser mais encontrada, no entanto, pude perceber que a mesma transita de maneira rápida nos dois andares, não se atendo apenas em relação às cozinhas.

A pessoa com quem mais estive nesta etnografia foi Nena, pela razão de que sua permanência na cozinha do quinto andar era mais frequente, atribuo a sua fixidez no lugar em relação à sua obesidade. Aqui, as características atreladas aos sujeitos de pesquisa não se dão por questões meramente descritivas, pois, no que tange ao corpo de Nena, reservei a esse espaço discorrer mais sobre seu corpo. Longe de pensar em cometer uma escrita que trace um preconceito, a todo tempo no interior do texto, busquei descrever sobre a cadeira de plástico quebrada, amarrada por fios de ferro, sobrepostas uma em outra para suportar um corpo humano. Eu tinha receio em sentar naquelas cadeiras, mas observava o quanto era problemático para Nena, pois aqui não é sobre gordura que se deve ater o leitor, mas por ausência de condições de trabalho, precarização, escassez, desrespeito.

Na cozinha de Nena, havia uma geladeira da marca Dako, de cor branca, duplex, aquela de congelador separado; havia dois ventiladores, sempre um em cima da pia de inox; outro, em cima de um armário de cor cinza. As portas do armário da pia estavam sem puxadores. Ela que costumava se escorar na pia, observava que era cansada pelo corpo, assim, era minha impressão sobre a razão de se manter em um ambiente único daquela secretaria. A cozinha até que não trazia visivelmente um óbice de realização de atividade, mas não havia um lugar seguro para se sentar, sequer para uma pessoa considerada de peso leve, imaginemos nós que estamos em sobrepeso. Não é de corpo gordo ou magro que discorro, mas de corpo que incide no trabalho e do trabalho que incide no corpo. É sobre segurança de trabalho que evoco nesse texto!

O trabalho precisa ser adequado aos corpos e não de maneira contrária em que os corpos se adequam ao trabalho, pontuar isso é estar pensando em ergonomia. Em contrapartida, ao

fazê-lo estamos buscando pensar em segurança de trabalho, ainda de mais qualidade na eficiência da prestação do serviço. “A ergonomia, também chamada de fatores humanos, é o estudo da adaptação ao trabalho ao ser humano” (Iida e Buarque, 2021, p. 2). Os autores apontam ainda que a ergonomia se inicia com os estudos das características dos trabalhadores para, depois, projetar o trabalho executado, visando a preservação da saúde e do bem-estar do trabalhador. “Assim, a ergonomia parte do conhecimento do ser humano para fazer o projeto do trabalho, adaptando-o às suas capacidades e limitações (Iida e Buarque, 2021, p. 2).

O trabalho de Nena se concentra mais na copa, em fazer o café, servi-lo, lavar os pratos e utensílios utilizados pelos funcionários do quinto andar. Ainda, faz parte limpar o ambiente e o pouco material que compõe o mesmo, a exemplo de fogão, panelas e armários. No que tange ao trabalho de Rita, Nena diz: “*o dela é mais atividades!*”. Sobre isso, já havia percebido, inclusive, interferiu na pesquisa, pois Rita não para, assim, entrevistá-la era menos fácil, manter o contato com Nena se tornava mais fácil, pois sempre estava ali ou trabalhando escorada na pia ou aguardando sentada nas cadeiras quebradas de plástico alguéum para poder servir.

Observei, então, que Rita tem uma dinâmica mais célere, um corpo magro que anda rápido e estar sempre disposto a servir. Ela sobe nas escadas muito ágil, circula entre o quarto e quinto andar, suas atividades não se concentram apenas nas cozinhas, seu forte é a limpeza dos banheiros. Segundo Nena, “*Ela se dedica mais*”. Essa dedicação foi percebida em campo, mas Nena vem de maneira sarcástica expor uma crítica à companheira, “*a escrava branca*”, pois entende essa dedicação como uma espécie de subserviência, foram as minhas impressões sobre sua crítica. Sobre tal aspecto, há uma possibilidade de ter esse fator, mas olhar apenas nesse ângulo é um tanto reductionista, pois, há a solicitude no servir, o carisma de Rita, o amor pelo que faz, o orgulho de ser pessoa bem aceita a ponto de ter o status de servir café à grande autoridade do lugar, ao secretário de administração penitenciária.

Nesse dia, Nena fala-me de um curso, não sabe dizer que instituição foi responsável pela realização do mesmo, acredita ser o relativo ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, pois traz na fala a sua sigla, SENAC. Em seguida, explica que se inscreveu porque queria encontrar alguém que estaria nesse curso, fala que queria “*um desabafo*”, então, diz-me: “*me cadastrei no curso e fui gostando. Tinha a história de Hitler que não gostava de gay, de negro. Bicho pilantra!*” - Nena ainda diz isso: “*tem a história da Rocinha, estudei também. Eu li um livro de quatrocentos e sessenta e poucas páginas em um dia porque eu queria mais e mais ver a história*”. Sobre o curso dado para fins de ressocialização, conclui o seguinte: “*Novas amizades, novos lugares foram o conteúdo do curso*”.

Sobre o objetivo do curso dado por essa instituição que não sabe declinar, mas acredita ter sido pelo SENAC, observamos que “*Novas amizades, novos lugares*” funcionam como uma espécie de novos trajetos às pessoas que têm ligação com o sistema prisional. Neste trabalho, a amizade aparece com uma das motivações de entrada na criminalidade, aqui, nesta fala conduz à uma maneira de não mais reingressar na criminalidade. Sobre isso, Rita, em algum momento, fez menção da importância de estar com novas pessoas, em um novo ciclo de amizade para evitar sua recaída ao consumo de drogas, assim, evita estar com pessoas que bebem, pois a bebida é a porta de entrada para os demais vícios, conforme me indicara. Observamos ainda que o referido curso funciona com similitudes no sentido ao trabalho, evitar a reincidência no crime.

3.2.2.1. Do trabalho no banheiro: o corpo, o gênero e a competitividade

Outubro de 2024, Nena que vem se mostrando muito irônica em campo, que usa de muitos sarcasmos, dando a impressão de ser segura a todo instante, mas em um dia passa a perceber o quanto se encontrava incomodada com uma questão ligada ao trabalho. Nesse dia, estava inquieta com tal situação: “*Hoje, disseram aqui que o banheiro estava fedendo*”. Sobre isso, diz-me: “*O corregedor estava aqui com a mulher e a filhinha dele. Aí, eu me defendi: “o feminino, não!”*”

Nesse fim de tarde, entra uma senhora magra, aparentando mais de 60 anos, de cor clara, era uma funcionária pública que trabalha naquela secretaria. Nena a chama, fala bastante baixo para que seja discreta, mas ouvi perfeitamente. Diz o seguinte àquela senhora: “*Olhe, doutora, disseram que o banheiro estava fedendo. Mas não era meu banheiro, não; era o masculino*”. Nesse momento, a policial diz, “*certamente, é aquele problema: de quem não dá descargas*”. Nena rir, concorda, bate com a mão na sua coxa e seu corpo vibra pelo apoio moral dado pela policial, então, com o corpo em risos diz: “*e quem não dá descarga é as madames!*”. Continua a fala que segue: “*Eu esqueci de dizer a ele (chefe); é as madames!*”.

Nena, nesse dia, deixou-me só na cozinha durante uns doze minutos. Mas pediu licença e disse-me: “*doutora, chego já*”. Acredito que desceu, foi ao térreo resolver algo pessoal. Rita, nesse tempo, me viu só naquela cozinha do quinto andar, percebi que não gostou de não ter encontrado Nena na cozinha. Ficou resmungando que ela era para estar ali. Acredito que houve alguma interpelação entre as mesmas sobre tal fato, uma vez que Nena me disse no fim da tarde: “*Rita me chamou de patroa, eu chamei ela de Isaura*”. Nessa passagem, observamos a

sobressalência do que percebera sobre o trabalho de Rita no que se refere à dinâmica e a preocupação de estar servindo a todo tempo, justificando uma breve parada para dar-me entrevista.

“Um dia meu chefe disse que não queria mais uma amiga minha aqui. Eu não posso pegar ninguém pelo braço e dizer que saia. Não posso fazer nada, faça o senhor que é o chefe!”, argumentou Nena – Nesse momento, mostra-me uma foto em que estava de saia jeans curta, uma blusa clara, tirou com um certo charme, de lado de um pé de rosa no presídio Maria Júlia Maranhão. Eu não havia prestado atenção nas suas pulseiras coloridas no braço. Ela me chama a atenção das mesmas e diz: *“nesse tempo entrava de tudo, pulseiras, maquiagem, passei cinco anos, eu nem senti o tempo. Eu vivia solta!”*

Nena passa a me explicar a divisão do trabalho no que tange à responsabilidade de limpeza dos banheiros: *“O feminino quem limpa é a mulher e o masculino, o homem”*. Passa a narrar isso: *“Eu fico com a cozinha, faço o café”*. Nesse sentido, a responsabilidade do banheiro recai mais para a sua companheira de vida e de trabalho, Rita. No instante em que me faz tais considerações, tira de sua mochila preta um desengordurante de limão, da marca VEJA, disse ainda que o compra por aproximadamente R\$ 15,00, diz isso: *“não é a secretaria que paga, mas não me quebra, não!”*

Sobre os comentários negativos do banheiro, Nena se defende dessa maneira: *“o meu banheiro, não. O meu banheiro é limpo. Falei em frente do corregedor, da mulher do corregedor, me defendi perfeitamente, sem briga!”* – Nena informa que o chefe é policial penal, diz ainda que *“não posso baixar a qualidade, às vezes, Rita num vem. Aí, vão dizer: Rita faz melhor! Pega a visão! - Observo que a compra do VEJA com recursos próprios é para facilitar o seu trabalho. Percebo as dificuldades que Nena tem para se baixar e limpar azulejos devido ao sobre peso. E tenho a percepção que essa é a razão da mesma ficar mais na copa e ser a encarregada do café da do quinto andar da secretaria. Nesse dia, observei uma preocupação que Nena tem quando Rita falta ao trabalho por questão superior, a exemplo de ir ao médico, pois, a percepção de que limpar o banheiro consiste em uma habilidade mais ligada à Rita, fato que atribui à sua locomoção de maneira ágil que atribuo ao seu corpo esguio. Aqui, a cadeira de plástico remendada que está suscetível de causar um acidente, é o não pensar ou o descaso que se faz aos usuários e trabalhadores daquela cozinha do quinto andar, lugar em que fica Nena.*

Sem adentrar no mérito de quem lava melhor um banheiro, se Nena ou se Rita, o que emergiu foi a preocupação de Nena conforme pontuei. E a essa preocupação, dificuldade de locomoção a que faço ligação, ainda atribuo a existência do VEJA, à compra de um produto de limpeza que pode facilitar a vida nos dias que Rita não vem, que pode facilitar a limpeza das

partes mais inferiores do banheiro onde Nena não pode alcançar devido às dificuldades de se agachar. Aqui, prisão, trabalho, mulher, liberdade condicional, banheiro, cheiro, banheiro, competitividade, corpo se entrelaçam em uma relação ator-rede (Latour, 2012).

Bruno Latour (2012) propõe ignorar a separação entre os homens e as coisas, entre os humanos e os não-humanos. Nesse raciocínio, objeto não pode ser pensado sem o sujeito, há, portanto, uma situação relacional. Na relação ator-rede (Latour, 2012) humanos e não-humanos têm igual importância na análise do fenômeno social investigado em campo. Para a análise dos fenômenos há a “necessidade de entender a trama social não somente como efeito das ações humanas, mas também pela intervenção de outros agentes não-humanos” (Selgas, 2008, p. 9). O desinfetante VEJA se imbrica na relação da pena de Nena, no trabalho como proposta de ressocialização, no banheiro, no sobrepeso, nas dificuldades do labor, na competitividade na limpeza, no medo e na angústia de represálias pela não satisfação do trabalho.

Ao fazer as percepções em torno do trabalho no banheiro em relação à Nena, fiz observação que a cozinha poderia ser melhor para se trabalhar, ela responde-me que acha bom “*só assim não tem muito serviço*”. Em campo, desde quando entrei no primeiro dia, a cozinha foi o ponto de encontro, como venho pontuando. Estou etnografando a prisão em uma cozinha, mas também o crime, ainda as violências sofridas pelos sujeitos de pesquisa antes de ingressar na criminalidade, a exemplo da exploração do trabalho infantil na vida de Nena.

Em campo, em relação ao trabalho, percebi que Rita é que corre de lá para cá, no quarto e quinto andar, e usa muito a escadaria porque chega mais rápido do que o elevador, pois esse é compartilhado para seis andares. No quarto andar, funciona a Gerência Executiva do Sistema Prisional – GESIPE. No quinto andar, se situa o gabinete do secretário da SEAP. A GESIPE compõe a referida secretaria. Às vezes, até eu me atrapalho sem saber me situar se estou no quarto ou quinto andar, o que funciona como referência é Nena, pois ela fica com frequência na cozinha do quinto andar, os demais circulam em todo o ambiente, principalmente, em se tratando de Rita.

Dia 30 de setembro de 2024, nesse dia, há um problema na encanação do banheiro feminino do 4º andar. O banheiro é composto por três divisórias, com vasos sanitários brancos no seu interior, sendo que o primeiro, o perto da porta, está quebrado, assim, Rita fez de depósito para guardar baldes e material de limpeza. Rita está limpando o banheiro, diz isso: “*aqui, eu dou uma geral todos os dias, como você sabe, aqui, é repartição pública. Eu coloco sabão em pó e água sanitária toda tarde*”. Percebi o quanto o banheiro era limpo, enquanto nós conversávamos, ela à proporção que me narrava suas histórias de vida, em especial, repetindo

a “*blindagem de suas filhas do crime*”, ela limpava incessantemente, parecia uma espécie de transtorno repetitivo, mas, não, a percepção é que é preciso provar que é trabalhadora, que não pode parar para conversa. Rita é a minha interlocutora que observo mais enérgica no trabalho, é como precisasse merecer o cargo que ocupa: a limpeza do setor do estado, da secretaria.

Rita, nesse dia, estava com uma camisa que lhe presenteara, uma camisa azul com bolas discretas, minúsculas, que meu pai não usara porque não tinha bolso, um camisa azul marinho do tamanho P, muito bonita. Reconheci-a, nesse instante, a elogiei dizendo que ela estava elegante. Ela diz isso: “*tenho que vir assim porque eu sou responsável pela sala do secretário*”. Percebo essa responsabilidade como um privilégio sentido pela mesma, realmente, naquele lugar, consiste em um privilégio, servir a maior autoridade do lugar.

Rita fica limpando o banheiro incessantemente. Nesse dia, uso o banheiro, por essa razão, ela corre para me dar um papel higiênico que estava acima da pia, e por ter usado, precisei dar descarga, assim, o banheiro molha porque não poderia abrir a torneira pelo fato de que a mesma estava quebrada. Da mesma maneira, ocorreria com uma funcionária que precisa usar o banheiro, volta a molhar. Rita volta a enxugá-lo, mas mesmo assim, passa o pano incessantemente naquela pia de granito preta com duas cubas do banheiro, essa também tinha um vazamento no sifão, cano que fica na parte inferior por onde escorre a água.

No início, estava apenas eu e Rita naquele banheiro feminino do quarto andar, ela limpando, eu observando-a, ficamos a sós por uns dez minutos, eu objetivava essa observação direta:vê-la trabalhar. Aqui, o banheiro na condicional da pena tem um grande foco no trabalho, ele tem história, ele não pode “feder”, porque se “fede” é uma ofensa, pude perceber em um evento anterior naquela secretaria, sendo uma acusação que foi feita ao banheiro do 5º andar, cuja responsabilidade de limpeza é de Nena, conforme pontuei. O banheiro assume uma passagem de competição, foi a minha primeira impressão, um signo de capacidade de trabalho, mas também de acusação sob a égide do “feder”.

No dia em que etnografei no banheiro, observei que o sanitário que fica para frente da porta, havia o vazamento. Novamente, ingressa uma outra funcionária, de estatura baixa, com uma escova de dente nas mãos e com creme dental sobreposto em suas cerdas. Ela objetivando escovar os dentes, é impedida de forma sutil por Rita: “*doutora, a pia tá vasando!*”. A funcionária, de maneira simpática, sai e diz que volta depois. Percebo uma preocupação em Rita em servir à altura de todos aqueles “*doutores*”.

Sobre o vazamento, Rita sai e vai chamar Lourival, tendo em vista que o mesmo tem como uma das funções atender as demandas de encanação do órgão, assim também é uma das atividades a ser exercida por Marcos. Rita sai no corredor, lugar em que fica localizado o

banheiro, e grita: “*Lourival, a torneira tá vazando!*” Ela o chama, mas entende bastante de consertos de encanação, até por que era uma de suas funções no Maria Júlia Maranhão. Sobre a atividade que Rita desempenha no banheiro, diz-me: “*esse é meu ambiente de trabalho que eu gosto de manter. Eu gosto do que eu faço, é importante para a remissão. O trabalho faz com que a família volte a confiar em nós de novo. Como eu fui dependente química, eu magoei demais a minha família*”.

A remissão apontada por Rita trata-se daquilo que apregoa o Art. 126 da LEP – “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”. E, remir por trabalho será diminuir um dia de pena a cada três dias de trabalho, ainda se admite a remissão por meio de estudo. Para além da remissão apontada, observamos a dignidade que o trabalho traz para o egresso, a exemplo da confiança da família, assim, são multifacetados os sentidos que promovem o trabalho.

Em busca do conserto do banheiro, Rita sai ligeira andando naquele corredor do quarto andar em busca de seu Lourival. Nesse momento, eu a acompanho, quando nos encontramos com ele que já estava vindo no corredor com uma torneira de passagem de plástico nas mãos, daquelas bem populares. Eu entro novamente, ficamos os três no banheiro, pois estava a observar o trabalho. O ajeitar do vazamento traz mais água para o chão, Rita passa a enxugar novamente, limpando o que já estava limpo, assim, repete diversas vezes com aquele corpo magro e ágil.

Pergunto à Rita isso: se tivesse que pedir um trabalho para realizar naquela condição de pena, que trabalho pediria? Responde-me isso: “*eu pediria qualquer emprego. Lá dentro [prisão], você não tem escolha, até o dia fica longo*” - Embora eu a tivesse perguntado sobre o trabalho fora da prisão, Rita se atém à mesma, mas ainda fora da prisão não tem escolha, como disse seu Everaldo “*é a limpeza*” o trabalho que está disponível. Sobre o trabalho na prisão, informa que “*é trabalhando que o tempo no instante passa, de repente tem cumprido cinco anos*”. Ainda dá um conselho para “*tirar cadeia sem neurose: é você viver naquele mundo. Se você vai passar dez anos, não tem que pensar lá fora. Sofre duas vezes, a mente e o corpo. Ficar castelano [pensando] lá fora*”. Continuar a pontuar que “*não deve ficar castelano a besteira que você fez*”.

O trabalho na prisão faz “matar o tempo” (Lemgrubem, 1999, p.160), “*é trabalhando que o tempo no instante passa*”, falou Rita. “A ideia de ociosidade do preso como regalia é uma retaliação punitiva reproduzida pela sociedade (...)”. Estudo etnográfico na prisão feminina de João Pessoa-PB mostrou que “as presas querem fazer qualquer coisa: arrancar um mato, aguar-

uma planta porque não fazer nada é uma tortura sistemática e silenciosa (Ferreira e Pires, 2021, p. 372-373). A ociosidade provocada pelo sistema prisional faz parte de uma sentença tácita, não escrita, mas vivenciada nos intramuros de uma prisão.

O ócio na prisão é um projeto para causar sofrimento e para alongar a pena no que tange a senti-la no dia a dia. Há trabalhos na prisão, e inconteste, mas há para uma parcela ínfima da população carcerária, constituindo um privilégio, pois além de “matar o tempo” (Lemgrubem, 1999, p. 160), humaniza a pena, pois torna o tempo da pena menos árduo. Aqui, o tempo funciona ao contrário fora da prisão, o ócio em um mundo capitalista é condenado, mas, dentro da prisão, o ócio é a contradição do capitalismo, ele é estrutural e estruturante de uma pena na promoção do sofrimento.

Pergunto à Rita que habilidades possui fora a limpeza do chão. Responde isso: “*aprendi lá [prisão] ser servente de pedreiro, encanação e pintura*”. Passa, então, a me explicar como se conserta um bojo, explicando que era ela que fazia a manutenção no presídio, diz: “*eu que tirava lá os vazamentos quando as meninas guardavam as coisas na tubulação, guardavam as ideias, aí, quando elas guardavam as ideias em vez de descer a água para o esgoto, ela subia para a cela de nós*”. Enquanto falava, entrou seu Lourival com uma chave de cano na mão, veio consertar o cano debaixo da segunda cuba branca da pia do banheiro feminino do quarto andar.

Marcos entra no banheiro para auxiliar no conserto do cano da pia. Nesse momento, é Rita que auxilia Marcos no conserto do vazamento do sifão, nome que se dá ao cano da pia do banheiro. Marcos com uma válvula na mão, aquele cilindro por onde escorre a água que fica entre o cano e a louça da cuba, aperta-o e vai embora, dando o problema local como consertado. Nena, nesse dia, não veio trabalhar porque foi ao médico rever o receituário da pressão e do diabetes, também foi pedir um receituário de remédio para dormir.

Rita só anda correndo literalmente, os homens estão no banheiro, Lourival e Marcos. Eles serram o cano com uma faca de mesa, observo assim a falta de material para trabalho daquela natureza. Pergunto se não tem uma serra, mas Rita diz que com uma faca resolve. Ela auxilia levando o material para o conserto. Após terminarem, Rita percebe que eles deixaram o cano sem arrochar, então, ela que entende de manutenção, percebe e resolve o problema. Marcos é o último a terminar de ajeitar o sifão da pia, Rita, então, diz: “*vaza parceiro, o resto é comigo!*”

Nesse dia, Rita conversa à proporção que passa o pano naquela bancada de granito no banheiro, visivelmente limpa, mas faz movimentos repetitivos para limpá-la. O resto seria enxugar o chão do banheiro uma vez que a água vazara do cano. Rita, na oportunidade, diz isso:

“Marcos é muito inteligente, trabalha com qualquer coisa de dentista, monta móvel e a gente vê que ele não quer nada de errado, doutora”.

Rita foi a responsável pela manutenção na cadeia em que tirou pena, assim, era quem consertava canos, pintava e também sabe emassar paredes. Ao relatar que sabe fazer serviço de manutenção, Rita diz isso:

Que no tempo em que teve presa, um dia a tia de um governador foi presa. Aí, a diretora me chamou e me mandou fazer uma cela especial. Eu que pintei a cela, arranquei o vaso sanitário velho, coloquei um novo acoplado, e fazer um fio para colocar uma TV grande. Ela trouxe até travesseiros de plumas, era mais caro que a cama, veio colchão novo também. Ela tinha medo da água de lá [prisão], eu tive que descer 5 botijão de água mineral para ela tomar banho. Ela ficou trabalhando na Casa de Boneca (Rita, setembro de 2024).

A “Casa de Boneca” apontada por Rita é uma oficina situada no Maria Júlia Maranhão, lá obtive informações que trabalham cerca de 15 mulheres, uma quantidade ínfima em relação à população carcerária. Na etnografia, ficou sedimentado que consiste em um lugar de privilégios no sentido de trabalho na prisão. O trabalho na prisão por si mesmo já consiste em um privilégio por que faz humanizar o tempo. E, nessa oficina, ele se torna mais privilegiado, pude perceber em campo que pessoas que são classe média são as que trabalham no lugar, são raras essas pessoas pertencentes a tal classe, ainda, pude perceber por fotos que as mulheres são de peles mais claras que as demais que não laboram na prisão (Ferreira, 2023).

Em retorno ao banheiro, agora, consertado, Rita enquanto enxuga a água derramada do cano, entra, mais outra funcionária no banheiro, uma muito falante, Creuza, mulher de 40 anos de idade, branca, formada em Direito, diz isso: “*Depois que Rita tá aqui o banheiro é mais limpo. O povo mijava no chão até três e meia da tarde, ainda mijá, mas Rita limpa, trabalha com amor*”. Ainda acresce que trabalha na SEAP há 14 anos na mesma sala, no mesmo bureau. Segundo sua percepção, “*banheiro de mulher é mais sujo que banheiro de homem. Rita limpa, mas mijam de propósito. Antes de Rita, depois das três horas não tinha nem papel, era uma catinga*”. A história do banheiro feder volta, dessa vez, como elogio à Rita, que não acontece o feder na sua trajetória de trabalho no lugar. Nessa proposição, o banheiro é motivo de orgulho de trabalho, mas também de subserviência. Ainda ficou estabelecido o quanto esse “*trabalho com amor*” apontado pela funcionária pública, observo a satisfação de Rita em servir as pessoas do lugar, mas também as visitantes.

3.2.3 Horário de trabalho

Os sujeitos de pesquisa trabalham na secretaria, iniciando seu expediente às 8:00H indo até às 16:00h. Este trabalho foi realizado em grande parte no turno da tarde na SEAP, geralmente, estava com os sujeitos de pesquisa na hora dos mesmos irem embora, após término de trabalho. Às 16:00 H costumavam se agitarem para ir para casa, em especial, para não perderem o ônibus. Houve um dia que ultrapassaram o horário de saída porque fizeram uma reunião entre os mesmos, decidiram que, cada dia, um sairia trinta minutos após às 16:00h para não deixarem os funcionários da secretaria sem os serviços prestados.

Rita informa que, embora seu horário seja às 8:00H, mas ela chega às 7:00H, “que é para quando o secretário chegar já ter um cafezinho”, fala como se fizesse isso por deliberação de vontade. Explica-me como inicia seu dia a dia na secretaria informando isso: “*Eu preparo o café da chefia de gabinete, do secretário e do setor de sindicância. Imagine eu, bandida do jeito que eu era, fazendo café para um secretário do estado? Nesse momento, ela sorri*”. Aqui, observo o orgulho que Rita tem de se encontrar servindo a mais alta cúpula daquela secretaria, inclusive, esse fato incide na sua preocupação em se vestir bem. Sobre a questão do servir, já havia observado a diferença de como Rita serve um café em relação à Nena, pois, um dia, Nena me servira um café numa caneca grande da asa quebrada; já, Rita teve a preocupação de pegar uma xícara de porcelana para me servir café, ainda, servindo-o em uma bandeja. Esse jeito mais treinado de servir atribuo à questão de que Rita é responsável pela cozinha do quarto andar, lugar em que fica o secretário de Estado. Nesses setores de grandes executivos, geralmente, recebem visitas de grandes burocratas, assim, Rita e as xícaras de porcelana atuam condizentes à importância dos sujeitos sociais do lugar. Segundo Rita, “*Ele não gosta de cafeteira, gosta de café coado no pano*”. Percebo que fala com satisfação pelo gosto do secretário, pois é uma forma de servir e ter um trabalho que é, para ela, importante, pelo status da função da pessoa a que serve, enfatizo.

Nesse momento, perguntei se era porque trabalhava na cozinha da prisão. Ela disse que não trabalhava em nada, mas, nessa época, todas viviam soltas nos intramuros, sem estarem nas celas. Sobre estar solta significa não se encontrar enjaulada, estando nos pátios da prisão. Sobre isso, aponta o seguinte: “*Eu colocava meu colchão debaixo do pé de caju. A gente tinha acesso ao parque. Era bom, era todo mundo solto, só entrava na cela quem queria*”, enfatiza.

Os aspectos levantados por Nena realmente foram por mim observados durante o tempo em que estive no Maria Júlia Maranhão, sobre as mulheres se encontrarem a todo tempo

fechadas em celas, só sendo soltas no domingo antes da pandemia, apenas se houvesse alguém para visitar, pois, caso não tivesse alguma pessoa destinada à visita, as mulheres não tinham direito de sair para o pátio. Nesse tempo, pude perceber que apenas as mulheres que trabalhavam no presídio, a exemplo dos trabalhos da cozinha, é que podiam circular nos ambientes fora das celas.

3.2.4 “Tá uma mola grande, ninguém quer dá os direitos”: o trabalho x marcador social

Nena aponta que “*João Azevedo, o governador, abriu uma exceção para os prestadores de serviço receberem um vale de R\$ 600,00*”. Sobre esse auxílio, na época em que me falara, eu não sabia a que se referia. Atualmente, o governador do estado concedeu o valor referido aos servidores públicos do estado. Enquanto me fala sobre esse auxílio, nesse instante, entra uma funcionária da secretaria e pergunta se a mesma retirou o lixo. Ato contínuo, sai da conversa e recolhe o lixo naquele saco plástico de cor preta.

Nena, em retorno à conversa, diz: “*Eu sou funcionária do estado, eu presto serviço para quem? Para o estado*” – indaga e, por conseguinte, responde. Continua a falar sobre esses seiscentos reais, explica-me que “*o chefe vai ajudar*”. Nesse momento, passa seu João, um colega de trabalho. Ela o interpela no seguinte: “*Seu João o que é que a gente é? Eu sei que não sou funcionária, mas eu presto serviço para o estado. Aqui, não é prefeitura nem é federal*”. Nesse instante, alguém a chama e ela responde: “*espera aí, deixa eu dar uma reportagem*”. Ainda, explica a seu João isso: “*Seu João, entrevista é reportagem!*” Observo que ela comprehende que essa pesquisa terá fase de publicação.

Começa a relatar casos semelhantes de pessoas que fazem as mesmas atividades e que vão receber esse auxílio do governo de R\$ de 600,00. Assim, diz isso: “*chegou uma pessoa aqui que faz o que eu faço: limpa o chão comigo, ela vai ganhar e eu não vou, por que sou uma presa, doutor?*” Interpela um policial penal em minha frente nesse sentido: “*Que ressocialização é essa?!*” – Nena disse que falou ao chefe o seguinte:

O senhor é que tem que pedir ao governador, mostrar a injustiça. Para mim, resumo da obra. Sabe o que eu sinto nesse meio? Preconceito. Se eu tou num meio onde cabe a ressocialização. Por que se um projeto é para ressocializar, como é que tira meu direito? Chega você para trabalhar o mesmo serviço que eu. Aí, você não passou por lá [prisão]. Que diferença se eu vou lavar o mesmo bojo? - Eu faço vergonha, viu? Ressocializar o quê? Se não tem coragem de ir até o governador. Nós de salário baixo, somos mão-de-obra barata! (Nena, outubro de 2024).

O trabalho como uma condição ligada à pena, consiste em uma maneira de ressocialização de início, mas também pode ter um viés bem lucrativo à administração pública, pois conforme anuncia Nena consiste em “(...)mão-de-obra barata”. Os sujeitos de pesquisa não recebem férias, décimo terceiro, horas extras nem quaisquer outros benefícios ligados à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT- nem os destinados aos servidores públicos contratados ou concursados. Embora Nena tenha saído em busca de seus pares na secretaria, pois diz ter procurado “*o povo daqui igual a mim*”, tentando se articular, observo que sua demanda não surtirá muitos efeitos, pois, embora “*lave o mesmo bojo*” o que demarca a diferença de Nena e de seus pares aos demais servidores públicos que fazem o mesmo serviço é seu status de presidiária. Sobre isso,

os trabalhadores são selecionados em virtude de seu estereótipo. Além disso, a capacidade e a disposição do capital para comprar trabalho continuam sendo reforçadas com regularidade pelo Estado, que faz o possível para manter baixo o custo da mão-de-obra mediante os mecanismos de barganha coletiva e proteção do emprego (Bauman, 2008, p.89).

Embora admitamos o privilégio de se trabalhar para a administração pública, exemplo dos sujeitos de pesquisa, não podemos deixar de observar que o trabalho dos mesmos são “(...)mão-de-obra barata”, tendo em vista que, apesar de fazer o mesmo serviço não têm direitos trabalhistas, pois, o trabalho em nome da ressocialização não os gera. E, isso traz para o erário público uma grande vantagem, pois usam de atividades e serviços que não precisam pagar o que se paga no mercador de trabalho comum ou até mesmos aos chamados servidores.

Nena parte da ideia de que seu chefe deve lhe representar, dá a ideia de um chefe imediato, comprehende se assim não o fizer em relação aos R\$ 600,00, ele não estará ressocializando a mesma, pois, observa o seguinte: “*Ele não tá dando meu direito. Ele nem sabe que tenho, mas ele não vai até o governador. Se o governador me atendesse, eu ia até a ele*”. Nesse instante, olha para mim e diz-me: “*Eu já dei minha mola, viu, minha filha?* - Nena passa a problematizar o valor gasto pela administração pública em relação a um preso, argumenta que “*dizem que nós é quase R\$ 2.000,00, mas cadê que eu tenho esse dinheiro?*”

Ainda sobre os direitos, podemos perceber no que nos aponta Marcos ao dizer que está a cinco anos trabalhando sem férias. Nesse dia, me diz: “*estou esse tempo trabalhando sem folga. Cansa, mas não pode parar. Se para, comete crime, é assim que eles pensam!*”

O trabalho, conforme enuncia Marcos, funciona como uma ocupação do tempo e da mente para evitar a reincidência no crime. Então, se “*é assim que eles pensam!*”, a ressocialização não se dá pela integração social promovida pelo trabalho, mas como uma falta de tempo para cometer a criminalidade. Há um jargão em que acostumamos escutar, esse

seguinte: “cabeça vazia, oficina do diabo”. Nessa propositura de um trabalho que não pode parar, é para manter os egressos ocupados. No entanto, observar apenas sob esse ângulo é reducionismo, entendo para além do “*se para, comete crime*”, comprehendo como aponta Nena, esse trabalho que não para, que não tem folga, nem férias, é “*uma mão-de-obra barata*”.

Em retorno ao auxílio de R\$ 600,00 prometido pelo governador, mas que não alcança Nena e seus pares, trouxe questionamentos à mesma. Sobre isso, diz-me: “*eu me enganei, eu pensei que a gente tinha currículo com o estado. A gente tem não! Nós somos mão-de-obra calada! E o direito de ficar calado, isso é o mais ruim!*” – Ela continua a fazer comparações a outras pessoas, fato que entende que por meio do exercício de suas atividades, essa ligação com o “*estado*” é existente. Na fala em que diz: “*pode vir quem for, quem chegar vai fazer o que a gente faz, quem vir aqui só vai fazer faxina. A senhora pode ter o maior estudo do mundo, se for presa para a cadeia, vai fazer faxina*”.

Sobre o trabalho na prisão, “*se for presa para a cadeia, vai fazer faxina*”, conforme aponta Nena, isso consiste em um dado macrossocial em relação às prisões. Segundo Julita Lemgruber (1999, p. 167), o trabalho na prisão ajuda a “matar o tempo”. Na etnografia em que realizei no Maria Júlia Maranhão, observei que um parte ínfima da população carcerária trabalha na instituição, sendo essa parcela uma regra geral, passei a perceber que o ócio consiste em uma maneira burocrática de castigo, pois as presas gostariam de trabalhar, o fato de ficarem o tempo inteiro naquelas celas causticantes, insalubres sem “matar o tempo”, faziam com que aquelas mulheres ouvissem vozes, tivessem transtornos mentais, algo que não verificada nas mulheres que trabalhavam na prisão, inclusive, essas mulheres não compunham a estatística das mulheres que se automutilam naquela unidade prisional (Ferreira, 2018; Ferreira, 2020 e Ferreira, 2023).

3.2.5 O trabalho dos homens

Pergunto a seu Everaldo que parte lhe cabe no trabalho Em seguida, diz-me: “*todas!*” Nesse dia, acresce ainda os ofícios que desempenha naquela secretaria: “*o que precisa, a gente não tem uma preferência. Eles pediu para nós descarregar, eu tenho que ir*”, pontua. No fim de sua resposta, conclui o seguinte: “*Quando a cadeia acaba, nós não tem mais trabalho*”. Pergunto ao mesmo até quando irá trabalhar nessa condição de pena, em seguida, responde-me isso: “*até morrer*”.

Ao se referir que “*quando a cadeia acaba, nós não tem mais trabalho*”, seu Everaldo fala do cumprimento da pena, não se restringe à prisão propriamente dita, mas ao *Projeto*, pois o trabalho a que estão ligados condiz à circunstância do cumprimento da pena. Nesse dia, pergunto a seu Everaldo questões ligadas às deficiências materiais para o trabalho, em seguida, diz: “*não tem luva, não tem fardamento, não tem calçado, é tudo roupa própria da gente*”. Nesse instante, Nena entra na conversa e diz: “*se quiser, se não quiser, vem outro que quer*”.

Embora tais deficiências materiais, indignações por não ganhar um auxílio em relação a outrem que desempenha igual função e que o recebe, os sujeitos de pesquisa em relação ao trabalho observam o privilégio que eles têm, pois, o fato de possuírem a mácula, a pecha do crime e da prisão, eles laboram em uma secretaria pública, assim, esse “*Projeto*”, “*mola*” ou trabalho consistem em um privilégio.

Em 30 de setembro de 2024, assim que chego no pátio ventilado do poder administrativo do estado, lugar em que se situam as secretarias, vejo Seu Antônio nesse dia, estava com as correntes nas mãos, aquelas que separam os carros que estacionam no interior das secretarias, os veículos públicos que estão a serviço dos grandes chefes daqueles setores, a exemplo dos secretários do estado. Após observá-lo, dirijo-me ao elevador, subo na cozinha do 4º andar, não havia ninguém, estava vazia, mas a TV estava ligada. Dos trabalhadores ligados à prisão, comumente, é seu Lourival que se encontra assistindo programações ou lendo o Diário Oficial.

Seu Antônio também passou muito tempo trabalhando como ascensorista na SEAP, ele direcionava as pessoas aos andares correspondentes. Ele que também trabalhará “*até morrer*” tendo em vista a sua idade e o tempo da pena para cumprir principalmente, realiza atualmente as atividades na garagem, na organização do estacionamento, como já pontuei.

No mais, os trabalhos reservados aos homens são aqueles mais ligados às atividades de cuidar dos automóveis na garagem no pátio da SEAP, descarregar material, recolher o lixo, consertar, pintar, serviços mais ligados à manutenção, mas também limpam o chão e lavam os pratos.

3.2.6 Para além da faxina: percepções de habilidades

Seu Everaldo fala que o chefe admirou a caligrafia de Nena. Nesse momento, ela disse: “*eu tenho cinco caligrafias e não uso nem régua*”. Nesse momento, pensei que os sujeitos de pesquisa têm muitas aptidões que poderiam ser exploradas pelo sistema de trabalho prisional.

Aqui, Nena com tal caligrafia elogiável poderia trabalhar em protocolos, algo que não se atrelasse efetivamente às faxinas que marcam o trabalho de pessoas egressas da prisão.

Em relação às habilidades ignoradas pelo sistema, observei que também se deu com Seu Everaldo, pois ao ouvir isso: “*Na cadeia, eu comecei a fazer artesanato, eu aprendi a fazer, sou artesão profissional, tenho diploma de artesão*” – Seu Everaldo continua a falar dessa habilidade desenvolvida, diz-me o seguinte: “*fiz amizade com esse Projeto que abraça a gente, quando cheguei vi um colega, quando ele me viu, ele disse: “você vai trabalhar agora, fui trabalhar no DETRAN, passei cindo a seis anos, trabalhou na faxina, porque, doutora, a gente só tem isso: limpeza!”*”

Na explanação de Seu Everaldo, observamos que o mesmo já prestou serviço antes ao poder público, pois o DETRAN é o departamento de trânsito do estado. No entanto, embora mudou de órgão, sua função se atrela à faxina, algo que é inerente à prisão, mas também a que egressa da mesma. Assim, faz-me observar o quanto as habilidades dos egressos do sistema prisional são descartadas pelo poder público, pois “*a limpeza*” é só o que tem. Sobre isso, percebo como uma maneira de castigar e colocar o preso nas margens. Obviamente, não estou desfazendo dos trabalhos ligados à higienização, mas, historicamente, tais funções foram construídas socialmente como inferiores, ligadas às pessoas subalternizadas, a exemplos de pessoas negras da população. E, o trabalho da faxina, da limpeza, da prisão, o racismo constituem uma relação ator-rede (Latour, 2012). Os trabalhos domésticos e mais árduos foram delineados para a população negra (Gonzales e Hasenbalg, 1982; Carneiro, 2011 e Davis, 2016). Historicamente, as pessoas pretas assumem os piores lugares na sociedade em relação à moradia, aos empregos e salários. Nessa proposição,

Marcadas pelo estigma da escravidão, a elas permanecem destinados os trabalhos sem qualificação, trabalhos que dispensam inclusive a educação e a instrução, sobre elas pesam, além das diferenças de gênero, também as de raça. O que observamos é que com papéis sociais “naturalmente” definidos como adequados, os nexos explicativos da condição da mulher negra remetem, primeiramente à sua condição de escrava. Sobre elas recaem tanto as representações em relação ao uso de seu corpo enquanto objeto sexual como aquelas que o vêm adequado ao trabalho doméstico (Silva, 2009, p.71)

Embora seu Everaldo se considere um artesão, essa habilidade não foi circunstanciada no trabalho para o cumprimento de sua pena. O que a etnografia revela é que ele é a pessoa que mais cuida do lixo produzido no quarto e no quinto andar daquela secretaria. As vezes em que o vi, ele estava no lugar em busca de recolher o lixo. Conforme ele disse também faz “*o que precisa*”. E como é percebido como homem, ele é chamado para pegar peso, descarregar material, como apontara.

Marcos disse que o trabalho que executa “é que veio para ser serviço geral, limpeza”. Aqui, observamos mais uma vez que “a limpeza” está atrelada à atividade de mais um sujeito de pesquisa na estrutura do cumprimento de pena. Observemos que Marcos já vem destinado à atividade basilar dada pelo sistema prisional ao preso: atividades domésticas. Ele aponta ainda que se não fizer “serviço geral, limpeza”, ele também “pinta, emassa paredes, troca mangueira de bojo, faz contrato de limpeza”. Observo Marcos lavando alguns copos, mas está mais indicado na SEAP como uma espécie de ajeita tudo, termos que indiquei à minha percepção naquele lugar.

Ao observarmos as atividades desempenhadas por Marcos, verificamos a divisão sexual do trabalho na SEAP. No conserto e na pintura, declinados ao gênero masculino, embora eles também limpem o chão, como já presenciei Seu Lourival com um rodo e um pano de chão saindo da cozinha do quinto andar para limpar algum setor daquele lugar.

Sobre a questão da habilidade do egresso descartada, Marcos foi quem mais me chamou atenção sobre tal aspecto, uma vez que ele sabe consertar cadeira de dentista, como pontua. Marcos gostaria de trabalhar no conserto desse tipo de cadeira, com manutenção de aparelho de consultório. Ele já consertou uma cadeira desse tipo na Secretaria de Segurança Pública que fica situada no bairro de Mangabeira, o bairro mais popular e mais habitado do estado. Diz-me que gostaria muito de se especializar para trabalhar em consultório de dentista, mas os cursos são caros, fala ainda que conhece uma pessoa que vive muito bem financeiramente porque trabalha com esse serviço. Ele revela habilidade nesse setor. E percebi o quanto se sentiria satisfeito na realização dessa tarefa. Sabe-se que o estado da Paraíba a exemplo dos demais estados da federação tem setores de saúde bucal, lugar em que Marcos poderia estar trabalhando na condição de cumprimento de pena, mas “só tem limpeza!” porque a “faxina” é serviço de preso/preto, é o que está posto nas vias práticas.

Por fim, observados os dados etnográficos consideramos que o trabalho desenvolvido na SEAP-PB dos egressos do sistema prisional consiste em atividades ligadas “à limpeza” ou à manutenção no que tange a pequenos reparos, mas também a organizar o estacionamento dos veículos da secretaria, ainda os serviços que precisem do uso da força, a exemplo de “descarregar material”. Embora, na divisão sexual do trabalho, observemos que a limpeza do chão e da lavagem dos pratos, do fazer e servir o café nessa repartição pública são delineados mais às mulheres, mas também os homens também lavam os pratos e limpam os banheiros masculinos.

O que resta mais consolidado é que dentro da prisão ou fora dela, os trabalhos destinados aos prisioneiros ou egressos da prisão são inherentemente ligados às atividades domésticas,

característica muito correlata às atividades destinadas aos negros, fruto do processo de colonização. Prisão e racismo são fatores que caminham juntos historicamente. Nessa proposição, refletem nas relações de trabalho. Emerge o descarte ou o não aproveitamento de habilidades que a secretaria estudada realiza com os sujeitos de pesquisa. Sobre tais aspectos percebidos no lugar, observo como um dado que não se condensa apenas às especificidades dessa constelação particular, mas uma regra geral. Aos presos ou originários da prisão, é “*a limpeza*” seu destino social do trabalho.

Observamos que, neste estudo, seu Everaldo que se considera um grande artesão, não faz nenhuma atividade laboral dessa natureza; Seu Lourival que tem estudos, que foi um policial militar, trabalha no conserto, às vezes, limpa o chão e cuida do banheiro masculino, mas outra atividade sequer foi pensada para esse egresso que gosta de ler o Diário Oficial, inclusive, essa leitura poderia ser uma função de interesse do órgão, acompanhar as publicações. No que se refere à Rita, ela que é responsável pelo café, pela faxina de cozinha e de banheiro do quarto andar, gostaria muito de pintar e fazer manutenção, pois foi um serviço que aprendeu na prisão. Embora, goste muito de servir o café na mais alta cúpula, sendo motivo de seu orgulho, Rita poderia ter bastante aproveitamento pelo serviço público, em especial, no que tange a pintura. Ela, em dezembro de 2024, concluiu o ensino médio, fez uma prova que deu o certificado, título que me mostrou com muito orgulho quando retornei a campo em março de 2025 para tirar fotos de alguns ambientes da SEAP-PB. Rita disse que irá fazer o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Ainda, iniciará um curso de eletricista pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB), que pode dizer que “é ressocializada”, que vai ter seu próprio negócio. Nesse dia, observei que a mesma estava com um discurso de empreendedor de si, algo muito peculiar do neoliberalismo. Ainda, convidou-me para que no dia 25 de março, às 13:00 H na IFPB terá uma aula simbólica sobre os cursos que serão ministrados para 30 reeducandos, turma em que fará parte. Observo a importância de fazer uma observação-participante nesse evento, no entanto, será dois dias antes de defender esta pesquisa, mas faço o registro para que observemos a dimensão em que diferentes instituições públicas se encarregam nas relações de trabalho dos egressos do sistema prisional, inclusive, faço destaque para a questão do empreendedorismo presente no discurso de Rita, um caminho para futuras pesquisas.

Sobre o trabalho, registro ainda que mais me chamou atenção foi a especificidade das habilidades de Marcos que entende muito de conserto de “*cadeira de dentista*”, fala dos materiais correlatos à odontologia de maneira muito entusiasta. Esse consiste a mim o maior exemplo de descarte ou da caracterização de um projeto não dito: a subalternização das atividades desenvolvidas pelo preso.

Emerge ainda que, embora seja um privilégio de um egresso trabalhar no poder público, suas atividades constituem uma “*mão-de-obra barata*”, pois eles fazem o mesmo serviço que fazem muitos servidores públicos ligados ao serviço-geral ou manutenção, mas não gozam de direitos trabalhistas que são legais aos servidores de quaisquer naturezas, sejam públicos ou privados. Nessa proposição, são “*mão-de-obra barata*” e “*mão-de-obra calada*”.

Na SEAP-PB, estive na cozinha em grande parte do tempo, estive em breves momentos no banheiro em uma observação participante do trabalho dos sujeitos de pesquisa. A etnografia basicamente ocorreria na cozinha, insisto, de maneira redundante, com intuito de ser enfática que prisioneiro e cozinha seriam uma espécie de grandezas diretamente proporcionais; ainda se enquadra o banheiro como lugar de labor. Ambos lugares constituem “(...) um lugar a ordem segundo a qual os elementos são distribuídos em relações de coexistência” (De Certeau, ano). Nessa direção, embora os trabalhos concedidos aos egressos e egressas da prisão sejam aqueles bem correlatos aos trabalhos delineados pela colonização, a limpeza, no entanto, “(...) é uma questão de aceitar a dignidade do trabalho, seja ele qual for. Politicamente, o âmago é aceitar a dignidade do trabalho. E o trabalho não é coisa servil é algo que exprime a alma da pessoa” (Silveira, ano). Aqui, exprime a liberdade ou a sensação da mesma em um trabalho “*até zerar*” ou “*até morrer*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etnografia imerge nas memórias dos sujeitos de pesquisa, presentifica o passado nas práticas discursivas por meio das narrativas da experiência do vivido. Na SEAP-PB, no contato direto com egressos da prisão, em uma observação-participante, etnografei histórias de vida e as experiências do trabalho do lugar. O crime e a prisão se presentificaram por meio dos processos de memória. A etnografia se desenvolveu basicamente no quarto e quinto andar dessa secretaria, sobretudo, na cozinha do quinto andar. Nesse lugar, nunca imaginei ingressar nas particularidades dos crimes cometidos pelos sujeitos de pesquisa, mas também na experiência que os interlocutores obtiveram na prisão.

De início, planejei um trabalho com mulheres que se encontravam em liberdade condicional laborando na secretaria para fins do cumprimento da pena. No entanto, os homens ingressaram nesta pesquisa de maneira entusiasta por mais que estivesse pontuando que meu intento era pesquisar apenas com mulheres. Na observação daquilo que delineia o campo, os espaços se abriram aos mesmos, o trajeto etnográfico inclinou-se aos homens e às mulheres que frequentavam a cozinha do quarto e do quinto andar da SEAP-PB.

Na oportunidade, trouxe as especificidades de prisão masculina, em momentos, realizei alguma análise comparativa no que tange ao ergástulo feminino. Emergiram desta pesquisa violências a exemplo de infância marcada pela exploração do trabalho e pela exploração sexual, histórias marcadas pelo vício de drogas, pelo sujeito em situação de rua, aspectos que se imbricam na compreensão dos eventos passados e cotidianos desses atores sociais. As histórias de crimes eivadas de violência e de aprisionamento capazes das maiores violações da dignidade humana se fazem presentes na escrita para fins de uma maior reflexividade sobre as violências cotidianas em torno da prisão. O pesquisador deve estar atento para além dos eventos extraordinários que circundam os sujeitos de pesquisa, deve, sobretudo, se ater às circunstâncias mais ordinárias que perfazem o cotidiano dos mesmos. Aqui, o antes, o durante e o depois do aprisionamento se moldam em experiências que permeiam a história de vida desses sujeitos sociais.

Na etnografia, o crime surge com multifacetadas motivações. Nessa propositura, observar o crime pela ausência material, pela escassez e pela miséria é configurar em reducionismo, mas também incorrer à injustiça da criminalização da pobreza, não consubstanciando um olhar crítico e científico sobre o fenômeno social. Aqui, a pobreza consiste em um dos motes do crime, mas, como disse, há vários fatores que contribuíram para

o ingresso na criminalidade dos sujeitos de pesquisa, por conseguinte, para o aprisionamento dos mesmos.

A partir da percepção e da própria experiência dos atores sociais aqui presentes, razões variadas fizeram-nos ingressar no submundo do crime, a exemplo de amizades, alcoolismo, drogas, curiosidade sobre a prática do crime, curiosidade em saber como é uma prisão, também, a paixão se faz presente, conforme as narrativas. Observamos ainda que as mulheres demandaram de maneira deliberativa na prática de crimes, desconstruindo socialmente o mito em torno da passividade da mulher na criminalidade, inclusive, neste trabalho, emergem fatores ligados à violência e à liderança em que as mulheres se encontravam envolvidas no crime, mas também nas interações entre pares na prisão.

O cárcere tem seus códigos morais, práticas burocráticas que promovem dores e sofrimento, mas há também potencialidades, sendo essas plausíveis na existência de grupos subalternos que têm agenciamentos pelas lateralidades, sem romper as regras pelo centro, mas construindo as brechas no sistema. Há dor, mas há potência de vida, de existência, a exemplo do amor de Rita e Nena, esse amor que virou zoação porque preteriu a oportunidade de fuga, de uma eventual liberdade à lealdade de uma relação na “*trinca*”, “*aquela na alegria e na tristeza*”, como pontua Rita.

Neste trabalho, “*tem dor, mas tem amor!*” - Amar na dor consiste em resistência de vida!

- Amar nas agruras de um cárcere é resistir pelos afetos, é a biopolítica mais legítima do humano, algo que delimita o território do tirano na mortificação do ser, pois, na morte, sobeja a vida na preservação do ser. Do caos, nascem diversas maneiras de potencialidades, linhas de fuga, os furos no muro. Nessa ótica, nascem na e da prisão, “*o catatau*”, maneira de se comunicar rompendo as regras dos interditos de comunicação; há “*o salve*”, outra maneira de se comunicar; há a música; há a poesia; por fim, há afetos. Assim, diversas maneiras de se reinventar e trazer um mínimo de alegria em um espaço construído para deteriorar e obliterar corpos, almas, identidades, subjetividades.

Observamos que a violência mais evidenciada na prisão se dá de maneira mais intensa na cadeia dos homens, algo ligado à estrutura social em torno das masculinidades. Nessa, as atrocidades são mais visíveis, são naturalizadas e a droga a exemplo da cocaína consiste em um subterfúgio para não dormir e não morrer, a exemplo das experiências de Marcos na prisão. O isolado, uma cela destinada ao castigo, é comum em ambas as prisões, masculina e feminina. Aqui, consiste em um grande exemplo de violação de direitos humanos, o mais tátil, o mais materializado dentre as demais práticas comuns ainda existentes no sistema.

Estigmas atravessam esses corpos marcados pela prisão, dentre tantos preconceitos mais estruturais, a exemplo da cor e da sexualidade não heteronormativa, há algo bem específico encontrado na prisão feminina: ser do interior do estado. O estigma ligado ao atributo criminoso se estende à família do preso, construindo uma pecha do crime que comunica aos familiares do aprisionado. Há ainda manchas do crime que não são aceitas pelos próprios prisioneiros, pois, na prisão, “*A gente não aceita quem mata mãe, mata pai, mata filho, que permite que os machos molestem as crianças*”, pois se assim o fizer serão alvos de sanções aplicadas pelos companheiros de cela.

No tocante à sexualidade na prisão, as mulheres em sua grande maioria não possuem visita íntima, sendo algo bem restritivo à prisão feminina, um dado macrossocial, cujas motivações estão ligadas ao abandono do companheiro, à morte ou ao aprisionamento do mesmo. Para realização do cadastro do companheiro ou companheira na visita íntima é necessário atender aos processos burocráticos, sendo comum em ambas prisões, o dever de apresentar documentos que comprovem casamento ou união estável.

Sobre as relações homoafetivas, trouxe falas concernentes apenas às mulheres, pois as narrativas que emergiram sobre o assunto não foram sequer abordadas pelos homens. No que tange às relações referidas, no presídio feminino restou consolidado que as mesmas são relações contingentes, pois muitas prisioneiras constroem ligações amorosas entre pares naquele âmbito de prisão motivadas por diversas razões, a exemplos de proteção, carência afetiva, paixão, dentre outras. No entanto, a maioria dessas relações cessam quando uma delas se liberam do cárcere, haja vista apenas uma ínfima parte continua após a liberdade, a exemplo de Nena e de Rita.

Na prisão, há deveres e direitos. Sobre esses últimos, a visita consiste em mais que um direito, representa uma maneira de humanização da pena. Contudo, é sistematicamente proibida pelos burocratas gestores das prisões, cujos interditos constituem a racionalidade de um castigo na promoção da dor e do sofrimento, atributos do cárcere, pois o sistema castiga “*acochando*”. A comida trazida de casa consiste em um desses direitos, ainda é observada enquanto dádiva da família, assim, atrela-se muito à visita, aos afetos, ainda aos castigos, pois o interdito da visita incide na dádiva da comida feita pela família.

No que concerne aos direitos humanos, por meio de uma indagação direcionada aos sujeitos de pesquisa, a percepção dos mesmos sobre tais direitos foi delineada de diversas maneiras, sendo percebidos enquanto a carência de seu usufruto, pois direitos humanos na prisão foram percebidos por meio de sua escassez.

Neste trabalho, direitos humanos são percebidos para além do que vem a ser direitos. Neste trabalho, saem da abstração à materialização, pois tomam uma dimensão humana, assim, assumem uma personificação, são antropomorfos. Aqui, direitos humanos “é o *Homem de Brasília*” ou supostas pessoas a serviço desses direitos, assumindo também um carácter de instituição, pois, quando personificados, identificam eventuais pessoas como uma representação desses direitos, que, segundo os interlocutores, vêm na prisão após o “*vazar da informação*”, “*aquele que fecha com o diretor*”, aquele que presencia “*tudo muito bom e bonitinho*”, aquele que por ter sua presença anunciada ou conhecida pela direção, manda-se dar “*uma geral*”. Por fim, aquele cuja chegada vem sob uma ameaça: “*Eles vêm, mas vocês, ficam!*”

Sobre os direitos humanos, restou consubstanciado que os sujeitos de pesquisa, paradoxalmente, compreendem tais direitos pela sua ausência. Nessa propositura, direitos humanos foram percebidos por grande parte dos sujeitos do discurso por meio da compreensão motivada pela experiência vivida da violação desses direitos. Nessa proposição, “*direitos humanos é muito forte, muito pesado*”, haja vista existirem, mas não serem usufruídos no cárcere, restando estabelecido uma ideia de descrença motivada pela lacuna da não presença desses supostos representantes, por conseguinte, da emergência pela violação da dignidade humana. Apesar do reconhecimento da ausência dos direitos humanos na trajetória desses sujeitos, a grande maioria reconhece o trabalho da Pastoral Carcerária como uma defensora dos desvalidos da prisão, consolidando uma ideia de que direitos humanos são sentidos no trabalho dessa pastoral. Em unanimidade, a Pastoral Carcerária surge em lugar de defesa dos direitos do preso.

A ausência dos direitos humanos emergiu na violação da dignidade humana. Aqui, foi observada nos eventos cotidianos, ordinários, mas também nos eventos extraordinários a exemplo das mortes ocorridas nas prisões masculinas. Como já pontuado, cotidianamente, as violências e violações dos direitos humanos são fatores facilmente observáveis, a falta de direitos humanos se consubstancia na “*mosca na comida*”, “*na barata na comida*”, “*na lavagem*” servida como alimento, “*em dois litros de água*” para uma cela de quase vinte homens beber, “*em peia e fome*”, “*no isolado*”, no dormir “*na brita*”, ainda na estreiteza do chão do isolado a ponto de necessitar que a grande parte fique em pé no momento de dormir enquanto os poucos se deitam no chão da cela “*no valete*”, posição lateral para dormir.

Sobre a relação de trabalho, observamos que há egressos da prisão que irão laborar “*até zerar*” ou “*até morrer*”, pois o tempo trabalhado é proporcional ao tempo da pena, assim, ter uma pena elevada pode consubstanciar em um trabalho “*até morre*”, pois é humanamente impossível durar anos de vida “*até zerar*”. O trabalho relacionado às circunstâncias dos sujeitos

de pesquisa não são trabalhos geradores de direitos previstos nas legislações trabalhistas, a exemplo de décimo terceiro, férias, horas extras, dentre outros, pois apenas têm direito ao salário, não tendo tempo para parar, pois pessoas nestas condições terão que trabalhar para findar a pena durante os anos que necessitam para término da sanção penal imposta na dosimetria da pena.

O trabalho na SEAP-PB não consiste em um trabalho que não necessita de qualificação laboral, pois é muito similar ao trabalho realizado no interior da prisão, sendo basicamente imbricado às atividades domésticas, sem se ater às especializações possíveis, subjetivas aos egressos, pois não exploram os potenciais dessas pessoas. A percepção é que ser egresso é sinônimo de trabalhador doméstico, algo que nos conduz à subalternidade racionalizada pelo racismo, fruto do processo de colonização. Embora observar que o trabalho não valoriza algumas habilidades humanas, ainda que tem escassez de direitos a exemplo de férias, não podemos deixar de pontuar o quanto esses sujeitos de pesquisa têm privilégios em relação ao trabalho, pois laboram para a administração pública e, de alguma maneira, têm alguns benefícios em relação a muitas pessoas que são egressas do sistema prisional, pois, o fato de se encontrarem trabalhando pode ser considerado um privilégio diante dos óbices que são frequentes na vida cotidiana de um egresso da prisão. Ainda resta consolidado que o trabalho dos egressos da prisão consiste em uma “*mão-de-obra barata*”, pois essas pessoas realizam atividades iguais aos servidores públicos e privados ligados ao serviço-geral ou manutenção, contudo, diante ao marcador social reflexo do crime e da prisão, tais sujeitos são, na realidade, “*mão-de-obra barata*” e “*mão-de-obra calada*”.

Observamos também a maneira como esse trabalho é realizado no sentido da divisão de tarefas, algo que se reflete muito na estrutura social, delegando atividades às mulheres mais ligadas à limpeza de cozinha; aos homens, são delineados serviços mais ligados a consertos e atividades que requerem mais força física. Na etnografia, restou consolidada a boa relação que os sujeitos de pesquisa têm entre seus pares, mas também com os funcionários públicos de contato mais imediato, foi a minha percepção.

O egresso do sistema prisional sofre diversas maneiras de preconceito. O trabalho consiste em uma maneira de dar inserção ao meio social, humaniza, dignifica. Embora, algumas insatisfações pessoais levantadas, a exemplo de um trabalho contínuo a ser realizado, sem férias ou quaisquer outros direitos, o trabalho surge como benção, dignifica de alguma maneira essas vidas atravessadas por diversos marcadores sociais, nas diferentes interseccionalidades: raça, sexo e classe social. O Projeto consiste na sinonímia de trabalho, consiste em um viés de esperança, mas que não está ao alcance de toda a massa de egresso, trabalhar é privilégio,

sobretudo, quando se tem uma pecha da prisão, ainda, trabalhar em um setor público nas circunstâncias envoltas aos sujeitos sociais pesquisados consiste em uma distinção social entre os pares que precisam trabalhar “*até zerar*” ou “*até morrer*” para finalizar a pena imposta.

O presente trabalho realizado em uma “constelação do particular” (Barth, 1972), trouxe as especificidades do campo, códigos morais, resistências às regras do lugar, histórias de vida, mas também trouxe luz às regras macrossociais por meio desse estudo empírico que fez refletir as regras gerais em amplos aspectos, a exemplo da sexualidade da mulher restrita pela não visitação, às masculinidades na prisão, à homossexualidade contingente, ao trabalho ligado à limpeza no âmbito prisional, mas também ligado ao cumprimento da pena, dentre tantos fatores explanados nessa escrita. A relação entre Nena e Rita constitui para além de uma relação sexual, deve ser lida também como uma condição de existir com o outro.

Nesse estudo, consubstanciou a necessidade da presença dos direitos humanos nos intramuros e extramuros da prisão. A sua carência ou inexistência na vida dos egressos, mesmo antes de experienciarem o crime e a prisão, foram substanciais na vivência cotidiana marcada pela violação e pela violência. O que gostaria de deixar mais evidenciado nesse estudo é a ausência dos direitos humanos, sua ínfima participação no cárcere. Aqui, eu também faço uma personificação desses direitos assim como fizeram os sujeitos de pesquisa, pois direitos humanos precisam ultrapassar a fase dos debates e rodas de conferências em academias, eles precisam ser mais que vivenciados, precisam ser sentidos, caso contrário, será “*muito forte*” e “*muito pesado*”.

REFERÊNCIAS

- AB-LUGHOD, Lila. A Escrita contra a cultura. **Equatorial** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 193–226, 2018. DOI: 10.21680/2446-5674.2018v5n8ID15615. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>. Acesso em: 6 janeiro de 2025.
- ADORNO, Rubens Camargo Ferreira, et al. "Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano." *Saúde & Transformação Social/Health & Social Change* 4.2 (2013): 4-13.
- AGIER, Michel. **Gérer les indésirables: Des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire**. Paris: Flammarion, 2008.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- AZEVEDO, Madalena Maria Belo et al. **Adaptação à prisão e infrações disciplinares**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto (Portugal).
- BANDEIRA DE MELO, Patrícia. **Histórias que a mídia conta**: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo. Tese. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.
- BARBOSA, Raoni Borges; KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Sentidos emocionais e morais da amizade: uma abordagem a partir da antropologia das emoções. **Educere et Educare**.
- BARTH, Fredrik. **Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades**. In Fredrik Barth (compilação de Tomke Lask), *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 167-186, 2000 [1992].
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2013.
- BAZON, Marina Rezende. **Suicídio é a maior causa de morte entre policiais no Brasil**. [Jornal da USP no Ar 1ª edição / Rádio USP](https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/suicidio-e-a-maior-causa-de-morte-entre-policiais-no-brasil/) Disponível em <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/suicidio-e-a-maior-causa-de-morte-entre-policiais-no-brasil/>. Acesso em 07 de dezembro de 2024.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**, v. 2. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: DIFEL, 1985.

BECKER, Howard. **OUTSIDERS. Estudos da sociologia do desvio.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGSON, Henri. **MEMÓRIA E VIDA.** Textos escolhidos por Gilles Deleuze. Mestre de Conferências da Universidade de Paris VIII. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERGSON, Henri. **Matière et mémoire** Edition critique e. Paris: PUF, 2008.

BERGSON, Henri. **O pensamento e o movente: ensaios e conferências.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BÍBLIA, **Bíblia Sagrada.** Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/NVI>, acesso em 14 de dezembro de 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina. A condição feminina e a violência simbólica.** São Paulo: Ática, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOSI, Ecléa. BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

BRASIL, **DECRETO-LEI Nº 2.848**, publicado em 7 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 20 de dezembro de 2024.

BRASIL, **LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm, acesso em 14 de dezembro de 2024.

BRASIL, Constituição Federal da República de 1988, publicada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 25 de outubro de 2024.

BRASIL, **Relatório de Informações Penais.** 16º CICLO SISDEPEN. 1º Semestre de 2024.

BRITO, Nayara Toscano Pereira de; DIAS, Adelaide Alves. **"EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS".** Crianças e Adolescentes em pauta: territórios, desigualdades e participação social: 323-373. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CANDAU, Vera Maria et al. **Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARNEIRO, Sueli. **RACISMO, SEXISMO E DESIGUALDADE NO BRASIL.** São Paulo: SELO NEGRO, 2011.

CARNEIRO, Rosamaria Giatti. A regulação da maternidade, os pactos de cuidado e as gerações em seus entre-tempos: notas etnográficas sobre mães e filhas a partir do contexto

brasileiro (1970-2020). **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 39, p. e22312, 2023.

CERTEAU, Michel de; MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar. **Petrópolis: Artes de Fazer**, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo. Companhia das Letras, 2017.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos pagu**, p. 9-41, 2011.

OLIVEIRA, Josilene Ribeiro. Encarceramento feminino e violência simbólica em uma penitenciária na Paraíba em tempos de pandemia. **Organicom**, v. 19, n. 40, p. 188-200, 2022.

DELEUZE, Gilles. **O que é filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2017. DELEUZE, Gilles;

DELEUZE, Gilles & GUATARRI, Felix. **Crítica e Clínica**, São Paulo: Editora 34, 2012.

DUMONT, Louis. 1992. **Homo hierarquicus**. São Paulo: EDUSP, p. 52.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EVARISTO, Conceição. **Vozes-mulheres**. Cadernos negros, v. 13, p. 32-33, 2008.

FASSIN, Didier. 2008. "Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort with morals". *Anthropological theory*, vol. 8, nº 4, pp. 225-246.

FERREIRA, Núbia Guedes de Barros. **Gestantes e crianças encarceradas: Etnografando o dia da visita da família no Presídio Júlia Maranhão**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

FERREIRA, Núbia Guedes de Barros. **Maternidade Compartilhada e Crianças Encarceradas: Etnofragando o Dia de Visita da Família**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

FERREIRA, Núbia Guedes de Barros. **LEI DE DROGAS: ETNOGRAFANDO O ENCARCERAMENTO DA MULHER NA PRISÃO FEMININA MARIA JÚLIA MARANHÃO (JOÃO PESSOA-PB)**. Tese de doutorado em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

FERREIRA, Núbia Guedes de Barros e PIRES, Flávia Ferreira. **CASTIGAR A MÃE É CASTIGAR A CRIANÇA: ETNOGRAFANDO UM PRESÍDIO FEMININO NO DIA DE VISITA. INFÂNCIAS DO SUL**. Experiências, pesquisas e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: EDUFBA, 2021. P. 363-383. Organização: Lúcia Rabello de Castro.

FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos pagu**, p. 11-43, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **VIGIAR E PUNIR: NASCIMENTO DA PRISÃO**, São Paulo: Vozes, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIRARD, René. **O bode expiatório**. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.

GODOI, Rafael. **Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade de São Paulo, 2010.

GODOI, R. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GONZALES, Lélia, HASENBALG, Carlos. 1982. Lugar de negro. Rio de Janeiro: **Marco Zero**.

GOFFMAN, Erwing. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade manipulada**. 1^a edição. 1963.

GUATTARI, Félix. **Microfísica dos poderes e micropolítica dos desejos. Foucault hoje**, , 1985.

HABENHORST, Eduardo Ramalho. **O que são Direitos Humanos? Educando em direitos humanos**: fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos / Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Alexandre Antonio Gili Náder, organizadores. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. v.1. ISBN: 978-85-237.

IIDA, Itiro; BUARQUE, L. I. A. **Ergonomia: projeto e produção**. Editora Blucher, 2021.

INGOLD, Tim. Antropologia não é etnografia. **Ingold, Tim, Estar Vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

INGOLD, Tim. Antropologia versus etnografia. **Cadernos de campo (São Paulo-1991)**, v. 26, n. 1, p. 222-228, 2017.

LAGO, Natália Bouças do. Dias e noites em Tamara–prisões e tensões de gênero em conversas com “mulheres de preso”. **Cadernos pagu**, n. 55, p. e195506, 2019.

LAGO, Natália. **DOSSIÊ PRISÕES EM ETNOGRAFIAS: PERSPECTIVAS DE GÊNERO** • Cad. Pagu (55) • 2019 • <https://doi.org/10.1590/18094449201900550006> , acesso em 23 de outubro de 2024.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba, 2012; São Paulo: Edusc, 2012

LEMGURBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2.ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LIMA, Polyana Marães. O SISTEMA Prisional Brasileiro e as Dificuldades de Reintegração do Apenado ao Convívio Social. In: **Revista FT**, [s. d.]. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-sistema-prisional-brasileiro-e-as-dificuldades-dereintegracao-do-apenado-ao-convivio-social/> Acesso em 16 de dezembro de 2024.

LEIS, Bianca Vicêncio. **O bode expiatório: violência e religião na obra de René Girard.** Dissertação de mestrado em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2002.

MACHADO, Liz Zanotta. Masculinidades e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. *Série Antropológica*. Brasília: UnB, 2001.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & ensaios*, n. 32, p. 122-151, 2016.

MONNERAT, G. L.; SENNA, M. de C. M.; SCHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R. & BURLANDY, L. (2007), "Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do programa **Bolsa Família**". Ciência & Saúde Coletiva, 12 (6): 1453-1462.

OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro de. "Crime é "coisa de mulher": Identidades de gênero e identificações com a prática de crimes em posição de liderança entre mulheres jovens na cidade de Recife/PE". Tese de Doutorado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife (2012).

SILVEIRA, Nise. Sobre o corpo. (1018) **Dra. Nise da Silveira fala sobre trabalho – YouTube**, acesso em 27 de fevereiro de 2025,

PADOVANNI, Natália Corazza. **Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das “classes perigosas”.** Campina, SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu, 2017.

PAIXÃO, Andréa de Freitas. Amor entre mulheres: afetividades e violência no contexto prisional. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**, v. 7, n. 20, p. 82-95, 2022.

PIRES, Flávia Ferreira e JARDIM, George Artilles da Silva. "Geração bolsa família escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB)". Revista Brasileira de Ciências Sociais 29 (2014): 99-112.
<https://www.fadc.org.br/noticias/cenario-violencia-sexual>

REIS, José Carlos. 2006. "Tempo, História E Compreensão Narrativa Em Paul Ricoeur". *Locus: Revista De História* 12 (1).
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20634>.

RELIPEN. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasília, 2024. disponível em: <file:///D:/NAO%20APAGAR%20-%20SISTEMA/Nova%20pasta%20-%20Copia/relipen-1-semestre-de-2024.pdf>, acesso em 27 de outubro de 2024.

RIBEIRO, Luziana Ramalho. **O que não tem governo**: estudo sobre linchamentos. Tese de Doutorado pelo Programa de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp, 2007.

ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 227-249, 2014.

RUI, Taniele. **Nojo, humilhação e vergonha no cotidiano de usuários de crack em situação de rua**. Publicado em *Anuário Antropológico*, [v.46 n.3 | 2021](#)
SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SELGAS, F. J. G. Posthumanismo(s) y ciencias sociales: una introducción. **Política e Sociedade**, v. 45, n. 3, p. 7-15, 2008.

SILVA, Maria Pereira da. O dilema da saúde: novos paradigmas para a agenda política do Movimento Negro. In: SANTOS, G. G.; SILVA, P. da (Orgs.). **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial do século XXI**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SILVA, Járdina Kelly da. **RACISMO E SUICÍDIO: UMA REFLEXÃO ANTROPOLÓGICA SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE RACISMO E SUICÍDIOS DE PESSOAS PRETAS EM JOÃO PESSOA/PB**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba, João L

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CURRÍCULO**. A formação em direitos humanos na educação superior no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas / Giuseppe Tosi, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide, organizadores.- João Pessoa: CCTA, 2014. 663p. (Coleção Direitos Humanos). 1 CD-ROOM. 4. ¾ pol. (2.89 MB) Modo de acesso:
<http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/> ISBN: 978-85-67818-38-237-0857-3. Acesso 05 de outubro de 2024.

WACQUANT; Loic. **Punir os Pobres: O Governo Neoliberal da Insegurança Social**. Editora Revan, 2009.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o habitus. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 14, 2017.

SÉMELIN, J. **Purificar e destruir**. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

SOARES FILHO, Marden Marques; BUENO, Paula Michele Martins Gomes. Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população prisional brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1999-2010, 2016.

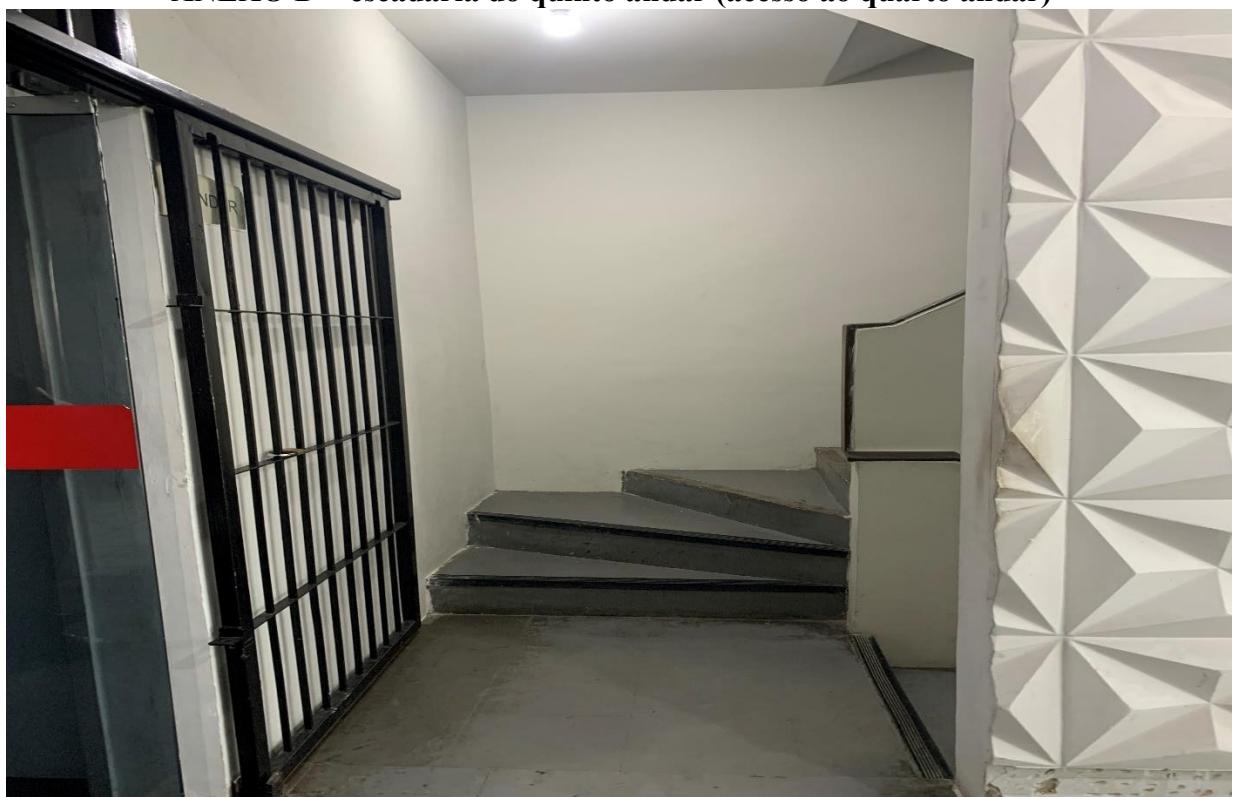
SPINOSA, Baruch de. **PENSAMENTOS METAFÍSICOS. TRATADO DA CORREÇÃO DO INTELECTO. ÉTICA**. São Paulo: Nova Cultura, [1677] 2005PL

ANEXOS**ANEXO A – Cozinha do 5º andar****ANEXO B- Fotografia da cozinha do 5º andar**

ANEXO C – Elevador do quinto andar, vizinho à cozinha (passagem obrigatória de acesso à secretaria)



ANEXO D – escadaria do quinto andar (acesso ao quarto andar)



ANEXO D – Escadas que acessam os 4º e 5º andares